



Diário Oficial

Estado de São Paulo

PODER
Legislativo

Diário da Assembleia Legislativa
17ª Legislatura

Samuel Moreira - Presidente

Enio Tatto: 1º Secretário

Edmir Chedid: 2º Secretário

Adilson Rossi: 3º Secretário

Marcos Martins: 4º Secretário

Chico Sardelli: 1º Vice-Presidente

Fernando Capez: 2º Vice-Presidente

Edson Ferrarini: 3º Vice-Presidente

Jooji Hato: 4º Vice-Presidente

Palácio 9 de Julho Av. Pedro Álvares Cabral, 201 CEP 04097-900 Tel. 3886-6122 www.al.sp.gov.br

Volume 123 • Número 107 • São Paulo, quarta-feira, 12 de junho de 2013

www.imprensaoficial.com.br

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

BALANÇO GERAL

Contas do Exercício de 2012

EXPEDIENTE

56ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA,

REALIZADA AOS 30 DE ABRIL DE 2013

Ofício

São Paulo, 30 de abril de 2013

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, tendo em vista o disposto no artigo 47, inciso IX, da Constituição Estadual, o Balanço Geral do Estado, elaborado em consonância com as normas da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, acompanhado do Relatório sobre as Contas do Exercício Financeiro de 2012.

Outrossim, comunico a Vossa Excelência que estão sendo transmitidos ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado idênticos documentos.

Reitero a Vossa Excelência os protestos de minha consideração.

Geraldo Alckmin
GOVERNADOR DO ESTADO

A Sua Excelência o Senhor Deputado Samuel Moreira, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado.

Sumário

Esta edição é composta de 576 páginas

RELATÓRIO DO SECRETÁRIO.....	3	MINISTÉRIO PÚBLICO	185
CASA CIVIL.....	8	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	185
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	20	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	185
SECRETARIA DA GESTÃO PÚBLICA	27	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	185
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA.....	36	TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR.....	185
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO.....	46	ÍNDICE DOS QUADROS E ANEXOS DO BALANÇO GERAL DO ESTADO - EXERCÍCIO DE 2010.....	187
SECRETARIA DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO.....	48	1 - NOTAS E QUADROS EXPLICATIVOS.....	187
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA.....	54	2 – DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS.....	233
SECRETARIA DA FAZENDA	57	ORÇAMENTÁRIO.....	233
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO.....	77	FINANCEIRO.....	389
SECRETARIA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	82	PATRIMONIAL	391
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO.....	86	3 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA.....	394
SECRETARIA DA SAÚDE	89	ORÇAMENTÁRIO.....	394
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES.....	96	FINANCEIRO.....	493
SECRETARIA DA CULTURA	101	PATRIMONIAL	494
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	123	4 - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	496
SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE.....	128	ORÇAMENTÁRIO	496
SECRETARIA DA HABITAÇÃO	134	FINANCEIRO	569
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE.....	138	PATRIMONIAL	571
SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	151		
SECRETARIA DE TURISMO.....	156		
SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS.....	160		
SECRETARIA DE ENERGIA.....	168		
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO – PGE	173		
DEFENSORIA PÚBLICA	180		



**Certificação Digital.
Segura, ágil e 100% confiável.**

Imprensa Oficial, a Autoridade Certificadora Oficial do Governo do Estado de São Paulo.

www.imprensaoficial.com.br

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

IMAGENS ILUSTRATIVAS

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Diretor-Presidente

Marcos Antonio Monteiro

Diretora Vice-Presidente

Maria Felisa Moreno Gallego

Diretor Financeiro

Henrique Shiguemi Nakagaki

Diretor Industrial

Ivail José de Andrade

Diretor de Gestão de Negócios

José Alexandre Pereira de Araújo

Jornalista Responsável

Antonio Euclides Teixeira (MTb 8186)

redacao@imprensaoficial.com.br

Diário Oficial

Estado de São Paulo

PODER LEGISLATIVO

Matriz

Imprensa Oficial do Estado S.A. Imesp

CNPJ 48.066.047/0001-84

I.E. 109.675.410.118

Sede e administração

Rua da Mooca 1921 São Paulo SP

CEP 03103-902

t 11 2799.9800

www.imprensaoficial.com.br

SAC 0800 01234 01

sac@imprensaoficial.com.br

Filiais

• Capital

XV de Novembro

t 11 3105.6781 / 11 3101.6473

Rua XV de Novembro 318 Centro

São Paulo SP CEP 01013-000



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Fazenda

Relatório Anual do Governo do Estado

Exercício 2012



Governo do Estado de São Paulo

Geraldo Alckmin
Governador do Estado

Guilherme Afif Domingos
Vice-Governador

Andrea Sandro Calabi
Secretário da Fazenda

Philippe Vedolim Duchateau
Secretário Adjunto da Fazenda

Antonio Fazzani Bina
Chefe de Gabinete da Secretaria da Fazenda

ÍNDICE

Situação Econômico- Financeira do Governo do Estado de São Paulo	I - XVIII
Demonstrativo das Despesas, Principais Indicadores e Atividades	
Apresentação.....	2
Poder Executivo.....	3
Casa Civil.....	4
Planejamento e Desenvolvimento Regional.....	54
Gestão Pública.....	81
Justiça e Defesa da Cidadania.....	120
Desenvolvimento Metropolitano.....	159
Desenvolvimento Social.....	170
Emprego e Relações do Trabalho.....	184
Segurança Pública.....	210
Administração Penitenciária.....	221
Fazenda.....	231
Agricultura e Abastecimento.....	313
Direitos da Pessoa com Deficiência.....	335
Educação.....	353
Saúde.....	366
Logística e Transportes.....	392
Cultura.....	415
Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia.....	505
Esporte, Lazer e Juventude.....	525
Habitação.....	549
Meio Ambiente.....	568
Transportes Metropolitanos.....	620
Turismo.....	640
Saneamento e Recursos Hídricos.....	656
Energia.....	689
Procuradoria Geral do Estado.....	710
Defensoria Pública do Estado.....	739
Ministério Público.....	762
Poder Legislativo.....	764
Assembléia Legislativa.....	765
Tribunal de Contas do Estado.....	766
Poder Judiciário.....	767
Tribunal de Justiça.....	768
Tribunal de Justiça Militar.....	769
Notas Explicativas.....	770

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA FAZENDA

Situação Econômico-Financeira do Governo do Estado de São Paulo

Este relatório apresenta os principais resultados da gestão orçamentária e financeira do Estado referentes ao exercício de 2012. Os dados refletem a continuidade da gestão fiscal prudente dos últimos anos. O controle das despesas correntes, visando mantê-las de acordo com o crescimento das receitas, permitiu a produção de resultados primários positivos que superaram as metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e que atenderam a todos os limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

No início de 2012, projetava-se um crescimento real do PIB brasileiro substancialmente maior do que o realizado, de 0,9% no ano. Ressalta-se que mesmo em um ambiente de desaceleração da atividade econômica, a arrecadação do Estado cresceu acima do crescimento medido pelo PIB. A receita tributária paulista cresceu 1,8% em termos reais em relação ao ano anterior, totalizando R\$121,8 bilhões.

A principal fonte de receita do Estado, o ICMS, apresentou crescimento real de 1,6% em relação a 2011. Este imposto representou em 2012 86,5% da arrecadação tributária e é especialmente afetado pela variação na atividade econômica. O bom resultado da sua arrecadação relativamente ao desempenho da economia reflete em parte o bom desempenho de alguns setores, especialmente o de combustíveis e do comércio atacadista, assim como o aperfeiçoamento de procedimentos da Administração Tributária e das operações de fiscalização.

Os outros tributos mais importantes para o governo estadual são o IPVA (9,4% da receita tributária), segunda maior fonte de receita do Estado, e o ITCMD (1%). Essas rubricas apresentaram crescimento real de 3,7% e 19,6% respectivamente, com destaque especial para o aumento real do IPVA.

As despesas com pessoal e a dívida como proporção da Receita Corrente Líquida encontram-se abaixo dos tetos legais e o controle de gastos correntes vem permitindo a alocação de recursos significativos para investimentos. A gestão responsável das finanças públicas paulista já é um padrão consolidado que se iniciou em 1994 e persiste ao longo do tempo e de diferentes

conjunturas macroeconômicas. Reconhecendo isso, a agência de rating Moody's mais uma vez elevou a classificação de risco do Estado de São Paulo, em 2012, equiparando-o nesse quesito à União, com nota Baa2. Além disso, a mesma agência manteve o prognóstico (*outlook*) como "positivo" para o Estado, sinalizando que tem reconhecido o comprometimento da atual gestão em permanecer na rota da responsabilidade fiscal e financeira. As outras duas grandes agências de classificação de risco, Standard & Poor's e Fitch, também classificam o Estado com "grau de investimento".

1. RESULTADO PRIMÁRIO

O resultado primário é um dos principais indicadores de responsabilidade fiscal do setor público e expressa a capacidade do governo de pagar o serviço de sua dívida, obtido pela diferença entre as receitas e as despesas não financeiras do governo, isto é, receitas e despesas primárias. Em 2012, o Governo do Estado de São Paulo obteve **superávit primário de R\$ 6,5 bilhões, contra R\$6,2 bilhões em 2011, superior à meta estabelecida para o exercício de 2012, de R\$ 4,5 bilhões.**

2012	
Receitas Primárias Totais (A)	167.112,4
Receitas Primárias Correntes	166.163,4
Receitas Primárias de Capital	949,0
Despesas Primárias Totais (B)	160.622,4
Despesas Primárias Correntes	148.461,6
Despesas Primárias de Capital	12.160,9
Superávit Primário	6.490,0
Meta - LDO	4.499,0

O superávit primário indica que o desempenho das receitas primárias permitiu, além do pagamento integral das despesas primárias, assegurar recursos para o pagamento de parte do serviço da dívida, assim contribuindo para o controle da relação Dívida Consolidada Líquida (DCL) / Receita Corrente Líquida (RCL). O superávit primário representa o esforço feito pelo Estado para quitar suas obrigações financeiras. O aumento desse esforço possibilita que a dívida estadual seja paga em menor espaço de tempo, contribui para a melhoria da situação fiscal do País e possibilita a ampliação dos limites para novos financiamentos de investimentos.

2. RECEITA PRIMÁRIA

A receita primária é a parcela das receitas do Estado que não corresponde a operações financeiras realizadas por este junto a terceiros. Isto é, trata-se dos impostos, taxas, contribuições, lucros de empresas estatais e outros. Nesse bolo de recursos, segundo metodologia oficialmente empregada em todo o Brasil, contabilizam-se também as receitas intra-orçamentárias, referentes a operações feitas entre entidades do poder público estadual.

A receita primária realizada foi de R\$167,1 bilhões, valor 0,3% inferior à previsão inicial e 2,5% superior ao realizado em 2011, em termos reais (7,9% nominal). Conforme já assinalado anteriormente, o crescimento da receita acima do PIB se deve principalmente à arrecadação tributária, que teve desempenho relativamente positivo, devido ao maior dinamismo de alguns setores da economia e refletindo em parte as melhorias na Administração Tributária e nas operações de fiscalização.

Algumas das outras fontes de receita que apresentaram aumento significativo incluem: o aumento das contribuições ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS) e do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público (IAMSPE), ocorrido devido aos aumentos salariais concedidos aos servidores no período; e o aumento das receitas patrimoniais, resultante principalmente do crescimento das receitas do Tribunal de Justiça de São Paulo, com ingresso de R\$619 milhões em agosto devido principalmente à celebração de contrato junto ao Banco do Brasil, de administração, recebimento, repasse e pagamento de receitas de depósitos judiciais, precatórios, entre outras.

Em sentido oposto, as Receitas de Transferências Correntes Intergovernamentais apresentaram uma variação negativa real de 6,0%, majoritariamente devido à queda dos repasses do Fundo a Fundo SUS, ocorrido devido a uma mudança da política de repasse pelo Governo Federal que substituiu alguns repasses financeiros por repasses de medicamentos, assim como redução das transferências da CIDE, IPI-exportação, FPE e Lei Kandir.

Receita Tributária

Em 2012, a receita tributária atingiu R\$ 121,8 bilhões. Comparada à arrecadação de R\$ 113,5 bilhões em 2011, apresentou expansão nominal de 7,3% e de 1,8% em termos reais, com contribuição positiva de todos os tributos.

Relativamente à LOA 2012, que indicava receita de R\$ 122,3 bilhões, a receita tributária arrecadada ficou 0,4% abaixo do previsto, em termos nominais, valor

equivalente a R\$ 503 milhões. Essa diferença reflete a mudança ocorrida no cenário macroeconômico, que no início do ano projetava crescimento do PIB pelo menos três vezes maior que o realizado.

Os dois principais impostos paulistas, o ICMS e o IPVA, possuem dinâmicas que são afetadas pelo desempenho da economia no curto prazo. O ICMS, que incide sobre diversas bases tributárias, tende a acompanhar mais de perto as flutuações do PIB, enquanto o IPVA é mais afetado pela dinâmica da indústria automobilística.

A arrecadação do ICMS foi de R\$105,2 bilhões em 2012. Em relação ao ano anterior, isso representa aumento nominal de 7,0%. A preços de dezembro de 2012, a arrecadação aumentou em termos reais 1,6%. Foi no setor de consumo de bens e serviços finais que a economia – e a tributação – mais prosperou. Avalia-se que esse segmento se beneficiou muito do crescimento da renda do trabalho, do baixo desemprego e dos estímulos ao consumo das famílias (desonerações tributárias, crédito). De acordo com o IBGE, em doze meses, o rendimento médio real dos trabalhadores da Região Metropolitana de São Paulo cresceu 6,9%, especialmente no setor de educação, saúde e administração pública, no qual o rendimento aumentou 12,9%. O crescimento da população ocupada foi de 2,3% no ano.

Apesar de muitos indicadores econômicos importantes terem acompanhado o modesto crescimento do PIB, o setor do comércio varejista, importante gerador de receita de ICMS, apresentou crescimento de 9,5% com relação a 2011, de acordo com o índice de volume de vendas para São Paulo (PMC/IBGE), feitos os devidos ajustes para sazonalidade. Para o Brasil o crescimento foi de 7%. Verifica-se que os melhores desempenhos ocorreram em setores ligados diretamente ao consumo das famílias, como perfumaria e cosméticos, produtos farmacêuticos e material de transporte. De fato, como se observa na tabela abaixo, a arrecadação no setor de comércio e serviços foi 3,6% maior que 2011 em termos reais, mais que o dobro da taxa média de crescimento do ICMS (Notar que valores desta tabela incluem ICMS principal e em atraso, além de PPI principal).

ICMS – Análise Setorial (R\$ milhões – valores nominais)

	2011		2012		Variação Real 2012/2011 IPCA
	Valor	Peso	Valor	Peso	
Combustíveis (I)	11.484,0	11,5%	13.000,0	12,1%	7,3%
Comunicações (II)	11.173,0	11,2%	11.083,0	10,3%	-5,9%
Energia Elétrica (III)	7.123,0	7,1%	7.128,0	6,7%	-5,0%
Preços Administrados (I+II+III)	29.780,0	29,8%	31.211,0	29,1%	-0,6%
Indústria	37.749,0	37,7%	40.418,0	37,7%	1,6%
Comércio e Serviços	31.691,0	31,7%	34.597,0	32,3%	3,6%
Demais Setores	868,0	0,9%	876,0	0,8%	-4,2%
Total	100.089,0	100,0%	107.102,0	100,0%	1,5%

Fonte: Secretaria da Fazenda de SP

Notas: Valores desta tabela incluem ICMS principal e em atraso; inclui PPI principal.

Outros fatores tiveram impacto positivo sobre a arrecadação do ICMS paulista. Um deles é a expansão do setor de combustíveis, impulsionada pelos estímulos a compra de veículos e pela política do governo federal de contenção de preços da gasolina. De acordo com dados da ANP, as vendas de gasolina C no estado de São Paulo aumentaram 10,1% no período ora analisado, enquanto as de etanol reduziram-se em 10,7%. O aumento das vendas de gasolina, cuja alíquota de ICMS é maior que do etanol (alíquota de 25% contra 12% para o etanol), impulsionou a arrecadação de ICMS sobre combustíveis em 7,3% em termos reais, resultado para o qual contribuíram também as operações de fiscalização no setor. Com o aumento de preços da gasolina realizado no início de 2013, espera-se a retomada do crescimento da indústria de etanol, com prováveis impactos sobre a tributação.

Apesar do aumento do ICMS arrecadado com combustíveis, o valor total para o setor de "preços administrados" (combustíveis, comunicação e energia elétrica) foi 0,6% menor que no ano anterior. A arrecadação no setor de energia elétrica foi 5,0% menor, em termos reais, em comparação a 2011. Vale mencionar que o consumo paulista de energia elétrica foi fortemente influenciado pelo baixo crescimento no consumo da indústria, que foi somente 0,1% maior que em 2011 de acordo com o Boletim Informativo da Secretaria Estadual de Energia, sendo que este setor representa 47% do total de energia elétrica consumida no Estado. Além disso, a queda de arrecadação no setor de energia elétrica está relacionada ao crescimento de aproximadamente 94% nos créditos acumulados do ICMS recebidos pelas distribuidoras. Montante significativo de tais valores, descontados dos recolhimentos dos contribuintes do segmento, advém do Programa Pró-Veículo, criado pelo Governo Estadual

para incentivar o investimento e modernização das montadoras de automóveis instaladas em São Paulo.

A receita do setor de comunicações também apresentou crescimento negativo em 5,8% relativo a 2011. O mercado de Comunicações passa por uma fase de acirramento da competição entre grandes empresas, ocasionando a redução da receita bruta agregada do setor. Destaca-se, em linha com tal observação, que a variação de preços em 2012 no item “Comunicações”, que compõem o IPCA, foi de 0,77%, enquanto o Índice Geral fechou com variação de 5,84% no ano.

Outros grandes grupos de atividades que produzem fatos geradores do tributo não tiveram crescimento expressivo ou até apresentaram queda de atividade. No setor industrial, responsável por aproximadamente 40% do valor total do ICMS no Estado, houve queda de 3,9% da produção entre 2011 e 2012, segundo dados do IBGE. Mesmo assim, no segmento industrial a arrecadação acumulada no ano de 2012 apresentou alta de 1,6%, em termos reais, em relação ao ano anterior, o que reflete em parte melhorias nos procedimentos e medidas adotadas pela Administração Tributária.

Durante o ano de 2012 as previsões de crescimento do PIB foram sendo frustradas a cada divulgação de dados agregados, invariavelmente revistas para baixo e em julho de 2012, com o intuito de conter a desaceleração econômica, o governo federal prorrogou até 2013 a redução da alíquota do IPI para compra de automóveis, que havia sido implantada pouco depois do estouro da crise de 2008. Atribui-se em parte a essa medida, mas também às recentes facilidades de financiamento, o mercado aquecido de automóveis, e com isso as sucessivas altas na arrecadação de IPVA pelo Estado de São Paulo. Porém, esse modelo parece estar se esgotando. Em 2012 houve desaceleração na venda de automóveis, com queda da 4,9% nas vendas de novos veículos.

Mesmo nesta situação de desaceleração das vendas, o IPVA apresentou arrecadação de R\$11,4 bilhões, 3,7% superior em termos reais, e 9,3% em valores nominais, ao valor obtido em 2011, de R\$10,4 bilhões. Portanto um resultado positivo para o qual contribuíram importantes ações de cobrança administrativa e de fiscalização sobre a frota de veículos usados.

3. DESPESA PRIMÁRIA

As despesas primárias, relevantes para efeitos de cálculo de resultado primário, são as despesas da ação governamental com pessoal, custeio e investimentos, e excluem o pagamento do serviço da dívida pública. Em suma, são despesas não financeiras da administração.

A Despesa Primária fixada pela Lei de Orçamento para o exercício de 2012 foi de R\$ 161,8 bilhões. Considerando todas as fontes de recursos, a despesa primária realizada em 2012 totalizou R\$ 160,6 bilhões, ficando 0,7% abaixo da previsão inicial. Comparado com a despesa realizada em 2011 o gasto primário apresentou expansão nominal de 8,1%, superior ao aumento nominal de receitas (7,3%). Várias razões contribuíram para o aumento nos gastos públicos que foi verificado.

No âmbito das despesas, deve-se destacar o aumento relativo dos gastos com pessoal sem que isso, no entanto, comprometa o atendimento das metas e limites legais.

Primeiramente, deve-se notar que o aumento real realizado em 2012 na arrecadação tributária implica em maiores gastos com educação e saúde, uma vez que estes são constitucionalmente vinculados às receitas. O Estado deve destinar à educação no mínimo 30% de sua receita resultante de impostos e transferências e à saúde 12% da arrecadação de impostos e transferências. Portanto, sempre que a receita tributária aumentar, aumentarão automaticamente esses gastos constitucionalmente vinculados. Por outro lado, consideram-se despesas nessas áreas também as remunerações aos profissionais que nelas atuam. Como se verá adiante, houve reajustes salariais no ano de 2012 que impactaram as despesas com o funcionalismo estadual, inclusive professores da rede pública de ensino e profissionais da saúde.

Apesar de adequado às normas da LRF, o governo do Estado de São Paulo vem tomando medidas para controlar o gasto com funcionalismo e torná-lo mais produtivo e eficiente. As medidas incluem a extinção de cargos públicos desnecessários, a expansão do sistema de bonificação por resultados, a reestruturação de carreiras e o sistema de previdência complementar.

Despesas com Pessoal

A despesa com Pessoal e Encargos Sociais é a principal despesa fiscal do Estado, e atingiu em dezembro de 2012 o montante acumulado de **R\$ 56,4 bilhões**, já descontada a parcela de gastos paga com as contribuições de servidores. Importante destacar que a realização da despesa de pessoal, considerados os três poderes, atingiu **48,9% da Receita Corrente Líquida (RCL)**, portanto, **abaixo do limite de 60% estabelecido na LRF**. O mesmo pode ser dito do Poder Executivo, cujos gastos com pessoal e encargos sociais chegaram a 42,4% frente a um limite prudencial de 46,55% e um teto legal de 49%. O aumento total foi de 11,9% em termos nominais e 6% em termos reais em relação a 2011. Nota-se também que o Poder Executivo aumentou

levemente sua participação nos gastos totais, passando de 86,4% em 2011 e para 86,7% em 2012.

Despesa com Pessoal e Encargos* (R\$ Milhões)									
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Despesas com Pessoal	25.396	27.612	31.438	33.650	39.007	41.751	45.717	50.437	56.442
Poder Executivo	22.042	24.034	27.164	29.273	33.543	35.768	39.368	43.582	48.927
Receita Corrente Líquida	49.419	56.775	62.468	70.568	82.183	86.619	99.915	108.054	115.370
% da Receita Corrente Líquida									
Despesas com Pessoal	51,4%	48,6%	50,3%	47,7%	47,5%	48,2%	45,8%	46,7%	48,9%
Poder Executivo	44,6%	42,3%	43,5%	41,5%	40,8%	41,3%	39,4%	40,3%	42,4%

*Exclui parcela de gastos paga com as contribuições de servidores e deduções previstas em lei

Participação das Despesas de Pessoal e do Poder Executivo sobre a Receita Corrente Líquida (RCL)



A administração tem sido prudente no tocante à evolução do número de ativos, respeitando rigorosamente as restrições orçamentário-financeiras para proceder com a expansão do funcionalismo. Como se pode ver na tabela, a reposição de ativos não tem se dado na relação 1x1, um procedimento que visa o controle do número de ativos e redução do quadro de cargos públicos ao longo do tempo.

	1994	1998	2002	2006	2010	2011	2012	Δ 12/10		Δ 12/04	
								ABSOLUTA	%	ABSOLUTA	%
PODER EXECUTIVO (*)	987.145	1.015.195	1.046.503	1.086.948	1.139.237	1.198.917	1.209.214	69.977	6,1%	222.069	22,5%
ATIVOS	677.633	607.670	618.388	634.498	677.841	736.294	734.561	56.720	8,4%	56.928	8,4%
INATIVOS e PENSIONISTAS	309.512	407.525	428.115	452.450	461.396	462.623	474.653	13.257	2,9%	165.141	53,4%
INATIVOS	184.074	218.516	234.753	248.371	268.217	270.132	282.831	14.614	5,4%	98.757	53,7%
PENSIONISTAS	125.438	189.009	193.362	204.079	193.179	192.491	191.822	-1.387	-0,7%	66.384	52,9%

(*) Poder Executivo abrange Secretarias, Procuradoria Geral do Estado, Autarquias, Universidades e Fundações.

Os aumentos nas despesas de pessoal observados em 2012 refletem os reajustes salariais concedidos em 2011 e 2012 para as áreas da educação, saúde, segurança pública, entre outras, valorizando os servidores em setores de grande importância social.

Os aumentos nessas áreas (educação, saúde, segurança pública, e administração penitenciária) abrangem 81% dos servidores ativos e 68% incluindo-se os inativos e pensionistas. Em 2011, o governador Geraldo Alckmin anunciou um substancial reajuste salarial de 42% aos professores da rede pública estadual, a ser concedido gradualmente ao longo de quatro anos. Em 2012 essa parcela de reajuste correspondeu a 10% para o Quadro Magistério e a 5% para os servidores dos Quadros de Apoio Escolar. Já os policiais militares e civis, agentes penitenciários e os médicos terão recomposição de vencimentos a partir de fevereiro de 2013, este último com a instituição de nova carreira, visando suprir a demanda da Administração por pessoal especializado, além de proporcionar justa valorização à atividade dessa classe de servidores. Os efeitos dessas mudanças se farão sentir nos próximos exercícios.

Outro elemento que pressionou as despesas com funcionalismo no Estado foi a alteração do piso salarial, de R\$630,00 para R\$720,00. Houve também autorização governamental para provimento de cargos, especialmente nas áreas prioritárias – educação, saúde e segurança pública – por razões de reposição de pessoal e também pelo natural aumento da demanda.

Parte importante das despesas com pessoal é destinada ao pagamento de aposentadorias. O Regime Próprio de Previdência do Servidor, malgrado as contribuições que recebe dos servidores públicos, não dispõe de recursos em volume suficiente para fazer face às necessidades de desembolso. O Tesouro até hoje é chamado a cobrir esse déficit com recursos próprios.

O Estado de São Paulo implementou em 2012 o **Sistema de Previdência Complementar (SPPprevcom)**, de modo a reduzir o déficit da previdência pública paulista e caminhar em direção ao equilíbrio atuarial desse sistema. Em 2012 foram aprovados o Estatuto da SPPprevcom e os regulamentos do Planos de Benefícios Complementares, cujas inscrições foram abertas em fevereiro de

2013. Assim, deu-se um passo importante na direção de reduzir o déficit na previdência do Estado e contribuir para a solidez e saúde financeira paulista.

Com o intuito de conferir mais eficiência e racionalidade ao gasto com pessoal, o Estado de São Paulo tem expandido a sistemática de remuneração voltada à gestão de resultados. No ano de 2012 foram aplicados programas de bonificação por resultados na Secretaria de Educação, Departamento de Estradas e Rodagem-DER, Secretaria de Gestão Pública, de Planejamento e Desenvolvimento Regional, Fazenda, São Paulo Previdência, Centro Paula Souza e IAMSPE.

Houve também revisão de legislação estadual sobre gastos com servidores, com destaque à desvinculação, para concessão do adicional de insalubridade, do salário mínimo nacional. Esse adicional deverá variar de acordo com o índice de preços IPC-FIPE. Também se extinguíram 4.302 cargos considerados inadequados às funções do Estado.

As medidas aqui elencadas são na sua maioria de natureza permanente e, pela sua abrangência, contemplam os grandes nortes da gestão dos recursos humanos do Poder Executivo do Estado de São Paulo.

Outras Despesas Correntes

As Outras Despesas Correntes apresentaram aumento real de 2,1% em relação ao ano de 2011, passando de R\$64,6 bilhões para R\$ 69,5 bilhões. Se consideradas as aplicações diretas, excluídas sentenças judiciais, ou seja, o custeio direto, o aumento foi de 1,9% em termos reais, passando de R\$27,0 bilhões para R\$29,0 bilhões em 2012.

As despesas nas áreas da saúde, educação e segurança pública, que compõem aproximadamente 60% do total do custeio direto, apresentaram aumento de 3,4% nominal, atingindo o valor total de R\$18,5 bilhões em 2012. O aumento de gastos reflete em parte a maior oferta de serviços públicos, inclusive decorrentes de investimentos realizados em anos anteriores como, por exemplo, na expansão dos Ambulatórios Médicos de Especialidade (AME), que conta atualmente com 48 unidades, sendo que sete foram inauguradas em 2012.

	2008	2009	2010	2011	2012	Varição Nominal 2012/2011	Varição Real 2012/2011
Outras Despesas Correntes	47.664,8	49.796,4	57.948,9	64.545,5	69.474,1	7,6%	2,1%
Transferências a Municípios	23.682,8	24.668,1	28.439,5	31.604,2	33.834,5	7,1%	1,5%
Demais Transferências	3.220,8	3.205,9	3.629,1	4.139,2	4.371,9	5,6%	0,2%
Aplicações diretas	20.761,2	25.128,3	29.509,4	32.941,4	35.639,6	8,2%	2,7%
Sentenças Judiciais	1.810,8	1.277,5	1.719,5	1.760,7	2.253,3	28,0%	21,7%
Aplicações Diretas sem Sentenças Judiciais	18.950,4	20.645,0	24.160,8	27.041,4	29.014,4	7,3%	1,9%

Merecem destaque, na função saúde, com gastos totais de custeio de R\$7,7 bilhões em 2012, o atendimento ambulatorial da rede própria do Estado, incluindo medicamentos de alto custo e procedimentos de maior complexidade; as despesas de funcionamento de 88 hospitais da rede própria, com 16 mil leitos de internação; o apoio financeiro e técnico dado a entidades filantrópicas e municípios responsáveis pela atenção básica de saúde, com repasses no ano de R\$916 milhões; programas prioritários como o Programa Estadual de Políticas de Álcool e Drogas, Saúde do Idoso, Mãe Paulista, a ampliação em 50% do “Sorria São Paulo” que passou a envolver 360 municípios, além do Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência, com investimentos na Rede Lucy Montoro que conta atualmente com 13 unidades espalhadas pelo Estado, incluindo duas inauguradas em 2012.

Na segurança pública, as despesas com custeio chegaram a 1,3 bilhões no exercício, para a manutenção da polícia civil, militar, técnico-científica e corpo de bombeiros, programas de policiamento comunitário, policiamento integrado, inteligência policial, entre outros.

Na função educação, com gastos de R\$9,5 bilhões em 2012 em custeio, destacam-se, em relação ao ensino básico, várias ações na gestão pedagógica da rede com foco nos resultados dos alunos. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental definiram-se ações para ampliar o sucesso em Ciências e Matemática. O programa Ler e Escrever, que foca os primeiros anos do Fundamental e abrange 663.427 alunos, distribuídos em 1.872 escolas da rede estadual, foi aprofundado por iniciativa voltada especificamente ao processo do ensino da Matemática para os alunos dos anos iniciais, o “Projeto de Educação Matemática”.

Os instrumentos de apoio pedagógico e de formação de docentes utilizadas no Ler e Escrever foram ampliados para os anos finais do ensino do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, destacando-se ações de melhoria das práticas pedagógicas em Português, Matemática e Ciências, com ações do “São Paulo faz Escola”, envolvendo 180 mil professores e 2,8 milhões de alunos, assim como a revisão da totalidade do material pedagógico adotado para o Caderno do Professor e do Aluno. Contemplou-se também o desafio da retenção do estudante do Ensino Médio, razão pela qual foram aprimoradas iniciativas ligadas à empregabilidade desse público, em especial o ensino profissionalizante e a oferta de cursos de línguas.

Importante ressaltar os programas de valorização e desenvolvimento dos profissionais da educação, que apoia as várias ações pedagógicas, e que

envolve ações de formação continuada, presenciais ou por meio de mídias interativas e utilização de tecnologias inovadoras.

No ensino profissionalizante, destaca-se o programa Via Rápida Emprego, que em 2012 qualificou 42.617 trabalhadores em cerca de 480 municípios do Estado de São Paulo, e chegou a 350 mil pessoas inscritas ao final do ano. No ensino técnico, destaca-se a expansão da rede de Escolas Técnicas (ETECs), com a inauguração 7 novas unidades, perfazendo um total de 210 escolas que hoje atendem mais de 220 mil alunos; assim como a rede de Faculdades de Tecnologia (Fatecs), que ofereceu, em 2012, 62 cursos de graduação, para 61 mil alunos.

Em relação às sentenças judiciais, destaca-se o pagamento de precatórios, de acordo com o Regime Especial de Pagamento de Precatórios, estabelecido pela Emenda Constitucional nº. 62/2009 e vigente desde janeiro de 2010. Em 2012 foram repassados R\$ 1,674 bilhão contra R\$ 1,546 bilhão em 2011, aumento nominal de 8,3%. No total, a despesa com sentenças judiciais, corrente e de capital, alcançou o valor de R\$2,3 bilhões em 2012.

Investimentos

Um componente importante da despesa do Estado é a rubrica de investimentos, que apesar de proporcionalmente menor em relação às despesas correntes, contempla objetivos estratégicos da gestão e tem por meta melhorar a qualidade de vida da população e criar as condições para um maior crescimento econômico e receitas futuras para o Estado. O investimento direto do governo do Estado no ano de 2012 foi de R\$8,1 bilhões. Esse valor representou uma queda em relação ao ano anterior, quando o Estado investiu R\$9,7 bilhões, em valores correntes. Para o ano de 2013, a LOA prevê um aumento substancial de investimentos, autorizando o Estado a investir R\$14,0 bilhões.

Quando se incorporam as subscrições de ações de empresas estatais para investimentos, o total executado em 2012 é de R\$11,1 bilhões, contra R\$14,0 bilhões do ano anterior. O total investido considerando-se os recursos próprios de empresas estatais foi de 14,0 bilhões em 2012.

	R\$ milhões		
	2011	2012	Varição (%)
Investimentos ¹	9.684,4	8.101,1	-16,3%
Inversões Financeiras Primárias ²	4.233,7	2.974,6	-29,7%
Empresas Estatais Não-Dependentes ³	2.327,6	2.921,4	25,5%
Total	16.245,7	13.997,1	-13,8%

Fonte: SEFAZ

Notas: 1) Investimentos incluem sentenças judiciais

2) Aumento de capital das empresas para que sejam feitos investimentos

3) Investimentos feitos com outras fontes de recurso (recursos próprios, operações de crédito e outras fontes) que não a fonte Tesouro.

Os maiores projetos de investimentos do Estado se concentraram em quatro Secretarias: Transportes Metropolitanos (STM), Logística e Transportes (SLT), Habitação (SH) e Saneamento. A STM apresentou o maior investimento em valores absolutos, totalizando R\$3,7 bilhões, dos quais R\$157 milhões são recursos próprios de empresas não dependentes. Esse valor representou uma leve queda com relação ao ano anterior, de 1,4% em valores nominais.

Estão sob a responsabilidade da STM as companhias do Metrô, CPTM e EMTU. O Metrô, que recebeu 877 milhões entradas de usuários no ano de 2012, está em fase de expansão de sua rede e concentrou boa parte dos investimentos da Secretaria. A ampliação da Linha 5 – Lilás (trecho Capão Redondo/Chácara Klabin) foi a que teve maior execução de investimentos no ano: R\$760,4 milhões. Está prevista a entrega do trecho Largo Treze-Adolfo Pinheiro já em 2013, e do trecho até a Chácara Klabin em 2015.

Além disso, outras linhas apresentaram grande execução orçamentária de investimentos para ampliação. Foi o caso das Linhas 15 – Prata (Ipiranga-Hospital Cidade Tiradentes); 17 – Ouro (Jabaquara - São Paulo Morumbi), com R\$215 milhões; 4 – Amarela (Taboão da Serra - Luz), R\$136 milhões. Altos investimentos foram executados para a modernização de trens da Linha 1 – Azul (R\$159 milhões) e da Linha 3 – Vermelha (R\$121 milhões), as duas linhas mais antigas da rede.

Processo similar se verifica na rede de trens metropolitanos, operada pela CPTM. Seis linhas estão passando por obras de infraestrutura e há obras de expansão nas linhas 7 – Rubi e 8 – Diamante. Os valores mais significativos de execução se deram na modernização das linhas 8 - Diamante (Julio Prestes – Amador Bueno); R\$259 milhões, 9 - Esmeralda (Osasco – Grajaú), R\$151 milhões; e Linha 11 – Coral (Luz – Estudantes), R\$122 milhões.

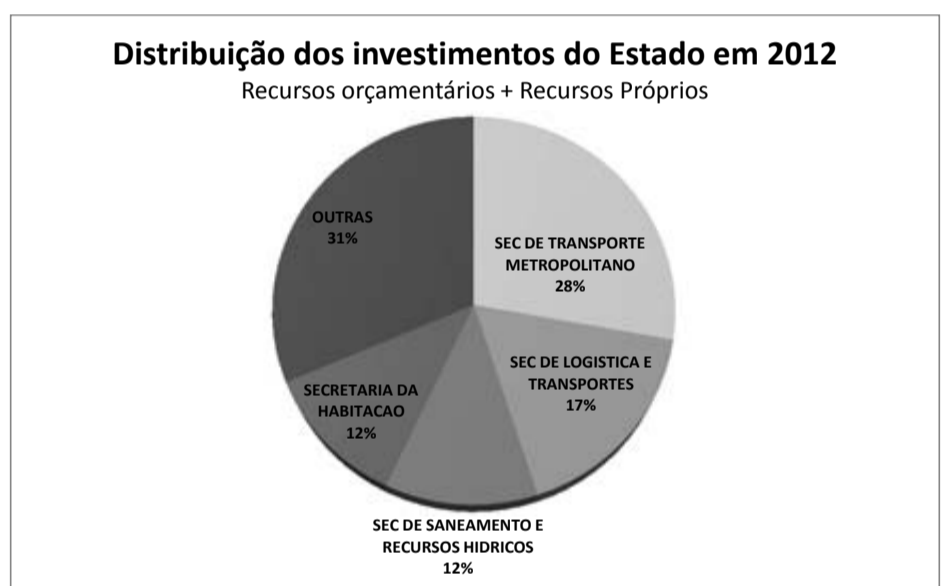
Há também muitas obras em fase de licitação e elaboração de projetos no âmbito da EMTU. Em 2012, as obras mais importantes já em andamento foram a modernização do Corredor Metropolitano ABD (passando por municípios do ABCD), das estações de transferência Itapevi e Jandira e a construção do trecho que ligará essas duas estações.

A SLT investiu R\$2,2 bilhões no exercício. Essa Secretaria é responsável por alguns dos projetos mais importantes da atual gestão, como o Rodoanel, executado por meio da DERSA, incluindo o trecho Norte que teve suas obras iniciadas em março de 2013. As obras contam com financiamento do BID no total de R\$5,6 bilhões, valor superior ao do trecho leste, também já em obras. Durante o ano de 2012 houve dispêndios com processos, licenças e obras menores nos trechos Sul e Oeste, já inaugurados.

Com relação a outro projeto de peso, a Nova Tamoios, as obras da etapa Planalto já foram iniciadas, com investimentos de R\$184 milhões no ano. Além desta, as duas obras em que mais houve execução de recursos para investimento no ano foram o Complexo Viário Jacu-Pêssego e a Nova Marginal Tietê. O DER executou obras rodoviárias compreendendo recuperação, duplicação e pavimentação de rodovias estaduais e da rede vicinal. No tocante a investimentos rodoviários, deve-se levar em conta também que as concessionárias de estradas paulistas investiram R\$2,4 bilhões em 6,3 mil km de rodovias concedidas, segundo a Artesp. A modernização da hidrovía do rio Tietê também recebeu investimentos de R\$150 milhões de reais neste ano.

A Secretaria de Saneamento investiu R\$1,6 bilhão no ano, 7% a mais do que no ano anterior, em valores nominais. A maior parte dessa execução se deu com uso de recursos próprios da Sabesp, que sozinha investiu R\$1,2 bilhão no exercício. Com os recursos orçamentários, boa parte dos projetos de investimento se concentrou no DAEE, como por exemplo serviços de conservação da estrutura hídrica no Estado, onde se investiram R\$227 milhões.

A Secretaria de Habitação também desenvolve programas importantes de investimento, com execução de R\$1,5 bilhão em 2012, direcionados a programas distribuídos em cinco linhas estratégicas: ação em áreas de risco, recuperação de favelas e cortiços, habitação sustentável no litoral paulista, fundos habitacionais e regularização fundiária. Em geral esses projetos são executados através da empresa estatal CDHU. O ano caracterizou-se pela consolidação do programa Casa Paulista, que ocorre em parceria com o setor privado e com o programa Minha Casa Minha Vida do governo federal.



DÍVIDA CONSOLIDADA

A relação entre a dívida e a receita é um importante indicador de equilíbrio das finanças públicas. A dívida consolidada do Estado de São Paulo em dezembro de 2012 atingiu R\$207,7 bilhões, um aumento nominal de 4,9% em relação a 2011, quando esse valor foi de R\$198,0 bilhões. O maior componente da dívida consolidada refere-se ao Programa de Ajuste Fiscal (Lei 9.496/97), cujo valor, corrigido monetariamente pelo IGP-DI e remunerado a juros de 6% ao ano, cresceu R\$12 bilhões, atingindo R\$183,4 bilhões em dezembro de 2012. O alto valor do índice de correção, o IGP-DI, que em 2012 foi de 8,11%, mais de 3 pontos percentuais acima do valor de 2011 (5,01%), impactou fortemente no aumento da dívida.

De outra parte, houve redução do estoque da dívida de precatórios, de R\$14,7 bilhões para R\$13 bilhões, indicando uma trajetória de queda do estoque. O pagamento de precatórios tem sido regido, desde 1º de janeiro de 2010, pelo Regime Especial de Pagamento de Precatórios, estabelecido pela Emenda Constitucional nº. 62/2009. Este dispositivo determina que o Tribunal de Justiça do Estado - TJ-SP é responsável pelo pagamento dessas obrigações. Desse modo, 1/12 (um doze avos) do valor correspondente a 1,5% da RCL de 2012, apurada no segundo mês anterior ao mês de referência, foi depositado mensalmente pela Fazenda do Estado em contas especiais do TJ-SP criadas para esse fim. Em 2012 foram repassados R\$ 1,674 bilhão contra R\$ 1,546 bilhão em 2011, aumento nominal de 8,3%.

A LRF determina que o estoque de dívida, líquido dos haveres financeiros do Estado, não pode ultrapassar o dobro da receita corrente líquida em um dado exercício. O Estado de São Paulo possui uma posição confortável em relação a este limite, uma vez que atualmente o estoque de dívida líquida supera em 54% a receita, portanto abaixo dos limites estabelecidos pela legislação brasileira.

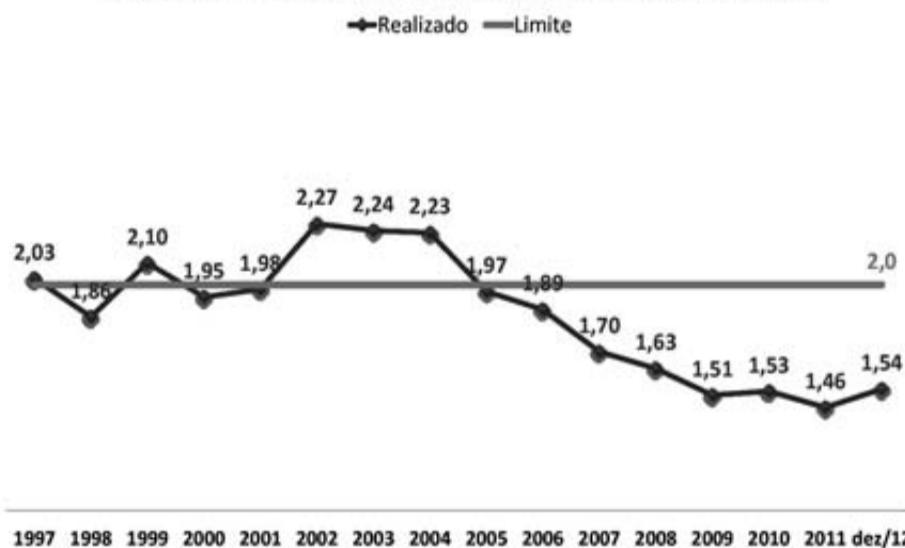
Além disso, a tendência é de queda nos últimos anos. A tabela a seguir mostra, de fato, uma elevação da proporção da dívida consolidada líquida (DCL) sobre a receita corrente líquida (RCL), mas esse movimento de alta se deve a uma adequação da composição da dívida de curto prazo. Aplicada a metodologia atual para os anos anteriores, a tendência de queda se mantém.

A partir de 2012, o Estado passou a considerar na linha Restos a Pagar Processados do demonstrativo da LRF todas as obrigações de curto prazo, além das decorrentes de contratos com fornecedores, de modo a estar compatível com o Manual de Demonstrativos Fiscais aprovado pela Portaria STN nº 407, de 20/06/2011. Essa adequação elevou a dívida de curto prazo e, conseqüentemente, elevou a relação DCL/RCL.

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) em 31/12/2012 totalizou R\$ 177,5 bilhões, apresentando um aumento de 12,8% em relação ao saldo existente em 31/12/2011. A razão DCL/RCL observada em 2011 foi de 1,46, e foi de 1,54 em 2012. Porém, para a análise da evolução do índice DCL/RCL sem efeitos da adequação do critério de Restos a Pagar, cabe comparar a relação DCL/RCL de 2012 com o valor que resultaria da mesma metodologia empregada para 2011. Neste caso, a trajetória é de queda. A razão DCL/RCL seria de 1,57 em 31/12/2011, portanto maior que o índice obtido em 2012.

em bilhões de R\$ saldo até o mês	dez.2007	dez.2008	dez.2009	dez.2010	dez.2011	dez.2012	Variação no ano	
							Δ	Δ%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	120,5	133,9	130,2	152,7	157,4	177,5	20,1	↑12,8%
Dívida Consolidada (DC)	141,4	161,3	162,0	187,4	198,0	207,7	9,7	
Progr. de Ajuste Fiscal (L. 9.496/97)	130,6	146,9	145,5	162,2	171,4	183,4	12,0	↑7,0%
Contratos Indexados ao Câmbio	3,6	5,0	4,0	5,0	6,5	7,0	0,5	↑7,6%
Demais Contratos e Dívidas	7,3	9,4	12,5	20,2	20,1	17,3	-2,8	↓13,9%
Lei 8.727 de 1993	2,2	1,9	1,5	1,1	0,8	0,5	-0,3	↓41,6%
BNDES	0,2	0,7	1,7	2,0	2,0	2,2	0,1	↑6,6%
Obrig. Trab., Legais e Tributárias	1,3	1,3	2,1	2,2	2,5	1,6	-0,9	↓36,2%
Precatórios	3,6	5,5	7,1	14,8	14,7	13,0	-1,7	↓11,5%
(-) Deduções	20,9	27,3	31,7	34,7	40,6	30,2	-10,4	
Saldo de Caixa e Aplicações Financeiras	14,1	19,1	20,9	26,4	32,9	31,5	-1,4	↓4,3%
Demais Ativos Financeiros	8,4	9,8	12,4	9,6	9,4	11,4	2,0	↑21,4%
(-) Restos a Pagar Processados	(1,6)	(1,6)	(1,6)	(1,4)	(1,7)	(12,8)	-11,0	↑640,0%
Receita Corrente Líquida (RCL)	70,6	82,2	86,6	99,9	108,1	115,4	7,3	↑6,8%
DCL/RCL	1,71	1,63	1,50	1,53	1,46	1,54	↑0,08	

Trajетória da Dívida Consolidada Líquida / Receita Corrente Líquida



A dívida do Estado indexada ao câmbio teve leve aumento de R\$ 0,5 bilhão ao longo do ano, enquanto houve redução da parcela "demais contratos e dívidas" em quase R\$ 3 bilhões. Por último, a concessão de garantias por parte do

Estado de São Paulo, ao final de 2012, somou R\$ 3,2 bilhões, equivalente a 2,8% da RCL, portanto, bem abaixo do limite estabelecido pela LRF de 32%.

4. COMENTÁRIO FINAL

Como ficou demonstrado por este relatório, a situação econômico-financeira do Estado de São Paulo satisfaz a todas as exigências legais estipuladas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A meta de resultado primário foi cumprida, e estão abaixo dos respectivos tetos legais as despesas com pessoal, a concessão de garantias e a dívida como proporção da RCL.

A importância da disciplina na gestão fiscal é evidente, pois permite que o Poder Público tenha condições permanentes de atender à população, provendo serviços e executando obras necessárias ao desenvolvimento socioeconômico do Estado.

Nos próximos anos, será necessária significativa melhoria na infraestrutura e novos marcos regulatórios indispensáveis ao crescimento econômico do país, assim como para atender à demanda gerada pelos eventos esportivos de grande porte previstos. Esses processos demandarão fortes investimentos e capacitação do Estado, mas não podem sacrificar o equilíbrio intertemporal das contas públicas. O Estado de São Paulo mostra que possui responsabilidade para atender às demandas do momento, sem comprometer a saúde fiscal de longo prazo.

Nesta parte do Relatório estão apresentadas as informações relativas à Execução Orçamentária detalhadas por Secretaria, Autarquias, Fundações e Empresas, também seus principais indicadores e atividades desenvolvidas estão destacados.

As tabelas de Demonstrativo de Despesas se referem aos valores nominais das despesas liquidadas no ano de 2012. As informações dos valores de despesas apresentados foram extraídas do SIGEO-Sistema de Informações Gerenciais da Execução Orçamentária utilizando-se do software Discoverer onde os itens do Plano de Contas do Estado de São Paulo foram reagrupados para demonstração deste Relatório.

Os valores da Execução das Despesas liquidadas das Autarquias, Fundações e Empresas CPTM, EMLASA, IPT, CETESB e CPTUR que estão no SIAFEM foram extraídos do SIGEO na sua totalidade.

Para as demais Empresas são apresentados os valores das despesas liquidados através do repasse do Tesouro, informações disponíveis no SIAFEM.

O quadro de números de funcionários mostra a quantidade de funcionários em cada Pasta obtida através do Cadastro Unificado de acordo com o Decreto n.º 52.624/08, processado pela Prodesp.

Quanto às informações dos indicadores e das atividades da Administração Direta e respectivas entidades vinculadas foram encaminhadas pelas Secretarias tutelares.

Casa Civil

	2011	2012	R\$ mil variação 12/11
1-Administração Direta	315.699,7	376.185,4	19,2%
Pessoal	104.517,2	116.161,6	11,1%
funcionários ativos	78.025,2	89.352,7	14,5%
inativos e pensionistas	0,1	-	-
obrigação patronal/insuf financeira	26.491,9	26.808,8	1,2%
Custeio	170.283,3	240.816,9	41,4%
Investimentos	40.899,3	19.206,9	-53,0%
2- Transferências a Empresas pelo Tesouro	6.999,3	7.629,0	9,0%
IMESP	6.999,30	7.628,98	9,0%
pessoal e custeio	6.999,30	7.628,98	9,0%
Total da Despesa	322.699,0	383.814,4	18,9%

Demonstrativo de Despesas

Número de funcionários

	2011	2012	12/11
Secretaria	1.260	1.292	2,5%
Ativos	1.260	1.292	2,5%
Imesp	897	832	-7,2%
Ativos	886	823	-7,1%
Pensionistas	11	9	-18,2%
Total da Pasta	2.157	2.124	-1,5%

I – Atividades

Constitui o campo funcional da Casa Civil, auxiliar o Governador no relacionamento com as diversas esferas de Poder, tanto interna quanto externa. Incluem-se aí as demais Secretarias de Estado, as Prefeituras Municipais, a Assembleia Legislativa e o Congresso Nacional.

1- Casa Militar

Em 2012 o Departamento Estadual de Defesa Civil realizou as seguintes atividades:

- Capacitação

Seminários Realizados: 15 (quinze), nas Regiões Administrativas do Estado, com ênfase em oficinas de elaboração de planos de contingência. **Objetivo:** capacitação de agentes públicos dos municípios para a resposta aos desastres, alcançando-se o treinamento de 1.555 pessoas;

Treinamentos específicos: 10 (dez), para a operação dos Planos Preventivos de Defesa Civil (PPDC), voltados ao período de chuvas (Operação Verão), capacitando mais 732 pessoas, superando-se a meta fixada no Plano Plurianual.

Um deles, especificamente direcionado a militares do Estado integrantes do Comando do Corpo de Bombeiros, os quais passaram a realizar o monitoramento pluviométrico, atividade para a qual foram devidamente instrumentalizados com 155 pluviômetros, o que aumentou a rede de monitoramento nos 129 municípios integrantes dos planos.

- Parcerias com outras Secretarias

Assinatura
- **Protocolo Unificado** entre várias secretarias do Estado (Casa Militar, Meio Ambiente, Segurança Pública, Saúde, Logística e Transporte). **Objetivo:** atendimento às emergências químicas no EstSP, visando padronizar a gestão das emergências ambientais com produtos químicos;

- **Protocolo de Intenções** entre CEDEC-SP e USP - Universidade de São Paulo. **Objeto:** estabelece as diretrizes e condições de cooperação mútua para a implantação e funcionamento do Centro de Previsão Hidrometeorológica do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da USP, colaborando com o desenvolvimento e o aprimoramento de pesquisas realizadas na área das ciências atmosféricas, além de fornecer informações valiosas para a prevenção da Defesa Civil.

- **Termo de Cooperação Técnica** com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, que inaugurou, ainda em fase experimental, a Educação a Distância (EAD) na Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, o que possibilitará a realização futura de cursos no ambiente virtual da Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP), potencializando enormemente a capacidade de formação e aperfeiçoamento de agentes de Defesa Civil;

- **Contrato IPT** - Instituto de Pesquisas Tecnológicas. **Objeto:** mapeamento de áreas de risco de deslizamentos e inundações e em 31 municípios e também para atendimento emergencial.

Celebração de convênio de fraternidade entre o Estado de São Paulo e a Província de Gunma, no Japão. **Objetivo:** troca de conhecimento e experiências na prevenção e gestão de riscos de desastres.

Parceria com a SABESP : identificação de áreas inundáveis nos municípios próximos às barragens do Sistema Cantareira de abastecimento

Inaugurado contato com a USP e o Ministério da Integração para a criação de um Centro de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (CEPED). **Objetivo:** propiciar o gerenciamento de riscos, mormente os desastres naturais causados pelos eventos climáticos, para a preservação de vidas e minimização de prejuízos sócio-econômicos e ambientais, otimizando as ações de prevenção e resposta da CEDEC, sendo, inclusive, autorizado pelo Governador do Estado a celebração de Termo de Cooperação, por Despacho datado de 5 de dezembro de 2012;

Estagiários FUNDAP: Início de prestação de serviço, nas áreas de meteorologia, engenharia, pedagogia e jornalismo, contratados por intermédio da Fundação do Desenvolvimento Administrativo.

- Outras parcerias

Realização de 2 Workshops Internacionais Brasil/Japão (Construindo Sociedades Resilientes em Planejamento de Recuperação de Desastres e Educação em Prevenção de Desastres Naturais) e um Seminário Internacional de Amizade Brasil e Japão em conjunto com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) e Associação dos Bolsistas da JICA (ABJICA);

Participação de policiais militares que atuam no Sistema Estadual de Defesa Civil, integrantes do Grupo de Apoio a Desastres da Secretaria Nacional de Defesa Civil (GADE/SEDEC), na coordenação de atividades de resposta a emergências como: estiagem e inundação, por meio do Comitê Integrado de Combate à Seca e do Centro de Monitoramento e Operações da Região Norte do Brasil, nos estados do Amazonas, Sergipe, Piauí, Bahia e Ceará.

Fortalecimento do Sistema Estadual de Defesa Civil

Entrega de 19 "kits de estiagem" (equipamentos para combate a incêndios em coberturas vegetais), aos municípios abrangidos pelo Plano Preventivo de Defesa Civil, para o período de estiagem na Região Metropolitana de Campinas- RMCamp.

Fomento: - Execução de mapeamentos de áreas de risco em 13 municípios paulistas, pela contratação do Instituto Geológico (IG), IPT, Comitê de Bacia Hidrográfica do Vale do Ribeira;

- **Implantação:** a) **Plano Preventivo de Defesa Civil** específico para o período de estiagem na RMCamp., constituindo-se em um nova frente de atuação da Defesa Civil, até então apenas habituada a ter planos para o período de chuvas; b) **Câmaras Temáticas de Defesa Civil** nos Conselhos de Desenvolvimento das Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas do Estado, constituindo-se em um novo e importante fórum de discussão de questões pertinentes à área.

Aquisição de Equipamentos para a estruturação das Defesas Cívicas municipais da RMCamp, por meio de iniciativas das câmaras temáticas de defesa civil.

Locação: 16 viaturas disponibilizadas aos Coordenadores Regionais de Defesa Civil do Estado e aquisição de um veículo para servir como Comando de Operações nos atendimentos as emergências no Estado de São Paulo.

Modernização do Centro de Gerenciamento de Emergências: continuação do processo, por meio da implantação de sistemas integrados de monitoramento e adequação da infraestrutura física.

Sistema de Alerta por SMS - aperfeiçoamento do sistema para integrantes do Sistema Estadual de Defesa Civil, observação: a prevenção e a mitigação dos impactos e efeitos dos eventos naturais.

Implantação: - sala de gestão de crises no Centro de Gerenciamento de Emergências, com sistema de videoconferência integrado com as Defesas Cívicas de outros Estados da Federação e com o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres – CENAD.

- equipamento no CGE para integração com a rede nacional de emergências de radioamadores (RENER) e capacitação do efetivo do CGE como operadores de rádio amador.

Treinamentos para as equipes do Centro de Gerenciamento de Emergências: INPE - **Sistema de Monitoramento de Queimada por Satélite**; DAEE - **SAISP (Sistema de Alerta a Inundações de São Paulo)**; Corpo de Bombeiros - **Sistema de Informações Operacionais do Corpo de Bombeiros**.

Exercício Simulado : remoção preventiva de moradores residentes em áreas de risco do município de Ubatuba e apoio ao exercício simulado no município de Santos.

- Ações Assistenciais

Participação na realização de ação de caráter cívico-social (ACISO) do Exército Brasileiro em parceria com a CEDEC na região de Campinas. Foram desenvolvidos trabalhos assistenciais, tais como atendimento médico e odontológico, distribuição de alimentos, roupas e medicamentos. Com o intuito de aproximar as comunidades dos órgãos municipais de defesa civil, a ação, que contou com o apoio irrestrito das coordenadorias municipais.

Participantes: 8.000 participantes, 13 municípios.

Participação da Campanha do Agasalho coordenada pela 1ª dama do Estado, presidente do Fundo de Solidariedade e Desenvolvimento Social e Cultural do Estado de São Paulo. **Arrecadação aproximada:** 22 mil peças.

- Convênios

O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, celebrou 40 convênios, com 34 prefeituras. Investimento total de R\$ 12.022.031,65 em obras preventivas e recuperativas de Defesa Civil.

Construção de Ponte		(A) R\$ 9.444.083,21
Município	Local	Total R\$
Ariaranha	Estrada Municipal ARH-020 – Córrego do Leite	711.494,93
Buri	Estrada Vicinal Buri/Bairro Matão sobre o Rio Enxovia	342.426,15
Buri	Estrada Vicinal Buri/Bairro Matão sobre o Córrego Morro do Cavalo	367.581,87
Campos do Jordão	Rua Elídio Gonçalves da Silva	222.400,91
Cardoso	Estrada Municipal CDS-477, sobre o afluente do Ribeirão Tomaizão	148.354,23

Secretaria da Fazenda

Demonstrativo de Despesas

	2011	2011	R\$ mil variação 11/10
1-Administração Direta	3.014.391,1	3.166.933,7	5,1%
Pessoal	2.522.144,8	2.673.508,1	6,0%
funcionários ativos	1.482.643,3	1.465.372,0	-1,2%
inativos e pensionistas	0,1	-	-
obrigação patronal/insuf financeira	1.039.501,4	1.208.136,1	16,2%
Custeio	386.219,8	416.203,7	7,8%
Investimentos	106.026,5	77.222,0	-27,2%
3- Transferências a Empresas	338.180,3	1.261,8	-99,6%
COSESP	1.180,3	1.261,8	6,9%
pessoal e custeio	1.180,3	1.261,8	6,9%
Cia Paulista de Securitização	337.000,0	-	-
transferência de capital	337.000,0	-	-
Total da Despesa (1+2+3)	3.352.571,4	3.168.195,5	-5,5%

	2011	2012	R\$ mil 12/11
IPESP	45.790,9	48.109,0	5,1%
Pessoal *	35.655,9	35.968,7	0,9%
Custeio	9.997,6	11.967,4	19,7%
Investimento	137,3	172,9	25,9%
São Paulo Previdência - SPPREV	17.577.261,1	21.041.127,4	19,7%
Pessoal	17.518.442,5	20.949.051,4	19,6%
ativo	13.552,9	20.688,8	52,7%
inativos e pensionistas	17.504.889,6	20.928.362,5	19,6%
Custeio	58.377,4	89.807,6	53,8%
Investimentos	441,3	868,4	96,8%
Sentenças Judiciais	-	1.400,0	-
Total da Despesa (IPESP +SPPREV)	17.623.052,0	21.089.236,4	19,7%

* inclui obrigação patronal / insuficiência financeira
Lei Complementar nº 1.010, de 01/06/2007 instituiu a SPPREV entidade gestora do Regime Próprio de Previdência dos Servidores e alterou o plano de contas contábeis conforme Portaria MPS nº 916/03 e atualizações. As despesas com inativos e pensionistas passaram a ser, a partir de setembro/2007, contabilizadas na SPPREV, e nos órgãos e entidades estaduais, registradas as despesas com obrigações patronais (contribuição patronal/ insuficiência financeira).

Número de Funcionários

	2011	2012	11/10
Secretaria	8.462	7.714	(8,8)%
Ativos	8.462	7.714	(8,8)%
COSESP	40	39	(2,5)%
Ativos	40	39	(2,5)%
CPP	4	3	(25,0)%
Ativos	4	3	(25,0)%
Desenvolve SP	149	150	0,7%
Ativos	149	150	0,7%
PREVCOM	-	48	-
Ativos	-	48	-
Total da Pasta	8.655	7.954	-8,1%

	2011	2012	12/11
São Paulo Previdência - SPPREV	345.752	411.650	19,1%
Ativos	300	297	(1,0)%
Inativos e Pensionistas	345.452	411.353	19,1%
IPESP	5.894	399	(93,2)%
Ativos	34	29	(14,7)%
Inativos e Pensionistas	5.860	370	(93,7)%
Total da Pasta	351.646	412.049	17,2%

I - Medidas de Política Tributária

As principais Medidas de Política Tributária adotadas durante 2012 foram:

Benefícios Fiscais - Aves:

- Crédito de ICMS para saídas internas e para o exterior de carne e demais produtos comestíveis resultantes do abate de aves (Decreto 58.188, de 02/07/12);
- Possibilidade dos estabelecimentos abatedores de aves neste Estado utilizarem crédito acumulado do ICMS para fins de obtenção de financiamento junto à Agência de Fomento do Estado de São Paulo (Decreto 58.456, de 16/10/12);
- Ampliação de benefício para os abatedores de aves. O crédito acumulado do ICMS passível de ser utilizado para fins de obtenção de financiamento passou a ser aquele gerado até 31/12/13. O prazo anterior era até 31/12/12 (Decreto 58.764, de 20/12/12).
- Diferimento do ICMS** incidente nas saídas de embalagens industriais usadas, com o objetivo de contribuir com as atividades de limpeza, descontaminação e recuperação desses produtos, em consonância com a legislação de preservação ambiental (Decreto 58.391, de 14/09/12).
- isenção do ICMS**

No transporte de mercadoria para armazém geral localizado em território paulista, com o objetivo de reduzir o custo do transporte de mercadoria destinada à exportação, propiciando maior competitividade ao exportador paulista (Decreto 58.389, de 14/09/12);

- Nas operações interna e interestadual com trens, locomotivas e vagões destinados às redes de transporte público sobre trilhos de passageiros (Decreto 58.491, de 26/10/12);
- Nas operações internas com matéria-prima, material secundário, embalagens, partes, peças, máquinas e equipamentos a serem empregados na fabricação, manutenção ou reparação de trens, locomotivas ou vagões destinados às redes de transporte público sobre trilhos de passageiros (Decreto 58.492, de 26/10/12).
- Nas operações internas com bens e mercadorias destinados à implantação das Linhas 6 – Laranja e 18 – Bronze, da Rede Metroferroviária do Estado de São Paulo (Decretos 58.618, de 26/11/12, e 58.810, de 27/12/12).

-Manutenção do crédito do ICMS

- Na hipótese de saída, com isenção desse imposto, de locomotiva com potência superior a 3.000 HP produzida neste Estado e destinada ao transporte ferroviário de cargas (Decreto 58.390, de 14/09/12);
- Nas operações isentas com mercadorias e bens destinados à construção, ampliação, reforma ou modernização de estádios a serem utilizados na Copa do Mundo de 2014 (Decreto 58.500, de 31/10/12).

-Prorrogação

- De prazo para recolhimento do ICMS nas saídas de mercadorias negociadas durante o evento Office Paper Brasil Escolar – 26ª Feira Internacional de Produtos, Serviços e Tecnologia para Escolas, Escritórios e Papelarias (Decreto 58.281, de 08/08/12).
- Por tempo indeterminado, dos benefícios de redução da base de cálculo e de crédito outorgado para as seguintes mercadorias:

Bens destinados à integração ao ativo imobilizado; couro e produtos de couro; vinho; perfumes, cosméticos e produtos de higiene pessoal; instrumentos musicais; brinquedos; produtos alimentícios; serviço de comunicação contratado pelas empresas de "call center"; produtos eletrodomésticos; lâmpadas LED; painéis de partículas de madeira (MDP) ou de fibras de madeira de média densidade (MDF) ou de chapas de fibras de madeira; células fotovoltaicas em módulos ou painéis; barras de aço; leite; carne e demais produtos comestíveis, resultantes do abate em território paulista de aves, leporídeos e gado bovino, bufalino, caprino, ovino e suíno; móveis; carne e dos demais produtos comestíveis resultantes do abate de aves, frescos, resfriados, congelados, salgados, secos, temperados ou defumados para conservação, desde que não enlatados ou cozidos. (Decreto 58.761, de 20/12/12).

- Até 30/06/2014, do diferimento e suspensão do lançamento do ICMS beneficiando diversos setores:

Madeira, eletrodomésticos, lâmpadas LED, células fotovoltaicas, resina de uréia-formaldeído e vagões ferroviários de carga (Decreto 58.762, de 20/12/12).

- De benefício:

- Incentivos no Âmbito dos Parques Tecnológicos,
- Programa de Incentivo ao Investimento pelo Fabricante de Veículo Automotor e
- Programa de Incentivo ao Investimento pelo Fabricante de Produtos da Indústria de Processamento Eletrônico de Dados (Decreto 58.768, de 20/12/12).

- Até dezembro de 2013, da sistemática simplificada de apropriação de crédito acumulado por contribuintes que geram esse tipo de crédito até o montante de 10 mil UFESPS (Decreto 58.766, de 20/12/12).

- Simplificação dos procedimentos** para comunicação de suspensão de atividade ou de solicitação de baixa de inscrição no Cadastro do ICMS (Decreto 58.451, de 11/10/12).

Base de Cálculo

- Fabricantes paulistas de queijo** com possibilidade de acumular os benefícios de redução da base de cálculo e de crédito outorgado do ICMS (Decreto 58.286, de 08/08/12).
- Redução da base de cálculo do ICMS** incidente nas saídas internas de *suco de laranja* (Decreto 58.308, de 16/08/12).
- Exclusão da gorjeta da base de cálculo do ICMS** incidente sobre o fornecimento de alimentação e bebidas promovido por bares, restaurantes, hotéis e estabelecimentos similares (Decretos 58.374 e 58.375, de 06/09/12).
- Aprimoramento do benefício** de redução da base de cálculo do ICMS incidente nas saídas internas de produtos têxteis (Decreto 58.765, de 20/12/12)

Regime Especial - Concessão

- Para transferência de crédito do ICMS do fabricante de açúcar e etanol para a cooperativa centralizadora de vendas de que faça parte (Decreto 58.442, de 10/10/12).
- Prorrogação, até 31/12/13, da vigência da disciplina que permite a concessão, para apropriação e utilização de crédito acumulado do ICMS por contribuinte que realize saídas de carne e demais produtos comestíveis resultantes do abate de aves, gado e leporídeos.

Crédito Tributário e Inadimplência

- Parcelamento do ICMS** incidente nas saídas de mercadorias promovidas em dezembro de 2012 por contribuintes varejistas (Decreto 58.757, de 20/12/12).
- PEP do ICMS - Programa Especial de Parcelamento no Estado de São Paulo:** instituído pelo Decreto 58.811, de 27/12/12.

Substituição Tributária

Prorrogação, até 30/06/14, do prazo especial para recolhimento do ICMS devido pelo substituto tributário, em relação às seguintes mercadorias:

a) medicamentos; (b) bebidas alcoólicas, exceto cerveja e chope; (c) produtos de perfumaria; (d) produtos de higiene pessoal; (e) ração animal; (f) produtos de limpeza; (g) produtos fonográficos; (h) autopeças; (i) pilhas e baterias; (j) lâmpadas elétricas; (k) papel; (l) produtos da indústria alimentícia; (m) materiais de construção e congêneres; (n) produtos de colchoaria; (o) ferramentas; (p) bicicletas e suas partes, peças e acessórios; (q) instrumentos musicais; (r) brinquedos; (s) máquinas e aparelhos mecânicos, elétricos, eletromecânicos e automáticos; (t) produtos de papelaria; (u) artefatos de uso doméstico; (v) materiais elétricos; (w) produtos eletrônicos, eletroeletrônicos e eletrodomésticos (Decreto 58.769, de 20/12/12).

Produção e de Exploração de Petróleo e de Gás Natural

- Aprimoramento do Programa de Incentivo à Indústria de Produção e de Exploração de Petróleo e de Gás Natural no Estado de São Paulo (Decreto 58.388, de 14/09/12).

II – Atividades

As informações da Secretaria da Fazenda - SEFAZ foram divididas em:

1. Área Executiva

A área executiva compreende: Coordenadoria de Administração Tributária - CAT, Coordenação da Administração Financeira - CAF, Coordenadoria de Entidades Descentralizadas e de Contratações Eletrônicas - CEDC, Grupo de Captação de Recursos - GCR e Departamento de Controle e Avaliação - DCA.

1.1 - Coordenadoria de Administração Tributária - CAT

As atividades mais relevantes que foram desenvolvidas pelas diretorias subordinadas à Coordenadoria da Administração Tributária - CAT foram:

1.1.1 - Diretoria Executiva da Administração Tributária – DEAT

a) **Fiscalização Direta de Tributos** - concluídas quase 8.000 auditorias, mais de 111 mil Ordens de Serviços Fiscais (OSF) e lavrados 15.449 Autos de Infração e de Imposição de Multa (AIIM), resultando em crédito tributário no valor de R\$ 33,4 bilhões.

b) DEC – Domicílio Eletrônico do Contribuinte – Trata-se de um portal de serviços e de comunicação eletrônica da SEFAZ com o contribuinte. Até dia 31/12/2012, já havia mais de 560 mil empresas cadastradas, conforme quadro abaixo:

Regime Periódico de Apuração - RPA	271.673 empresas
Simples Nacional emitentes de NF-e cadastradas	295.215 empresas
Credenciadas até dezembro de 2012	566.888 empresas
Total de estabelecimentos (uma mesma empresa pode ter um ou mais estabelecimentos)	717.416 estabelecimentos
Até 31/12/2012, foram enviados, via DEC, 839.274 avisos e 50.432 notificações.	

c) SPED – Sistema Público de Escrituração Digital - Sistema desenvolvido pelo fisco das três esferas de governo (federal, estadual e municipal). Dentre seus módulos:

NF-e – Nota fiscal eletrônica: implantação das funcionalidades de denegação de autorização de uso de NF-e nas operações internas e interestaduais; uso das informações NF-e aprimorado, com universos no datawarehouse (BO) e relatórios *InfoView*, atualizados diariamente.

CT-e: Sistema de Conhecimento de Transporte Eletrônico: implantação em produção da SEFAZ Virtual de Contingência (SVC) de São Paulo; disponibilização do emissor gratuito do CT-e com a nova versão do CT-e; disponibilização de Universo no BO (CT-e e Credenciados no CT-e);

EFD – Escrituração Fiscal Digital: implantação do cronograma da obrigatoriedade EFD de todos os RPA até 2014 - Comunicado DEAT EFD 5/2012; informações da EFD : disponibilizadas por meio do Ofício Circular DEAT 39/2012.

SAT - Sistema Autentificador e Transmissor: projeto aprovado em teste piloto: finalização do sistema de retaguarda da SEFAZ/SP e contratação de fornecimento de certificados digitais pelo IMESP; publicação da Portaria CAT 147/2012 (implantação do SAT e seu cronograma de obrigatoriedade).

SPED CONTÁBIL: novos roteiros de auditoria foram criados para adequar-se aos padrões contábeis internacionais e atender o Sistema. Em setembro, ocorreu o 1º curso de auditoria contábil digital com o uso de arquivos do SPED. Participantes: 72 AFRs das 18 Delegacias do Estado.

d) Processo Administrativo Tributário eletrônico (Sistema e-PAT) – 2012 foi o ano em que se implantou completamente o Contencioso Eletrônico – ePAT, atingindo-se o índice de 100% de AIIMS lavrados nesta plataforma desde o mês de março e; implantação de novos módulos, como a representação por crime de sonegação fiscal, a análise de parcelamentos e liquidação com crédito acumulado, e diligência dos órgãos do julgamento e representação fiscal. Foi efetivada a integração do DEC com o ePAT. Outros sistemas estão com integração prevista para 2013, como o da Consulta Tributária Eletrônica.

e) eCredRural - Implantação de sistema eletrônico para gerenciar créditos do ICMS de produtores rurais e de cooperativas de produtores rurais (substituiu demonstrações em papel e o deslocamento físico de contribuintes às Unidades de Atendimento da Secretaria). Ganhador, em Setembro, do prêmio e-GOV 2012 – Categoria “e-Serviços Públicos”. Desde janeiro, o sistema e-CredRural faz o controle da apropriação e utilização de crédito de ICMS de produtores e de cooperativas rurais, beneficiando aproximadamente 400 mil contribuintes.

f) Sistema de Crédito Acumulado – Melhoria de funcionalidades para recebimento de arquivos da sistemática de “Custos”; ambiente para testes do contribuinte e verificações sumárias pelos Agentes Fiscais.

g) Projeto Profisco – *Novo relacionamento eletrônico com o contribuinte* – Elaboração de edital de contratação de consultoria para auxílio na construção de portal eletrônico de serviços na internet.

h) GIA (Guia de Informação e Apuração do ICMS) Substitutiva pela internet - Foi publicada a Portaria CAT 103/2012, possibilitando o recebimento pela internet dos pedidos de substituição de GIA, com a diminuição da necessidade de deslocamento dos contribuintes aos Postos Fiscais, e maior visibilidade do trânsito interno destes pedidos. GIAs substitutivas recebidas: cerca de 80.000 por ano.

i) Comércio eletrônico – Implantação de pós validação de arquivos de comércio eletrônico para verificação de validade do certificado digital do contribuinte; Implantação webcad – ferramenta de consulta ao cadastro de contribuintes da Sefaz. Estudos guerra fiscal comércio eletrônico.

j) Continuidade do aperfeiçoamento dos esforços para o controle e a fiscalização do IPVA, ITCMD, Taxas e dos Cartórios.

IPVA

Divulgação de cartilha explicativa sobre situações práticas do IPVA aos proprietários de veículos automotores.	
Fiscalização e cobrança do IPVA de veículos licenciados em outros estados	Resultado Parcial: 341 veículos autuados. Valor Total: R\$ 851.344,67.
Agilização da cobrança dos débitos, no próprio ano de incidência.	Débitos Lançados: 4.176.368 Valor Total: R\$2.564.724,56
Continuidade da construção do Cadastro de Contribuintes de IPVA.	

ITCMD: Utilização, desde 2009, dos dados do Imposto de Renda para fiscalização do ITCMD sobre doações (cobrança de mais de R\$ 60 milhões até o momento).

Taxas: Nova lei de Taxas em elaboração;

Cartórios:

Desenvolvimento	
Sistema para cadastramento dos cartórios e envio de informações de escrituras lavradas em que há incidência de ITCMD	-cartórios cadastrados: 1.200 -escrituras recebidas: 40.000
Módulo para o envio de informações de venda de veículos que tiveram firma reconhecida nos cartórios.	

k) Simples Nacional – Planejamento e adoção de roteiro de fiscalização de empresas do Simples Nacional, com revisão das rotinas. **Resultado:** redução de 50% no tempo gasto na fiscalização.

Utilização dos dados da Nota Fiscal Paulista para fiscalização do Simples Nacional. Cruzamento com informações de cartão de débito/crédito. **Resultado:** em cerca de 500 acionamentos fiscais (omissão de receita da ordem de R\$ 900 milhões em 2010).

Notificações de cobranças: em dezembro de 2012 foram enviadas 8 mil notificações, relativas a débitos de diferencial de alíquota ou substituição tributária do ano de 2007.

Defesa da aplicação da substituição tributária dentro do Simples Nacional com participação de debates junto à frente parlamentar da micro e pequena empresa.

Desenvolvimento de projeto de conta fiscal para débitos dentro do Simples Nacional.

Início do modelo de fiscalização orientadora, onde empresas que apresentam pequenos indícios de sonegação são beneficiadas com envio de avisos eletrônicos permitindo a regularização espontânea.

Sistema único de fiscalização no Simples - desenvolvimento em conjunto com a Receita Federal. **Objetivo:** permitir a todos os entes federativos lavar um auto de infração através de uma única ferramenta.

Decreto e Portarias publicadas em outubro: a) Decreto nº 58.451 e Portaria CAT-142 simplificaram os procedimentos de baixa de contribuintes optantes do Simples Nacional; Portaria CAT 141: dispensou o Microempreendedor Individual - MEI da entrega da Declaração do Simples Nacional relativa à Substituição Tributária e ao Diferencial de Alíquota - STDA referente às operações e prestações praticadas nos anos-base 2009 e 2010 e o liberou da obrigatoriedade de preencher e enviar a STDA ano base 2011.

l) Programa Gerenciador de Serviços Fiscais – PGFSF - Implantação do Módulo de Produtividade, em operação desde agosto, embora ainda sofrendo ajustes técnicos.

m) Início da “Operação GIA X NF-e” - Confrontou débitos declarados em GIA com os débitos destacados nos documentos fiscais eletrônicos emitidos pelos contribuintes dos Setores de Eletroeletrônicos, Metalúrgicos e Máquinas, para os exercícios de 2010 e 2011. Com apenas um terço dos trabalhos concluídos, foram lavrados 16 AIIMS, que resultaram em crédito tributário superior a R\$ 128 milhões.

n) Operação Alumínio – Combate a fraudes no setor de alumínio, por parte da Setorial Metalúrgica e da Assistência de Fiscalização Especial. **Resultados até 31/12/12**

Foram lavrados 87 Autos de Infração (AIIMS). Total: R\$ 142 milhões. Trabalhos fiscais em andamento- estimativa do imposto: R\$ 210 milhões.
--

o) Operação Etileno - Deflagrada em 09/06/11 para combater fraude fiscal estruturada (FFE) no setor de plásticos (PET e polietileno) envolvendo a simulação de operações com a Zona Franca de Manaus para usufruir indevidamente de benefícios fiscais. Análise fiscal concluída com ações fiscais derivadas em andamento. **Resultados até 31/12/12**

Incremento da arrecadação por mudança de comportamento do alvo principal: R\$ 18 milhões. Total de Autuações: R\$ 187 milhões.

p) **Operação Passeio** - Deflagrada em 24/04/12 para combater FFE, no setor de artigos esportivos envolvendo operações interestaduais com aproveitamento de benefícios fiscais visando à geração de créditos indevidos. **Situação Atual:** Análise Fiscal Concluída. Plano de Trabalho dela derivado: em execução. **Resultado até 31/12/12:**

Total de Autuações: R\$ 117 milhões.

q) **Operação Czar** - Deflagrada em 16/05/12 para combater FFE no setor de bebidas (cervejas). Análise fiscal concluída definindo-se um Plano de Trabalho a ser executado em 2013. **Resultado até 31/12/12:**

Incremento da arrecadação por mudança de comportamento dos alvos: R\$ 138 milhões.

r) **Operação Falsa Corrente** - Deflagrada em 02/10/12 para combater FFE envolvendo empresas atacadistas paulistas e de outros estados, em especial nas operações com produtos alimentícios e de higiene, sujeitas ao regime de Substituição Tributária. Resultados até 31/12/12:

Suspensão da Inscrição Estadual de 08 empresas. Análise fiscal em andamento

s) **Operação Quebra-Gelo I e II** - Investiga contribuintes suspeitos de emissão irregular de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) que foram identificados com base em análises de Data Mining (varredura em bancos de dados). Se comprovado dolo nas operações inidôneas, haverá ainda representações para fins penais:

	Quebra-Gelo I	Quebra-Gelo II	Total
Estabelecimentos fiscalizados	234	218	452
IEs suspensas	190	163	353
ICMS destacado em notas fiscais eletrônicas (NF-e) Bloqueado	R\$ 520 milhões	R\$ 134 milhões	R\$ 654 milhões

t) **Fiscalização Eletrônica de Veículos** - Utilização dos dados de passagem de veículos (sistemas “SEM PARAR” e radares OCR) para o controle de mercadorias e a investigação de fraudes. Participação no projeto de 500 radares OCR da Prefeitura de São Paulo. **Fiscalização de IPVA: Piloto** a partir da seleção de 450 veículos. **Resultado:**

Lançamento de débitos para 27 veículos, sendo recolhidos R\$ 37.294,83 e 8 veículos transferidos para São Paulo. Iniciado novo plano, com identificação de cerca de 120.000 veículos, sendo 3.119 pertencentes a pessoas físicas domiciliadas em todas as regiões do estado.
--

u) **Setor de Combustíveis** – Continuidade da política de ações firmes no setor, seja nos controles cadastrais, seja no combate à sonegação, à fraude, à inadimplência fraudulenta, à falsidade ideológica e à adulteração do produto. Em 2012, foram realizadas:

Fiscalizações em Postos de Combustíveis no Estado: 2.154. **Resultado:** 128 postos cassados por irregularidades. O índice de desconformidade no período caiu para 4,26%. Neste ano foi atingida a marca de 1.000 postos cassados desde o início da operação, em 2005.

v) **Setor de Comunicações e Energia** – Operações em andamento: 28. Já foram lavrados 40 AIIMS que totalizaram mais de R\$ 2 bilhões.

w) **RECOPI Nacional** - Implantação do Sistema de Reconhecimento e Controle das Operações com Papel Imune – RECOPI e apresentação do referido sistema no CONFAZ com a elaboração do Convênio ICMS 9/2012 para utilização pelos demais Estados da Federação a partir do ano de 2013.

x) **Papel Imune:** ações de combate às fraudes, intensificadas através da implantação do sistema RECOPI, que já possui mais de 1.400 empresas e 1.500 estabelecimentos credenciados, com mais de 3.900 perguntas respondidas no Canal “Fale Conosco”. Mais de 19 empresas já foram consideradas como Nulas ou Inaptas, sendo descredenciadas do RECOPI. Há mais de mil Pedidos de Verificação Fiscal em andamento e foram lavrados mais de 100 AIIMS, num crédito tributário de cerca de R\$ 280 milhões.

y) **Procuradoria Geral do Estado** – PGE - Continuidade da parceria, visando à reversão de medidas judiciais liminares e à cobrança de inadimplentes, incluindo a produção de Notas Técnicas dimensionando situações de prejuízo ao erário, como por exemplo, a Operação Penhora de Recebíveis (Segunda Fase), em que a PGE requer em execuções fiscais a penhora de recebíveis das administradoras de cartões de crédito e de débito utilizados pelos clientes das empresas varejistas com débitos inscritos na Dívida Ativa. Foram elaboradas 1.059 Notas Técnicas no primeiro semestre de 2012.

z) **Guerra Fiscal** – Autos bilionários contra a guerra fiscal foram lavrados no âmbito da operação Tolerância Zero, em autuações que questionam valor de imposto retido em favor do erário paulista, quando a mercadoria envolvida recebeu benefício fiscal ilegal na origem. O crédito tributário já passa dos R\$ 6 bilhões.

aa) **Guerra dos Portos** - No caso da importação de bens e mercadorias, houve a importante aprovação da Resolução 13/2012 pelo Senado Federal, que implanta, a partir de janeiro de 2013, a alíquota única de 4% neste tipo de operação, minimizando os efeitos da chamada “guerra dos portos”. A partir de 01 de janeiro de 2013, entram em vigor novas obrigações acessórias, visando coibir fraudes que poderão surgir com a nova medida. Estes novos controles, como a Ficha de Controle de Importação (FCI), estão sendo divulgados interna e externamente, para melhor cumprimento pelos contribuintes e verificação pelo fisco.

ab) **Substituição Tributária** – Validação do processo de revisão de margens de valor agregado (MVA) patrocinadas pelas entidades representativas dos setores econômicos com a elaboração dos institutos de pesquisas de preços, estudo do deslocamento do polo passivo da substituição e fiscalização permanente de substitutos tributários do ICMS localizados em outras UFs.

ac) **Novas Receitas** - Estruturação da fiscalização de receitas de “royalties” do petróleo.

ad) **Atualização no CADESP** - Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado de São Paulo – Houve a cassação de 25.911 Inscrições Estaduais por inatividade presumida, promovendo o saneamento deste cadastro.

ae) Implantação de nova política de atendimento ao público – Tem como pilares as “centrais de multisserviços”, o SIGA - Sistema de Gestão do Atendimento Presencial, o Guia de Serviços e Manual do Atendente, a BIA – Base de Informações do Atendimento e o aperfeiçoamento dos serviços oferecidos por internet e por telefone. Em 2012, foram realizados:

- **Atendimentos Presenciais:** mais de 2 milhões, sendo 85% realizados em menos de 10 minutos.

- **Avaliação dos usuários do serviço prestado:** nota média de 3,9 (nota máxima 4), o que representa excelência no atendimento. O atendimento está sendo aperfeiçoado em todos os canais de relacionamento da Sefaz.

af) **Regime Especial** - Controle dos prazos de vigência e manutenção do Sistema Regime Especial na página da DEAT na Intranet. **Pedidos de Regime Especial:** foram analisados 1250 processos, sendo deferidos 426, indeferidos 216, revogados, cassados, e outros 117, com 759 decisões e 491 despachos interlocutórios.

ag) **Cooperação com órgãos externos** – assinala-se a renovação, por mais 5 anos, de Termo de Cooperação Técnica entre as Secretarias da Fazenda de São Paulo e de Minas Gerais, com os Ministérios Públicos destes dois estados, o que continuará a permitir a atuação conjunta e a troca de informações, sempre com resultados muito positivos para todas as partes, permitindo combate mais eficiente e efetivo às fraudes fiscais estruturadas.

ah) **Nota Fiscal Paulista** – Diversos aprimoramentos efetuados no sistema da Nota Fiscal Paulista, como a acessibilidade a deficientes visuais.

NFP: Autuações no âmbito do direito do consumidor

	29/09/2011 a 03/12/2012
Autos de Infração	21.808
Fornecedores Autuados	17.538
Denúncias Autuadas	153.611
Pagamentos (dez/11-dez/12): R\$ 27.918.006,84	

NFP – Placar

Total Distribuído	R\$ 6.904.144.883,46
Créditos distribuídos	R\$ 6.156.744.883,46
Prêmios distribuídos	R\$ 747.400.000,00
Usuários cadastrados	14.158.033
Notas/Cupons Fiscais processados	21.028.327.804
Estabelecimentos cadastrados	804.021
Adesões ao Regulamento do Sorteio	12.530.529

a) Principais alterações na legislação:

Critério para apuração do imposto pelas distribuidoras de energia elétrica do regime de caixa para de competência (Decreto 57.177 de 27/07/11), com vigência a partir de janeiro de 2012, resultando na antecipação de 40% da arrecadação no 1º mês.

Portaria CAT nº 87/2006: entrega dos arquivos previstos no Protocolo ECF 04/01 passa a ser via TED.

Alterações diversas na legislação visando reprimir elisão e sonegação, como a Portaria CAT 05/12, e a alteração da Portaria CAT 55/04.

Estudo da alteração da Portaria CAT nº 17/99, com inclusão de arquivo simplificado: validadores, recepção e pré-processamento dos arquivos.

Edição do Decreto 58.031/12, implementando os benefícios previstos no Convênio ICMS 81/11 na prestação de serviços de comunicação visual em mídia exterior (outdoor), resultando no recolhimento de R\$ 28 milhões.

a) **Gestão de Pessoas - Com a previsão de que haverá, até o final de 2015, a aposentadoria de cerca de setecentos (700) AFRs, houve planejamento para realização de Concurso Público para Agentes Fiscais de Rendas, onde se permitirá o ingresso de 885 novos AFRs, a partir de 2013, cerca de 656 destes serão destinados à DEAT e DRTs, o que exigirá enorme esforço para sua recepção, capacitação e mais eficiente alocação.**

ak) **Capacitação:** 2.700 servidores, sendo 31% Técnicos da Fazenda Estadual - TEFES e funcionários administrativos, em mais de 91 mil horas de treinamento e 114 cursos. Nestes, os destaques foram:

Auditoria Contábil, ePAT, Código do Contribuinte, Qualidade no Atendimento, Tendências Mundiais em Gestão Pública, Seminário de Cobrança.

al) **Gestão do Conhecimento – Destaca-se como iniciativa, o projeto ABC da Fiscalização Direta, que cria uma base de conhecimentos com informações práticas para orientar a execução dos acionamentos fiscais. Trata-se de página acoplada à SEFAZNET, intitulada "ABC da Fiscalização Direta de Tributos", com possibilidade de atualização permanente, mediante utilização de recursos de compartilhamento do SharePoint, como Wikis e Fóruns de discussão.**

1.1.2 - Diretoria de Arrecadação – DA

Sistema Gestão do Crédito Tributário - sistema informatizado para controle da inadimplência e da cobrança de ICMS, formado por três módulos: "Sistema de Cobrança", "Relatórios de Inadimplência de Débito Declarado em GIA" e "Relatório de Parcelamentos de Débitos não Inscritos". A base de dados do módulo "Relatórios de Inadimplência", foi alterada em abril/2012, sendo necessário homologar a nova base de dados e ajustar os relatórios, o que serão finalizados em 2013.

PPI/ICMS - Programa de Parcelamento Incentivado do ICMS- definição sobre repactuação dos débitos, atendimento de diversos expedientes envolvendo saneamento dos parcelamentos e ajustes no "Sistema da Dívida Ativa", "Sistema do PPI" e cobrança quinzenal de parcelas a vencer, conforme lista de contribuintes indicada pelo Gabinete do Sr. Secretário.

Em abril de 2012 ocorreu a securitização dos ativos do "PPI/ICMS" com alteração do repasse bancário - destinação de recursos de 74% para a conta da Companhia Paulista de Securitização-CPSEC e 26% ao Tesouro do Estado.

PEP/ICMS - Programa Especial de Parcelamento- autorizado pelo Convênio ICMS nº 108 de 28/09/2012 e regulado pelo Decreto nº 58.811, de 27/12/2012. Trata-se de grande esforço de recuperação de créditos tributários de ICMS com fatos geradores até 31/07/2012:

-Recolhimentos à vista: abatimento de 75% da multa e 60% dos juros de mora;
-Parcelamentos: em até 120 meses com desconto de 50% sobre a multa e 40% sobre os juros de mora. Esta Diretoria atuou mediante o fornecimento de subsídios de negócio para a definição das regras do PEP e para o ajustamento nos sistemas para fins de disponibilização de interface de adesão aos contribuintes, que será concluída em fevereiro/2013.

Novo parcelamento ordinário de ICMS: implementado pela Resolução Conjunta SF/PGE nº 02, de 15/10/2012, atuou na elaboração de novas regras para o parcelamento de ICMS, propiciando melhores instrumentos para o esforço de recuperação do imposto em atraso. ITCMD - Parcelamento: manutenção/disponibilização na Intranet (página da DA) de planilhas para cálculo do valor do parcelamento e geração de GARE das parcelas, em função das novas regras de parcelamento de que trata a Resolução SF/PGE nº 02, de 15/10/2012.

PPD/IPVA - Programa de Parcelamento de Débitos de IPVA: implantado módulo inicial do "Sistema de Restituição" – compreendendo telas de consulta e restituição do SIAFEM.

Normas relativas à recuperação de ICMS: contribuição para mudança do parâmetro para o estabelecimento da taxa diária de juros incidentes sobre débitos de ICMS em atraso (Resolução SF nº 31, de 27/04/2012) e participação na elaboração de novas regras para parcelamento normal de ICMS, propiciando melhores instrumentos para o esforço de redução do imposto em atraso (Resolução SF/PGE nº 02/2012).

Estratégia Estruturada de Cobrança: implantação de metodologia administrativa dos débitos fiscais, baseado em:

a) estabelecimento de metas quantitativas e qualitativas;
b) apuração e divulgação na Intranet do resultado das metas alcançadas pelas Delegacias Regionais Tributárias;
c) incentivos à utilização de ferramentas que facilitem a atividade por meios de cursos, seminários, mensagens eletrônicas e contatos telefônicos.

Seminário de Cobrança (Palestra e Workshop): Servidores da Diretoria de Arrecadação - DA e Unidades Fiscais de Cobrança – UFC auxiliaram a Fazesp na organização desse evento. No dia 17/10/2012, servidores da Procuradoria Geral do Estado, Secretaria de Fazenda do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, DA e UFC, ministraram palestras sobre as atividades de cobrança de débitos tributários (inscritos e não inscritos na Dívida Ativa). No dia 18/10/2012 foi realizado Workshop com oficinas de trocas de informações e experiências nessas atividades, com participação de fazendários das Unidades Fiscais de Cobranças e Postos Fiscais.

Curso "Sistema de Cobrança para os Técnicos da Fazenda Estadual /TEFE": Servidores da Diretoria de Arrecadação e da Delegacia Regional Tributária do Vale do Paraíba/DRT-3 com a colaboração da Fazesp:

- planejaram, elaboraram material didático e ministraram o curso "Sistema de Cobrança para os Técnicos da Fazenda Estadual - TEFE (duas turmas com 22 alunos cada, dias 24 e 25 de abril e 08 e 09 de maio). O curso abordou: atualização de débitos do IPVA e ITCMD, parcelamento de débitos de ITCMD, "Conta Fiscal do AIIM", "SIGEC", atendimento telefônico, "Conta Fiscal do ICMS" e atualização de débitos, parcelamento de débitos do ICMS e "Sistema de Cobrança".

Gestão do convênio - com a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT (Processo SF 13840-366274/2009). Objeto: emissão e remessa postal, a contribuintes e segurados, de documento ("Aviso de Vencimento").

Em 2012, foram emitidos aproximadamente 16 milhões de avisos de vencimento com as informações: valores do IPVA 2013, prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres-DPVAT, de multas de trânsito não quitadas e da taxa de licenciamento.

RENAINF - Registro Nacional de Infrações de Trânsito *Objetivo do Sistema:* registrar as infrações à legislação de trânsito cometidas em unidade federada diversa daquela onde o veículo estiver registrado e licenciado, bem como permite o registro das infrações impostas pela PRF-Polícia Rodoviária Federal e pelo DNIT-Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, independente da vinculação de registro do veículo.

Acompanhamento da arrecadação e informação visando o repasse dos recursos aos diversos órgãos favorecidos relacionados com o RENAINF, bem como gestões feitas diretamente ao DENATRAN para solução de pendências de repasse impossibilitada em função de limitação sistêmica do SERPRO/RENAINF.

Sistema Ambiente de Pagamentos - avanço dos contatos com outros órgãos estaduais para migração para o Ambiente de Pagamentos, com destaque para o Termo de Cooperação firmado junto ao Tribunal de Justiça. Iniciaram-se também as atividades para a implantação de algumas receitas de ICMS já em 2013 e integração com o Sistema Integrado de Gestão de Créditos/SIGEC.

Objetivo do Sistema: desenvolver ambiente de pagamentos para gerenciar a arrecadação de impostos, taxas e contribuições do Estado de São Paulo. *Forma de Atuação:* em tempo real, via internet banking, rede bancária ou terminais de autoatendimento. *Implantado em 19/09/2011.*
Finalidade: - recolhimento de emolumentos da Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp);
- adoção do novo Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais (Dare-SP).

Projeto Expansão do DARE-SP: esforços para ampliar o número de órgãos (por exemplo: Tribunal de Justiça, PGE e outras Secretarias de Estado) a integrarem o Sistema de Taxas e Demais Receitas.

Objetivo do Sistema: consulta e validação de recolhimentos de taxas e demais receitas do Estado por meio de DARE-SP, impedindo a reutilização e falsificação de documentos de arrecadação. Implantado em 19/09/2011 com as taxas da Jucesp, devendo ser ampliado para todas as taxas do Estado.

Sistema Integrado de Gestão de Créditos-SIGEC:

Sistema Implantado: em 28/11/2011, com os créditos da "Conta Fiscal do AIIM".
Situação Atual: aprimoramento de funcionalidades, definição de regras para administração do sistema e início de desenvolvimento da integração com o "Sistema de Gestão da Dívida Ativa" da PGE, para fins de adequação ao Programa Especial de Parcelamento (PEP), Decreto nº. 58.811 de 27/12/2012.

Projeto "Conta Fiscal do AIIM"

Objetivo: - administrar o crédito tributário decorrente de Autos de Infração e Imposição de Multa, desde a lavratura até a sua liquidação, parcelamento ou inscrição na dívida ativa, eliminando trabalhos manuais. *Atuação:* fornecimento de subsídios de negócio para o desenvolvimento, implantação e funcionamento de melhorias para o projeto e acompanhamento da manutenção do sistema.

Situação: Sistema implantado em dezembro/2011.

Projeto "Conta Fiscal do ITCMD" – Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação

Objetivo: - redução de grande volume de trabalho manual no atendimento, fiscalização e cobrança; -melhorar o sistema de controle do imposto.
Atuação da Diretoria: fornecimento de subsídios de negócio para o desenvolvimento do projeto.
Situação: projeto em andamento.

Projeto "Conta Fiscal do ICMS Declarado":

Migração para Baixa Plataforma da "Conta Fiscal - ICMS, declarado não inscrito integrado ao "SIGEC".
Objetivo: obter maior agilidade nas adaptações que se fizerem necessárias diante de alterações na legislação e na implantação de melhorias.
Atuação da Diretoria: fornecimento de subsídios de negócio para o desenvolvimento do projeto.
Situação: projeto em andamento.

Projeto "Conta Fiscal do Simples Nacional":

Objetivo: automatizar o controle de recebíveis de ICMS de operações próprias do Simples Nacional, relativo a débito declarado, atualmente inexistente.
Atuação da Diretoria: fornecimento de subsídios de negócio para o desenvolvimento do projeto.
Situação: projeto em andamento.

Projeto "Conta Fiscal do Parcelamento"

Criação de módulo de parcelamento de tributos não inscritos na Dívida Ativa e sua integração ao "SIGEC", para parcelamento dos tributos que já tenham previsão legal para pagamento parcelado e também os que vierem a ter possibilidade de parcelamento e migração para baixa plataforma dos parcelamentos de ICMS atualmente administrados por sistema Mainframe.
Atuação da Diretoria: fornecimento de subsídios de negócio para o desenvolvimento do projeto.
Situação: projeto em andamento.

Projeto "Contabilização por Competência": início da implantação da contabilização do regime por competência da receita tributária – projeto a ser concluído até o final de 2013.

Arrecadação de Tributos e demais Receitas:

Certificação Digital: prosseguimento nas rotinas e produção em diversas instituições bancárias.
Débito Automático: contribuição para implantação do débito automático de parcelamento dos débitos não inscritos (PP) - sistemas, procedimentos, manuais, entendimentos com agentes arrecadadores e FEBRABAN.
Sistema Online-IPVA e Licenciamento Eletrônico, tomada de providências para:
- viabilizar o conceito de virtualização de CPU visando à modernização do sistema e eliminação de falhas por excesso de transações;
- definir entrantes separados para os agentes arrecadadores visando eliminar concorrência;
- acompanhar os testes junto à PRODESP para adequação do sistema Online, visando o recebimento do IPVA/2013.
Elaboração da minuta de Resolução SF nº 89 (DOE 06/12/12) que alterou a Resolução SF nº 31/01, que dispõe sobre a arrecadação de tributos por meio da GNRE - Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais, o repasse e a transferência do produto da arrecadação depositada pelas instituições bancárias.
Contratos de prestação de serviços de arrecadação de tributos e demais receitas do Estado de SP:
- Gestão de contratos com as seguintes instituições bancárias:
Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Citibank, Daycoval, HSBC Bank, Itaú Unibanco, Mercantil do Brasil, Panamericano, Rendimento, Safra e Santander.
- Renovação do contrato da Secretaria da Fazenda com a Caixa Econômica Federal, agosto de 2012.
Contratos de prestação de serviços de arrecadação por meio da GNRE : Gestão dos contratos com as seguintes instituições bancárias:
Banco do Brasil, Bradesco, HSBC Bank, Itaú Unibanco e Santander.
-Renovação dos contratos de prestação de serviços da SEFAZ com o Banco Santander e Bradesco, em dezembro de 2012.

"Sistema On-Line":

Renavam 11 dígitos: efetuada a adequação para o novo número do RENAVAM (Registro Nacional de Veículos Automotores) que passa de 9 para 11 dígitos, conforme exigência do Departamento Nacional de Trânsito/DENATRAN. A implantação deverá ocorrer até início de abril/2013;
Serviços de Trânsito no "Sistema ON-LINE": início da implantação da Tabela "C". *Benefícios:* a) as taxas referentes à prestação de serviços pelo DETRAN poderão ser recolhidas em tempo real; b) o DETRAN poderá prestar parte dos serviços, como a emissão de documentos e envio pelo correio, sem a necessidade do cidadão deslocar-se ao Poupatempo ou ao DETRAN.
Parceria: PRODESP e DETRAN. Foram definidos modelo de recebimento, de apresentação de telas aos contribuintes pelos bancos, do comprovante de pagamento com autenticação digital e realizadas reuniões com bancos/FEBRABAN. *Testes para implantação:* desenvolvidos pelo Banco Santander.
Implantação: prevista para o 1º semestre de 2013
Serviço 14: *Objetivo:* eliminar as guias de recolhimentos de débitos de IPVA inscritos na Dívida Ativa.
Situação: desenvolvimento iniciado.

Projeto DIPAM - Sistema de Cálculo do Índice de Participação dos Municípios (IPM):

A Assistência Fiscal de Assuntos Municipais e a Diretoria de Informações finalizaram o projeto do novo sistema para calcular o IPM. A execução automática das tarefas necessárias para apuração dos índices, com os dados em plataforma única (baixa), resultou em maior confiabilidade, agilidade e produtividade. Em 2012, o cálculo do IPM propriamente dito rodou

em menos de duas horas, sendo anteriormente necessários dois dias. Não obstante o encerramento formal do projeto, em 2013 o trabalho conjunto prosseguirá, para adaptar o sistema às novas alterações do Simples Nacional e pequenos aperfeiçoamentos.

Gravação de Material Didático sobre o IPM:

Produção de um vídeo com orientações técnicas sobre a apuração do Valor Adicionado e do IPM, voltado para os contribuintes, contabilistas e funcionários municipais encarregados de acompanhar a apuração. *Parceria: Assistência Fiscal de Assuntos Municipais e Fazesp. Período: - fev/12 a mar/2012.*

O vídeo foi reproduzido em DVDs enviados às DRTs, onde ficaram disponíveis para cópias pelos interessados. Também está disponível no site da SEFAZ, inclusive para download. Acompanhando o vídeo há apostilas em formato digital. A iniciativa visou a substituir os Seminários Dipam, realizados todos os anos em algumas Regionais de maneira presencial, com distribuição de material em papel. Gerou economia em recursos humanos e materiais da SEFAZ, colocando ainda as informações à disposição de um número muito maior de usuários em tempo integral.

Proposição de novos Códigos Fiscais de Operações e Prestações - CFOP: A Comissão Técnica Permanente - COTEPE, órgão do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, decidiu encaminhar a questão da Tabela de CFOP como um todo a um novo Subgrupo de Trabalho dentro do Grupo de Trabalho 06 - SINIEF Documentos Fiscais Eletrônicos. Em novembro, esta Assistência Fiscal participou, ao lado da CT, de uma reunião inicial do Subgrupo, onde defendeu a proposta conjunta DA/DEAT já apresentada.

Informações sobre a Arrecadação - a receita tributária apresentou crescimento real de 1,6% até 31/12/2012, em relação a igual período de 2011.

Receitas	2011		2012		12/11 (%)
	Arrecadação	%	Arrecadação	%	
Tributária	122.266.459.469	100,0	124.166.917.740	100,0	1,6
Impostos	117.869.307.780	96,4	119.532.421.539	96,3	1,4
ICMS	105.786.045.475	86,5	107.102.049.691	86,3	1,2
IPVA	11.015.551.229	9,0	11.154.220.269	9,0	1,3
ITCMD	1.067.711.076	0,9	1.276.151.579	1,0	19,5
TAXAS	4.397.151.689	3,6	4.634.496.201	3,7	5,4

(*) - Deflator IPCA

1.1.3 - Tribunal de Impostos e Taxas – TIT

- e-PAT - Processo Administrativo Tributário Eletrônico
Realização: - Implantado todo o trâmite processual das Delegacias Tributárias de Julgamento e da Representação Fiscal.
 - *1ª fase do sistema:* em conclusão. Em 2013, iniciar-se-á a 2ª fase do sistema, que tratará das integrações entre os sistemas da Fazenda.
 - Módulos: a) "agendamento da pauta" e "relatório e voto" (2ª instância); *Situação Atual:* testes finais; b) "voto eletrônico" e "confirmação do voto". *Situação Atual:* em construção.
 - Sistema "Fale Conosco" - Implantado. *Objetivo:* esclarecimentos, via "e-mail", das dúvidas referentes ao ePAT
 - Sistema TIT 2000: atualização e manutenção.

Tabela de Produtividade do TIT – Processos Julgados

Tipo de recurso	2011	2012	Variação 2012/2011	
			Quantidade	%
Recurso Ordinário	4.515	4.627	112	2,5%
Recurso Especial	2.091	1.867	(224)	-10,7%
Total	6.606	6.494	(112)	-1,7%

1.1.4 - Consultoria Tributária – CT

Atividades	Quantidade
Consultas respondidas	1014
Informações, manifestações em processos diversos	216
Orientações em mensagens eletrônicas	6002
Elaboração, com exclusividade ou em colaboração com outros órgãos de minutas de decretos e anteprojatos de leis, incluídos os textos e exposição de motivos	108
Elaboração, com exclusividade ou em colaboração com outros órgãos de minutas de atos infra-regulamentares, tais como: Resoluções SF	18
Decisões Normativas - publicadas	1
Portarias CAT - minutas	176
Comunicados CAT - publicados	27
Participação efetiva e acompanhamento junto à COTEPE, ao CONFAZ e ao Comitê Gestor do Simples Nacional – Convênios firmados (151) – Protocolos (58)	209
- Manutenção do módulo - Legislação Tributária nos sites da SEFAZ (Intranet e Internet).	

Os principais destaques em 2012 foram:

Convênios: 151 firmados:
 - Atos firmados com Estados diversos, sobretudo em relação à instituição de regimes de substituição tributária, para diversos setores.
 - Medidas clássicas de administração tributária.
Protocolos: 5
 - Atos firmados com Estados diversos, sobretudo em relação à instituição de regimes de substituição tributária, para diversos setores.
 - Medidas clássicas de administração tributária.
Resolução SF:
 Disciplinado o uso de informações dos contribuintes, disponíveis na SEFAZ, sob o aspecto do sigilo fiscal a ser observado.
Portarias CAT: Disciplina:
 - Utilização de crédito do ICMS relativo à entrada de bem destinado ao ativo permanente
 - Inscrição dos responsáveis pelo exercício da atividade notarial ou de registro no cadastro da SEFAZ.
 - Envio de informações de escrituras lavradas por tabelião, referentes à transmissão "causa mortis" ou doação de bens ou direitos realizada no âmbito administrativo.
 - Credenciamento de contribuintes para fins de aplicação do diferimento nas operações com petróleo bruto
 - *Informações digitais* - entrega dos arquivos previstos no Protocolo ECF 04/01 passa a ser via TED.
Decretos:
 - Alteração na disciplina relativa à apropriação e utilização de crédito acumulado para frigoríficos (regime especial)
 - Crédito de ICMS de 5% sobre o valor das saídas internas e para o exterior de carne e demais produtos comestíveis resultantes do abate de aves
 - Inclusão de novos itens na lista de produtos beneficiados pelo crédito outorgado da indústria eletroeletrônica (equipamentos de comunicação)
 - Implementação dos benefícios relativos à prestação de serviços de comunicação visual em mídia exterior (outdoor).
 - Prazo especial para recolhimento do ICMS devido, na condição de sujeito passivo por substituição para diversos setores, até 30 de junho de 2014.
-Isenções
 - medicamentos utilizados no tratamento de câncer;
 - operações com medicamentos, aparelhos, máquinas, equipamentos e instrumentos hospitalares da Fundação Faculdade de Medicina (FFM)
 - operações internas com obras de arte comercializadas na Feira Internacional de Arte de São Paulo - SP Arte/2012
 - prestação de serviços de transportes de passageiros pela CPTM

- **Redução da base de cálculo**
 - imposto incidente na saída interna de papel cutsite;
 - imposto incidente nas saídas internas de suco de laranja;
 - produtos de couro, sapatos, cintos, bolsas e acessórios.
 - Possibilidade de os fabricantes paulistas de queijo cumulare os benefícios de redução da base de cálculo e de crédito outorgado do ICMS
 - Prorrogação por 30 dias do prazo para recolhimento do ICMS nas saídas de mercadorias negociadas durante o evento Office Paper Brasil Escolar
 - Dispensa da documentação para suspender ou encerrar a inscrição cadastral de contribuinte do Simples Nacional
 - Programa Especial de Parcelamento - PEP do ICMS no Estado de São Paulo, para a liquidação de débitos fiscais relacionados com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias - ICM e com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS

1.1.5 - Diretoria de Informações – DI

1. Novos serviços

Sistema de Cadastramento de Cartórios: Implantação em março de 2012 do cadastramento dos Cartórios do Estado de São Paulo e módulo de envio de Escrituras Públicas (em meio digital) relacionadas ao pagamento de ITCMD (extrajudicial). Em agosto de 2012 o sistema já contava com mais de 18 mil escrituras transmitidas e 1220 cartórios cadastrados;

Sistema de Crédito Acumulado – Implantação em abril de 2012 do módulo de custos para controle de crédito acumulado gerado. O sistema valida e processa os arquivos transmitidos pelos contribuintes e calcula o valor do crédito acumulado no processo produtivo; realizar o cruzamento de informações com as demais bases de dados da Sefaz, automatizando o processo de conferência do crédito gerado;

Escrituração Fiscal Digital (EFD) - Credenciamento: Implantação em maio de 2012 do sistema para credenciamento automático dos estabelecimentos obrigados à EDF. Em outubro de 2012 foram credenciadas de ofício 37.872 empresas que, em conjunto com as já obrigadas, representam 87,37% da arrecadação;

Sistema de Consulta Tributária Eletrônica: Implantação em setembro de 2012 de sistema para automatizar o processo de consulta tributária, possibilitando a formulação e o trâmite de consultas por meio digital. O processo digital resulta em maior controle dos prazos de consulta e redução do gasto com impressões de processos físicos;

Sistema de Cálculo do Índice de Participação dos Municípios – (DIPAM/ICMS): Foi disponibilizado em setembro de 2012 o novo Sistema. *Objetivo:* permitir que as tarefas necessárias para apuração dos índices rodem automaticamente, sem intervenções manuais. Os dados foram alocados em baixa plataforma e foi disponibilizada ferramenta que permite análise detalhada dos cálculos e fácil reprocessamento quando necessário;

Manifestação do Destinatário – NF-e: Aperfeiçoamento em 2012 do sistema Nota Fiscal Eletrônica – NF-e por meio da disponibilização de um aplicativo capaz de gerar e transmitir arquivos que representam a manifestação do destinatário da NF-e. Com a circulação da mercadoria, o destinatário da mesma deverá dar sua ciência quanto ao recebimento ou não, registrando a respectiva informação na NF-e. Com o desenvolvimento e distribuição do programa para a manifestação do destinatário, os usuários poderão enviar eventos de confirmação, desconhecimento ou recusa da mercadoria, oferecendo maiores detalhes sobre o fluxo da nota fiscal. Isso resulta em maior controle dos dados da NF-e e mais subsídios para a fiscalização;

PGSF – Módulo de Produtividade: Implantação em agosto de 2012 do módulo de produtividade do sistema PGSF – Planejamento e Gestão dos Serviços Fiscais, possibilitando o cálculo dos pontos acumulados mensalmente pelos Agentes Fiscais de Rendas, com base nas atividades de fiscalização executadas e relatadas no sistema. A pontuação calculada, depois de aprovada pelo coordenador de equipe e homologada pelo inspetor fiscal, é disponibilizada para compor o prêmio de produtividade dos salários dos AFRs;

Validadores de Arquivos de Estoques - Regimes Especiais: Em junho de 2012, implantação e publicação no Posto Fiscal eletrônico da Secretaria da Fazenda do validador de estoque para regimes especiais previsto na Portaria CAT-06/2012 e Decreto 57.608/2011.

2. Atualização e melhoria de serviços

Sistema de Crédito do Produtor Rural (e-CredRural): Implantação de melhorias no sistema eletrônico para gerenciar créditos do ICMS de produtores rurais e de cooperativas de produtores rurais (substituiu demonstrações em papel e o deslocamento físico de contribuintes às unidades de atendimento da Secretaria). Ganhador do prêmio e-GOV 2012 – Categoria “e-Serviços Públicos”;

Domicílio Eletrônico do Contribuinte (DEC): Aperfeiçoamento do sistema DEC. *Objetivo:* facilitar o processo de envio de notificações pela SEFAZ e tomada de ciência pelo contribuinte e/ou contabilista, aumentando a eficiência e diminuindo a quantidade de recursos empregados. A principal característica desta nova fase do sistema é a capacidade de envio de mensagens em lote e a integração direta com outros sistemas. Em 2012 foi realizada a integração do DEC com o e-PAT (Processo Administrativo Tributário Eletrônico) e com o sistema de Consulta Tributária Eletrônica. *Objetivo:* envio integrado de mensagens;

SIGEC - Sistema Integrado de Gestão de Créditos. *Objetivo:* melhorar o controle e o desempenho dos processos relacionados aos créditos, centralizando todas as transações, possibilitando o acompanhamento do ciclo de vida dos créditos, desde o seu nascimento até a sua extinção. Em 2012, foi preparado para integração com novas contas fiscais que compõem a Gestão da Arrecadação;

Conta Fiscal do AIIM: Sistema que permitirá à Sefaz administrar o crédito tributário decorrente de Autos de Infração e Imposição de Multa, desde a lavratura até a sua liquidação, parcelamento ou inscrição na dívida ativa, eliminando trabalhos manuais. Em 2012 foram feitos ajustes para ser disponibilizado para uso do contribuinte no início de 2013;

Ambiente de Pagamentos: Sistema que visa desenvolver um ambiente de pagamentos para gerenciar a arrecadação de impostos, taxas e contribuições do Estado de São Paulo em tempo real, via internet banking, rede bancária ou terminais de autoatendimento. Desde 2011, a JUCESP o utiliza e em 2012 o sistema foi preparado para receber a arrecadação de outros órgãos do governo. Está prevista para 2013 a inclusão da adoção pelo TJ (Tribunal de Justiça) além de outras receitas;

Sistema de Controle de Taxas e Demais Receitas: Sistema de consulta e validação de recolhimentos de taxas e demais receitas do Estado, impedindo a reutilização e falsificação de documentos de arrecadação. Em 2012 o sistema foi preparado para receber a arrecadação de outros órgãos além da JUCESP (que o utiliza desde 2011). Está prevista para 2013 a inclusão da adoção pelo TJ, além de todas as taxas do Estado;

GIA (Guia de Informação e Apuração do ICMS): Implantação da substituição da declaração via internet, o que facilita o cumprimento da obrigação acessória pelo contribuinte, e permite um processo mais célere e menos custoso para a Administração;

CADESP (Cadastro de Contribuintes do ICMS): Adaptações do sistema para futura integração com a REDESIM, que integrará cadastros da União, Estados e Municípios;

AIDF – Sistema de Autorização de Impressão de Documentos Fiscais: Implantação da versão final do sistema de AIDF integrada ao Posto Fiscal Eletrônico da Secretaria da Fazenda;

Sistema de Crédito Acumulado: Melhoria de funcionalidades para recebimento de arquivos do módulo de custos, disponibilização de ambiente de testes para os contribuintes e verificações sumárias pelos Agentes Fiscais de Rendas;

Conta Fiscal do ICMS (DPH): Implantação em 2012 de melhorias na interface usuário-sistema e criação de nova base de dados para o sistema DPH, responsável pelo processamento em alta plataforma de débitos e créditos relativos à arrecadação do ICMS;

Sistema de Parcelamento do ICMS: Disponibilização no Posto Fiscal Eletrônico de funcionalidades relativas ao parcelamento de ICMS previsto na Resolução Conjunta SF/PGE 02, de 15-10-2012.

1.1.6 – Assistência Fiscal de Planejamento Estratégico da CAT - APECAT

- Elaboração de estudos, avaliação de impacto e estruturação de propostas sobre temas federativos relevantes no cenário de 2012:

- Reforma tributária e mudanças nas alíquotas interestaduais do ICMS;
 - Fundo de Participação dos Estados;
 - Regras de distribuição das Participações Governamentais de Petróleo;
 - Tributação do comércio eletrônico.

- Preparação de subsídios, no que se refere aos aspectos econômicos e tributários envolvidos, para análise e proposta de medidas visando ao aumento de competitividade e ao fortalecimento do setor produtivo de São Paulo.

Produção do Relatório CAT, publicação mensal sobre o comportamento da arrecadação sob a ótica econômico-setorial, e realização de estudos econômico-tributários e de atividades de acompanhamento da arrecadação.

Apoio à atuação da CAT nos assuntos relacionados à comunicação. Produção de informativos internos que tratam de ações da administração tributária e outros assuntos de interesse dos servidores da área.

1.1.7 - Diretoria da Representação Fiscal – DRF

- Atos Processuais

a) DRF em 1ª instância:							
DRF em 1ª instância	Produtividade do Exercício						
	Recurso Voluntário	Recurso Ordinário	Recurso de Ofício	Recurso Especial	Retificação de Julgado	Outras saídas	Total
SP	512	374	422	156	24	59	1547
Campinas	223	698	217	0	2	218	1358
Bauru	216	587	192	0	1	56	1052
Total	951	1659	831	156	27	333	3.957
b) DRF em 2ª instância:							
DRF em 2ª instância	Produtividade do Exercício						Total
	Recurso Especial	Retificação de Julgado	Reforma de Julgado	Outros despachos	Encaminhamentos à origem (sem interposição recursal)		
1ª DRF	586	63	24	485	946		2.104
2ª DRF	Contrarrazões em Recursos Ordinários			Contrarrazões em Recursos Especiais			2.390
	1.153			1.237			
Total						4.494	
Total Geral							8.451
c) Estoque inicial na DRF em 2012 foi de 442 processos. Estoque final registrou 732 processos, entre processos físicos e eletrônicos.							

- Participação no GAESTRATEGICAS - Grupo de ações Estratégicas

Uma das medidas adotadas pela Coordenadoria da Administração Tributária para combater a guerra fiscal entre os Estados foi a criação do grupo de trabalho – GAESTrategicas. Liderado pela DRF, é composto por funcionários de diversas diretorias CAT, que identificam e analisam os benefícios fiscais concedidos por outros Estados, em desacordo com a legislação vigente, quando lesivos ao erário paulista, classificando-os segundo critérios de relevância.

Objetivo do Trabalho:

Subsidiar a Procuradoria Geral do Estado - PGE na propositura de medidas judiciais – Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs), Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPFs) ou o ingresso como "amicus curiae" em ações judiciais que tramitam nos Tribunais Superiores nas quais o Estado de São Paulo tenha interesse, em função da relevância dos temas em discussão.

O grupo já elaborou 38 apontamentos para subsidiar eventual propositura de ADIs, ADPFs ou ingresso como "amicus curiae", sendo que, até 21/12/2012, 33 destes já foram encaminhados à PGE e 5 estão em revisão final para serem encaminhados. As tabelas abaixo detalham as iniciativas por Estado e por tema.

Estado	AM	BA	ES	GO	MG	MS	MT	PB	PR	RJ	SC	RS	Total
Quantidade	3	2	4	2	2	3	1	1	2	14	3	1	38

Tema	Importação	Informática	Logística	Automotivo	Outros	Total
Quantidade	5	4	2	6	21	38

1.1.8 - Corregedoria da Fiscalização Tributária – CORCAT

Atividades Preventivas

Conclusão do texto da Portaria CAT que disciplina os trabalhos de correição ordinária a serem desenvolvidos pela CORCAT a partir de 2013 nas unidades administrativas da Coordenadoria da Administração Tributária da Secretaria da Fazenda

Atividades Repressivas Iniciadas

Indicador	Apuração Preliminar Instaurada	Processos Administrativos Disciplinados Instaurados	Total
Processos	16	3	19
Funcionários Averiguados	25	3	28

Atividades Repressivas Concluídas

Apuração Preliminar				Total de Procedimentos						Total	
Arquivados		Instaurado Processo		Absolvidos		Repreendidos ou Suspensos		Demitidos			
P	F	P	F	P	F	P	F	P	F	P	F
9	9	4	4	2	2	1	1	4	4	20	20

P= processos; F=Funcionários Averiguados

1.2 - Coordenação da Administração Financeira - CAF

Em 2012 as unidades integrantes da CAF (Departamento de Finanças do Estado – DFE, Departamento de Informações e Planejamento Financeiro – DIPLAF, Departamento de Despesa de Pessoal do Estado – DDPE e Contadoria Geral do Estado – CGE) desenvolveram as atividades a seguir relacionadas:

1 - Departamento de Finanças do Estado – DFE

Execução Orçamentária e Financeira

Ao DFE compete o gerenciamento do Fluxo de Caixa do Tesouro e da Conta Única do Tesouro; o acompanhamento e controle da execução orçamentária do Estado; a administração do serviço da dívida; e o processamento das despesas com os encargos da Administração Geral do Estado – AGE.

Os seguintes serviços estão disponibilizados na Internet:

- **Sistema de Execução Financeira - SEF**: Sistema integrado ao SIAFEM/SP, de gerenciamento e execução das Programações de Desembolsos – PD's (documento eletrônico de pagamento), com movimentação de cerca de 1,8 milhão de documentos/ano. Disponibiliza consulta aos gestores financeiros e credores do Estado, de suas PD's pendentes, programadas e liberadas, com detalhamento da natureza de despesa, fonte de recursos, vencimento e valor.
- **Sistema de Acompanhamento de Quotas**: Valores das quotas inicial, atual, disponível, reservada, empenhada, empenhadas a liquidar, total a liquidar, liquidada, BEC e bloqueada.
- **Sistema de Controle de Aplicações, Resgates e Apuração de Rendimentos das Entidades**: Possibilita o cálculo e apropriação de saldos e rendimentos referentes às aplicações financeiras dos órgãos e entidades do Estado no Fundo de Investimento do Tesouro, cujos extratos são disponibilizados aos respectivos gestores financeiros para consulta.
- **Agenda da Dívida Contratual**: Divulga aos órgãos e entidades do Estado, pela Internet, as datas de pagamentos de suas dívidas públicas contratuais, detalhando credor, tipo de operação, entidade, vencimento final, valores do principal, juros e encargos previstos.
- **Sistema de Concessionários Públicos**: Disponibilizado aos órgãos e entidades estaduais para validação, pagamento e quitação eletrônica de faturas de concessionárias de serviços públicos (energia elétrica, água e esgoto).

-**Sistema de Controle de Repasse de Multas Conveniadas - Municípios**: Controla o repasse de multas por infração de trânsito, arrecadadas pelo Estado, aos municípios conveniados.

- Sistema de Transferências Voluntárias

-**Definição**: É a entrega de recursos a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional ou legal.

-**Finalidade**: Realizar obras e/ou serviços de interesse comum.

-**Procedimento**: Atualização diária do sistema, com dados extraídos do SIAFEM/SP, a partir de jul/2007.

-**Benefício**: Disponibiliza as informações de transferências de recursos financeiros repassados pelo Estado aos Municípios e Entidades, em decorrência da celebração de convênios ou outros instrumentos similares.

Convênios em andamento: 14.142

-Sistema de Regularidade Previdenciária e Fiscal:

Sistema de gerenciamento e monitoramento da regularidade fiscal e previdenciária dos órgãos e entidades estaduais perante a União. Captura informações de pendências apontadas nos sites da Receita Federal do Brasil e do CAUC – Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias, da Secretaria do Tesouro Nacional, e envia, automaticamente, mensagens aos órgãos e entidades inadimplentes para providências de regularização. Todas as ações e providências adotadas são registradas no sistema, permitindo uma gestão efetiva e eficiente dos gestores estaduais, resultando em redução significativa do tempo para regularização. Antes da implantação do sistema levava-se até 15 dias para a identificação da origem do registro nos cadastros do Governo Federal.

-**CADIN - Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais**: Registra os créditos do Estado e seus respectivos devedores, impedindo-os de serem contratados, receberem recursos e terem liberados os créditos oriundos da Nota Fiscal Paulista, até a sua regularização. Trata-se de ferramenta de recuperação de créditos.

Ingresso de R\$ 3,17 bilhões aos cofres públicos desde a sua implantação.

Serviço da Dívida

O dispêndio do Tesouro Estadual, no exercício de 2012, com pagamento do serviço da dívida totalizou R\$ 12,5 bilhões. Desse total, R\$ 12,4 bilhões, equivalentes a 99,5% do total, correspondem à liquidação da dívida fundada decorrente de operações de crédito contraídas no mercado interno, no montante de R\$ 12,0 bilhões, e de operações contratadas no mercado externo, no montante de R\$ 0,4 bilhão. Os demais compromissos, equivalentes a R\$ 0,06 bilhão (0,6% do total), referem-se a repactuações de compromissos junto às entidades estaduais e acordos de parcelamentos de contribuições sociais junto à União.

Estoque da Dívida

A dívida contratual do Estado apresentou ao final do exercício de 2012 um estoque de R\$ 205,6 bilhões. A administração direta detém um saldo de R\$ 192,5 bilhões (93,6%), destacando-se o contrato de refinanciamento da dívida interna nos moldes da Lei 9496/97, com um saldo de R\$ 183,4 bilhões (89,2% do total), cujos encargos contratuais são de 6,0% a.a., acrescidos da variação monetária pelo IGP-DI/FGV. O estoque total da dívida suportada com recursos do Tesouro é de R\$ 193,0 bilhões e R\$ 12,6 bilhões referem-se ao saldo das dívidas das empresas não dependentes.

2- Departamento de Informações e Planejamento Financeiro – DIPLAF

O DIPLAF tem as seguintes atribuições:

- Acompanhar e analisar a arrecadação em relação à previsão das receitas dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Estado: receitas do Tesouro, das transferências federais constitucionais e voluntárias, além das receitas de 81 Fundos Especiais de Despesa, 26 Fundos de Investimentos e Financiamentos, 27 Autarquias, 16 Fundações e 5 Empresas Dependentes.
- É responsável pela previsão da receita da Proposta da Lei Orçamentária Anual do Estado e pelo desdobramento das receitas em metas bimestrais de arrecadação, assim como pelas projeções que compõem os demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.
- Manifestar-se sobre os pedidos de alteração de receitas vinculadas e próprias, por excesso de arrecadação e por criação de itens não contemplados no orçamento.
- Providenciar o retorno do diferimento das receitas vinculadas e próprias, a pedido dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Estado, conforme sua capacidade financeira.
- Elaborar pareceres técnicos sobre dispositivo financeiro das proposições que tramitam no Legislativo (projetos de lei), para a Assessoria Técnica Legislativa.
- Alimentar e fazer a manutenção do Cadastro de Unidades Administrativas – UA's (Cadastro da Estrutura Organizacional do Estado), com o objetivo de reunir e classificar as unidades estaduais conforme sua estrutura, localização (município e região administrativa), tipo (escola, centro de saúde, delegacia de polícia etc.), entre outros dados. Informações disponibilizadas para consulta pela Internet.
- Dar apoio técnico de informática aos Departamentos da CAF, atuando como representante da Coordenação junto ao Departamento de Tecnologia da Informação – DTI da Secretaria da Fazenda.

-Sistemas Informatizados de responsabilidade do DIPLAF:

Sistema Integrado da Receita – SIR: Disponível na Internet que permite às próprias Unidades Gestoras elaborarem a previsão para o exercício seguinte das receitas dos Fundos Especiais de Despesa, Autarquias, Fundações e Empresas Dependentes. Durante a execução orçamentária permite formular pedidos de alteração orçamentária das receitas, subsidiando a solicitação de créditos suplementares por excesso de arrecadação. Encontra-se em desenvolvimento a integração deste sistema com o SAO – Sistema de Alterações Orçamentárias da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional.

Sistema de Acompanhamento da Receita – SAR: Atualiza e acompanha a arrecadação das receitas estaduais, com dados extraídos do SIAFEM e das previsões efetuadas e alimentadas pelas unidades gestoras no sistema SIR. As projeções da arrecadação das receitas durante a execução e da proposta orçamentária, são elaboradas utilizando-se das informações geradas por este sistema. Encontra-se em desenvolvimento, a Integração do sistema SAR ao SIR, com implementação de novas funcionalidades para controle, projeção de cenários e relatórios. Este sistema deve migrar para versão web, em substituição à versão atual cliente-servidor.

3 - Departamento de Despesa de Pessoal do Estado – DDPE

O DDPE tem a responsabilidade de preparar e controlar a folha de pagamento do funcionalismo público estadual, que totaliza na Administração Direta - Poder Executivo, exceto Polícia Militar.

Folha de pagamento: 499 mil servidores ativos, aqueles que percebem pensão alimentícia, Revolução 1932 e inativos de empresas. **Valor da folha**: R\$ 1,4 bilhão/mês.

Folha de pagamento - Na Administração Direta - Poder Executivo, exceto Polícia Militar, foram processadas 12 (doze) folhas normais de pagamento e mais 73 (setenta e três) denominadas folhas suplementares, referentes ao 13º salário, férias, reajustes e acertos de pagamento ao funcionalismo público em geral, além da geração de RAIS, DIRF, Comprovante de Rendimentos para fins de Imposto de Renda e CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.

Recadastramento - beneficiário de pensão especial e de complementação de aposentadoria instituído pelo Decreto nº 42.610/97, é coordenado pelo DDPE, na conformidade do Decreto nº 55.089/09.

Beneficiários: 60 mil no ano 2012. **Situações de ausência de recadastramento**: pagamento do benefício fica suspenso até a sua regularização.

Cruzamento do Sistema de Pessoal do Estado – SDPE com o Sistema de Óbitos – SISOB - disponibilizado pela Previdência Social, apresentou o seguinte resultado:

Cruzamento de dados em 2012: 2.426 servidores aposentados e pensionistas falecidos. **Resultado**: economia de cerca de R\$ 4,0 milhões aos cofres públicos.

A continuidade desse trabalho se faz necessária na medida em que os óbitos, ao não serem comunicados pelos familiares, resultam no pagamento indevido de proventos.

Fiscalização da folha - Divisões Seccionais de Despesa realizaram em 2012, 481 fiscalizações, apurando situações irregulares que vieram a produzir efeitos financeiros na folha de pagamento dos servidores públicos. As irregularidades detectadas foram comunicadas às instâncias competentes, para regularização quanto aos procedimentos utilizados. **Resultado**: retorno financeiro de R\$ 456 mil.

Autarquias do Estado - controle da folha de pagamento envolve a definição e fornecimento de critérios de cálculos da folha, elaboração e manutenção de manual de critérios de cálculo, criação e publicação de códigos de vencimentos e descontos da folha de pagamento, conferência mensal da folha de pagamento e respectivas rotinas anuais, como 13º salário.

Folha das Autarquias: cerca de 36 (trinta e seis) mil servidores ativos e inativos.

Consignação em Folha de Pagamento - À vista das disposições contidas no Decreto nº 51.314/06 e Resolução SF nº 42/06 compete ao DDPE a análise de pedidos de credenciamento de novas entidades e/ou novos tipos de descontos (mensalidades, seguros, assistência médica etc.) em folha dos servidores ativos e inativos do Estado, a favor de Associações e Sindicatos.

Situação atual: 188 entidades autorizadas a fazer consignação em folha de pagamento.

Informações ao Poder Judiciária - A Divisão de Informações ao Poder Judiciário - DIJ fornece subsídios à Procuradoria Judicial na defesa da Fazenda do Estado e elementos ao Tribunal de Justiça, para elaboração da conta de liquidação, definição de fórmula de cálculo, inclusão de desconto de pensão alimentícia e atualização da folha de pagamento do ganho judicial.

Em 2012: 11.138 processos judiciais, envolvendo 102.126 autores.

Fale Conosco – Correio Eletrônico - presta informações e sana dúvidas inerentes sobre:

Pagamento dos servidores ativos e aposentados, cadastramento de ativos e complementados, orientações relacionadas à legislação de pessoal, folha de pagamento e aos usuários da Internet quanto ao acesso dos serviços disponibilizados, tais como:

Consulta ao demonstrativo de pagamento, comprovante de rendimentos e criação de senha.

Atendimentos: 14.049 usuários em 2012. Em 2011 foram atendidos 13.658 usuários.

SIGEPE – Sistema de Informações Gerenciais de Pessoal - Permite extrair informações gerenciais e detalhadas da folha de pagamento, abrangendo a administração direta (Secretarias e PM).

Sistema de Gestão Unificada e Integrada de Administração de Recursos Humanos e de Folha de Pagamento - **Gestão Integrada RH-Folh@** - Substituição aos Sistemas de Recursos Humanos implantados em alguns órgãos e aos atuais Sistemas de Folhas de Pagamento.

Benefícios:

- Unificação das bases de dados existentes;
- Obtenção de informações relativas à força de trabalho do Estado como ferramenta para definição de ações da área de recursos humanos;
- Agilidade na concessão de vantagens e benefícios;
- Controle do processo de forma centralizada e a operacionalização de forma descentralizada;
- Unificação das folhas de pagamento da administração direta e autarquias;
- Automatização dos processos de cálculos retroativos.

A implantação do RH-Folh@ é de responsabilidade das Secretarias de Gestão Pública e da Fazenda.

Atividades desenvolvidas em 2012:

Em função da ocorrência de problemas durante a parametrização e customização do sistema, em março/2012 foi contratada consultoria especializada para diagnóstico e avaliação do estágio de desenvolvimento do Projeto RH-Folh@, tendo sido definidas as seguintes diretrizes de atuação:

- Implantar funcionalidades de Gestão de RH que tragam benefícios aos usuários e que possam ser desenvolvidas e implantadas em dois anos, sob a responsabilidade técnica do Departamento de Tecnologia da Informação – DTI da SEFAZ e da Prodesp.
- Promover melhorias no sistema atual da Folha (SDPE – Sistema de Despesa de Pessoal do Estado), simplificando-o com a retirada das regras de RH à medida da implantação da Gestão de RH, bem como prover cálculo retroativo automático.

O novo planejamento do Projeto RH-Folh@ encontra-se em fase de finalização. **Previsão de implantação** da 1ª fase das funcionalidades de RH e a geração de cálculos retroativos automáticos no sistema SDPE: 2º semestre de 2014.

4 - Contadoria Geral do Estado - CGE

Cabe à CGE:

- Elaborar o Balanço Geral do Estado, acompanhado de notas e quadros explicativos, com os resultados alcançados pelo Estado.

- Operacionalizar o Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM/SP: sistema informatizado de registro, controle e contabilização da execução orçamentária, financeira e patrimonial de todos os órgãos da Administração Direta, inclusive Outros Poderes, Autarquias, Universidades, Fundações e Empresas Dependentes.

- Verificar a legalidade e regularidade dos atos e fatos contábeis, zelar pelo exato cumprimento das disposições legais, além de expedir normas e procedimentos contábeis do SIAFEM/SP, inclusive o Plano de Contas Único e a tabela de eventos contábeis.

- Fornecer orientação técnica aos gestores dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado, por meio de produção de manuais, cursos de capacitação de usuários do SIAFEM/SP e SIGEO e apoio na solução de questões contábeis.

- Elaborar e publicar os relatórios e demonstrativos relacionados à prestação contas, com os seguintes destaques:

- **Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária e Relatórios de Gestão Fiscal da Lei de Responsabilidade Fiscal** - publicados no Diário Oficial do Estado e encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado e à Secretaria do Tesouro Nacional, por meio do sistema SISTN da Caixa Econômica Federal.

- **Relatórios trimestrais** – encaminhados ao TCE para fins de fiscalização e acompanhamento das contas anuais e de gestão (balanços, demonstrativos de receitas, operações de crédito, precatórios, serviço da dívida, investimentos e inversões, aplicação do Fundeb, pessoal, entre outros).

- **Demonstrativo da Situação Econômico-Financeira do Estado** referente ao primeiro semestre do exercício em curso, para a mensagem da proposta orçamentária.

- **Demonstrativos da Aplicação de Recursos - Educação e Saúde**

- Disponibilizar as informações pormenorizadas da execução orçamentária e financeira, atualizadas diariamente na página **Prestando Contas** do site da Secretaria da Fazenda, em cumprimento às disposições da Lei Complementar Federal nº 131, de 27/05/2009, que trata da Transparência Fiscal:

- **Prestando Contas:** São carregados diariamente cerca de 23 mil documentos do SIAFEM/SP, de acesso público, disponibilizando todos os dados de receita das unidades gestoras do Estado e de realização das despesas em todas as suas fases (empenho, liquidação e pagamento), discriminadas por número de processo, tipo de gasto, credor, fonte de recursos, procedimento licitatório e classificação funcional e programática, de cada uma das unidades gestoras estaduais

- **Índice de Transparência:** São Paulo obteve o 1º lugar entre os Estados. Avaliação efetuada em julho de 2012 pela ONG Contas Abertas.

Sistemas Informatizados e Disponibilizados na Internet:

- **Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM:** **Objetivos:** 1) dotar a administração pública de um instrumento de gestão, dando maior transparência aos gastos públicos; 2) otimizar a utilização dos recursos financeiros e ampliar o controle de execução orçamentária, patrimonial e contábil.

Envolve toda a administração (Secretarias, Outros Poderes, Autarquias, Universidades, Fundações e Empresas Dependentes)

Possui atualmente 2.169 unidades gestoras ativas e 12.438 usuários habilitados no SIAFEM/SP e 7.182 usuários no COMUNICA.

Consolida o processamento das contas de execução orçamentária do Estado de São Paulo, do qual são extraídos os dados para os relatórios de prestação de contas.

Objetivo: atender disposições constitucionais, da Lei de Responsabilidade Fiscal, do Tribunal de Contas do Estado, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

SIAFEM. NET: permite o acesso do sistema por internet. Na versão. NET foi desenvolvido um ambiente gráfico, com várias tabelas auxiliares, possibilitando também o reaproveitamento de informações já cadastradas.

Benefícios: evitar redigitação dos dados de grande parte dos documentos, propiciando ganhos de produtividade com a agilização dos procedimentos e minimização de erros de digitação; eliminar manutenção de programas emuladores de terminal nas cerca de 5 mil estações de trabalho que acessam o SIAFEM.

- **SIAFÁCIL:** Emulador instalado na estação de trabalho do usuário, servindo como facilitador de entrada de dados no SIAFEM, sendo utilizado para processar lotes de documentos de forma automática ou manual.

- **Sistema de Informações Gerenciais da Execução Orçamentária – SIGEO:** Datawarehouse da execução orçamentária, contábil e financeira do Estado, que acessa diariamente a base de dados do SIAFEM e SIAFÍSICO. Permite a emissão de relatórios, consultas e gráficos, de acordo com a necessidade dos usuários à obtenção de informações para planejamento, monitoramento dos gastos e tomada de decisões. O SIGEO está implantado em todos os órgãos do Estado inclusive nos Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público.

SIGEO.NET: versão implementada em 2007, permite duas formas de acesso pela internet: 1) elaboração de pesquisas livres; 2) consultas pré-definidas. As informações podem também ser exportadas para formatos Excel, HTML, XML, TXT, ou impressas no formato PDF, com inúmeras opções de configuração de layout.

Em desenvolvimento: atualização tecnológica do SIGEO, com a substituição da versão Discoverer pelo Oracle BI EE – Oracle Business Intelligence Suite Enterprise Edition Plus. **Benefícios:** ampliação da camada de usuários dos atuais 2.000 para 4.000 usuários, a incorporação de novas funcionalidades e acesso aos relatórios via dispositivos móveis, como tablets e smartphones, viabilização da implantação do Sistema de Custos dos Serviços Públicos do Estado de São Paulo.

- **NAVEGA:** Sistema de segurança, responsável pela administração e controle de acesso aos sistemas SIAFEM/SP, SIAFÍSICO e COMUNICA. **Objetivo:** fornecer de forma padronizada os menus que conduzirão os usuários às transações escolhidas de acordo com nível e perfil atribuídos a cada um. **Permite:**

- Efetivo controle, gerenciamento e manutenção dos cadastros (credores, senha dos usuários, órgãos e unidades, bancos), das transações e perfis;
- Monitoramento do sistema interno de mensagens do SIAFEM/SIAFÍSICO de toda a administração direta e indireta.

Projetos em Desenvolvimento:

- **Sistema de Custos dos Serviços Públicos:** Projeto em desenvolvimento, contando com: 1) **cooperação técnica:** Fundo Monetário Internacional – FMI, 2) **consultoria:** Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, e 3) **apoio financeiro:** BID, no âmbito do Programa de Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado de São Paulo – PROFISCO.

Objetivo: aperfeiçoar a gestão das finanças públicas, incorporando o elemento custo no processo de planejamento e aferição do gasto.

Situação Atual: Produção de notas técnicas e documentos de trabalho denominados working papers, que permitirão formar a base conceitual do Manual do Sistema de Custos dos Serviços Públicos do Estado de São Paulo, em fase de homologação. Modelagem do sistema para aferição dos custos das unidades da Secretaria da Administração Penitenciária, uma das entidades pioneiras do projeto.

- **Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público:** O processo de convergência foi instituído pelo Ministério da Fazenda, com a edição da Portaria nº 184/08, cabendo à STN, como órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, editar os manuais e procedimentos no sentido de promover a convergência às Normas Internacionais publicadas pela International Federation of Accountants – IFAC e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. As Portarias STN de nº 437, de 12 de julho de 2012 e nº 753, de 21 de dezembro de 2012, fixam prazos para a implementação do processo de convergência, em âmbito nacional, a serem observados até o término do exercício de 2014.

Benefícios do Processo de Convergência:

- 1) registros mais abrangentes dos fenômenos econômicos; 2) dados mais próximos da realidade para a tomada de decisão, permitindo projeções mais seguras; 3) melhoria da qualidade do gasto público; 4) mensuração e controle efetivo do patrimônio público; 5) transparência.

No exercício de 2012, a Contadoria Geral do Estado procedeu aos estudos e à avaliação das necessidades de adequação do sistema contábil. Trabalhos desenvolvidos junto ao Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO e à Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP.

1.3 Coordenadoria de Entidades Descentralizadas e de Contratações Eletrônicas - CEDC

As principais ações e benefícios decorrentes das atividades desenvolvidas na CEDC durante o ano de 2012 encontram-se dispostas a seguir:

1) Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo - Sistema BEC

- **Negociações realizadas:** atingiram a marca de R\$ 22,4 bilhões, desde sua implantação no ano 2000.

Resultado das negociações eletrônicas em 2012

Procedimento de Compra	Oferta de Compra	Item	Valor Negociado (R\$)
Dispensa	12.101	46.491	26.378.691
Convite	24.679	174.387	179.470.957
Pregão	21.915	86.738	8.877.493.222
Total Geral	58.695	307.616	9.083.342.870

Fonte: site www.bec.fazenda.sp.gov.br e SIGEO/SP

- **Unidades Compradoras:** 954. **Realização de empenho:** de 02/01/12 a 28/12/12.

- **Capacitação de servidores:**

Pregoeiros:	294	Gestores Caufesp	387
Registro de Preços	220	Simulado pregão eletrônico	151
Recepção de materiais	238	Banco de preços - BI	12
Siafísico	482	Total	1.784

1.1) Pregão Eletrônico:

- Até o mês de dezembro de 2012, do total das compras do Estado de São Paulo, na modalidade pregão eletrônico, 98% foram realizadas por meio do Sistema BEC, representando economia de 23% para a Administração Pública Estadual. **Fonte:** relatório da Corregedoria Geral da Administração.

- **Adesão ao pregão eletrônico:** 14 sociedades de economia mista, 3 universidades estaduais paulistas, Sebrae-SP -Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas de São Paulo, municípios de São Paulo: São Caetano, Limeira e São João da Boa Vista.

2) Cartão de Pagamento de Despesas do Governo do Estado de SP

- Cartões de Pagamento de Despesas ativos: 3.249, com movimentação de R\$ 31.570.203.

- Implantação do Fale Conosco para o Cartão de Pagamento de Despesas, facilitando a comunicação do usuário junto aos gestores do cartão.

3) Cadastro de Materiais e Serviços do Estado

- **Programa de Melhoria do Gasto Público:** revisão do grupo 75 – Artigos e Utensílios de Escritório e análise de 287 itens do catálogo de materiais e serviços da BEC. **Resultado:** redução de 61,67%, correspondendo à retirada de 177 itens do catálogo;

- Implantados no Catálogo de Materiais e Serviços da BEC, instrumentos que auxiliam na atuação do pregoeiro como: novas pesquisas com informação dos valores licitados, indicadores de desempenho, gráficos que apresentam preços por região, por período e por modalidade de licitação, entre outros;

- Catálogo Socioambiental: 697 itens de materiais, disponibilizados para visualização no site da BEC.

4) Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo - Cafesp

- Fornecedor cadastrados e ativos no Cafesp/Siafisico: 42.831;
- Adequação do sistema Cafesp à nova Legislação com a disponibilização do campo Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT na página documentação no cadastro das empresas;
- Cadastramento no sistema Cafesp : chamamento interessados - Portaria Cedc/G 02 de 13/06/2012.
- Disponibilização dos dados cadastrais das empresas cadastradas no Cafesp no site da Secretaria da Fazenda opção *Prestando Contas*;
- Desenquadramento automático das micro e pequenas empresas que não possuíam comprovação legal.

5) Estudos Técnicos de Serviços Terceirizados – Cadterc

- 1.262 preços referenciais atualizados que servirão de parâmetros para aceitabilidade de preços, envolvendo 925 estudos técnicos e 337 preços de usos específicos;
- compartilhamento de informações, promoção da gestão do conhecimento e manutenção de conteúdos: divulgação de notícias - (30 notícias divulgadas); 2.640 índices IPC-FIPE para reajuste de preços, utilizados para adequação dos contratos de serviços; estudos técnicos; preços de usos específicos; perguntas frequentes; fale conosco; informações gerais.
- Parceria com as Secretarias Estaduais de Educação, Transporte e dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Fundação Casa e Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo - Artesp para revisão e realização de novos estudos técnicos;
- Programa de compartilhamento da gestão do conhecimento e cooperação técnica com os estados de Minas Gerais e Espírito Santo.
- Respondidas 252 perguntas por meio do Fale Conosco.

6) Grupo de Entidades Descentralizadas- GAED

- **Atuação:** informou expedientes relativos às propostas de Plano de Cargos e Salários, Reajustes Salariais, Desapropriações, Contratações, Fixação de quadro de pessoal, liberação de recursos financeiros, pagamento de sentenças judiciais, entre outros, apresentando como resultado:

	Processos e Expedientes	Manifestação Prévia - MP	Sistema de Alteração Orçamentária - SAO	Total
Quantidade de análises	485	451	109	1.045
Quantidade de reuniões	Horas prestadas de consultoria			
176	291			

- Siedesc: Sistema de Informações das Entidades Descentralizadas

- Aprimoramento dos módulos: Financeiro e Cadastral;
- Desenvolvimento e aprimoramento do módulo de Gestão Estratégica

1.4. Grupo de Captação de Recursos - GCR

- Operações de crédito e transferências voluntárias

No ano de 2012, a Secretaria da Fazenda buscou ampliar as receitas disponíveis para investimentos por meio da contratação de novas operações de crédito interno e externo, e de transferências voluntárias junto ao Governo Federal. O Estado recebeu autorização do Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional – STN, para ampliar seu limite de contratação em mais R\$ 12 bilhões, que somados ao saldo anterior de R\$ 8,5 bilhões, resultou no novo limite de R\$ 20,5 bilhões. Período de 2012-2014.

- Operações de crédito

Contratos de Financiamento - Assinados no ano de 2012	
I – BNDES	1. Prolongamento da Linha 2 - Verde – Sistema Monotrilho - Trecho Vila Prudente – Hospital Cidade Tiradentes/METRO - Valor: R\$922 milhões. Desembolso Contratual: jun/2014 2. PROINVESTE - Projeto "Mobilidade Urbana, Logística e Transporte"- METRO / Linha 5 e Tamoios. Valor: R\$1,959 bilhão. Desembolso Contratual: dez/2014 3. CPTM - Modernização da Linha 8 Diamante. Valor: R\$ 550 milhões. Desembolso Contratual: jun/2016
II – BID	-Rodoanel Mário Covas – Trecho Norte / Secretaria de Transportes e DERSA. Valor: US\$ 1,149 bilhão. Desembolso Contratual: jun/2017
III– JICA	-Programa de Redução de Perdas de Água e Eficiência Energética – SABESP Valor: 33,584 bilhões de ienes. Desembolso Contratual: fev /2016
Acompanhamentos dos seguintes projetos de financiamento:	
A. Operações de crédito em execução junto ao BID, BIRD, JBIC, JICA, BNDES e CEF:	
I – BID	1. Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na região da Mata Atlântica no Estado de São Paulo/ Secretaria do Meio Ambiente. Valor: US\$ 9 milhões. Desembolso Contratual: dez/2012. 2. Metodologia para redução de carbono - Cooperções Técnicas não reembolsáveis/ STM e Metrô. Valor: US\$ 1,04 milhão. Desembolso Contratual: mai/2013. 3. Programa Cultura e Cidadania para Inclusão Social – Fábricas de Cultura / Secretaria da Cultura-Valor: US\$ 20 milhões. Desembolso Contratual: mai/2013 4. Programa de Fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais no Estado de São Paulo / Secretaria de Desenvolvimento. Valor: US\$ 10 milhões. Desembolso Contratual: jul/2013. 5. Projeto Sul – Linha C da CPTM e Linha 5 do Metrô / CPTM e Metrô. Valor: US\$ 168 milhões. Desembolso Contratual: fev/2014. 6. Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica. / Secretarias do Meio Ambiente e da Habitação - Valor: US\$ 162,4 milhões. Desembolso Contratual: jan/2015 7. Profisco – Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil / SEFAZ. Valor: US\$ 120 milhões. Desembolso Contratual: set/2015. 8. Várzeas do Tietê/ Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos e DAEE. Valor: US\$ 115,7 milhões. Desembolso Contratual: jul/2016. 9. Programa de Despoluição do Rio Tietê – Etapa III/ SABESP. Valor: US\$ 600 milhões. Desembolso Contratual: set/2016
II – BID/ BIRD	-Programa de Pavimentação e Recuperação de Estradas Vicinais do Estado de São Paulo/DER. Valor: - BIRD: US\$ 167 milhões; - BID: US\$ 194 milhões. Desembolso Contratual: ago/13.
III – BIRD	1. Programa de Recuperação de Estradas Vicinais do Estado de São Paulo / DER. Valor: US\$ 326,775 milhões. Desembolso Contratual: jun/14 2. Modernização da Linha 11 – Coral da CPTM - Valor: US\$ 112,91 milhões. Desembolso Contratual: jul/2015 3. Programa de Recuperação dos Mananciais do Alto Tietê - Secretaria de Saneamento. Valor: US\$ 4 milhões. Desembolso Contratual : set /2015 . 4. Desenvolvimento Rural Sustentável (MICROBACIAS II)-Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Valor: US\$ 78 milhões. Desembolso: Contratual: set/2015 5. Reágua – Secretaria de Saneamento-Valor: US\$ 64,496 milhões. Desembolso Contratual: set/15.
IV - BIRD/ JBIC	1. Linha 4 Amarela do Metrô (Fase II) – Valor: - BIRD: US\$ 130 milhões; - JBIC: US\$ 130 milhões. Desembolso Contratual: jun/2014 2. Material Rodante e Sistemas para CPTM e Metrô - BIRD: Valor: US\$ 550 milhões. Desembolso Contratual: jul/2015; - JBIC: Valor: US\$ 535 milhões. Desembolso Contratual: abr/2015
V – BID/ BIRD / BNDES	- Expansão da Linha 5 – Lilás do Metrô de São Paulo, Trecho Largo Treze – Chácara Klabin - BNDES - R\$ 766 milhões. Desembolso Contratual: jul/2013. - BIRD - US\$ 650,4 milhões. Desembolso Contratual: jun/2014; - BID - US\$ 480,958 milhões. Desembolso Contratual : jun/2015.
VI – BNDES	1. Nota Fiscal Eletrônica – Sistema Público de Escrituração Digital SPED/ Secretaria da Fazenda. Valor: R\$ 15 milhões. Desembolso Contratual: dez/2013 2. Presídios/ Secretaria da Administração Penitenciária. Valor: R\$ 240 milhões. Desembolso Contratual: dez/2013

VII – CEF	1. Plano Metropolitano de Macrodrenagem / DAEE - Valor: R\$ 64 milhões. Desembolso Contratual: jun/2013. 2. Linha 17 Ouro do Metrô de São Paulo – Valor: R\$ 1,082 bilhão. Desembolso Contratual: dez/2014.
VIII – JICA	-Programa Integrado de Melhoria Ambiental na Área de Mananciais da Represa Billings / SABESP. Valor: 6,208 bilhões de ienes. Desembolso Contratual: out/2018.
B. Projetos em negociação/análise- AFD, BB, BID, BIRD, JICA, BEI, CAF, CEF, BNDES:	
I – AFD	- Trem de Guarulhos - CPTM - Valor: 500 milhões de euros.
II– BID	1. Fortalecimento da Gestão Estadual de Saúde - Secretaria da Saúde. Valor: US\$ 270 milhões; 2. Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo - DER. Valor: US\$ 1,440 bilhão; 3. Recuperação e Proteção de Serviços do Clima e Biodiversidade no Corredor Sudeste na Mata Atlântica Brasileira - SMA - Fundação Florestal. Valor: US\$ 15,170 milhões (Doação); 4. Projeto de Melhoria Logística e de Mobilidade Urbana entre Santos e Guarujá – DERSA. Valor: US\$ 506,7 milhões.
III- BIRD/ MIGA/BB	-Programa de Logística e Transporte – DER. Valor: - BIRD/MIGA: US\$ 300 milhões; - BB: R\$ 1,1 bilhão.
IV - BIRD/ CAF	- Programa de Transporte, Logística e Meio Ambiente – DER e SMA. Valores: - BIRD: US\$ 300 milhões. – CAF: US\$ 200 milhões.
V - CAF	-Macrodrenagem do Rio Baquirivu-Guaçu – DAEE. Valor: US\$ 204 milhões
VI – CEF	- Linha 18 – Tamanduateí – SBC (Alvarenga) – Fase I–Metrô. Valor: R\$ 1,276 bilhão.
VII – BNDES	1. Complexo Cultural Luz. Valor: R\$ 233,7 milhões. 2. Modernização de Hidrovias - DH. Valor: R\$ 307 milhões 3. Linha 2 -Verde –Sistema Monotrilho - V. Prudente- Cidade Tiradentes (nova denominação: Linha 15 - Prata - Ipiranga/Cidade Tiradentes) – Metrô. Valor: R\$ 800 milhões. 4. Linha 6 –Laranja - Metrô. Valor: R\$ 1,7 bilhão 5. Linha 15 – Branca – Metrô (nova denominação: Linha 2 - Verde - Vila Madalena/Dutra) . Valor: R\$ 1,5 bilhão 6. Aquisição de Trens – CPTM. Valor: R\$ 1,17 bilhão
VIII - BB	1. Programa Litoral Sustentável – SMA/ Secretaria da Habitação. Valor: R\$ 607,5 milhões 2. Programa Água Limpa – DAEE. Valor: R\$ 210,8 milhões 3. Sistema Viário e Microdrenagem do Rio Baquirivu-Guaçu- DAEE. Valor: R\$ 216,1 milhões 4. Trem Regional SP-Campinas - 1ª etapa até Jundiaí – CPTM. Valor: R\$ 1, 505 bilhão. 5. Projeto VLT Baixada Santista – EMTU. Valor: R\$ 400 milhões 6. Projeto Corredor Itapevi-SP - Trecho Jandira - Vila Iara (Osasco) – EMTU. Valor: R\$ 215 milhões 7. Projeto Nova Tamoios - Contorno Norte Sul – DER-DERSA. Valor: R\$ 1,0 bilhão.

C. Acompanhamento Convênios Federais Assinados (Repasse Voluntários da União):

Projetos	Valor - R\$ mil	Término
Recursos do INMETRO para delegação de atividades ao IPEM-SP	114.000	2012
Convênios da União para o Metrô - Linha São Bernardo – SP	14.900	2013
Convênios da União para Secretaria de Saneamento (PAC Mananciais)	20.000	2013
Convênios da União para a Secretaria de Segurança. Aparelhamento da Secretaria.	1.570	2014
Convênios da União (PAC) para projeto do Rodoanel de São Paulo – Trecho Norte – DERSA	629.370	2015
Convênios da União (PAC 2) para a Secretaria da Habitação. Projetos de Habitação e Urbanização – CDHU	67.000	2016

1.5 Departamento de Controle e Avaliação – DCA

Desenvolve seus trabalhos com foco em resultados, enfatizando a eficácia, a transparência, a eficiência e a efetividade da gestão, agregando ao modelo tradicional de auditoria baseada na verificação da legalidade e regularidade dos atos administrativos, a visão gerencial que possibilita ao gestor o aprimoramento dos processos de trabalho.

-Novas Atividades

- Parceria DCA e Cadastro Estadual de Entidades – CEE

Com a edição do Decreto nº 57.501 de 08-11-2011, que instituiu o CEE, no âmbito do Sistema Integrado de Convênios do Estado de São Paulo, e criou o Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades - CRCE, sob a responsabilidade da Corregedoria Geral da Administração - CGA. Com fundamento no Artigo 4º desse decreto o DCA, durante o exercício de 2012, apoiou a CGA nos trabalhos necessários à aprovação do cadastro e consequente emissão do CRCE, realizando vistorias prévias nas entidades, visando à análise institucional e documental, dentre outras providências administrativas.

Essa parceria resultou em 4.272 vistorias realizadas a partir de 15-01-2012, quando o Cadastro entrou em operação, até 31-12-2012. As equipes técnicas do DCA conseguiram nesse período, alcançar todas as regiões administrativas do Estado.

Vistorias Realizadas em 2012

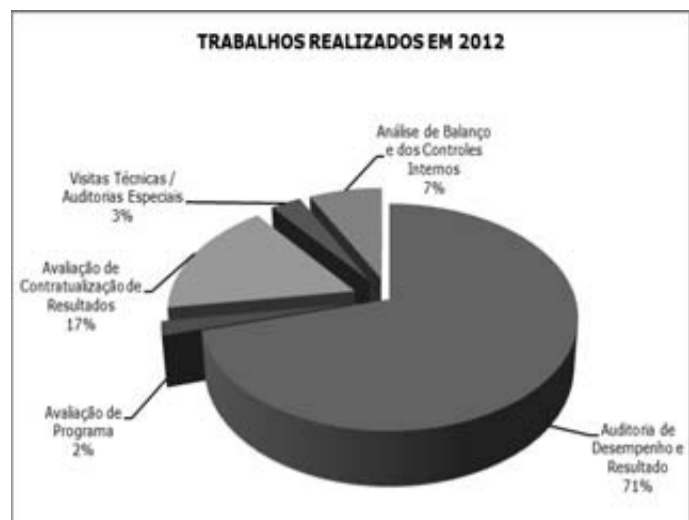
Região	Qtd	%
Capital e Grande São Paulo	1.388	32,49
Ribeirão Preto	594	13,91
Campinas	582	13,62
São José do Rio Preto	309	7,23
Bauru	266	6,23
Sorocaba	252	5,90
Santos	224	5,24
Taubaté	207	4,85
Marília	186	4,35
Presidente Prudente	158	3,70
Araçatuba	106	2,48
Total	4.272	100,0

-Principais Atividades Desenvolvidas pelo Departamento

1) Auditorias

O resultado do planejamento do exercício de 2012, detalhado por modalidade de auditorias e respectivos quantitativos, contemplou 531 trabalhos. O DCA elaborou 548 relatórios, sendo 17 oriundos de demandas não previstas que foram atendidas e consideradas como trabalhos especiais.

Quantitativo de Trabalhos Realizados	
Modalidade	Quantidade
Auditoria de Desempenho e Resultado	387
Avaliação de Programa	11
Avaliação de Contratualização de Resultados	92
Visitas Técnicas / Auditorias Especiais	17
Análise de Balanço e dos Controles Internos	41
Total	548



Classificação das Recomendações

Formal/Legal – recomendações que se enquadram na obrigação de fazer, ou seja, está prevista em leis, em estatutos, cláusulas de acordos pactuados, normas de procedimentos, etc.

Operacional – recomendações relacionadas à operação da organização e que estão na governabilidade dos dirigentes.

Gerencial – recomendações relacionadas com a inovação dos processos de trabalho, com a continuidade das operações da organização, que pode estar na governabilidade do dirigente ou não, mas que devem ser apresentadas aos órgãos setoriais de gestão da área para análise.



Quadro Comparativo das Recomendações em Relação ao Exercício Anterior

Classificação das Recomendações	2011	2012
Formal/Legal	51%	36%
Operacional	41%	63%
Gerencial	8%	1%

2) Monitoramento de Sistema

Cadastro de Parceiros do Terceiro Setor – CPATES registra as entidades parceiras da administração pública do Estado de São Paulo, notadamente Organizações Não Governamentais – ONGs, Organizações Sociais – OSs, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs, associações e sociedades civis sem fins lucrativos, com acesso por meio do endereço eletrônico www.fazenda.sp.gov.br/cpates.

O CPATES proporciona à sociedade civil uma forma de pesquisa transparente e tempestiva. As entidades do 3º setor têm a obrigatoriedade de informar ao DCA, órgão responsável pelo recebimento e processamento das informações, todo e qualquer ajuste advindo de Contratos de Gestão, de Termos de Parcerias ou de Convênios, no que se refere aos repasses de recursos e a aplicação.

O DCA monitora e atualiza as informações do sistema referente às entidades do terceiro setor.

Parceria: Secretarias da Cultura, da Saúde, da Casa Civil, da Justiça e Defesa da Cidadania, Desenvolvimento Social, Meio Ambiente e dos Direitos da Pessoa com Deficiência de acordo com o envio de informações.

3) Assessoramento - O resultado das ações de monitoramento e assessoramento do DCA, em 2012, alcançou uma recuperação de créditos no valor de R\$ 159.825.216,34. Ações:

a) acompanhamento e baixa de saldos de restos a pagar e de conciliação dos registros contábeis; b) formação de fundo de reserva de contrato de gestão na área da saúde; c) ações de cobranças judiciais (APAC-Associação de Proteção e Assistência Carcerária); d) readequação de contratos de uso de espaços em unidades prisionais; e) recolhimentos/ressarcimentos apontados em relatórios de auditoria.

Recuperação de Crédito	Valor (R\$)	%
Restos a pagar	108.766.824,20	68,05
Fundo de Reserva – Contrato de gestão	38.163.641,94	23,88
Cobrança Judicial – Convênios	8.674.217,61	5,43
Investimento não realizado – Contrato de gestão	2.130.959,00	1,33
Relatório (Recolhimento/ Ressarcimento)	1.496.720,62	0,94
Assessoramento Pós Auditoria	592.852,97	0,37
Total	159.825.216,34	

- Economia gerada, no valor de R\$ 608.185,12, é resultante de:

Reparos na rede hidráulica/redução de consumo de água de unidades prisionais e de regularização de serviços de fornecimento de passagens; em função de recomendações constantes nos relatórios de auditoria de desempenho e resultado.

Capacitação - O programa de capacitação e treinamento da equipe técnica foi elaborado, em conjunto com a FAZESP, com o objetivo de valorizar os recursos humanos, priorizando o alinhamento das competências necessárias para a execução das atividades desempenhadas pelo Departamento.

No exercício de 2012 os técnicos do DCA participaram:

Capacitação: 34 eventos. Total: 4.233 hora/aula e 200 funcionários. Média: 21 horas/aula. DCA – atingiu os parâmetros definidos pela Escola Fazendária – FAZESP e pelo Conselho Nacional dos Órgãos de Controle Interno – CONACI.

Programa de capacitação – 2012

Eventos	Carga horária	Nº de Participante
I Encontro das Auditorias do Estado de São Paulo	8	3
VIII Encontro Nacional de Controle Interno	16	4
Encontro de Gestores de Capacitação	24	1
I Congresso de Gestão por Processos na Administração Pública	16	2
Seminários	Gestão Documental e Acesso à informação	8
	Nacional de Compras Públicas	16
	Segurança da Informação	8
Afinando Pessoas para o Sucesso de Equipes	2	69
Aplicativo do Pacote Office	15	42

Eventos	Carga horária	Nº de Participante
Avaliação de desempenho para fins de Estágio Probatório	7	16
BPM TIBCO	14	2
Decreto de Encerramento do Exercício- 2012	3	58
Elaboração de Relatórios Técnicos e Gerenciais	14	3
Ética no Serviço Público	3	49
Finanças Públicas	17,5	14
Fundamentos da Ciência Econômica (ILB)	80	1
Game ITIL – CSC& BMC	8	1
Gestão	Conhecimento	16
	Competências	40
	Felicidade	1
	Processos	24
	Processos e Qualidade	14
	Projetos	35
	Responsabilidade Social, Cultural e Ambiental	8
Inovação e Gestão do Conhecimento	3	61
Instrução CGE 06 – Pecúlio	3	102
Introdução ao Direito do Consumidor (ILB e Anatel)	40	1
Prevenção de Acidente de Trabalho	2	62
Promovendo o Trabalho em Equipe	8	2
Relações Internacionais- Temáticas Contemporâneas (ILB)	80	1
SIGEO	20	18
Sistema de Gestão da Estratégia	8	3
Tendências Mundiais em Gestão Pública	4	69
Transparência e Controle	3	78

Orçamento - foram despendidos no Programa 2002 – Acompanhamento, Controle e Avaliação, relativo ao Orçamento de 2012, os seguintes valores:

Funcional Programática

04124200255990000- Auditoria (em R\$)

Natureza da Despesa	Empenhado	Liquidado	Pago
319009- Salário Família	31,22	31,22	31,22
319011- Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	17.851.415,15	17.851.415,15	14.566.568,03
319049- Auxílio Transporte	15.538,38	15.538,38	13.287,28
319113- Obrigações Patronais	3.268.158,92	3.268.158,92	2.695.438,68
339014- Diárias - Civil	164.962,52	155.159,84	154.827,94
339033- Passagens e Despesas com Locomoção	58.905,20	58.905,20	52.226,60
339035 – Serviços de Consultoria	95.000,00	95.000,00	0,00
339039- Outros Serviços de Terc.- Pessoa Jurídica	10.099,00	10.099,00	10.099,00
Totais	21.464.110,39	21.454.307,71	17.492.478,69

Fonte: Sigeco -11/01/2013

2. Área Meio

A Área Meio compreende as áreas que oferecem suporte técnico e administrativo para as Áreas Executivas realizarem as ações.

2.1 – Coordenadoria Geral de Administração – CGA

As principais ações realizadas em 2012 foram:

1. Departamento de Suprimentos e Atividades Complementares (DSAC) e as Divisões Regionais de Administração (DRAs) realizaram as seguintes atividades referentes a obras civis, elétricas e hidráulicas:

a) Obras/Reformas – Concluídas em 2012	Valor em R\$
Total (a)	30.178.898,58
Conclusão	
Ampliação: Regional de Jundiá	1.607.233,43
- Sede Regional - Sorocaba	22.718.727,30
Construção: - Posto Fiscal: -Jau	453.465,12
-Mogi Mirim	623.541,73
-São José dos Campos	1.016.678,61
-Rio Claro	755.660,15
-Catanduva	805.442,10
-18º andar do Palácio Clóvis Ribeiro – sede SEFAZ	995.000,00
Reforma: - prédio Sede - Delegacia Regional Tributária da Capital III – DRTC-III	397.490,00
- Delegacia Regional Tributária da Capital II - DRTC-II	476.990,00
- depósito de Mercadorias	238.000,00
- Instalação de plataforma hidráulica-elevatória na sede regional de Araçatuba	90.670,14
b) Obras/Reformas – Iniciadas ou Não Concluídas em 2012 e planejamento de andamento em 2013	Valor em R\$
Total (b)	73.274.056,12
Obras/ reformas iniciadas	
- Posto Fiscal Votuporanga	1.447.552,89
Construção: - Prédio Sede: - Delegacia Regional Tributária da Capital I – DRTC-I	16.127.263,99
- Unidades Regionais de Guarulhos	11.974.231,54
Reforma: - Posto Fiscal de Limeira	537.662,23
Imóvel da Regional São José do Rio Preto	917.135,35
Ampliação da Unidade Regional de Ribeirão Preto	5.385.448,50
Obras/Reformas – com planejamento de andamento 2013	
Contratação de execução da obra de recuperação e conservação das fachadas do PCR	19.530.493,12
Restauração do imóvel à Rua do Carmo nº 88	4.150.905,05
Reforma e fornecimento equipamentos, arquivos deslizantes.	11.586.971,60
Reforma dos sanitários e áreas de serviços do Palácio Clóvis Ribeiro	420.939,58
Construção do Posto Fiscal de São José do Rio Pardo	1.195.452,27
Obras e Reformas – Total (a+b)	R\$ 103.452.954,70

- Licitações realizadas na Capital através do DSAC:

Modalidade	Qtd.	Modalidade	Qtd.
APR – Ordem de Execução	44	Convite BEC	134
ARP- Autorização de Fornecimento	13	Concorrência	01
Autorização de fornecimento –compras diretas	27	Tomada de Preço	06
Ata de Registro de Preço	15	Pregão Eletrônico	96
Contrato vigente	411	Ordem de Execução de Serviço	715
Dispensa de licitação – Ordem de Execução	625	Inexigibilidade – Ordem de Execução	42
Dispensa de licitação – Autorização de Fornecimento	13	Inexigibilidade – Autorização de Fornecimento	01

- Licitações realizadas nas DRAs:

Modalidade	Quantidade
Pregão Eletrônico	69
Convite BEC	446
Dispensa de licitação – convencional	149
Dispensa de licitação BEC	143
Inexigibilidade de licitação	46

2. Departamento de Recursos Humanos (DRH) No âmbito de sua especificidade, tem como atribuições a desenvolvimento dos trabalhos pertinentes a aproximadamente **8.113 servidores ativos**: administração da situação funcional; concessão de vantagens decorrentes de contagem de tempo; processamento e apuração das partes variáveis de remuneração, referentes à produtividade e desempenho.

Em 2012 foram elaborados e publicados os seguintes atos:

- Controle de **10.531 cargos e funções-atividades** pertencentes à SEFAZ, incluindo os 10.305 cargos e funções-atividades do Quadro da Secretaria da Fazenda, os 45 cargos do Banco de disponíveis, também do QSF e, os 181 cargos e funções-atividades pertencentes ao Quadro Especial da Secretaria da Fazenda (IPESP);

- Administração dos prouários e vida funcional de **3.593 servidores ativos** classificados na Capital;

- **48 decretos de nomeação**, englobando 271 nomeados, que geraram 759 emissões de atos relativos à nomeação (termos de posse, termos de ciência e notificação e títulos de nomeação) 138 atos relativos a nomeações sem efeito e exonerações por não entrarem em exercício dentro do prazo; 02 decretos de reintegração de cargo em comissão e 01 decreto de reintegração de cargo efetivo que se encontra em andamento; 222 exonerações (a pedido e a critério da Administração); e, ainda, 7.449 outros atos administrativos e respostas de e-mails, já incluídas as respectivas publicações.

2.1. Atividades da Assistência Técnica – Estatística:

- Manifestação técnica em 1.893 processos;
 - Manifestação por meio eletrônico de 266 e-mails;
 - 660 Ratificações de tempo de serviço para fins de aposentadoria e abono de permanência dos processos único de contagem de tempo;
 - 115 aposentadorias publicadas até 18 de dezembro de 2012.

2.2. Avaliação de Desempenho para fins Estágio Probatório

Em virtude dos diversos concursos públicos realizados, foram desenvolvidas metodologias de avaliação de desempenho para fins estágio probatório. Foram avaliados:

Cargos em Estágio Probatório	
Agentes Fiscais de Rendas – AFR	520
Analistas em Planejamento Orçamento e Finanças Públicas – APOFP	222
Oficiais Administrativos	61
Executivos Públicos	31
Técnicos da Fazenda Estadual - TeFe	436

2.3. Processos de Recrutamento e Seleção de Pessoal. Finalidade: preenchimento de cargos em comissão de assistência, direção e/ou funções de serviço público retribuídas mediante pró-labore:

Processos Seletivos Externos

Número de Vagas	Candidatos Inscritos	Candidatos Finalistas	Candidatos aprovados
1	2	2	1

Processos Seletivos Internos

Número de Vagas	Candidatos Inscritos	Candidatos Finalistas	Candidatos aprovados
7	59	22	7

2.4. Atendimentos Psicossociais

Atendimentos psicossociais;	2589
Levantamentos de recursos da comunidade;	468
Encaminhamentos psicossociais de servidores para recursos da comunidade;	58
Agendamentos de Perícia Médica, no sistema eSisla-Web;	285
Acompanhamentos e/ou orientação aos NRHs nas atividades relacionadas às atribuições do CAI;	256
reuniões com gestores e colaboradores da Sefaz;	174
671 atendimentos voltados à orientação de gestores e 148 aos familiares, nos casos de licenças saúde, readaptação, dependência química, aposentadoria por invalidez, problemas funcionais e demais queixas (relacionamento, conflitos interpessoais e outros).	

2.5. Serviços de Saúde e Pronto Atendimento - O Centro de Assistência à Saúde – CAS disponibiliza serviços médicos e paramédicos para os servidores da Secretaria da Fazenda. O CAS está instalado no prédio anexo ao Edifício Sede.

Tipos de Atendimento	Qtd.
Clínica médica	225
Oftalmologia básica	462
Odontologia	2.173
Assistência social	332
Orientação nutricional	162
Atendimentos em prótese odontológica	86
Atendimentos em campanhas de saúde	1.720
Pronto-atendimentos	2.698
Total	7.858

O CAS participa ativamente do Programa de Qualidade de Vida (Qualivida) nos Pilares de Educação em Saúde e Alimentação Saudável, como também oferece apoio técnico às diversas Diretorias nos assuntos referentes à saúde dos servidores da Secretaria da Fazenda.

Valor gasto em 2012: 912.160,80 . Previsão Orçamentária para 2013: 912.160,80

2.6 Realização de Concurso Público - No ano de 2011, foi realizado concurso para o preenchimento de 550 vagas de Técnico da Fazenda Estadual –TEFE, as quais não foram totalmente preenchidas nesse ano. Em 2012, foram realizadas as seguintes nomeações:

Publicação no DOE	Remanescentes	Publicação no DOE	Remanescentes
21/10/2011	181	25/09/2012	22
11/02/2012	72	28/11/2012	20
19/05/2012	69	Total	398
04/08/2012	34		

2.7. Aferir Grau de satisfação dos usuários internos e externos. Foram elaboradas, desenvolvidas e aplicadas pesquisas quantitativas para aferir o nível da qualidade total percebida pelos usuários dos serviços prestados, bem como tabulação dos dados, produção de relatório de conclusão e proposta de plano de ação de acordo com os resultados obtidos.

1ª medição-2009	8.500 respondentes	Valor gasto em 2012 (5ª Medição): R\$ 301.891,20 Previsão Orçamentária para 2013: Não há.
2ª medição-2009	9.700 respondentes	
3ª medição-2010	11.700 respondentes	
4ª medição – 2011	11.200 respondentes	
5ª medição – 2012 (em andamento)	11.200 respondentes	

2.8 Programa de Estágio – Parceria: FUNDAP – Nível Superior

Destina-se aos estudantes matriculados e com frequência efetiva em cursos regulares de ensino superior.

*Atendimento: Capital e as Regionais. Vagas de estágio: 181
 Valor gasto em 2012: R\$ 1.439.814,77 (valor atualizado até nov/2012). Estagiários em 2012: 181.
 Previsão Orçamentária para 2013: R\$ 2.052.865,80 (SAAC).*

2.9. Programa de Estágio – Parceria: FUNDAP - Ensino Médio e/ou Técnico profissionalizante.

Destina-se aos estudantes matriculados e com frequência efetiva em cursos regulares de ensino médio e/ou técnico profissionalizante.

*Atendimento: Capital e as Regionais. Vagas de estágio: 120
 Valor gasto em 2012: R\$ 551.127,96. Estagiários em 2012: 120
 Previsão Orçamentária para 2013: R\$ 837.600,00 (SAAC)*

2.10. Supervisão e avaliação da prestação de serviços terceirizados de apoio educacional e operacional- atender crianças matriculadas no Centro de Convivência Infantil da Sede da SEFAZ. Inclui os trabalhos de nutrição, assistência social, serviços de enfermagem e área pedagógica.

*Valor gasto em 2012: R\$ 1.679.726,16. Atendimento: 126 crianças.
 Previsão Orçamentária para 2013: R\$ 1.762.372,08*

2.11. Acompanhamento da prestação de serviços de nutrição e alimentação.

-Operacionalização e desenvolvimento de todas as atividades para fornecimento de refeições, assegurando alimentação balanceada e em condições higiênico-sanitárias adequadas.

DRTC – Il Lapa
Quantidade estimada de refeições / dia: 50 unidades
Valor gasto em 2012: R\$ 87.352,56
Previsão orçamentária para 2013: R\$ 262.310,40

Prédio Sede
Quantidade estimada - 300 desjejuns/dia; 1.125 refeições/dia
Valor gasto em 2012: R\$ 1.531.633,90 (jan - nov/2012)
Previsão Orçamentária para 2013: R\$ 2.113.860,00

2.12. Programa “QualiVida Aqui Se Faz!”.

-Implantar, desenvolver e promover ações de saúde e Qualidade de Vida para aproximadamente 8.113 servidores ativos da Capital e as Regionais.

-Objetivo: - Prevenir e monitorar os problemas físicos, emocionais e sociais, incentivando a adoção de hábitos regulares e saudáveis para o organismo quanto à alimentação, atividades físicas, lazer e relacionamentos sociais. - Melhorar os padrões de saúde, aumento da produtividade e redução do índice de absentismo por motivo de saúde:

Levantamento e Diagnóstico das Condições Atuais de Saúde - Física, Mental e Social; Programas de Medicina e Odontologia preventivas; Programa de Acompanhamento Biopsicossocial; Programa de Educação em Saúde; Programa de Política de Benefícios.

-Principais pilares:

Alimentação Saudável:

-Orientação alimentar – atendimento de servidores inscritos para Campanha de Saúde;
 -Semana da Alimentação Saudável – Feira de produtos orgânicos (outubro/2012);
 -Supervisão e Acompanhamento da Feira Doce.

Arte e Cultura:

-Bazartesanato - Semana da Mulher, Semana da Consciência Negra e confraternização de Natal;
 -Oficinas de: Alimentação Saudável, Yoga, Dança do ventre, Técnicas de Respiração, Fuxico, Customização de Roupas – Moda, Confecção de vasos, Boneca de pano, Torso, Samba Rock;
 -Feira Doce (abril e dezembro/2012)
 -Semana: Servidor Público (outubro/2012); Consciência Negra (novembro/2012);
 -Cantata das crianças do CCI (Dezembro);
 -Apresentação do Coral – Dia do Servidor Público, Consciência Negra e Cantata de Natal.

Combate ao Sedentarismo:

Ginástica Laboral - início mar/2009; Tai Chi Chuan para os servidores – início fev/2012; Aulas de Dança de Salão – início mar/2012; Programa 4 Jogos Recreativos – início fev/2011 ; Caminhada Animal -abr/12; AGITA SEFAZ -ago/12; Festival de Futsal -mai/12 ; Torneio Intersecretarias -nov/12.

Programas de Educação Continuada em Saúde:

Campanhas:
 - Vacinação contra Gripe (Maio/2012) – 755 participantes; Saúde Bucal Infantil - 39 crianças; Clínicas (Dados Fisiométricos e Detecção de hipertensão e diabetes) – 418 participantes; Prevenção ao Glaucoma – 332 participantes e ao Câncer Bucal – 219 participantes;
 -PECS - Informativos/campanhas educativas sobre gripe, conjuntivite e câncer bucal início: Fev/12.

Sustentabilidade – Agenda Ambiental:

Coleta Seletiva SEFAZ e Regionais: Retirada de lixos individuais de algumas Unidades da SEFAZ; Ronda e monitoramento da coleta seletiva; Carona solidária – início: Nov/2011; Exposição fotográfica – Águas Brasileiras (Junho/2012)

Preparação para Aposentadoria:

Preparação para Aposentadoria – Osasco (mai/2012); Saúde Financeira (ago/2012); Tempo (set/2012); Memórias (out/2012)

Capacitação:

-Encontro das Agentes de Qualidade de Vida – Taubaté (abr/12), – ABC (out/12);
 -Cursos de Gestão: a) Responsabilidade Social, Cultural e Ambiental (abr/12), b) Diversidade e Qualidade de Vida no Trabalho (mai/12);
 - Seminário Temático Estadual – Envelhecimento Ativo na Administração Pública (nov/12).

Supervisão de Estagiários:

Criação de e-mail Marketing; Elaboração:a)material impresso b) Slides para o Programa QualiVida; Confecção da Revista Qualinews;Manutenção do Portal QualiVida; Fotografia de filmagem das ações e eventos do QualiVida; Realização das aulas de ginástica laboral.

Comunicação:

Artigos: clippings e artigos elaborados por colaboradores; Publicações de eventos e ações do Programa QualiVida e Regionais; Criação de e-mails institucionais para divulgação dos eventos.

Valor gasto em 2012: R\$ 48.262,15. Previsão Orçamentária para 2013: R\$ 199.750,00

3. Comissão de Avaliação de Documentos de Arquivo (CADA) - efetuou:

- Publicação de 21 Editais de Ciência de Eliminação de Documentos. *Resultado:* autorização de eliminação de 1147,86 metros lineares de documentos.

- Atendimento às solicitações feitas pelo Arquivo do Estado, em especial ao desenvolvimento de levantamento diagnóstico sobre documentos e informações sigilosas para implementação da Lei de Acesso à Informação nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

-Decreto Estadual nº 58.052, de 16/05/2012 - regulamentou a Lei nº 12.527/11 – *Ações Correlatas:*

- Adoção dos procedimentos relativos à edição de resolução para atender às regras estabelecidas pelo Decreto, concretizados através da publicação da Resolução SF 50, de 16 de julho de 2012.
 - Elaboração de projeto objetivando revisar a tabela de temporalidade das áreas fim e meio da SEFAZ (com levantamento, classificação e temporalidade de documentos e sistemas com restrição de acesso), para adequação ao Decreto, publicação oficial de tabela de documentos, dados e informações sigilosas e pessoais (revisão anual) e apoio à construção do catálogo de sistemas e bases de dados da Secretaria da Fazenda - SEFAZ.
 - Inclusão do projeto acima no SGE - Sistema de Gestão da Estratégia da SEFAZ.
 - Apoio na organização para realização nesta Pasta pelo Arquivo Público do Estado, do Seminário Gestão Documental e Acesso à Informação: estratégias para implementação do Decreto.
 - Encaminhamento de proposta ao Arquivo do Estado da inserção de novas séries documentais na Tabela de Temporalidade das Atividades-Meio.
 - Atendimento às solicitações do Serviço de Informação ao Cidadão - SIC.

4. Departamento de Orçamento e Finanças (DOF) - tem atuado de forma decisiva para a melhoria do controle e racionalização da aplicação dos recursos orçamentários e financeiros.

Entre as atividades desenvolvidas no exercício de 2012, destacaram-se:

- Questionamento e análise crítica dos gastos das unidades;
 - Remanejamento de recursos entre unidades de uma mesma Unidade Orçamentária;
 - Elaboração da Proposta Orçamentária Setorial POS 2013;
 -Atuação direta junto aos gerentes quando do monitoramento e da revisão de metas e no acompanhamento do Plano Plurianual de 2012/2015.

Assistência Técnica- destaque para:

- Orientações e treinamentos às Unidades da PASTA na execução Orçamentária e Financeira;
 - Elaboração de Manuais Operacionais de Adjucação de Bens, Consistência Documental e Programação de Desembolso.
 - Realização dos trabalhos inerentes ao Departamento.

- Centro de Orçamento e Custos – COC de 2012:

- SIMPA - através desse sistema acompanhou a execução do Plano Plurianual.
 - Realização dos trabalhos inerentes ao Departamento

-Divisão de Execução Financeira – DEF

-Manteve atualizado o controle dos CNPJ da Pasta e realizou o acompanhamento diário do Sistema de Regularidade Previdenciária e Fiscal das unidades da SEFAZ e das empresas e autarquias vinculadas;
 -Nos Núcleos foram desenvolvidas atividades distintas, executadas através dos Sistemas SIAFEM e SIAFÍSICO, por meio de lançamentos contábeis;
 -Supervisionou e controlou os Ofícios enviados à Prefeitura de São Paulo, cobrando a quota-parte do IPVA – Restituído.

Núcleo de Controle de Contas e Serviços Públicos:

Atuou na implantação do Sistema de Telefonia nas 15 Regionais da SEFAZ (DRA), além da realização dos trabalhos inerentes ao Núcleo.

2.2 Coordenadoria de Planejamento Estratégico e Modernização Fazendária – CPM

I – Departamento de Planejamento e Gestão de Projetos – DPG

- As principais atividades realizadas em 2012 foram:

- PROFISCO: Desenvolvimento do Projeto de Planejamento Estratégico, no âmbito do Programa de Apoio a Gestão e Integração dos Fiscos do Brasil - Profisco, através do desdobramento do planejamento corporativo nas coordenadorias. Fase dos *Trabalhos em dez/2012*: fase de conclusão na CEDC, intermediária na CAF e em fase de preparação na CPM.

- SGE - Aperfeiçoamento do Sistema de Gestão da Estratégia e geração de relatório gerencial para acompanhamento de projetos e atividades prioritárias da Secretaria da Fazenda - Sefaz;

- Planejamento Estratégico - PE - Desenvolvimento e acompanhamento de indicadores;

- Aprimoramento dos indicadores que compõe o cálculo da remuneração variável e sua correlação com as atividades realizadas pelos servidores da Sefaz;

- Apuração do ICAT (índice de cumprimento de metas do indicador global da Coordenadoria da Administração Tributária – CAT) e ICA (índice agregado de cumprimento de metas); elaboração das respectivas notas técnicas para fins de pagamento da Participação nos Resultados – PR e Bonificação por Resultados - BR;

- BR e PR: elaboração dos atos formais, resoluções e notas técnicas, e aprimoramento da metodologia e rotina de apuração da BR e PR;

- Gerência do Programa 2012 – Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado de SP no PPA 2012-2015;

- Estudo para alinhamento dos processos da atual árvore de macroprocessos aos objetivos estratégicos definidos no trabalho de revisão do PE e a cadeia de valor da SEFAZ;

- Formulação de página para a publicação dos macroprocessos da Secretaria da Fazenda na Intranet – Macroprocessos da CEDC e DCA já publicados.

- Mapeamento de processos em nível detalhado – Processo de auditoria do DCA que será automatizado.

- Realização de Workshop sobre Gestão do Conhecimento na CEDC no âmbito do Profisco.

- Definição dos conhecimentos críticos para o funcionamento das Diretorias da CEDC e planejamento de 3 ações a serem implantadas para ajudarem a Coordenadoria a atingir seus Objetivos Estratégicos;

- Projeto “Desenvolvimento de índices para aferição do grau de satisfação dos usuários externos da SEFAZ”.

- Contratação da FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) para execução do projeto. Atividades realizadas durante o ano de 2012:

Diagnóstico realizado através de reuniões com as áreas envolvidas, pesquisa qualitativa com o público interno (serviços envolvidos) e externo a fim de subsidiar a elaboração dos novos questionários da pesquisa quantitativa e desenvolvimento da nova metodologia de cálculo dos índices.

- Apoio na criação e implantação do modelo de Governança da solução SEFAZ para Portais (Projeto “Reformulação dos Portais da SEFAZ”, sob liderança do DTI), compreendendo:

- Apoio na definição: a) das políticas e dos procedimentos a serem adotados para o ambiente da Solução SEFAZ, para Portais e seus serviços correlacionados (Espaço de Trabalho Corporativo, Intranet e Internet); b) de papéis e responsabilidades na Governança da Solução SEFAZ para Portais, acompanhamento na adequação dos comitês existentes;

- Apoio no desenvolvimento de documento de governança e minuta de resolução e, na criação de novos comitês para atender as demandas de governança.

II – Escola Fazendária do Estado de São Paulo – FAZESP

- Dentre as atividades desenvolvidas destacaram-se:

1. *Programa de Capacitação* - Elaboração do Programa Anual de Capacitação para o ano de 2013, tendo como base o desenvolvimento das competências necessárias ao atingimento dos objetivos estratégicos da Sefaz, conforme estabelecido em seu Planejamento Estratégico.

Síntese da execução do Programa de Capacitação 2012:

Item	Total
Quantidade de cursos realizados	234
Quantidade de vagas	18.826
Quantidade de horas-aula usufruídas	240.343

2. *Reabertura do Programa de Apoio à Pós-Graduação*, com bolsas de estudo (Mestrado, Doutorado, MBA e Especialização) oferecidas aos servidores da Sefaz que preencheram os requisitos dispostos na Resolução SF-17/2008 combinados com os da Resolução SF-82/2011.

Formação de servidores da SEFAZ: considerada uma ação estratégica na medida em que contribui para melhorar a qualidade, a eficiência e a eficácia de suas principais áreas de negócios, tais como: arrecadação, controle do gasto público, atendimento ao contribuinte e gestão de compras eletrônicas.

3. *Custeio de Participação em Eventos Externos*: Uma vez que o Programa de Capacitação não pode abranger todos os eventos que desenvolvem as competências dos servidores, a Política de Participação em Eventos Externos, regulamentada pela Resolução SF-32/2008, complementa a ação da Fazesp e permite a todos aprimorarem sua formação. Em 2012 foram aprovadas cerca de 160 participações, custeadas pela Escola Fazendária ou pelo PROFISCO.

4. PROFISCO – Projeto de Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado de São Paulo

4.1. *Adequação da estrutura física e tecnológica da FAZESP*- Projeto 10.1. As atividades no ano compreenderam:

-Projetos de reforma e atualização de mobiliário e equipamentos nas áreas de treinamento das Unidades Regionais, e elaboração do edital para reforma da Fazesp Carmo.

4.2 *Projeto 10.2 – Modelo de Atuação e Gestão da Escola Fazendária Revisado e Implantado*:

-*Programa de formação dos servidores da Fazesp e colaboradores*: deu-se continuidade ao programa, com a realização do curso “Gestão por Competências” com 40 horas-aula para 30 servidores. *Objetivo*: dotar a equipe da Fazesp e colaboradores, de conhecimentos fundamentais na proposição de programas de capacitação que levem ao desenvolvimento e/ou ao aprimoramento de competências dos servidores da Secretaria da Fazenda. O curso foi realizado pela Fundação Instituto de Administração – FIA. Este programa terá continuidade no ano de 2013, com a realização do curso “Gestão Pública Contemporânea” com 120 horas-aula.

5. *Realização de Ciclo de Palestras* na área de gestão pública, em parceria com o DPG-Departamento de Planejamento e de Gestão de Projetos. *Público-alvo*: a alta e a média gerência da Sefaz e da SPPREV. Os temas abordados foram:

Tendências Mundiais em Gestão Pública”, “Ética no Serviço Público”, “Transparência e Controle Social”, “Inovação e Gestão do Conhecimento”, “Relacionamento com Usuário” e “Tendências em Gestão de Pessoas”.

As palestras foram realizadas de forma presencial com transmissão por videoconferência para todas as regionais da Sefaz, ampliando a participação de servidores público-alvo desse programa de formação.

6. *Participação nas comissões* responsáveis pelo planejamento e execução dos concursos públicos previstos para o primeiro semestre de 2013:

- AFRs – Agentes Fiscais de Rendas – 885 vagas previstas;
 - APOFPs – Analistas de Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas do Estado de São Paulo –238 vagas previstas.

7. *Tecnologia Educacional*: Desenvolvimento de projetos entre a Fazesp e o DTI para:

-Definição de plataforma Educacional a ser utilizada. *Objetivo*: criação de AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem), para a Escola Fazendária;
 - Implantação de Serviço de Streaming. *Objetivo*: transmissão de Vídeos e Palestras em tempo real e, acesso às anteriormente gravadas.

8. *Educação Fiscal para Cidadania*:

- Formação a distância de 2.737 disseminadores de educação fiscal;
 - *Realizações*: a) Programas “Fazenda Aberta” e “Fazenda Vai à Escola”; 24 palestras sobre Educação Fiscal os objetivos do PNEF; b) II Ciclo de Formação de Conselheiros Municipais no grande ABC. *Objetivo*: capacitar esses agentes sobre questões tributárias, gastos públicos e da estrutura do Estado;
 -Estabelecimento de Termo de Cooperação com a UNIFESP para criar a disciplina optativa “Política Fiscal e Cidadania” nas áreas de saúde, e de parceria com a EFAP da Secretaria de Educação para capacitação de 910 professores como disseminadores;
 -Participação em feiras de educação: Feira do Estudante do CIEE, 22ª Feira Bienal do Livro, 12ª Feira Nacional do Livro de Ribeirão Preto, Feira do Empreendedor do Sebrae;
 -Premiação e palestra sobre Transparência da Gestão Fiscal no Dia Nacional de Respeito ao Contribuinte;
 - Desenvolvimento de projeto de portal na internet para disseminar a Educação Fiscal na sociedade, e de projeto para disseminar o programa de Educação Fiscal nos municípios paulistas.

III – Unidade de Coordenação de Programa – UCP

- Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil - PROFISCO/SP

Cabe à UCP, o gerenciamento e a operacionalização do PROFISCO/SP, que envolve recursos de contrapartida do Tesouro e de empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Depto de Planejamento e Gestão de Projetos - DPG

Projeto 1.1 – Planejamento Estratégico da SEFAZ aprimorado

* *Objetivo*: Atualizar o Planejamento Estratégico das Coordenadorias e elaborar o Planejamento Estratégico das Diretorias da CAT- Coordenadoria de Administração Tributária.

* *Ações Executadas*:

-Contratada a FUNDAP para serviços de consultoria

Projeto 1.2- Metodologias e ferramentas de gerenciamento de projetos na SEFAZ aperfeiçoadas e difundidas

* *Objetivo*: Definir e implantar metodologia de gerenciamento de projetos.

* *Ações Executadas*:

- Este projeto passou a ser de responsabilidade da UCP;

- Em fase de estudos a integração dos sistemas SGE e SGD.

Projeto 1.3 – Rotina de identificação e otimização de processos

* *Objetivo*: Definir e implantar modelo de Gestão de Processos na SEFAZ.

* *Ações Executadas*:

- Arvore de macroprocessos do CEDC e DCA revisadas e publicadas;

- Processo estratégico do DCA em fase final de mapeamento;

- Estruturação metodologia para gestão de processos

Projeto 1.4 – Sistemática de gerenciamento de riscos nos processos estratégicos da SEFAZ

* *Objetivo*: Definir e implantar sistema de Gestão de Riscos na SEFAZ.

* *Ações Executadas*:

- Em fase de revisão de escopo.

Projeto 2.1 - Rotina de busca, utilização e difusão de soluções inovadoras, referências e tendências introduzida na gestão fazendária

* *Objetivo*: Dotar a SEFAZ das soluções inovadoras já praticadas quer sejam oriundas do mercado interno ou do mercado externo

* *Ações Executadas*:

- Projeto deverá ser cancelado e substituído por “Gestão por Competências” em 2013.

Projeto 11.1 - Gestão de Conhecimento da SEFAZ aprimorada

* *Objetivo*: Definir processo de retenção, organização e institucionalização do conhecimento na SEFAZ.

* *Ações Executadas*:

- Em fase de revisão de escopo devendo abranger governança e a construção dos portais da SEFAZ e Estímulos à Inovação

Projeto 11.2 - Mecanismos de estímulo à inovação na SEFAZ

* *Objetivo*: Implantar processo de captação e difusão na apresentação e implementação de soluções inovadoras na SEFAZ

* *Ações Executadas* - Este projeto deverá ser incorporado à Gestão do Conhecimento.

Coordenadoria da Administração Tributária – CAT

Projeto 3.1 - Sistema autenticador e transmissor de documentos fiscais digitais implantado

Objetivo: Facilitar o envio dos arquivos à SEFAZ/SP, simplificando o cumprimento de sua obrigação acessória de registro e escrituração do movimento mensal de vendas através da criação de um novo documento digital e de seu sistema de recepção.

* *Ações Executadas*:

- Contratada a FUSP para consultoria em pesquisa, desenvolvimento e especificações técnicas do SAT

- Publicada portaria para com data de obrigatoriedade de utilização do SAT-CFe a partir de julho/ 2013.

Projeto 3.2- Sistema de Controle de Vazão (Volume) de Combustíveis

* *Objetivo*: Controlar a arrecadação no setor de combustíveis por meio do controle de vazão/volume nos postos revendedores do Estado de São Paulo.

* *Ações Executadas*:

- Em análise pela Consultoria Jurídica contratação da FUSP para desenvolvimento e fornecimento de protótipos visando a integração do SAT-CFe às bombas de combustíveis

Projeto 3.3- Metodologia e infraestrutura de rastreamento de veículos e de cargas

* *Objetivo*: Controlar as operações com mercadorias de alto valor agregado por meio de informações obtidas sobre rotas de cargas e veículos.

* *Ações Executadas*:

- Elaborado Termo de Referência para contratar consultoria para mapear as fontes de informações do mercado.

Projeto 3.4 - Metodologia de fiscalização utilizando as informações da NF-e implantada

* *Objetivo*: Executar ações fiscais mais qualificadas, baseadas no cruzamento das informações de documentos fiscais digitais e de outros sistemas digitais.

* *Ações Executadas*:

- Em execução o contrato para aquisição de Datamining, capacitação e consultoria;

- Realizado curso de capacitação em modelagem estatística e administração tributária;

- Elaborado Termo de Referência para contratação de curso de Datamining.

Projeto 3.5- Sistema eletrônico de Consulta Tributária

* *Objetivo*: Propiciar prazos reduzidos de respostas de consultas tributárias aos contribuintes.

* *Ações Executadas*:

- Sistema Eletrônico de Consulta Tributária implantado.

<p>Projeto 3.6 - Sistema de Controle das Operações de Drawback, exportações e remessas para área de livre comércio</p> <p>* Objetivo: Desenvolver e implantar o Controle das operações de Drawback, exportação e remessas para área de livre comércio on line e em tempo real.</p> <p>* Ações Executadas: - Em elaboração casos de uso do modulo SUFRAMA do sistema, pela área tributária.</p>
<p>Projeto 4.1 – Sistema de gestão do IPVA</p> <p>* Objetivo: Desenvolver e implantar o Sistema de Gestão do IPVA.</p> <p>* Ações Executadas: - Modulo Gestão em desenvolvimento com recursos internos da SEFAZ; - Desenho Conceitual aprovado para o desenvolvimento da 2ª fase do sistema.</p>
<p>Projeto 4.2: ITCMD – Sistema de cruzamento de informações das declarações on-line</p> <p>* Objetivo: Desenvolver e implantar o Sistema de Gestão do ITCMD</p> <p>* Ações Executadas: Em fase de assinatura de contrato com a Prodesp, para a construção do sistema.</p>
<p>Projeto 4.3 - TAXAS - Sistema de controle de prestação de serviços nas unidades prestadoras de serviços de outros órgãos estaduais, incluído o poder judiciário</p> <p>* Objetivo: Desenvolver e implantar o Sistema de Arrecadação de Taxas de serviços prestados pelo Estado</p> <p>* Ações Executadas: - Em elaboração casos de uso e desenho da solução para expansão do DARE</p>
<p>Projeto 4.4 - CADEMP – Cadastro de Empresas Paulistas implantado</p> <p>*Objetivo: Agilizar o processo de legalização de empresas, através da integração dos sistema dos órgãos envolvidos, facilitando a vida dos empreendedores, reduzindo a sonegação fiscal e aumentando o controle sobre as empresas estabelecidas no Estado.</p> <p>*Ações Executadas: - Em elaboração o novo Quadro Lógico para adaptar a integração do CADESP à REDESIM.</p>
<p>Projeto 4.5 - Emissão de NF-e ampliada e massificada para contribuintes de diversos setores</p> <p>*Objetivo: Controlar sobre o número de empresas emissoras de NF-e intensificado através de melhorias no sistema.</p> <p>*Ações Executadas: -Este projeto está sendo executado com recursos próprios da SEFAZ.</p>
<p>Projeto 4.6 - Conhecimento de Transporte Eletrônico - CT-e</p> <p>*Objetivo: Controle sobre o número de empresas emissoras de CT-e intensificado através da implantação de um sistema de recepção dos documentos.</p> <p>*Ações Executadas:- Este projeto está sendo executado com recursos próprios da SEFAZ</p>
<p>Projeto 4.7 - Escrituração Fiscal Digital (EFD), implantada</p> <p>*Objetivo: Trabalho de auditoria fiscal otimizado pela redução no tempo para obtenção de informações e melhoria da confiabilidade, via substituição e consolidação das formas de escrituração existente.</p> <p>*Ações Executadas: - Documento de Visão e casos de uso já elaborados para desenvolvimento do pos validador</p>
<p>Projeto 4.8 - Sistema para captura e tratamento das informações da Escrituração Contábil Digital (ECD) implantado</p> <p>*Objetivo: Trabalho de auditoria contábil otimizado, reduzindo o tempo para obtenção de informações e melhorando a confiabilidade das mesmas, tendo por base um sistema único de dados dos contribuintes.</p> <p>*Ações Executadas: - Elaborados novos roteiros de auditoria - Desenvolvida e aplicada a ferramenta digital de auditoria contábil SAFIC - Capacitados 72 AFRs em auditoria fiscal-contábil digital referentes aos novos roteiros</p>
<p>Projeto 5.1 – Processo Administrativo Tributário Eletrônico e-PAT</p> <p>* Objetivo: Tomar mais célere e transparente o processo administrativo tributário</p> <p>* Ações Executadas: - Projeto implantado com recursos da SEFAZ -Elaborado Termo de Referência para aquisição de 91 scanners</p>
<p>Projeto 8.2 - Novo modelo de relacionamento eletrônico com o contribuinte implantado.</p> <p>*Objetivo: Relacionamento com o contribuinte ampliado e facilitado pela implantação de serviços em ambiente de internet.</p> <p>*Ações Executadas: -Formação de lista curta para a contratação da consultoria e revisão total do Termo de Referência; - Publicada a Solicitação de Manifestação de Interesse, com respectiva série de respostas para condução de uma Seleção Baseada em Qualidade.</p>

<p align="center">Coordenadoria de Administração Financeira – CAF</p> <p>Projeto 6.1 - Sistema de custos integrado ao Sistema de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM/SP.</p> <p>* Objetivo: Atender aos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal</p> <p>* Ações Executadas: - Levantamento das informações de campo em 4 órgãos: Fundação Casa, Secretarias da Saúde, Administração Penitenciária e Educação). <i>Situação Atual:</i> concluído - Serviços contratados da FIPE (Metodologia para o Sistema de Custos): <i>Situação Atual:</i> em andamento; - Termo de Referência para a contratação da PRODESP para o desenvolvimento do sistema de custos especificado pela FIPE/FMI. <i>Situação Atual:</i> em fase de elaboração; - Migração do SIGEO para a nova plataforma: empresa contratada para efetuar a migração: PRODESP</p> <p>Projeto 6.2 - Fiscalização da Folha de Pagamento dos servidores estaduais</p> <p>* Objetivo: Assegurar a eficácia no gerenciamento do gasto público com despesa de pessoal, através do fortalecimento da fiscalização da folha de pagamento dos servidores estaduais.</p> <p>* Ações Executadas: Este projeto depende da implantação do novo sistema de Folha de Pagamento do Estado, cuja previsão é para 2014.</p>
--

<p align="center">Coordenadoria de Entidades Descentralizadas e de Contratações Eletrônicas – CEDC</p> <p>Projeto 7.2 - Sistema Bolsa Eletrônica de Compras (BEC/SP) revisto e ampliado</p> <p>* Objetivo: Ampliação da utilização da BEC para os municípios e outras entidades, melhoria na qualidade das aquisições, aprimoramento da gestão e desenvolvimento de fornecedores.</p> <p>* Ações Executadas: -Desenvolvida metodologia para apuração do banco de preços referenciais e BI; -Implantada solução de BI, Georeferenciamento e B.A.M.; -Realizado Seminário Nacional de Compras Públicas; -Assinado convênio para utilização do Pregão eletrônico com 4 municípios (Pederneiras, São Paulo, São Caetano do Sul e São João da Boa Vista) -Em fase final processo de contratação de consultorias para elaborar metodologia de avaliação de fornecedores e de unidades compradoras.</p> <p>Projeto 7.3 - Novo modelo de acompanhamento das entidades descentralizadas</p> <p>* Objetivo: Otimizar análise técnica dos processos oriundos das entidades descentralizadas e melhorar qualidade das análises emitidas pelo GED, aumentando a aderência entre as análises e as decisões dos órgãos deliberativos.</p> <p>* Ações Executadas: - Modulos: a) Gestão por indicadores, b) Financeiro. <i>Situação Atual:</i> em processo de revisão; - Realizado mapeamento dos processos do GED através do DPG.</p>
--

<p>Projeto 7.4 - Sistema informatizado para o Gerenciamento Eletrônico de Documentos – GED</p> <p>* Objetivo: Aprimorar o processo de armazenamento, localização e recuperação dos documentos relativos ao Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado (Palácio Clóvis Ribeiro) e às entidades descentralizadas, incluindo as extintas, através da implantação do sistema do GED</p> <p>* Ações Executadas: - Definidas as responsabilidades sobre a implantação de GED na SEFAZ.</p>

<p align="center">Coordenadoria Geral da Administração – CGA</p> <p>Projeto 1.5- Unidades da SEFAZ readequadas</p> <p>* Objetivo: Atendimento presencial otimizado e satisfação dos usuários internos aprimorada a partir da adequação em novo local físico da Unidade Regional de Osasco e da DRTC-I</p> <p>*Ações Executadas: - execução da obra da DRTC-I. <i>Situação:</i> em andamento a com previsão de conclusão para o segundo semestre de 2013.</p> <p>Projeto 7.1-Arquivo de Prontuários de Servidores/Contribuintes</p> <p>* Objetivo: Agilizar o tempo para liberação dos processos para pedido de vista e reabertura e prover o acervo de toda segurança necessária</p> <p>* Ações Executadas: - Processo em análise pela Consultoria Jurídica. Foi efetuada revisão de escopo face alterações da forma de arquivamento dos processos e alteração da forma construtiva do piso</p>
--

<p align="center">Escola Fazendária do Estado de São Paulo – FAZESP</p> <p>Projeto 8.1 - Programa de Educação Fiscal para a Cidadania ampliado</p> <p>* Objetivo: Conscientizar a sociedade quanto à importância do cumprimento da obrigação tributária e do acompanhamento e fiscalização do gasto público, e criação de um Portal de Educação Fiscal.</p> <p>*Ações Executadas: - Programa de Educação Fiscal - definido planejamento e política de disseminação do Programa junto aos municípios, em conjunto com o CEPAM. <i>Situação Atual:</i> em fase final de contratação – CEPAM. - Parceria: Sebrae /SP e CIEE para <i>difusão do programa junto aos seus públicos;</i> - Política Fiscal e Cidadania na UNIFESP- <i>disciplina implantada;</i> - Portal de Educação Fiscal – <i>em fase final de desenvolvimento.</i></p> <p>Projeto 10.1 - Estrutura Física e tecnológica da Escola Fazendária revisado</p> <p>* Objetivo: Melhorar a capacidade e qualidade de atendimento ao treinando, com otimização de custo a partir da adequação física e tecnológica da Escola Fazendária.</p> <p>* Ações Executadas: - Aquisição de equipamentos e mobiliários. <i>Objetivo:</i> atender das necessidades das delegacias regionais; - Reforma do imóvel da FAZESP- Rua do Carmo - aprovado pelas unidades competentes municipais. <i>Situação Atual:</i> em fase de análise pela Consultoria Jurídica, o projeto executivo, memorial descritivo e cronograma físico-financeiro referentes à reforma; - Contratação de Consultoria: para a elaboração de projetos de engenharia para as Regionais Fazendárias. <i>Situação Atual:</i> em fase final de contratação</p> <p>Projeto 10.2 - Modelo de Atuação e Gestão da Escola Fazendária revisado</p> <p>* Objetivo: Criação e Implantação de Sistema de Gestão da FAZESP integrado ao Sistema de Monitoramento da Capacitação e do Sistema de RH</p> <p>* Ações Executadas: - Curso de Gestão por Competências ministrado pela FIA - <i>Situação:</i> executado ; - Encontro dos Gestores de Capacitação— <i>Situação:</i> executado; - Sistema de Gestão já desenvolvido pelo DTI; - Curso de Gestão Pública pela FGV - <i>Situação:</i> em elaboração a documentação para a contratação; - Módulo de Planejamento (workflow): <i>Situação Atual:</i> em fase de levantamento.</p> <p>Projeto 10.3 - Programa de Educação a Distância aperfeiçoado e ampliado.</p> <p>* Objetivo: Criação e Implantação de Sistema de Gerenciamento de cursos no Programa de EAD.</p> <p>* Ações Executadas: - Curso de especialização em educação à distância pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS - <i>Situação Atual:</i> concluído; - Curso de pós- graduação em Design de Conteúdo e Direitos Autorais. <i>Situação Atual:</i> concluído; - Termo de Referência - para contratação do desenvolvimento do curso do PROFIN. <i>Situação Atual:</i> em fase final de elaboração; - Termo de Referência para contratação da montagem de 20 cursos em EAD. <i>Situação Atual:</i> elaboração em andamento; - Contratada prestação de hospedagem/suporte/manutenção de AVA.</p>

<p align="center">Depto de Tecnologia da Informação – DTI</p> <p>Projeto 9.1- Infraestrutura de desenvolvimento de sistemas de TI</p> <p>* Objetivo: Implantar processo de desenvolvimento de sistemas mais ágeis.</p> <p>* Ações Executadas: -Contratado e executado o curso de avaliação por pontos de função. -Elaborado Termo de Referência para contratação do curso Profissional Scrum Master – PSM</p> <p>Projeto 9.2 - Metodologia de gerenciamento de processos, qualidade e níveis de serviço</p> <p>* Objetivo: Melhorar o nível de maturidade de governança de TI</p> <p>* Ações Executadas: - Projeto suspenso desde julho de 2012</p> <p>Projeto 9.3 - Boas práticas de gestão operacional de TI</p> <p>* Objetivo: Implantar melhores práticas de TI (ITIL V3).</p> <p>* Ações Executadas: - Adquirido software BMC Remedy para a gestão operacional de TI - Em execução contrato com consultoria para implantar o gerenciamento de serviços de TI baseado no ITIL V3, incluindo capacitação da equipe.</p> <p>Projeto 9.4 - Sistemática de replicação e direcionamento de clientes a um site de contingência externo à sede da SEFAZ</p> <p>* Objetivo: Replicar as informações entre o site principal e o site de contingência de modo a garantir que o site de contingência esteja sempre apto a substituir o site principal.</p> <p>*Ações Executadas: - Serviços executados com recursos da SEFAZ.</p> <p>Projeto 9.5 - Arquitetura e modelo de negócio de TI formalizado e institucionalizado</p> <p>* Objetivo: Implantar estrutura tecnológica da SEFAZ reconhecida, institucionalizada e efetivamente aplicada.</p> <p>* Ações Executadas: - Desenvolvido projeto piloto com recursos internos do DTI.</p> <p>Projeto 9.6- Implantação de boas práticas de Gestão da Segurança da informação</p> <p>* Objetivo: Melhorar os níveis de segurança da informação nos ambientes de TIC da Sefaz-SP</p> <p>* Ações Executadas: - Contratada consultoria para a realização de campanhas de conscientização, vídeos educativos e treinamento para a divulgação das políticas e melhores práticas da segurança da informação.</p> <p>Projeto 9.7- Implantação de ambiente para gestão corporativa de conteúdo de documentos</p> <p>* Objetivo: Disponibilizar infra-estrutura tecnológica para facilitar e otimizar os recursos necessários para projetos de gerenciamento corporativo de conteúdo (ECM) e de documentos (GED),</p> <p>* Ações Executadas: - Elaborado Termo de Referência para aquisição de solução de gestão corporativa de conteúdo.</p>
--

Unidade de Coordenação de Programa – UCP
Projeto ADM 1 – Gestão de Projetos
* Objetivo: Realizar a gestão técnica, administrativa e orçamentário-financeira do PROFISCO/SP.
* Ações Executadas: - Em fase de aprovação pelo BID o processo de aquisição dos serviços de consultoria para a execução de auditoria externa do PROFISCO - Acompanhamento: a) do orçamentário-financeiro do programa (Fonte 1 e Fonte7); b) dos especialistas nas Missões do BID. - Elaborado Plano de Aquisições para o BID
Projeto ADM 2 – Monitoramento e Avaliação
* Objetivo: Monitorar a execução dos Projetos do PROFISCO e elaborar os Relatórios Semestrais do BID
* Ações Executadas: -Elaborados relatórios gerenciais mensais dos projetos e Relatórios de Progresso do BID; -Acompanhamento da atualização do Plano de Ação e de Investimentos (PAI) .
Projeto 2.2 - Convênios e acordos de cooperação, com instituições selecionadas, celebrados
* Objetivo: Contribuição ao desenvolvimento organizacional e tecnológico da SEFAZ pela cooperação e troca de experiências entre instituições participantes do COGEF.
* Ações Executadas: - Participação nas reuniões da COGEF .

-Sala Cofre- São Paulo -Ampliação: de 100 m ² para 142 m ² , aumentando a capacidade de 36 para 57 racks úteis (a serem utilizados para armazenamento e processamento – excluem infraestrutura de conexão e de backup); -Aumento do link de comunicação de alta capacidade, de 622 Mbps para 2,5 Gbps (+402%). - Realização da Caravana Digital 2012: Renovação de cerca de 4.500 Certificados ICP Brasil.

4. Sistemas de informação e serviços de TI: Desenvolvimento, implantação e sustentação de sistemas:

4.1. Participação no Desenvolvimento de Novos Serviços de TI:

Sistemas	Descrição
AIDF	Autorização de Impressão de Documentos Fiscais. – Implantação nova versão (NET);
Arrecadação Diária	Cadastramento do valor da Securitização PPI / CPSEC e consulta nos relatórios
Cartórios	Sistema de Fiscalização e acompanhamento de recolhimentos pelos Cartórios (módulos de cadastro e recebimento de escrituras): desenvolvimento e sustentação do sistema.
CF AIIM – Novos módulos	Sistema de controle de cobrança de autos de infração. Desenvolvimento e implantação da carga automática de GAREs, simulação de GAREs para pagamento de AIIMs, impressão de GAREs, visualização e impressão em PDF da Conta Fiscal.
Concessionários Públicos	Desenvolvimento e implementação em produção do Webservice de carga mensal das Faturas de Energia – Eletropaulo.
Controle de Acesso Unificado – Novos módulos	Aplicativo de gerenciamento de perfis. Utiliza certificados digitais. Integração com dados do PGSF.
CREDECIEFD	Desenvolvimento e sustentação do sistema de Controle do Universo EFD - controle de credenciamento de estabelecimentos obrigados à EFD (Escrituração Fiscal Digital);
Credito Acumulado – Novos módulos	Conclusão do desenvolvimento e implantação em produção do serviço Gerenciamento de Custos, Gestor de Filas, Pós-Validação, Carga e Consulta de Dados da Suframa, Verificação Sumária: Cadesp, Suframa, Siscomex. Integração do eCredAc com melhorias e manutenções corretivas e preventivas.
CTe- Novos módulos	Conhecimento de Transporte Eletrônico- CTe: Tratamento para modal do CTe, Sonda do CTe, SVC CTe, nova validação do CTe, extrator da CT-e para o DW.
Credenciamento CTe	Desenvolvimento do sistema de controle e atualização dos estabelecimentos que podem ou devem emitir CTe.
DEC – Novos módulos	Domícílio Eletrônico do Contribuinte. Refactoring fase 1 para melhor performance (aumento do uso do DEC demonstrou fragilidades após credenciamento de ofício RPA); cadastramento de e-mail; arquivamento de mensagens; credenciamento ofício empresas SN emitentes de NFe; geração de mensagens em lote para NFe (Portaria CAT 06/2012) e Telecom; Integração com sistema de Cartórios; módulo/função de integração com Sistemas; Envio em lote (upload txt); Credenciamento Ofício Recorrente; Rotina de feriados; Consulta Termo de Credenciamento.
eCredRural - Credito Produtor Rural	Desenvolvimento e implantação de novas funcionalidades de tratamento e gestão da conta corrente.
eCT	Desenvolvimento da nova versão do fluxo de resposta à Consulta Tributária conforme RICMS
ePAT – Novos módulos	Processo Administrativo Tributário Eletrônico: meio eletrônico na lavratura do auto de infração, na tramitação dos processos administrativos tributários, para a prática e comunicação de atos e para a transmissão de peças processuais. Implantação de novos módulos para DEAT, DRF, DTJ e TIT. Conclusão do desenvolvimento e implantação em produção do serviço de Distribuição Individual - Segunda Instância, Relatório e Voto - Juizes - Segunda Instância, Diário Eletrônico - Consulta Externa, Extrato do Processo Integração Revisão DTJ e DEAT. Massificação do uso do EPAT – DEAT

Sistemas	Descrição
NFe Novos módulos	Nota Fiscal Eletrônica. Desenvolvimento e implantação do CC-e no download de XML via consulta pública, download de NFe, com e-CPF para o destinatário, WS de download da confirmação de recebimento, Evento de cancelamento de NFe (extemporâneo de 30 dias), Nova versão do extrator da NF-e para o DW, webservice para download de XML de outras UFs, Registro de Passagem, Evento de cancelamento de NFe, Implantação da NT2012.003b da NFe, nova versão da consulta pública de NFe, CCC, Controle de uso indevido dos webservices de NFe, Desenvolvimento da NT2012.005.
NFP Novos módulos	Nota Fiscal Paulista. Criação de programa de sorteio em substituição ao previamente existente. Envio/Recebimento semanal de informações de créditos em conta corrente bancária de usuários do site. Acessibilidade a deficientes visuais (com selo de acessibilidade concedido pelo site www.dasilva.org). Caixa postal para consumidores/contribuintes. Acesso de PJ e advogados com certificação digital. Acesso a IES inativas para ações relativas às autuações feitas no âmbito da NFP. Módulo de contencioso de autos eletrônicos. Envio de dados para DW.
Entidades – Novos módulos	Desenvolvimento e sustentação de novos módulos para atender as demandas do CEDC/Secretário SeFaz.
Estágio Probatório	Desenvolvimento e Sustentação da Avaliação do Estágio Probatório para os cargos APOF e TEFE.
Licença Prêmio	Desenvolvimento da nova versão do fluxo de pedido de gozo de L.P.
Passagens Aéreas – Novos módulos	Desenvolvimento de novos relatórios.
Serviços de Consulta Receita Federal	Cache de informação de CPF e CNPJ para uso interno
SIGEC – Novos módulos	Sistema de Gerenciamento de Débitos com a Secretaria da Fazenda. Implementação de lançamentos em lote. Cestas de Crédito do ICMS, IPVA e ITCMD.
Simulador Promoção de AFR	Desenvolvimento do simulador para auxiliar nas regras de implementação do novo Sistema de Promoção dos AFR's
RECOPI Nacional	Sistema de controle de transporte e venda de papel imune a nível nacional.
Telefonia – Novos módulos	Desenvolvimento de novos módulos de controle do CallManager da SeFaz; Migração e Adaptação do Sistema ao novo CallManager

- Manutenção evolutiva, adaptativa e/ou corretiva:

Ambiente de pagamentos-Desenvolvimento de sistema de troca de arquivos com instituições financeiras para diminuir o tempo de comunicação de pagamentos para a Secretaria da Fazenda. Avaliação do Estágio Probatório (AEP) Controla as avaliações dos funcionários em estágio probatório da SEFAZ/SP Controle de Taxas-Sistema para controle do processo de recolhimento de taxas e integração com o Sistema de Pagamentos. CADESP - Novo Cadastro de Contribuintes do Estado de SP. Funciona com o Cadastro Sincronizado da Receita Federal Calculadora Eletrônica-Sistema que efetua o cálculo de juros e multa do ICMS Cálculo de BR- Desenvolvimento, execução e automação de rotinas que calculam a participação nos resultados e a bonificação de resultados de servidores do estado. Cálculo de PR - Programa de cálculo em dot NET CIGER - Sistema de Gerenciamento de Controle Interno COMEX – COMEXIMP -Programa de comércio exterior utilizado pelo Fiscal COMEX – RECINTOALFANDEGADO- Programa de comércio exterior utilizado pelos armazéns COMEX – SIMP- Programa de comércio exterior utilizado pelos contribuintes Credenciamento Cte - Sistema que habilita os contribuintes a utilizarem o sistema Conhecimento de Transporte Eletrônico Credenciamento Nfe- Sistema que habilita os contribuintes a utilizarem o sistema Nota Fiscal Eletrônica DASN- Sistema para centralizar o processamento de carga dos arquivos DASN (Declaração Anual do Simples Nacional) num banco de dados relacional

V – Núcleo Especial de Modernização da Administração Estadual – NEMAE (UEP)

PMAE - Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações Estaduais.

Objetivo: Modernização da Administração Tributária da SEFAZ/SP, mediante ações voltadas à implantação do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, utilizando recursos do Tesouro e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Ações executadas em 2012:

-Aquisição: cursos referentes à Modelagem de Dados; licença SAP BUSINESS OBJECTS BI 4.0; Certificações Digitais do IMESP;
-Concluída a ampliação da Sala Cofre da SEFAZ

VI – Departamento de Tecnologia da Informação – DTI - Durante o ano de 2012, obteve as seguintes realizações:

1. Orçamento de investimentos e Custeio em TI gerido pelo DTI em 2011/2012:

Descrição	Valor Disponível Orçamento		Executado	
	2011	2012	2011	2012
Custeio	96.549.700,00	105.455.924,00	96.069.400,00	100.030.431,00
Investimento (DTI)	26.793.417,79	35.577.161,00	24.184.435,78	21.502.107,00
Investimento FATs	16.008.500,00	9.386.046,00	16.008.500,00	9.386.046,00
Total	139.351.617,79	150.419.131,00	136.262.335,78	130.918.584,00

2. Recursos humanos: funcionários DTI (Comparativo 2011 e 2012).

Cargo	2011	2012	Varição (%)
AFR	95	93	-2%
APOFP	14	10	-29%
Assistente Administrativo e Controle do Erário	5	5	-
Assistente Técnico da Fazenda Estadual	6	6	-
Diretor Técnico	3	3	-
Executivo Público	5	5	-
Oficial Administrativo	1	1	-
TEFE	3	2	-33%
Total de Fazendários	132	125	-5,3%

Cargo	2011	2012	Varição (%)
CAST	93	112	20%
CPM Braxis	40	40	-
G&P Projetos e Sistemas Ltda.	102	102	-
Microsoft	13	13	-
Officeware	23	22	-4%
Prodesp	28	40	43%
Total de Terceiros	299	329	10%
Total Geral	431	454	5,3%

3. Infraestrutura e tecnologia - Ampliação da infra-estrutura. Aumento dos links de comunicação (regionais) e armazenamento de dados.

Dimensão	2011	2012	Crescimento
Espaço para Armazenamento de Dados	1,2 PB	3,2 PB	166 %
Espaço para Armazenamento de Dados Históricos	1,2 PB	1,2 PB	-
Links de Comunicação das Regionais e localidades remotas (total)	714 MB/s	854 MB/s	20%

- Aquisição e instalação - Equipamentos "storages" de alto desempenho (4), sendo 2 em Campinas e 2 em São Paulo; - Switches para rede SAN modelo MDS 9509 , (2) em Campinas, possibilitando a interconexão dos servidores aos "storages"; - Servidores: - "lâmina" (blades) Modelo HP BL 460 G7. Quantidade: em São Paulo (48) , em Campinas (32). Objetivo: substituir servidores blades em final de vida útil. - "rack": a) modelo CISCO UCS 210 M2 para migração de servidores de Banco de Dados "Oracle" e "SybaseIQ". Quant: 17; b) modelo CISCO UCS 200 M2: b1) para solução de filtro de conteúdo Web. Quant: 8; b2) para as regionais. Quant: 38; - "High-End" de Missão Crítica modelo Fujitsu Primequest 1080E. Quantidade (8), sendo 4 em Campinas e 4 em São Paulo;
--

Instalação do ambiente de Backup, utilizando a ferramenta Symantec NetBackup, em Campinas e implementação de novas funcionalidades em São Paulo.

-Ampliação do ambiente de "virtualização" do DTI;
- Atendimento de 192.385 chamados (aumento de 15% em relação a 2011);
- Ativação:
- Serviço de redundância do correio eletrônico e serviço de antispam em Campinas;
- Redundância de links de comunicação em 12 Regionais.

-Contratação de expansão de soluções de infraestrutura de segurança (firewall e Intrusion Prevention System – IPS) e de proteção e balanceamento de servidores e site (Application Delivery Controller – ADC);

-Expansão da quantidade de switches de rede para regionais e sede, incluindo aumento de velocidade das portas dos switches "core" de 1Gbps para 10Gbps;

- Implementação:
- Ferramenta "Command Central Storage" da Symantec para possibilitar administração centralizada dos diversos equipamentos "Storages";
-Serviço de otimização de rede de armazenamento de dados ("CISCO NOS").

-Modernização de equipamentos críticos para o serviço de folha de pagamento da SEFAZ;
- Provento da infraestrutura necessária para execução do ambiente Business Intelligence (BI) dos sistemas Bolsa Eletrônica de Compras (BI-BEC), Folha de Pagamento (BI-FOLHA) e SIGEO;

-Sala Cofre- Campinas

-Ativação na Sala Cofre Campinas (Site Backup) do link VPN Intragov (2,5 Gbps), do link Internet (1,0 Gbps) e do link de replicação de storage DWDM (2,5 Gbps) para comunicação com a Sala Cofre- São Paulo.

DIPAM - Sistema de cálculo do Índice de Participação dos Municípios – Desenvolvimento de novas funcionalidades e sustentação.
 Gestão Financeira - Alterado módulo “Extrato da Aplicação Financeira” para consulta por Fonte de Recurso
 GDOC - Alteração nos módulos de envio, recebimento, juntada, apensamento, encerramento e arquivamento de modo que documentos com assunto inativo não sejam rejeitados. Desenvolvido a funcionalidade “Desmarcar Documentos Selecionados para Eliminação”, objetivando facilitar o usuário
 IPVA - Efetuadas manutenções e implementações de novas funcionalidades
 NFCE -Efetuadas novas cargas e implementações de novas funcionalidades
 Novo Cadastro de UA - novo sistema de cadastro de UA. Os dados das UAs são alimentados por ele e depois atualizam a base do mainframe.
 Novo CAU - Novo sistema de Cadastramento de Usuários do SIAFEM/SIAFISICO/COMUNICA
 PIQ – Prêmio de Incentivo à Qualidade. Sistema que calcula a gratificação PIQ dos funcionários da SEFAZ/SP
 Portal de Transparência - Consultas via Web - Sistema que visa dar transparência aos contribuintes sobre as atividades e destinação dos recursos do Governo de São Paulo.
 SAF - Sistema de Administração de Frota de Veículos: Implantação do sistema no Estado de SP
 SCD -Sistema de Controle de Documentos
 SEFAZNET - Novo Portal Internet Sefaz :Criação do novo portal de internet desenvolvido em Sharepoint
 SGD -Sustentação e melhorias do Sistema de Gestão de Demandas
 SGE -Sistema de gerenciamento dos projetos e atividades da SEFAZ/SP
 SIEDESC - Sistema de Informações das Entidades Descentralizadas
 Utilidades Públicas - Foram feitas novas rotinas de carga de dados
 VDTIT -Sistema de consulta de decisões do TIT.

-Novos Serviços de TI em Desenvolvimento:

Sistemas	Descrição
AiIM – Mudança de Tecnologia	Desenvolvimento da nova versão do sistema para registro de Autos de Infração e Imposição de Multas
CF-Simples Nacional	Objetivo do Sistema: administrar o crédito tributário de ICMS decorrente de receitas declaradas por contribuintes ME/EPP e MEI, desde a declaração de receita até a sua quitação.
eSAT	Sistema de Retaguarda e Gestão SAT tem como escopo automatizar e administrar os processos de recebimento das informações geradas a partir de Equipamentos SAT (Sistema Autorizador e Transmissor).
Expansão do DARE (Ambiente de Pagamentos)	Desenvolvimento de sistema de troca de arquivos com instituições financeiras para diminuir o tempo de comunicação de pagamentos para a SEFAZ. Ampliação e integração com novos órgãos.
Novo SAAC	Desenvolvimento da nova versão (.Net) do Sistema de Administração e Acompanhamento de Contratos
Portal de Educação Fiscal	Portal de Educação Fiscal direcionado aos cidadãos.
RH-Folh@	Sistema de Recursos Humanos e Folha de Pagamento.
SGIPVA	Sistema de Gestão do IPVA.

3 – Outras Áreas

3.1 Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC

1 - Aspecto Societário e de Governança Corporativa

Atribuição precípua do CODEC:

Assessorar o Senhor Governador do Estado, o Secretário da Fazenda, a Comissão de Política Salarial e outros órgãos do Governo do Estado na fixação de políticas aplicáveis às Empresas controladas pelo Estado e Fundações por este instituídas ou mantidas, atuando no correspondente acompanhamento e controle, relativamente a aspectos societários, econômico-financeiros e de recursos humanos.

Órgão da Secretaria da Fazenda, diretamente subordinado ao Titular da Pasta, que também é seu Presidente.

O Colegiado é integrado pelos Secretários da Fazenda, Casa Civil, Planejamento e Desenvolvimento Regional e por membros indicados pelo Governador, com reconhecida experiência em assuntos econômico-financeiros, societários ou de pessoal da Administração Descentralizada do Estado.

Questões Societárias: emitiu pareceres orientando o voto do Estado – na condição de acionista controlador – nas Assembleias Gerais de Acionistas, realizadas pelas Empresas sob controle acionário do Estado, em matérias como:

Apreciação das demonstrações contábeis e financeiras; votação do relatório da administração; eleição de Conselheiros Fiscais e de Conselheiros de Administração e de Orientação, com base na indicação recebida da Casa Civil ou da União; fixação da remuneração dos Administradores e conselheiros; destinação de lucro; pagamento e antecipação de dividendos e remuneração sobre o capital próprio; aumento de capital; emissão ou grupamento de ações; alienação e conversão de ações; emissão de debêntures e alterações de estatutos sociais, entre outros.

-Renovação de concessões: Tema de grande relevância que demandou a atuação direta do CODEC:

Elaboração de estudos e pareceres de orientação de voto, foi a decisão do Estado, como acionista controlador, acerca da renovação ou não das concessões das Empresas de geração de energia elétrica – CESP – Companhia Energética de São Paulo e EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. de acordo com as condições estabelecidas pela Medida Provisória nº 579, de 2012.

SP-PREVCOM - demandou significativo envolvimento da Secretaria Executiva do CODEC a estruturação de nova entidade integrante da Administração indireta, a Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo (SP-PREVCOM), contemplando a elaboração do Estatuto Social, Regimento Interno do Conselho Curador, Decreto de fixação de quadro de pessoal e Regulamento dos Planos de Benefícios patrocinados pelo Estado, destinados a servidores do regime próprio e do regime geral.

2 – Política de Recursos Humanos

Analisa preliminarmente à deliberação da Comissão de Política Salarial – CPS:

Acordos e convenções coletivas de trabalho de todas as Empresas controladas pelo Estado e Fundações e pleitos de reajustes salariais, concessões de vantagens de qualquer natureza, implantação e alterações no regulamento e de Plano de benefícios e evolução funcional, bem como propostas de fixação ou alteração de planos de cargos, carreiras e salários e programas de participação dos empregados nos lucros e/ou resultados – PLR.

- Acordos Coletivos e deliberações CPS

Considerando a importância do controle das decisões governamentais, em especial a observância dos parâmetros de negociação estabelecidos em acordos coletivos e cumprimento das deliberações específicas exaradas pela CPS, tem o CODEC adotado providências de orientação às Empresas controladas direta ou indiretamente pelo Estado e Fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público estadual, pois seu descumprimento poderá levar à apuração pela Corregedoria Geral da Administração – CGA, conforme prevê o item 21 do Ofício Circular CPS nº 02/2011.

-Quadros de Pessoal

Manifestou-se sobre a alteração e/ou fixação de quadros de pessoal, contemplando o redimensionamento e criação de posições em cargos permanentes e de livre provimento, contratações, realização de concursos públicos, reposição automática de vagas, etc.

3– Legislação

Mantem atualizada a coleta e sistematização da normatização vigente (leis, decretos, deliberações, pareceres, resoluções e ofícios circulares) que disciplina os procedimentos relacionados aos assuntos de gestão de pessoal ou pleitos a serem submetidos ao Colegiado, de observância obrigatória pelas Empresas sob o controle acionário do Estado e Fundações por ele instituídas ou mantidas, disponibilizando-a por meio eletrônico, no endereço <http://www.fazenda.sp.gov.br/legislacao/codec>

Destaque: Parceria com a Coordenadoria de Empresas e Fundações, órgão integrante do Gabinete da Procuradoria Geral do Estado - PGE, para disseminar, junto às entidades da Administração indireta, a orientação jurídica da PGE.

3.2 Ouvidoria

1) *Atendimentos* - Comparação dos volumes de atendimentos entre os anos 2011 e 2012:

Discriminação	2011	2012	2012/2011
Atendimentos - quantidade	18.374	16.834	-8,38%

Meios de Contato: Os usuários do serviço público utilizaram todos os meios de contato disponíveis para a comunicação com a Ouvidoria, destacando-se que a maioria dos acessos deu-se através da internet e de telefonemas.

Meios	Contatos	(%)	
E-mail	12.491	74,20%	98,84% (e-mail + telefone)
Telefone	4.148	24,64%	
Presencial	160	0,95%	
Carta	28	0,17%	
Fax	7	0,04%	
Total	16.834	100,00%	

2) *Capacitação Profissional*

-Visando à contínua melhoria do desempenho das suas funções, manteve-se a capacitação da equipe técnica da Ouvidoria, que participaram de cursos e capacitações realizados em parceria com a FAZESP em 2012.

Cursos e capacitações	Período	Participantes
Redação Jurídica - Videoconferência	março	2
Direito Tributário - Noções Gerais	abril	2
Seminário de Segurança da Informação	maio	3
Capacitação em Avaliação de Desempenho	junho	2
NFP - Nota Fiscal Paulista - Ênfase no Atendimento	junho	2
Tendências Mundiais em Gestão Pública	agosto	1
Transparência e Controle	setembro	1
Inovação e Gestão do Conhecimento	outubro	1
Promovendo Trabalho em Equipe	novembro	1
Elaboração de Relatórios Técnicos e Gerenciais	dezembro	1

3) *Resultados das atividades*

Fatos tidos como relevantes no exercício de 2012, e seus desdobramentos:

O tema “Nota Fiscal Paulista” está presente em mais de 34% das manifestações dos usuários dos serviços públicos, recebendo os devidos encaminhamentos para dirimir as dúvidas e alcançar resolução de problemas.

4) *“Lei de Acesso à Informação”*

A partir de 16 de maio de 2012, cumprindo a Lei Federal de Acesso à Informação e do Decreto estadual nº 58.052, de 16/05/2012, que a regulamentou, foi criado o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) com a finalidade de assegurar aos cidadãos o acesso pleno a dados, informações e documentos públicos. Na Secretaria da Fazenda, o SIC está sob a direção da Ouvidoria.

O SIC da Secretaria da Fazenda recebeu 274 pedidos de informações, entre 16/05/12 e 31/12/12.

Importante destacar que o atendimento prestado pelo SIC não substitui e nem supera a prestação de serviços estruturados da SEFAZ, que já tem procedimentos e meios instituídos para fornecer informações referentes à legislação setorial e à obtenção de informação sobre os produtos finais da estrutura fazendária fornecidos aos usuários do serviço público, como por exemplo, nos Postos Fiscais, nas Centrais de Pronto Atendimento, no atendimento telefônico centralizado (call center), no “Fale Conosco” da Secretaria da Fazenda disponível na internet, entre outros descentralizados.

III – Entidades Vinculadas

1. Agência de Desenvolvimento Paulista - Desenvolve SP

1.1 Ficha Técnica

Capital Social Integralizado	R\$ 1 bilhão
Total de Clientes (qtde)	856
Total de Cidades (qtde)	197
Saldo carteira operações	R\$ 611 milhões
% Rating Carteira AA – C	92,94%

1.2 Desembolsos

Linhas de Financiamento	R\$ Milhões				
	2009*	2010	2011	2012	Acumulado
Capital de Giro:	28,6	110,9	103,2	54,1	294,0
Projetos e Investimentos:	0,0	31,0	76,9	249,3	360,0
Recursos Terceiros (BNDES):	0,0	78,9	57,3	99,7	235,8
Total	28,6	220,8	237,4	403,1	889,8

*Início das atividades: 11/03/2009

1.3 Principais Indicadores

Patrimônio Líquido	R\$ 1.033 milhões
Ativos Totais	R\$ 1.228 milhões
ROE	3,14%
ROAA	2,71%
Índice de Eficiência	61,30%
Índice de Inadimplência	5,2%

2. Missão, Visão, Valores

Missão - “Promover o desenvolvimento sustentável da economia paulista por meio de soluções financeiras”.
Visão - “Ser reconhecida como instituição financeira de referência no desenvolvimento sustentável da economia paulista.”
Valores - Ética; Transparência; Excelência Operacional; Comprometimento com a Sociedade.

3. Nova Marca

No início do 3º trimestre de 2012, após a aprovação das alçadas competentes, a Nossa Caixa Desenvolvimento – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., também conhecida como Agência de Fomento Paulista, mudou sua marca para **Desenvolve SP – Agência de Desenvolvimento Paulista**.

4. Estratégia de Atuação

Em 2012, priorizou os financiamentos a projetos e investimento. Foram colocadas em práticas várias ações, iniciadas ainda no final de 2011, onde se destacam:

I. Realização de ações comerciais proativas nos Projetos de Investimento

a) Novos prazos para projetos de investimento

- No final de 2011, todas as linhas de crédito que financiaram projetos de investimento das empresas do Estado de São Paulo tiveram os prazos máximos alterados, passando **de cinco anos para dez anos**, iniciando 2012 com condições de alta competitividade frente ao mercado.

b) Alteração do Público-Alvo

- O público alvo até 2011, eram as pequenas e médias empresas com faturamento anual entre R\$ 240 mil a R\$ 100 milhões. Esses limites foram alterados para R\$ 360 mil a R\$ 300 milhões, nas operações com recursos próprios e, acima de R\$ 300,0 milhões, para as operações com recursos de terceiros, considerando as regras do produto.
Benefício: ampliou consideravelmente o público que pode ser atendido pelas suas linhas de financiamento.

A **Desenvolve SP** atende a empresas instaladas e com sede no Estado de São Paulo, dos setores produtivos: indústria, comércio, agronegócio e serviços, com faturamento anual acima de R\$ 360 mil. Para empresas com faturamento superior a R\$ 300,0 milhões, atua como agente repassador das linhas de financiamento do BNDES.

As Prefeituras e os órgãos da administração direta e indireta dos municípios também fazem parte do público atendido pela Agência, por meio de linhas de financiamento específicas para o Setor Público.

c) Taxas de Juros

As empresas de pequeno e médio porte tiveram redução de um ponto percentual nas seguintes linhas de investimento:

- Financiamento ao Investimento Paulista; Linha Vale do Ribeira; Linha Economia Verde; Linha de Financiamento Petróleo & Gás Natural; Linha Especial a Franquias; e Linha Emergencial para Recuperação Econômica de Municípios Paulistas (capacidade produtiva).

II-Ampliação das parcerias com entidades empresariais.

Por meio do modelo de atuação de parcerias com órgãos de classe e entidades representativas do segmento empresarial a *Desenvolve SP* abrange todo o território paulista e viabiliza o acesso rápido aos financiamentos para as pequenas e médias empresas.

- Acordo Operacional Firmado:

-Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC e com o *KfW Bankengruppe* (KfW), agente financeiro do Governo Federal Alemão; Indústrias Romi, Cooperação Andina de Fomento – CAF; FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo; FINEP -Financiadora de Estudos e Projetos; SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo, entre outros.

Neste ano, foram formalizadas **14 novas parcerias**, totalizando 71 parceiros de diversos setores da economia paulista e 04 novos acordos operacionais. Em 2012, foram celebrados:

- *Acordo de Cooperação Mútua* com o Banco Italiano BUIS – *Banca Infrastrutture Innovazione e Sviluppo*, integrante da *Corporate & Investment Banking Division do Banco Intesa San Paolo*, para apoiar, com financiamento ou com estruturação de modelos financeiros, projetos de Parcerias Público-Privadas no Estado de São Paulo.

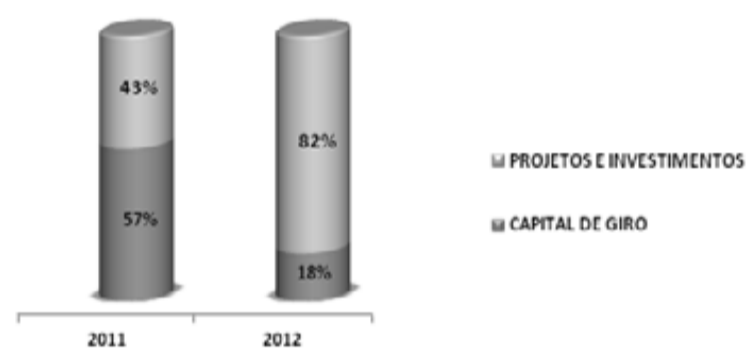
-*Convênios* com a FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, - FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos; e com o SEBRAE, para utilização do Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas – FAMPE.

III –Resultados

A **Desenvolve SP** liberou, com recursos próprios, **178 operações a projetos e investimentos**, totalizando um desembolso de R\$ 249 milhões, 82% dos desembolsos com recursos próprios realizados em 2012. Se comparado com 2011, apresentou um **crescimento de 224%**.

Com isso a **Desenvolve SP** inverteu a característica de sua carteira atingindo seus objetivos em priorizar projetos que promovam o desenvolvimento sustentável das empresas paulistas, gerando emprego e renda.

Desembolsos - Recursos Próprios



1. Programas e Linhas de Financiamento

- Linhas de Financiamento - A **Desenvolve SP** lançou, **sete** novas linhas de crédito, vinculadas ao lançamento de **três** programas pelo Governo do Estado de São Paulo, sendo **uma**¹ voltada ao setor público e as demais ao setor privado. Dessas linhas, **seis**² são com recursos próprios e **uma**³ com recursos do BNDES.

Foram implantadas **duas**⁴ novas linhas de financiamento, com recursos próprios e de terceiros, utilizando-se de convênios com fabricantes ou vendedores dos bens financiáveis que atuarão como garantidores das operações;

-Programas de Governo

1. **RENOVA SP** - Programa de Incentivo à Renovação de Frota de Caminhões. **Objetivo:** facilitar a aquisição de caminhões novos e de fabricação nacional por parte de caminhoneiros autônomos ou microempreendedores individuais proprietários de caminhão com idade acima de 30 anos, condicionado à entrega do veículo antigo para reciclagem.

Instituído pelo Decreto 58.093 de 30/05/2012, o **RenovaSP** tem duas linhas de financiamentos operadas pela **Desenvolve SP**, com recursos próprios e de terceiros, com taxas de juros subsidiadas pelo Governo do Estado de São Paulo. O Piloto será no Porto de Santos. **Linhas de Financiamento:**

I – BNDES ProCaminhoneiro; II - Linha de Renovação de Frota.

2. Programa de Incentivo ao Investimento Esportivo, instituído pelo Decreto 58.339 de 27/08/2012. **Objetivo:** estimular a realização de investimentos para sediar a Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014, no Estado de São Paulo, por meio das linhas de financiamentos operadas pela **Desenvolve SP**, com taxas de juros subsidiadas pelo Governo do Estado de São Paulo.

I - Linha de Investimento Esportivo - Setor Privado;
II - Linha de Investimento Esportivo - Setor Público.

3. **SÃO PAULO INOVA** - Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica.

Lançado em 24/08/2012. **Objetivo:** apoiar empresas paulistas de base tecnológica e de perfil inovador.

¹ Ver *Portfólio Linhas de Financiamento – Setor Público – item VI (Linha Investimento Esportivo – Público)*

² Ver *Portfólio Linhas de Financiamento – Setor Privado – itens X ao XIV (Linha Investimento Esportivo – Privado; Linha Investimento à Tecnologia; Linha Investimento à Inovação; Linha FUNCET; LRF) e Setor Público – item VI (Linha Investimento Esportivo – Setor Público)*

³ Ver *Portfólio Linhas de Financiamento – Setor Privado – item XXII (BNDES ProCaminhoneiro)*

⁴ Ver *Portfólio Linhas de Financiamento – Setor Privado – itens XV e XVI (LIC – Recursos Próprios e LIC – Recursos de Terceiros)*

O programa conta com três linhas de financiamento operadas pela **Desenvolve SP** que atendem empresas do Estado que tenham perfil inovador e com foco naquelas instaladas em incubadoras e nos parques tecnológicos.

I - Linha de Incentivo à Tecnologia; II - Linha de Incentivo à Inovação; III - Linha FUNCET.

O programa ainda contempla a constituição do **Funda Inovação Paulista**, cujo objetivo é fomentar as empresas de perfil inovador com potencial para geração de novos produtos, agregando valor e beneficiando a economia e a população paulista. O gestor do Fundo será selecionado por processo público coordenado pela **Desenvolve SP**.

Os investimentos do Fundo serão direcionados principalmente para empresas com faturamento anual de até R\$ 3,6 milhões, inclusive as em estágio inicial de operação (*startups*), podendo atender também empresas com faturamento de até R\$ 18 milhões. O Fundo contará com patrimônio de até R\$ 100 milhões, sendo até 25% da **Desenvolve SP**.

4. **PROAVI** - Programa de Apoio do Setor Avícola –, direcionado às empresas que efetuam o abate de aves no Estado de São Paulo, onde há a vinculação dos créditos acumulados de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - a **Desenvolve SP**.

Em 2012, o setor avícola passou por uma de suas piores crises, devido à disparada dos preços de dois de seus principais insumos, o milho e a soja, e à escassez de crédito para as empresas do setor. O Governo do Estado de São Paulo editou os Decretos:

- nº 58.188, de 02/07/12 - beneficia os abatedouros e produtores de aves do Estado. Pela medida, o setor terá direito a créditos de 5% de ICMS sobre o valor das vendas de carne de aves e produtos derivados.

- nº 58.465, de 16/10/12 - autoriza a vinculação desses créditos em garantia junto a **Desenvolve SP**.

Com essas medidas, a **Desenvolve SP** implantou o **PROAVI**, que concede financiamentos de até 80% desses créditos de ICMS acumulados pelos proponentes, no período de junho a dezembro de 2012, onde a garantia são os créditos acumulados de ICMS e o aval dos proprietários.

2. Portfólio Linhas de Financiamento

2.1. Setor Privado

1. **FIP** - Linha de Financiamento ao Investimento Paulista - visa apoiar a modernização e a expansão da capacidade produtiva das empresas paulistas por meio da renovação de seu parque de máquinas e equipamentos, do apoio aos projetos de implantação, ampliação, atualização, de apoio à inovação e ao desenvolvimento tecnológico, ao meio ambiente e à eficiência energética.

2. **LEV** - Linha Economia Verde - para projetos dos diversos setores produtivos que proporcionam a redução da emissão dos gases de efeito estufa no meio ambiente, em aderência às metas estabelecidas pela Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC). Observadas as prioridades do Estado, são apoiados projetos em:

Agroindústria, saneamento, energias renováveis, combustíveis, eficiência energética, manejo de resíduos, transporte, construção civil, processos industriais, recuperação florestal, elaboração de projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo - MDL e elaboração de inventários de emissões

3. **P&G** - Linha de Financiamento Petróleo & Gás Natural - às empresas ligadas à cadeia de fornecimento do setor de Petróleo e Gás Natural, visando atender o disposto no Decreto Estadual nº 56.074/10, que instituiu o Programa Paulista de Petróleo e Gás Natural, e financiando investimentos, produção de bens de capital e prestação de serviços

4. **LEF** - Linha Especial a Franquias - financiamento de longo prazo destinada à abertura da primeira franquía ou de uma nova unidade da franquía e financiamento de curto e médio prazo destinado a investimentos e capital de giro para ampliação ou modernização de uma unidade já existente.

5. **LEM** - Linha Emergencial Recuperação Econômica de Municípios Paulistas - destinada às empresas dos setores da indústria, do comércio e de serviços, com instalações em municípios afetados por acidentes produzidos por fenômenos da natureza, em condições apropriadas para permitir a recuperação econômica desses municípios.

6. **LEP** - Linha Especial Parcelada - financiamento de capital de giro, para empresas paulistas dos setores da indústria, do comércio, de serviços e agronegócios, por meio de financiamento parcelado.

7. **LVR** - Linha de Financiamento para o Vale do Ribeira - visa promover o desenvolvimento econômico dos municípios situados na região do Vale, por meio do financiamento ao agronegócio, comércio, serviços e indústria, com taxa subsidiada pelo **FVR**.

Em novembro de 2012, a Diretoria Colegiada da **Desenvolve SP** ampliou a definição de público alvo para a **LVR**- Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira contemplando as empresas com faturamento anual de até R\$ 2,4 milhões para até R\$ 3,6 milhões.

8. **Linha Investimento Esportivo 2014 – Setor Privado**- linha de crédito para empresas dos ramos hoteleiro e esportivo, estabelecidas ou que desejem se estabelecer no Estado de SP, para realizarem investimentos associados à **Copa do Mundo em 2014**, destinada à implantação, adequação e ampliação de instalações esportivas (centros de treinamento) e de hospedagem, visando capacitar as cidades para receber delegações esportivas e turistas na **Copa do Mundo de 2014**. Integrar o Programa de **Incentivo ao Investimento Esportivo** do Governo do Estado de São Paulo e, por isso, o Governo disponibilizará recursos para a equalização da taxa de juros, subsidiando a juros zero os financiamentos em situação adimplente

9. **Linha Incentivo à Tecnologia** - linha de financiamento, operada no Programa **SÃO PAULO INOVA**, destinada a modernização e a expansão da capacidade produtiva das empresas paulistas por meio da renovação de seu parque de máquinas e equipamentos, projetos de implantação, ampliação, atualização, voltadas à inovação e ao desenvolvimento tecnológico.

10. **Linha de Incentivo à Inovação** - destinada a empresas em estágio inicial e de perfil inovador instaladas no Estado de SP visando estimular a inovação tecnológica, de produtos e processos, fornecendo apoio financeiro, com recursos próprios e equalização da taxa de juros pelo **FUNCET**. Operada no âmbito do Programa **SÃO PAULO INOVA**.

11. **Linha FUNCET** - Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Linha de financiamento destinada a projetos de inovação de micro e pequenas empresas de acordo com regras estabelecidas em edital do **FUNCET**. A captação de projetos somente ocorrerá após a divulgação do edital, uma vez que os recursos são do fundo. Operada no âmbito do Programa **SÃO PAULO INOVA**.

12. **LRF** - Linha de Renovação de Frota - Linha com recursos próprios, voltada a pessoas físicas e jurídicas, operada dentro do Programa **RENOVA SP**.

13. **LIC** – Linhas de Financiamento à Comercialização - a) recursos próprios e b) recursos de terceiros: destinadas ao financiamento de máquinas e equipamentos mediante oferecimento de garantia por parte do fabricante ou revendedor dos bens financiados, facilitando o acesso ao crédito para as empresas tomadoras.

14. **BNDES FINEM** - setor privado para financiar projetos de investimento. **Valor:** acima de R\$ 10 milhões, com prazo de 120 meses. **Projetos:** de implantação, ampliação, recuperação e modernização de empresas, nos setores de indústria, comércio, prestação de serviços, inclusive investimentos em meio ambiente.

15. **BNDES FINAME** - financiamento com repasse de recursos do BNDES para a aquisição de sistemas industriais, máquinas e equipamentos novos, credenciados no BNDES, e capital de giro associado a estes investimentos.

16. **BNDES Automático** - financiamento com repasse de recursos do BNDES para projetos de investimento de até R\$ 20 milhões para empresas com faturamento de até R\$ 90 milhões anuais e para projetos de investimentos de até R\$ 10 milhões para empresas que faturam acima de R\$ 90 milhões anuais. Os projetos são os mesmos do **BNDES FINEM**.

17. **BNDES PROGEREN** - fortalecimento da capacidade de geração de emprego e renda. Linha de financiamento para **Capital de Giro** com repasses de recursos do **BNDES**.

18. **BNDES EXIM Pré-Embarque** - financiamento com repasse de recursos do **BNDES** para empresas exportadoras, vinculado ao compromisso de exportação.

19. **BNDES- Pro Caminhoneiro** - Linha com repasse de recursos do **BNDES** operada dentro do Programa **RENOVA SP**, voltada a pessoas físicas e jurídicas. O Estado de São Paulo disponibilizará recursos para a equalização da taxa de juros, subsidiando a juros zero os financiamentos em situação adimplente.

2.2. Portfólio Linhas de Financiamento – Setor Público

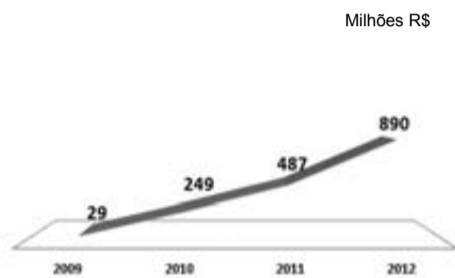
1. **LVM** – Linha Economia Verde – Municípios - financiamento para investimentos municipais destinados às melhorias de meio ambiente disposto na **Lei de Mudanças Climáticas nº. 13.798**.

2. **LDI** – Linha Distrito Industrial - financiamento para investimentos municipais destinados a adequação ou construção de distritos industriais, especialmente na infraestrutura básica para a instalação de parques industriais.

3. LDA – Distribuição e Abastecimento - financiamento para investimentos municipais destinados a construção ou adequação de centros de distribuição e abastecimento, infraestrutura básica e acabamento, para a plena capacidade de comercialização.
4. LAM – Arena Multiuso - financiamento para investimentos municipais destinados a construção ou adequação de Arenas Multi-Usos para que se tenha um local destinado a eventos econômicos, exposições, seminários e de convivência social, esportiva e cultural.
5. Programa Via SP - crédito aos Municípios do Estado, destinada à execução de obras e serviços de terraplanagem, pavimentação de ruas e estradas, infra-estrutura urbana e rural e aquisição de máquinas e equipamentos para estes fins.
6. Linha Investimento Esportivo 2014 – Setor Público – linha de crédito aos Municípios do Estado, destinada à construção, reforma ou ampliação de centros esportivos municipais, desde que os empreendimentos proporcionem a melhoria da infraestrutura para a recepção de turistas e eventuais seleções durante a Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014. Integra o Programa de Incentivo ao Investimento Esportivo do Governo do Estado de São Paulo e, por isso, o Estado de São Paulo disponibilizará recursos para a equalização da taxa de juros, subsidiando a juros zero os financiamentos em situação adimplente.
7. BNDES PMAT – financiamento de projetos que visem à modernização da administração municipal para o aumento da eficiência na administração pública e da melhoria dos gastos.
8. BNDES PRO-VIAS - financiamento com repasse de recursos do BNDES para a aquisição de máquinas e equipamentos utilizados para a execução de obras públicas de infraestrutura asfáltica.

3. Desempenho Operacional

A **Desenvolve SP** desembolsou, desde a primeira operação de crédito, em junho de 2009, R\$ 890 milhões, com **83%** de incremento em 2012, se comparado com o total acumulado em 2011.



Destacam-se os desembolsos para os projetos e investimentos que, somando-se os recursos próprios e de terceiros, representam 77% do total de desembolsos de 2012.

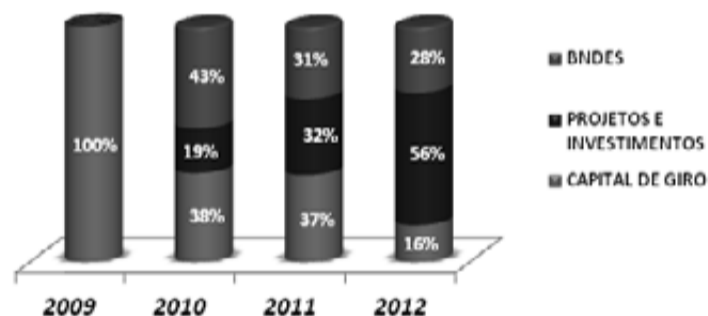
Ao final de dezembro de 2012, 856 empresas de 197 cidades receberam recursos, sendo que, dos desembolsos, 18% foram liberados para empresas da cidade de São Paulo, 6,7% para Campinas e 3,7% para São José do Rio Preto.

A indústria 61,6% de participação no desembolso total, seguido pelo setor de serviços, com 16,5%, governo com 13,7%, comércio com 8,2% e agronegócios com 0,1%.

O saldo da carteira de operações totalizou **R\$ 611 milhões**, em 30/12/2012, um crescimento de **81%**, com relação a dezembro de 2011.

Considerando somente os recursos direcionados para financiamentos a projetos e investimento, observa-se um crescimento de **215%**, passando de R\$ 110 milhões, em dezembro 2011, para **R\$ 344 milhões**, em dezembro de 2012.

Composição da Carteira de Crédito



A carteira está composta com 31,17% de operações com vencimento de até 360 dias e 67,27% acima de 360 dias. **Destaque:** 72,6% da carteira estão classificados nos Rating's "AA" e "A".

4. Desempenho Financeiro

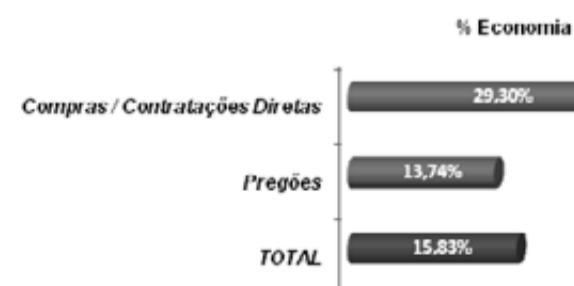
a) Resultados Financeiros - No ano de 2012, a Desenvolve SP registrou:

Lucro líquido: R\$ 32,2 milhões. **Patrimônio Líquido:** R\$ 1.033 milhões. **Retorno Anualizado sobre o PL Médio (ROAE)** em 31/12/2012: 3,14%. **Resultado bruto da intermediação financeira:** R\$ 84,99 milhões. **Outras receitas/despesas operacionais:** R\$ 43,15 milhões. **Resultado operacional:** R\$ 41,8 milhões.

Total de ativos: R\$ 1.228,16 milhão, em 31/12/2012, composto por 50,2% de Títulos e Valores Mobiliários, e Operações Compromissadas, 1,6% de outros ativos, e 48,2% de operações de crédito, com carteira composta 72,1% de Recursos Próprios e 27,9% com recursos do BNDES.

Do montante destinado às operações de crédito, 72,1% é proveniente de recursos próprios e 27,9% de recursos repassados pelo BNDES e pela Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME).

b) Gestão de Compras e Contratos - No período de janeiro a dezembro de 2012, nos processos licitatórios, nas contratações e compras realizadas com dispensa de licitação foram obtidas as seguintes economias sobre os valores referenciais de contratações:



5. Governança Corporativa

Alinhada a missão institucional, a Desenvolve SP adota as boas práticas de governança corporativa, e segue seus quatro princípios fundamentais: transparência; equidade; prestação de contas e responsabilidade corporativa.

Parte importante da estrutura de governança corporativa da Agência é composta por comitês que auxiliam na tomada de decisões e na descentralização de poder. São eles:

Comitê de Crédito, Comitê de Investimentos, Comitê de Enquadramento, Comitê de Contratações Administrativas, Comitê de Prevenção aos Crimes de Lavagem de Dinheiro.

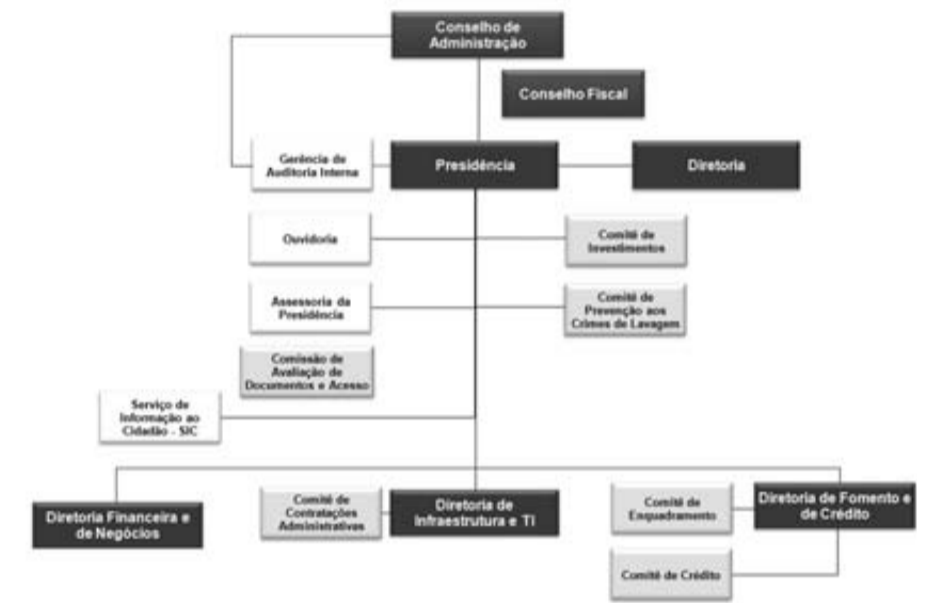
- Em 2012, visando atender a Resolução 3.198, de 27/05/2004, a Desenvolve SP aprovou a constituição do *Comitê de Auditoria*, órgão estatutário subordinado diretamente ao Conselho de Administração.

- Em cumprimento à Lei de Acesso à Informação e ao Decreto Estadual nº 58.052/2012, que regula o acesso à informação previsto na Constituição Federal, a Desenvolve SP, instituiu em maio, a CADA – Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso e o SIC – Serviços de Informação ao Cidadão.

Em seu site, lançou uma página dedicada à transparência, onde estão disponibilizadas as informações de interesse público, relacionadas à atuação da Instituição. Com isso, a Agência, além de atender às exigências legais, garante um comportamento transparente seguindo os princípios de Governança Corporativa, e assegura uma eficaz prestação de contas à sociedade.

Com vistas a aprimorar o comprometimento com a governança corporativa, em 2012, a Desenvolve SP associou-se ao Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, onde tem acesso a materiais e informações atuais sobre governança corporativa no Brasil e no mundo.

- Organograma



6. Gestão de Pessoas

Com um quadro de pessoal qualificado e tecnicamente preparado a empresa, encerra o ano com 198 colaboradores sendo 134 empregados, 04 diretores, 06 cedidos de outros órgãos, 12 estagiários e 05 jovens aprendizes e 37 terceirizados.

a) Perfil do Quadro de Colaboradores

Sexo			Cargos Em Comissão			Escolaridade		Turnover	Idade Média
Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Graduados	Pós-Graduados		
65	79	144*	18	34	52	142	37	1,69	37
45%	55%		35%	65%		99%	26%		

* Empregados, diretores e cedidos. As posições de liderança são ocupadas em 61% por mulheres e 39% por homens.

b) **Incentivo Profissional** - Programa de Desenvolvimento Profissional permite a realização de treinamentos e a disponibilização de bolsas de estudo, que receberam um investimento R\$ 361.715,54.

- Programa de Treinamento:

- **Público Alvo:** todos os empregados que desejam ou têm necessidade de realizar capacitações voltadas às suas áreas de atuação.
- **Investimento:** R\$ 299.401,99 em 5.380 horas de curso e 307 inscrições. *Treinamentos por colaborador*: média de 2,13

- Programa Educacional:

- **Público Alvo:** empregados que tem a intenção de realizar curso de graduação, pós-graduação ou de idiomas.
- **Investimento:** R\$ 62.313,55 **Beneficiados** 28: empregados com bolsas de estudo em 34 diferentes cursos.

- Duas ações do Programa de Desenvolvimento merecem destaque em 2012:

- **Programa de Desenvolvimento de Lideranças.** **Objetivo:** aprimorar competências para provocar e liderar mudanças em estruturas organizacionais em constante transformação; desenvolver atitudes e comportamentos que influenciam o desenvolvimento e a gestão da equipe e como utilizá-las para melhor atingir os resultados operacionais; conhecer e exercitar ferramentas eficazes de liderança e gestão de pessoas, e; formar um perfil de líder, alinhado às necessidades e cultura da sua organização, com o desenvolvimento de diferenciais que se reflitam nos resultados. **Beneficiados:** 19 gerentes.

- **Programa de Desenvolvimento das Áreas de Negócios.** **Objetivo:** capacitar os empregados das áreas de negócios da Agência em: Matemática Financeira, Finanças para não financeiros, Análise de Projetos de Investimento, Negociação e um módulo específico para desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes de Gerentes de Negócios no *front-office*⁵ da Desenvolve SP.

c) **Programa Jovem Aprendiz**

O Programa completou seu primeiro ano em 2012, com 05 aprendizes alocados nas áreas de Negócios e Operações, Financeira, Contábil e Gestão de Pessoas.

d) **Programa de Responsabilidade Socioambiental**

Objetivo: estimular os colaboradores da *Desenvolve SP* a exercerem a sua cidadania integral na sociedade em que estão inseridos. Em 2012 foram realizadas campanhas de doação de sangue e agasalhos com a participação dos colaboradores.

- Doações e Patrocínios

- **Projeto Ginástica Arte e Formação, da Associação de Educação e Cultura do Norte Paulista** doação com incentivo fiscal. Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438/06). **Valor:** R\$ 40 mil

⁵ *front-office*: serviço de atendimento

O Projeto atende 100 crianças com maior vulnerabilidade social e histórico de abandono escolar, moradores de bairros periféricos do município de Bebedouro/SP, na faixa etária entre 04 e 11 anos, com atividades de esporte educação, na modalidade ginástica olímpica.

-Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente- doações com incentivo fiscal. Lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para apoio financeiro a Projetos de Garantia, Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado de SP. Valor: R\$ 20 mil.

-Lei Rouanet – Acervo Delfim Netto

Com base Lei Federal de Incentivo a Cultura nº 8.313/91 - Lei “Rouanet”, em 2012, a empresa realizou patrocínio à Fundação de Apoio a Universidade de São Paulo -USP, para expansão e modernização da biblioteca da FEA – Fundação de Economia, Administração e Contabilidade da USP. *Objetivo:* acomodar a doação realizada pelo professor emérito Antonio Delfim Netto. Valor: R\$ 150mil

O projeto “**Resguardo da Doação do Acervo de Antonio Delfim Netto**” tem como objetivo ampliar as instalações físicas da biblioteca para acomodar os mais de 250 mil itens doados. Com esta doação, a biblioteca passará a figurar como **uma das maiores do mundo na área de economia**, administração e atuárias, abrigando mais de 420 mil itens.

e) Concursos Públicos

As novas contratações chegaram ao total de 30 em 2012, embora não terem sido abertos novos concursos públicos.

Atualmente existem 3 concursos vigentes, através dos quais a empresa tem contratado novos empregados:

- concurso 001/2009, para o cargo de Auxiliar Administrativo, convocou até o 324º colocado;
- concurso 002/2010 convocou para o cargo de Advogado até o 3º candidato e para o cargo de Contador o 1º classificado;
- concurso 003/2011 convocou para o cargo de Analista de Sistemas até o 4º classificado.

f) Programa de Qualidade de Vida

Permite ao colaborador uma maior motivação e saúde no ambiente de trabalho. Em 2012, possibilitou aos colaboradores: vacina contra a gripe no início do inverno e manteve a ÁGIL – Atividade de Ginástica Laboral e o Momento de Descompressão, que trata-se de *quick-massage*⁶ para os colaboradores, ambos com o objetivo de reduzir a ocorrência de doenças laborais, absentismo e presentismo dos empregados.

7. Destaques -

a) Gestão de Pessoas - PCS e Avaliação de Desempenho

A **Desenvolve SP** iniciou em 2012 a reestruturação de seu Plano de Cargos e Salários e da Avaliação de Desempenho e Competências, tendo sido contratada a consultoria da FIPECAFI - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuárias e Financeiras da USP.

Por meio dessas reestruturações espera-se implantar a Gestão por Competências nas atividades de gestão de recursos humanos da Agência, objetivando ser uma empresa cada vez mais estratégica, com a retenção dos talentos da empresa.

b) Fundos Garantidores

Em 18 de janeiro a empresa formalizou Convênio de Cooperação Técnica e Financeira com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE visando à implantação e utilização do FAMPE – Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas em todos os produtos do setor privado, observando-se as normas do referido fundo.

Em 29 de fevereiro a garantia oferecida pelo FDA foi ampliada para todos os produtos oferecidos pela Desenvolve SP ao setor privado, exceto para os produtos de capital de giro isolado, atendidas todas as regras de enquadramento do referido fundo.

⁶ *quick-massage: massagem rápida*

A empresa está habilitada a operar com o FGI – Fundo Garantidor para Investimentos em suas operações com repasse do BNDES. O FGI é um fundo garantidor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e tem o objetivo de facilitar a obtenção de crédito por micro, pequenas e médias empresas, além de empreendedores individuais, cooperativas e caminhoneiros autônomos, incentivando-os, assim, a crescerem e se modernizarem.

c) Fundos de Investimentos – lançamento de edital para capitalização do Fundo de Inovação Paulista, Ligado ao Programa São Paulo INOVA no dia 19 de setembro de 2012.

-Parceria: Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo (SEBRAE-SP) e da *Corporación Andina de Fomento (CAF)*.

- Principais direcionadores existentes no edital:

- Portfólio Alvo: No mínimo 80% do capital a ser investido em empresas inovadoras com faturamento bruto de até R\$ 3,6 milhões/ano, no ano anterior ao investimento. No máximo 20% do capital a ser investido em empresas inovadoras com faturamento bruto de até R\$ 18 milhões/ano.
- Região Alvo: O FUNDO deve investir somente em empresas instaladas no Estado de São Paulo.
- Patrimônio Alvo: deverá ter um patrimônio mínimo de R\$ 60 milhões, com alvo de R\$ 100 milhões.

- Fundos Performa SC, CRP Empreendedor e Burrill Brasil.

Em 2012, a *Desenvolve SP* realizou o investimento inicial nesses fundos. Foram realizados três investimentos nos respectivos fundos, no valor de R\$ 2,2 milhões.

d) Fundos de Desenvolvimento

A partir da divulgação da Resolução Conjunta nº 1, das Secretarias da Fazenda, de Desenvolvimento e de Economia e Planejamento, a *Desenvolve SP* iniciou suas atividades de administradora dos Fundos Especiais de Financiamento e Investimento, conforme previsto na Lei Estadual nº 10.853, de 16.07.2001.

O Fundo de Aval – FDA já é administrado pela *Desenvolve SP*, garantindo um total de R\$ 2,3 milhões em financiamentos, perfazendo um total de 73 operações. Para novas operações, o FDA pode comprometer aproximadamente R\$ 51 milhões além de R\$ 41 milhões especificamente para garantias de operações contratadas através da LVR Linha de Financiamento para o Vale do Ribeira. Em 31.12.2012, o Patrimônio do FDA perfazia R\$ 12,7 milhões.

Está em tramitação o processo de transferência do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira – FVR, Fundo Estadual de Controle da Poluição – FECOP e Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia – FUNCET.

Outros fundos, elencados na Resolução Conjunta, por estarem inativos, serão transferidos após a conclusão e operacionalização dos citados

e) Novas Parcerias

A estratégia de atuação por meio de parceiros possibilita a *Desenvolve SP* atingir todo o território paulista e agilizar o processo de concessões de crédito.

Nesse ano, 14 (catorze) novas parcerias foram formalizadas, como com a ABEST – Associação Brasileira de Estilistas, ABRIDEF – Associação Brasileira das Indústrias e Revendedores de Produtos e Serviços para Pessoa com Deficiência, SINDICAM – Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens da Baixada Santista e Vale do Ribeira, entre outras, totalizando 71 (setenta e um) parceiros de diversos setores da economia.

f) Serviço de Atendimento ao Cidadão – SIC

Em abril de 2012 foi instituído o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, que tem como objetivo garantir o amplo acesso às informações por qualquer cidadão.

Em maio, lançou, em seu site, uma página dedicada à transparência, onde estão disponibilizadas as informações de interesse público, relacionadas à atuação da Instituição, em consonância com a Lei Federal nº 12.527/11 e o Decreto Estadual nº 58.052/12, que regula o acesso à informação previsto na Constituição Federal: www.desenvolvesp.com.br/transparência

g) Classificação Rating

A *Moody's Investors Service*, empresa que presta serviços de classificação de *rating* aos investidores e emissores do Brasil desde 1997, elevou, em 2012, os *ratings* de emissor de longo prazo em moeda local e na escala nacional da Desenvolve SP para Ba1 e Aa2.br, respectivamente.

O perfil de risco de crédito individual da empresa controlada pelo Estado de São Paulo também foi elevado para b1.

Segundo o relatório da *Moody's*, a melhora do *rating* da Agência levou em consideração o crescimento estável dos ativos da instituição e os bons resultados recentes.

O *rating* é a avaliação feita por organismos especializados, sobre a capacidade de uma instituição, país ou empresa, em saldar seus compromissos financeiros. O Estado de São Paulo tem grau de investimento com classificação Baa3 no *rating* da *Moody's*.

h) Participações em Fóruns e Feiras

Com foco na geração de negócios, na divulgação da importância do crédito de longo prazo, além marca da Instituição, a **Desenvolve SP** participou de mais de 52 eventos junto a diversos setores da economia paulista, em 2012.

Destaque para: Feira da Mecânica, Feira de Franquias, Forind, Inova Brasil, Inspira Mais, Ateliê de Líderes, 56º CEM – Congresso Estadual de Municípios, 3º Fórum Mundial de Sustentabilidade, 7ª Jáú Trend Show, Salão +B – Salão Brasileiro de Negócios de Moda e Conteúdo Criativo, FORN&ECER 2012 – Encontro de Fornecedores de Cerâmica, Fórum Regional de Campinas, Feira da Indústria do CIESP, VII Congresso da Micro e Pequena Empresa, ExpoCietec - Exposição e Conferência de Inovação e Empreendedorismo de Base Tecnológica 2012, Fórum Nacional de Agronegócios, Feira do Empreendedor

i) Seminário de Crédito

Em 18/09/2012 a XYZ Live, com o apoio da Desenvolve SP, realizou a 2ª edição do Seminário de Crédito, em São Paulo, com foco nos diversos setores da economia brasileira, relacionados à expansão e à inovação. No encontro foi debatido o atual modelo dos financiamentos de longo prazo, e o cenário das empresas brasileiras na busca por linhas de crédito, as causas da dificuldade de acesso ao crédito de longo prazo por parte das pequenas e médias empresas e suas possíveis soluções.

j) Nova Marca

Os pré-requisitos eram que a nova identidade fosse única, que agregasse os valores da instituição e que fosse capaz de traduzir sua atuação, focada no crescimento econômico sustentável aliado à geração de emprego e renda e a melhoria da qualidade de vida da população paulista. O resultado foi a escolha da marca **Desenvolve SP – Agência de Desenvolvimento Paulista**, lançada em julho de 2012.

Dois meses após o lançamento da nova marca, a mídia espontânea apresentou aumento de 127% nas publicações e houve queda de 87% nas matérias com erros relacionados à marca, comparando os meses de agosto de 2011 e 2012.

k) Novo Portal

Com a mudança da marca, o portal institucional passou por uma grande reformulação. Novas cores e um novo layout foram idealizados obedecendo à nova identidade visual da empresa.

Entre os resultados dessa mudança, em julho, o portal da *Desenvolve SP* teve um aumento de mais de 100% nos acessos. Em novembro, atingiu mais de 53,7 mil visitas, sendo 35 mil novas visitas.

A empresa passou a atuar nas redes sociais com objetivo de fornecer aos nossos clientes mais canais de comunicação com a instituição, além de divulgar nossos serviços e produtos e as notícias vinculadas na mídia sobre a *Desenvolve SP*.

No *Youtube*, em dois meses, o vídeo Institucional alcançou 917 *views*, e até dezembro a home atingiu a marca de 345 mil visualizações. www.desenvolvesp.com.br

l) Canal do Empresário

Lançado em dezembro de 2011, o portal Canal do Empresário se consolidou neste ano como uma importante ferramenta de interatividade para o empresário. Com o visual totalmente reformulado, o site ganhou novos serviços como atualização diária das notícias, agenda de eventos e tributos, cartilhas sobre as mais diversas atividades, estudos econômicos, dicas e casos de sucesso, entre outros temas, tudo para manter o empreendedor sempre bem informado e ajudar no dia a dia dos pequenos empresários, criando um acervo de qualidade e gratuito.

Outro serviço do Canal do Empresário que teve destaque no ano foram as entrevistas do VídeoForum. Realizadas quinzenalmente, especialistas de vários setores e representantes de importantes entidades empresariais dão dicas, conselhos e mostram oportunidades para ajudar no crescimento sustentável das empresas. Ao todo já são 21 participações, com entrevistados de diversos setores.

Como resultado dessa interatividade, o número de emails recebidos de no segundo semestre aumentou de forma significativa com relação ao primeiro semestre deste ano, demonstrando confiança e interesse da **Desenvolve SP**. <http://www.canaldoempresario.com.br/>

2. Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COESP

No exercício de 2012, a Administração da Companhia, em continuidade a fase de encerramento das atividades operacionais da seguradora, concentrou seus esforços em preservar a sua situação econômico-financeira, bem como prosseguiu adotando as medidas necessárias para o cumprimento das obrigações legais e regulamentares e a aprimorar os critérios de mensuração e quantificação dos ativos e passivos judiciais.

Ao final do exercício, a Cosp apurou prejuízo líquido da ordem de R\$ 15,0 milhões, tendo encerrado o ano com um Patrimônio Líquido de R\$ 206,2 milhões.

Os recursos financeiros da Companhia estão aplicados de forma conservadora num Fundo exclusivo no Banco do Brasil, lastreados em papéis federais e o seu montante pode ser considerado suficiente para arcar com os compromissos futuros da Companhia.

3. Companhia Paulista de Parcerias – CPP

As principais iniciativas que contaram com ativa participação da CPP, em 2012, foram:

Contratos de Parcerias Públicas Privadas - PPP

Linha 4 - Amarela do Metrô de SP – O contrato de concessão de penhor entre a CPP e a concessionária Via Quatro prevê o acompanhamento do desempenho do Fundo RF Linha 4, que responde pela garantia solidária prestada pela CPP a determinadas obrigações assumidas pelo Estado no âmbito do contrato de concessão.

Estação de Tratamento de Água do Reservatório de Taiapuêba – O contrato de concessão administrativa, assinado em 18.06.2008 entre a Sabesp e a empresa CAB Sistema Produtor Alto Tietê S/A, prevê a ampliação da estação de tratamento de água de Taiapuêba e a execução de um conjunto de serviços pelo parceiro privado, incluindo a disposição e tratamento do lodo, pelo período de 15 anos. O acompanhamento de sua execução se dá por meio do representante da CPP na comissão de acompanhamento de contratos de Parcerias Públicas Privadas -CACPPP.

Reforma e Capacitação dos Trens da Série 5000 / Modernização dos trens da Linha 8 da CPTM – Contrato de Concessão Administrativa com prazo de 20 anos, com fornecimento de 36 novos trens de 8 carros e opção de fornecimento de trens novos em lugar da modernização de 12 trens da CPTM. O contrato foi firmado entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Transportes Metropolitanos – STM, e a concessionária CTrens – Companhia de Manutenção, em 19.03.2010. A CPP presta garantia complementar à garantia oferecida pela CPTM, sem segregação de ativos, e acompanha seus desdobramentos por intermédio de seu representante na CACPPP.

Novos Projetos em fase de estudos e/ou modelagem

DAEE Piscinões – Modalidade: Concessão Administrativa. **Finalidade:** Modernização e expansão do sistema de reservatórios da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê. Implantação de 7 novos reservatórios; Modernização e recuperação de 30 reservatórios existentes e 8 em implantação pelo DAEE. Operação dos 45 reservatórios, com capacidade de 9,449 milhões de m³. **Situação:** modelagem final aprovada em 24.04.2012. Consulta Pública: 23.08.2012 a 24.09.2012 (concluída). **Realização da CPP:** participação do Grupo de Trabalho que analisou os estudos da modelagem final e a minuta do Edital de Concorrência.

Educação Sala Interativa – Modalidade: Concessão Administrativa. **Finalidade:** Desenvolvimento de Conteúdo Digital Interativo; Formação Continuada dos Professores sobre o Conteúdo Digital; disponibilização, operação e manutenção dos equipamentos e infraestrutura de suporte; manutenção preventiva, assistência técnica e logística; Sistema Integrado para Formação de Professores. Abrange toda a rede escolar estadual, com 5.150 unidades escolares; 2,95 milhões de alunos, em todas as disciplinas do Ensino Fundamental II e Ensino Médio e 150.000 professores. Projeto proposto originalmente como Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada. **Situação:** Chamamento Público: 04.04.2012. Recebimento dos estudos: 23.07.2012. **Realização da CPP:** participação do Grupo de Trabalho que analisa os estudos da modelagem final.

Fóruns – Modalidade: Concessão Administrativa. **Finalidade:** construção e manutenção predial de 06 fóruns, nos municípios de Barueri, Bauru, Guarulhos, São Paulo (Itaquera e Lapa) e Presidente Prudente, por 25 anos. **Situação:** Proposta Preliminar aprovada em 02.02.2012. **Realização da CPP:** participação nas reuniões técnicas que subsidiaram a elaboração de Proposta Preliminar submetida ao CGPPP – Conselho Gestor de Parcerias Público Privadas do Estado de São Paulo.

FURP: Planta de Produção de Medicamentos Américo Brasileiro – Modalidade: Concessão Administrativa. **Finalidade:** desenvolvimento e produção de medicamentos genéricos na unidade fabril de Américo Brasileiro, com fornecimento de 129 tipos de medicamentos à Secretaria Estadual da Saúde. **Situação:** aprovação da Modelagem final em 07.11.2012. **Realização da CPP:** participação do Grupo de Trabalho responsável pela análise técnica do aprofundamento da modelagem.

Habitação – Modalidade: Concessão Administrativa. **Finalidade:** construção de unidades habitacionais para a população de baixa renda; gestão da carteira de mutuários; administração condominial; trabalho social de pré e pós-ocupação; preservação e conservação ambiental; e mapeamento de áreas de riscos no território estadual. **Situação:** Chamamento Público: 17.04.2012. Recebimento dos estudos: 10.10.2012. **Realização da CPP:** participação do Grupo de Trabalho responsável pelo apoio técnico para recebimento e aprofundamento dos estudos.

Hospitais – Modalidade: Concessão Administrativa. **Finalidade:** Implantação, manutenção e operação dos serviços de apoio não assistenciais de quatro Estabelecimentos Assistenciais de Saúde no Estado de São Paulo (Hospital de Emergência de Sorocaba - 250 leitos; Hospital de Emergência de São José dos Campos - 150 leitos; Hospital Pérola Byington Nova Luz - 200 leitos; Centro de Reabilitação e Tratamento de Olhos e Ouvidos - 100 leitos). Projeto proposto originalmente como Manifestações de Interesse da Iniciativa Privada. **Situação:** Proposta Preliminar aprovada em 14.08.2012. Chamamento Público: 10.10.2012. **Realização da CPP:** participação do Grupo de Trabalho responsável pelo apoio técnico para elaboração da Proposta Preliminar aprovada pelo CGPPP e do Chamamento Público de convocação de estudos.

Linha 6 (Laranja) do Metrô de SP – Modalidade: Concessão Patrocinada. **Finalidade:** Implantação, operação e manutenção da Linha Brasilândia – São Joaquim, com extensão de 15,9 km, 15 estações e 20 trens e atendimento de 600 mil passageiros por dia útil. Projeto proposto originalmente como Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada. **Situação:** a Modelagem final foi aprovada em 12.07.2012. Consulta Pública: 22.10.2012 a 30.11.2012 (concluída). **Realização da CPP:** A CPP participou do Grupo de Trabalho responsável por consolidar os resultados dos estudos e analisar a modelagem final e a minuta do Edital de Concorrência.

Linha 18 (Bronze) do Metrô de SP – Modalidade: Concessão Patrocinada. **Finalidade:** Implantação, operação e manutenção da Linha 18 – Bronze, que ligará Tamanduateí (SP) a Paço Municipal (SBC), e terá extensão de 20 km, 18 estações e atendimento de 405 mil passageiros/dia útil. **Situação:** Chamamento Público: 02.02.2012. Recebimento dos estudos: 16.07.2012. A Modelagem final foi aprovada em 18.12.2012. **Realização da CPP:** A CPP participou do Grupo de Trabalho responsável por consolidar os resultados dos estudos e analisar a modelagem final submetida ao CGPPP.

Linha 20 (Rosa) do Metrô de SP – Modalidade: Concessão Patrocinada. **Finalidade:** Implantação, manutenção e operação da Linha 20 – Rosa do Metrô, ligando os bairros da Lapa e Afonsina, com extensão 25 km. Trecho inicial da linha proposto originalmente como Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada. **Situação:** Proposta Preliminar aprovada em 02.02.2012. Chamamento Público: 03.08.2012. **Realização da CPP:** participação do Grupo de Trabalho responsável pelo apoio técnico para elaboração da Proposta Preliminar aprovada pelo CGPPP e do Chamamento Público de convocação de estudos.

Logística de Medicamentos – Modalidade: Concessão Administrativa. **Finalidade:** Solução logística para distribuição de remédios à população do EstSP. Projeto proposto originalmente como Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada. **Situação:** Proposta Preliminar aprovada em 07.11.2012. **Realização da CPP:** participação do Grupo de Trabalho responsável pelo apoio técnico para elaboração da Proposta Preliminar aprovada pelo CGPPP.

Pátios DETRAN – Modalidade: Concessão Administrativa. **Finalidade:** Implantação e modernização dos processos de aplicação de penalidades de trânsito (DETRAN) e da remoção, depósito, guarda e destinação de veículos do EstSP. Serviços de gestão integrada da remoção, guarda, liberação e apoio ao exercício do poder de apreensão de veículos. Projeto proposto originalmente como Manifestações de Interesse da Iniciativa Privada. **Situação:** Proposta Preliminar aprovada em 14.08.2012. Chamamento Público: 19.09.2012. **Realização da CPP:** participação do Grupo de Trabalho responsável pelo apoio técnico para elaboração da Proposta Preliminar aprovada pelo CGPPP e do Chamamento Público de convocação de estudos.

Presídios – Modalidade: Concessão Administrativa. **Finalidade:** Construção, operação e manutenção de três unidades prisionais, com capacidade total para 10.500 internos, e modelo de gestão compartilhada. O Estado permanecerá com as atividades jurisdicionais e administrativo-judiciárias, enquanto o parceiro privado ficará responsável pelas atividades administrativas das unidades, que inclui monitoramento interno, manutenção física dos estabelecimentos e assistência aos sentenciados (assistência social, material, religiosa, médica, odontológica, laboral, psicológica e educacional). Projeto proposto originalmente como Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada. **Situação:** Chamamento Público: 03.03.2012. Recebimento dos estudos: 10.08.2012. **Realização da CPP:** participação do Grupo de Trabalho responsável pelo apoio técnico para recebimento e aprofundamento da Modelagem definitiva.

SABESP: Sistema Produtor São Lourenço – Modalidade: Concessão Administrativa. **Finalidade:** Construção e manutenção do Sistema Produtor São Lourenço, que se destina a suprir a carência de abastecimento de água da Região Oeste da RMSP, através de acréscimo de vazão de 4,7 m³/s ao Sistema Integrado. **Situação:** Modelagem final aprovada em 29.03.2012. **Realização da CPP:** participação das reuniões técnicas: a) com a SABESP para avaliação dos estudos realizados com vistas à conclusão da modelagem; b) com o Grupo de Trabalho, para avaliação da modelagem final do projeto, submetida pela Sabesp.

Sistema de Trens Intercidades – Modalidade: Concessão Patrocinada. **Finalidade:** Construção de infraestrutura, implantação de equipamentos e de sistemas e compra de material rodante para operação de rede integrada de linhas ferroviárias de passageiros, conectando as cidades de Santos, Mauá, São Caetano, Santo André, Jundiaí, Campinas, Americana, São José dos Campos, Taubaté e Sorocaba a uma estação central na cidade de São Paulo. Projeto proposto originalmente como Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada. **Situação:** Proposta Preliminar aprovada em 27.11.2012. **Realização da CPP:** participação do Grupo de Trabalho responsável pelo apoio técnico para elaboração da Proposta Preliminar aprovada pelo CGPPP.

O Decreto Estadual nº 57.289/11, disciplinou os procedimentos para apresentação de propostas de manifestação de interesse do setor privado para desenvolvimento de estudos de PPP – Parcerias Público-Privadas. A CPP participa da análise das propostas na fase inicial, para avaliação de conformidade às exigências do Decreto, bem como nas fases seguintes, de inclusão como proposta preliminar na carteira de projetos de PPP e de avaliação dos estudos desenvolvidos.

As seguintes Manifestações de Interesse da Iniciativa Privada (MIP) foram objeto de análise:

Propostas de Manifestação de Interesse

Certificação Digital - PPP na modalidade Concessão Administrativa para modernização e ampliação da estrutura de identificação digital, civil e criminal, através da certificação online de identidade e segurança em transações eletrônicas no Estado de São Paulo. Proposta de Manifestação de Interesse protocolada pelas empresas Consultores Associados Ltda. e Zatec Tecnologia Ltda.

Corredor de Ônibus Antônio João – Alphaville – Santana do Parnaíba - Construção e operação de ônibus na região de Antônio João, Alphaville e Santana do Parnaíba, na região Metropolitana de São Paulo. O projeto consiste de construção de linha dedicada de operação, terminais de embarque e desembarque com pagamento de tarifa antecipada. Proposta de Manifestação de Interesse protocolada pelas empresas Promon Engenharia Ltda, Ballard Power Systems, Linde Gases Ltda, Caio Induscar Indústria e Comércio de Carrocerias Ltda.

Duplicação da Rodovia SP 79 - PPP na modalidade Concessão Patrocinada para operação, manutenção e Duplicação da Rodovia SP 79 entre Votorantim e Juquiá e demais trechos adjacentes das Rodovias SP 291 e SP 55, protocolada pela empresa Contem Construções e Comércio Ltda.

Geração de Energia em Aterros Sanitários - PPP para Geração de Energia em Aterros Sanitários e/ou outras fontes de biogás e biomassas, proposta pela empresa Energys.

Habitação Social - Duas MIPs contendo PPPs na modalidade Concessão Patrocinada no setor de Habitação Social, para construção de 10.000 unidades habitacionais na Região Metropolitana de São Paulo, propostas pelas empresas: (i) Bairro Novo Empreendimentos Imobiliários S.A./ Manesco, Ramires, Azevedo e Marques - Sociedade de Advogados/ Geométrica Engenharia de Projetos. (ii) Contem Construções e Comércio Ltda. e Tomé Engenharia S.A.

Hospitais - Quatro MIPs contendo PPPs na modalidade Concessão Administrativa para construção e operação de hospitais, propostas pelas empresas: (i) Siemens Ltda.; (ii) Kitmed Distribuidora Sociedade Empresária Ltda (Logimed); (iii) Mendes Júnior Trading & Engenharia S.A. e Lend Lease (BR) Construções Ltda. (iv) Construtora Norberto Odebrecht S.A.

Linha 1 – Portuguesa Tietê - Aeroporto de Guarulhos - PPP na modalidade Concessão Patrocinada para Construção, fornecimento de equipamento de transporte próprio para área aeroportuária, manutenção de obras e equipamentos e operação. Proposta de Manifestação de Interesse protocolada pela empresa Ingeniería Y Técnica del Transporte TRIA S.A.

Linha 7 (Rubi) - PPP na modalidade Concessão Patrocinada para ampliação da capacidade de oferta da Linha 7 da CPTM. Proposta de Manifestação de Interesse protocolada: empresa Trail Infraestrutura Ltda.

Metro Leve Elevado – Santo Amaro a Capão Redondo - PPP na modalidade Concessão Patrocinada para implantação de Metro Leve Elevado interligando os bairros de Santo Amaro, Jardim Ângela e Capão Redondo, com possibilidade de expansão futura no modo mon trilho, proposta pelas empresas ATP Engenharia Ltda., Cartellone do Brasil Ltda., CCI Concessões Ltda., Construtora CVS S/A, CSA Consultoria Ltda., Encalco Construções Ltda., P. Sayão Consultoria Ltda. e Trail Infraestrutura Ltda.

Parque Tecnológico Jaguaré - PPP na modalidade Concessão Patrocinada para implantação do Parque Tecnológico Jaguaré, propostas: empresas Construtora OAS Ltda e Sistema PRI de Engenharia Ltda.

Poupatempo - PPP na modalidade Concessão Administrativa para gestão e operação das unidades Poupatempo por PPP. Qualificação de 10 unidades geridas pelo Estado e 21 terceirizadas. Criação de 59 unidades no interior e 5 na capital. Proposta de Manifestação de Interesse protocolada pela empresa Shopping do Cidadão Serviços e Informática Ltda.

Procresches - PPP na modalidade Concessão Administrativa para construção e operação de 200 creches, com oferta de 40.000 vagas, em consórcio com a PMSP, proposta pelas empresas CCI Concessões Ltda., Cartellone do Brasil Ltda., Construtora CVS S.A. e Empresa Tejofran de Saneamento e Serviços.

Saneamento no Vale do Juquiá - PPP na modalidade Concessão Administrativa para universalização do Saneamento no Vale do Juquiá e constituição de polo produtor de água de reuso. Proposta de Manifestação de Interesse protocolada pela empresa Aegea Saneamento e Participações S.A.

Sistema Rodoviário de Integração do Oeste Paulista - PPP na modalidade Concessão Patrocinada para Exploração do Sistema Rodoviário de Integração do Oeste Paulista, compreendendo trechos das Rodovias SP 333, 294 e 425, incluindo serviços de ampliação, melhoria, recuperação, manutenção e conservação do sistema. Proposta de Manifestação de Interesse protocolada: empresa BRVias S.A.

Universalização do Saneamento na RMSP e Despoluição dos Rios Pinheiros e Tietê - PPP na modalidade Concessão Administrativa para ampliação, adequação, operação e manutenção dos serviços de tratamento, coleta e afastamento de esgotos, proposta pela Construtora Andrade Gutierrez S.A.

4. São Paulo Previdência – SPPREV

Autarquia sob regime especial, configurando-se como a única entidade gestora dos Regimes Próprios de Previdência dos Servidores Públicos titulares de cargos efetivos – RPPS e do Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de São Paulo – RPPM.

Ao longo de 2012, foram realizadas ações com vistas à continuidade do processo de modernização relativa ao aperfeiçoamento da gestão previdenciária, melhoria do atendimento aos seus beneficiários e adequação de suas instalações.

Gestão de Benefícios Previdenciários

Em 2012, foi dada continuidade ao trabalho conjunto das Diretorias de Benefícios - Civis e Militares (DBS/DBM) e Diretoria de Relacionamento com o Segurado (DRS) com relação ao processo de melhoria contínua nos fluxos de trabalho, com as devidas parametrizações e customizações no Sistema de Gestão Previdenciária - SIGEPREV.

A autarquia administra, cerca de 422 mil benefícios previdenciários, aí incluídos os números relativos à absorção da inatividade da Polícia Militar, como se pode verificar no quadro abaixo:

Pensões – Civis e Militares	138.059
Aposentadorias Civis e Inatividades Militares	283.664

Fonte: SIGEPREV/Cadastro Unificado do Estado (“Cadastro”)

A. Pensões Civis e Militares

Visando a eficiência e celeridade das concessões, foi dada continuidade em 2012 ao trabalho de redução do prazo de concessão de pensões, iniciado em 2011, com o atingimento da meta de média de 26 (vinte e seis) dias no final do mês de dezembro.

Neste ano foi iniciado um projeto conjunto das Diretorias de Benefícios, Servidores Públicos e Militares, por meio de suas Gerências de Pensões, a fim de rever concessões de pensões cujos óbitos de instituidores tenham ocorrido após a edição da Federal nº 9.717/98, em consonância com entendimento do Parecer Administrativo nº 15/2012 da Procuradoria Geral do Estado (PGE).

De acordo com o artigo 5º da Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, os Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS – não podem conceder benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social – RGPS – de que trata a Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991, salvo disposição em contrário da Constituição Federal. Observe-se que o inciso XII e § 4º do artigo 24 da Constituição Federal estabelecem que a competência para legislar sobre previdência social é concorrente entre a União, Estados e Distrito Federal, e há prevalência de Lei Federal sobre Lei Estadual para normas gerais em matéria previdenciária.

Deste modo, todos os benefícios diversos dos previstos no RGPS que haviam sido concedidos ao longo destes anos pelo IPESP e CBPM, até 06/07/2007, e após pela SPPREV, serão objetos de revisão em sede administrativa, respeitados os procedimentos e prazo de 10 (dez) anos previstos na Lei Estadual nº 10.177/98, e há uma estimativa de que cerca de 8500 (oito mil e quinhentos) benefícios serão revistos.

No caso dos benefícios civis cujo óbito do instituidor da pensão ocorreu de 27/11/1998 a 05/07/2007, a invalidação abrangerá pensionistas instituídos por declaração de vontade; pensionistas na qualidade de neto, de qualquer condição; pensionistas na qualidade de ex-convites designados (com exceção de previsão judicial para pagamento de pensão alimentícia); e filhos com idade superior a 21 anos como universitários.

Já entre os benefícios militares cujo óbito do instituidor da pensão ocorreu de 27/11/1998 a 06/07/2007, a invalidação incluirá pensionistas instituídos por declaração de vontade; pensionistas na qualidade de filhas solteiras maiores de 21 anos, à exceção das inválidas e incapazes civilmente; e filhos com idade superior a 21 anos como universitários.

B. Aposentadorias Civis:

Na concessão de novas aposentadorias, mantém-se a regra para conferência dos processos encaminhados pelas áreas de origem à SPPREV, agilizando a produtividade na Gerência responsável pela concessão e pagamento dos benefícios.

A transferência das aposentadorias cujas folhas são ainda geradas pelos Poderes e órgãos do Estado de São Paulo - da ordem de 50.000 benefícios – permanece sob a condicionante do preenchimento do quadro de funcionários da autarquia a ser verificado no transcurso do ano, bem com a assimilação das atribuições inerentes ao desenvolvimento desse encargo e a transferência dos benefícios pelos envolvidos.

No decorrer do 1º semestre, foi implantado a digitalização dos processos de aposentadoria encaminhados pelos órgãos de origem dos servidores, no momento do protocolamento na SPPREV, atingindo a média de 50% de concessão digital de novas aposentadorias no Sistema de Gestão Previdenciária – SIGEPREV.

A partir de setembro, com a aplicação da Emenda Constitucional nº 70/2012, foram revistos aproximadamente 3.000 benefício, entre pensão por morte e aposentadoria, retroagindo seus efeitos a 29/03/2012.

No 2º semestre, foi iniciado o projeto de parametrização e customização do fluxo de Homologações das Certidões de Tempo de Contribuição no Sistema de Gestão Previdenciária, além das seguintes melhorias em alguns processos de trabalho: procedeu-se a unificação dos critérios de avaliação dos procedimentos para obtenção de CTC's: tratamento especial para idosos, nas avaliações de CTC's e tratamento especial para reanálise com os processos com exigências cumpridas pelos órgãos setoriais; e implantação de nova forma de acompanhamento de fluxos de processos de CTC's, com controle de entradas, saídas, estoque e produtividade mensal.

Novas Aposentadorias Concedidas pelo SIGEPREV - 2012

Número de Concessões***	12.632
Média Mensal	1.053
Meta para o número de Aposentadorias Concedidas - 2012	12.560

Fonte: SIGEPREV - Relatório BI (*** - pode haver diferença em relação ao nº de publicações de laudas de concessão, dado que a alimentação do sistema de publicação não é automático).

C. Inatividade Militar

- **Transferência da Folha de Pagamento** dos Inativos Militares do Estado de São Paulo para São Paulo Previdência

Foram iniciadas as atividades do projeto de transferência, embora ainda vigente o Termo de Cooperação Técnica entre SPPREV e a Secretaria de Segurança Pública (por meio da Polícia Militar, com vistas ao processamento da folha de pagamento dos Inativos Militares).
- Sistemas: Foram feitos ajustes entre os sistemas SPPREV, e da Polícia Militar para início da execução, em paralelo da folha de pagamento de inativos militares referente a competência do mês de agosto. Resultado obtido: bastante satisfatório, sendo que as inconsistências estão sendo corrigidas para novo processamento, visando a obtenção da exatidão dos pagamentos.
- Sistemas de TI: foram iniciadas as revisões das regras de negócio do fluxo de concessão de inatividade militar, testes em ambiente de homologação para futura aprovação das rotinas de trabalho, contemplando-se, as regras massivas e as excepcionalidades.

D. COMPREV

Em cumprimento à Resolução SF nº 86, de 15/12/2011, a SPPREV assumiu a gestão da compensação previdenciária do Estado de São Paulo, conjuntamente com a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuárias e Financeiras – FIPECAFI, dando prosseguimento a análise dos requerimentos represados, bem como dos requerimentos das aposentadorias assumidas pela SPPREV.

Dentre as ações empreendidas, destaca-se:

Parceria com o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo que providenciou a fiscalização e emitiu a Certidão de Homologação para mais de 10 mil benefícios, entre aposentadorias e pensões, para prosseguimento da análise e requerimento de compensação destes benefícios junto ao INSS.
--

Requerimentos analisados em 2012

Foram mais de 80 mil. Resultado: cerca de 46 mil requerimentos encaminhados ao INSS. Nos casos em que o INSS figura como Regime de Origem e o Estado de São Paulo como Regime Instituidor, foram concedidos 1.520 requerimentos (crédito para o Estado) e, nos casos em que o INSS figura como Regime Instituidor e o RPPS do Estado de São Paulo como Regime de Origem, a SPPREV deferiu 3.787 (débito para o Estado).
Até o mês de novembro de 2012, foram recebidos R\$ 61,9 milhões e pagos R\$ 15,9 milhões, resultando em um saldo positivo de R\$ 46 milhões em favor do Estado de São Paulo.
Estoque: Há ainda 24.189 requerimentos compreendidos no período entre 05/10/1988 e 05/05/1999 e correspondem a R\$ 164,5 milhões reconhecidos pelo INSS

E. Economia com a eliminação de pagamentos indevidos

O cancelamento de pagamento de segurados em virtude de identificação de benefícios e/ou valores de benefícios indevidamente percebidos (fraude previdenciária), fruto de cruzamentos entre as bases de dados cadastrais do SIGEPREV e outros órgãos/entidades e de ações diretas da Autarquia, gerou para os cofres do Estado de São Paulo uma economia baseada em cálculo atuarial trazido a valor presente da ordem de R\$ 130,5 milhões entre os meses de janeiro e outubro de 2012.

Nesse âmbito e em atendimento ao art. 9º, II, da Lei nº 10.887/2004, algumas outras medidas foram implantadas e/ou consolidadas em 2012:

1. Novo sistema de monitoramento dos participantes

Objetivo: diagnosticar a condição socioeconômica e familiar dos beneficiários com a emissão dos respectivos laudos técnicos; avaliação clínica dos beneficiários voltada à verificação de condição de gozo de benefícios com a emissão dos respectivos laudos médicos; recenseamento dos participantes do sistema previdenciário do Estado de São Paulo com o uso de identificação biométrica, visitas domiciliares e avaliações médicas.
--

Resultado:

Serviços realizados - Monitoramento	Quantidade
Visitas Domiciliares de Avaliação Socioeconômica (assistentes sociais)	5.342
Visitas Domiciliares de Condição de Saúde (enfermeiras)	2.286
Perícias Médicas	1.624
Recenseamentos	48.331
Ligações Telefônicas	188.460

Fonte: Coordenação do Projeto Monitoramento/Spprev

Para a realização desses serviços foram disponibilizados os seguintes recursos:

Recursos	Quantidade
-Consultórios Médicos equipados na Capital	2
-Equipos móveis	10
-Postos Fixos Mobiliados	16
-Equipamentos de leitura de biometria digital, equipamentos fotográficos digitais, equipamentos médicos, scanners digitais, notebooks, mobiliários e todos os sistemas, hardwares e softwares necessários.	
- Central de Relacionamento (Call Center)	
- Veículos zero km, tipo furgão	

Os 16 postos fixos mobiliados, descritos na tabela acima estão distribuídos dentro do Estado:



2. Núcleo de Investigação Previdenciária – NIP. A SPPREV intenta estabelecer um NIP, que em consonância com a Lei Estadual nº 10.177/88, deverá coordenar e realizar o monitoramento dos benefícios previdenciários sob sua gestão, promovendo a prevenção e a correção das irregularidades, erros ou eventuais desvios.

Ação em 2012: **Parceria** da FIPECAFI: reestruturou o NIP e ajudou a Autarquia a consolidar seu funcionamento elaborando normas, procedimentos e regulamentos internos. A Fundação dará suporte à instituição para concretizar operação especial e emergencial de revisão previdenciária de cerca de 10 mil processos de pensão envolvendo beneficiários cujos direitos seriam objeto de extinção em conformidade com a Lei Federal nº 9.717/98 e recentes pareceres emitidos pela PGE.

3. Ação Direta da Autarquia - em 2012 iniciou-se a revisão dos processos de concessão do benefício de pensão por morte, à luz de nova determinação da PGE, como netos, ex-cônjuges designados, filhos com idade superior a 21 anos, universitários com idade superior a 21 anos, e outros instituídos por declaração de vontade, como irmão, sobrinhos e bisnetos.

Gestão Corporativa

-Reestruturação Organizacional e de Cargos e Salários – a SPPREV está na fase final do seu terceiro concurso público, onde foram oferecidas 193 vagas, sendo 156 para o emprego público permanente de Técnico em Gestão Previdenciária e 37 para o emprego público permanente de Analista em Gestão Previdenciária. As contratações deste último concurso tiveram início no dia 03 de dezembro de 2012

O quadro de pessoal da SPPREV ainda está muito aquém do desejado, com aproximadamente 55% de ocupação, o qual já contempla a contratação de 34 Analistas e 14 Técnicos das 37 e 156 vagas abertas, respectivamente. A expectativa é de que até o final do mês de janeiro/ 2013 as demais vagas estejam preenchidas.

Emprego público permanente	Vagas previstas	Vagas ocupadas	% ocupação
Analista em Gestão Previdenciária	95	89	93,7%
Técnico em Gestão Previdenciária	300	127	42,3%
Total	395	216	54,68%

-Lei Complementar nº 1.162/11- Aprovada pela Assembléia Legislativa e sancionada pelo Governador em 26 de dezembro de 2011, alterou a estrutura da autarquia.

Dentre as principais alterações, destacam-se:

-PIQPREV- Instituição do Prêmio de Incentivo a Qualidade Previdenciária: para os empregos públicos permanentes de Técnicos e Analistas em Gestão Previdenciária.

Considerando a atualização da tabela salarial, os Técnicos e os Analistas em Gestão Previdenciária podem obter um ganho, respectivamente, de 64,19% e 43,39% em relação à tabela anterior. Esse ganho está vinculado à avaliação de desempenho individual (ADI), realizada trimestralmente e que abrange os referidos empregos públicos permanentes.

-Criação de novas Funções/Posições

- Função de Supervisão de Equipe: 22:	
Supervisão para a Compensação Previdenciária – COMPREV	01
Supervisão para o cadastramento de Inativos e Pensionistas	01
Supervisões de Equipe para os Postos Regionais	20
-Emprego público permanente, para assumir as Supervisões dos Postos Regionais: 20 posições	
Analista em Gestão Previdenciária	20
- Emprego público permanente: 50 posições. Objetivo principal: substituir gradativamente a empresa de terceirização.	
Técnico em Gestão Previdenciária.	50

- Emprego público em cargo de confiança: 7 posições. **Objetivo :** reforçar a equipe que processa as informações da folha de pagamento dos inativos e pensionistas e também da Assessoria Atuarial.

Assessor Técnico Previdenciário	7
---------------------------------	---

Alteração dos dispositivos:

- 1) realização de concurso público: de 3 fases para 2 fases. **Objetivo:** agilizar o ingresso dos candidatos aprovados para o emprego público permanente de Analista em Gestão Previdenciária. A terceira fase será realizada internamente, após a admissão dos candidatos aprovados. O referido diploma legal previu o curso com duração mínima de 60 horas e máximo de 120 horas. O curso deverá ser realizado em até 180 dias contados da data do primeiro ingresso.
- 2) encerramento do concurso público com a convocação dos candidatos aprovados para o número de vagas previstas no edital, mesmo que estes candidatos não entrassem em exercício. Com a alteração, o encerramento do concurso dar-se-á apenas quando o total de vagas ofertadas no edital for efetivamente preenchido.

-Auditoria - Contratação de serviços de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis da São Paulo Previdência – SPPREV e de reavaliação do sistema de gestão previdenciário – SIGEPREV - **Prazo estimado de início dos trabalhos: janeiro de 2013.**

-**Programa de Melhoria do Gasto Público – Desperdício Zero** - Instituído, por meio do Decreto nº 57.829 de 02/03/2012, no âmbito da Administração direta, autárquica e fundacional.

-Objetivos:

- I - redução de despesas com custeio, envolvendo o monitoramento de resultados sob o aspecto do custo/benefício, em especial no tocante a compras de materiais e contratação de serviços de utilidade pública e de fornecimento de passagens de transporte aéreo ou terrestre;
 - II - implantação de gestão estratégica de suprimentos;
 - III - implantação do Plano Anual de Contratações Públicas, em conformidade com o artigo 4º da Lei nº 13.122, de 7 de julho de 2008;
 - IV - treinamento e capacitação de servidores públicos para atuarem como agentes multiplicadores do modelo.
- Parágrafo único - As medidas de redução do gasto público previstas neste decreto deverão ser implementadas sem prejuízo da qualidade dos serviços prestados à população

A São Paulo Previdência tem participado do programa em conjunto com a Secretaria da Fazenda de São Paulo (coordenadora) e Nossa Caixa Desenvolvimento (AFESP) e, tem tomado iniciativas de implementar medidas com o objetivo de cumprir as metas traçadas.

-Resultados obtidos:

Quadro 1

Despesas de custeio – ano de 2012: R\$ 80.264.841,00		
Iniciativas para economia	Em R\$ (ano)	Em % sobre as despesas de custeio
Redução do valor dos contratos	546.616,41	0,68 %
Economia com reavaliação de processos	4.194,79	0,01 %
Total	550.811,20	0,69 %

O quadro 1 expressa o resumo das iniciativas adotadas e a participação relativa tendo como base o valor das despesas de custeio da administração da SPPREV do ano de 2012. Ainda neste quadro, a iniciativa "Redução do valor dos contratos" está sob análise pela Secretaria da Fazenda, uma vez que está em discussão a validade ou não da renegociação dos contratos em vigência como uma medida tida como de "iniciativa". Tal análise abrange, além da SPPREV, a própria SEFAZ e a AFESP.

-Desdobramento das iniciativas

Quadro 2

Iniciativa redução do valor dos contratos			
Contratos	Em R\$	Em % sobre a redução do valor dos contratos	Data da implantação
Teletendimento - Call Center	49.319,92	9,0 %	09/05/2012
Telefônica Brasil - DDR	98.850,89	18,1 %	30/12/2010
Locação de scanners de mesa	81.400,00	14,9 %	28/11/2011
Manutenção Sigeprev	316.965,60	58,0 %	28/06/2012
Total	546.536,41	0,68 %	

Quadro 3

Iniciativa reavaliação dos processos de trabalho			
Processo	Em R\$	Em % sobre a reavaliação dos processos de trabalho	Data de implantação
Consumo de energia elétrica - Sede	1.708,15	40,7 %	02/07/2012
Consumo de papel sulfite – cópia de documentos para instrução de processos	1.450,54	34,6 %	13/06/2012
Consumo de papel sulfite – carga de imagem para o Sigeprev	637,60	15,2 %	01/08/2012
Consumo de papel sulfite – impressão frente e verso	398,50	9,5 %	01/08/2012
Total	4.194,79	0,01 %	

Os quadros 2 e 3, apontam, respectivamente, os desdobramentos das iniciativas apontadas no quadro 1, onde demonstrado como foram obtidas as economias, seja na renegociação dos contratos, seja na revisão de processos de trabalho.

Modernização na Infraestrutura e serviços de Tecnologia da Informação

Ao longo de 2012 as atividades pilares da área de TI continuaram focadas para a alta performance, disponibilidade e segurança da infraestrutura de TI. Os principais objetivos dos projetos foram:

- Manter e aprimorar constantemente todos os processos componentes da Governança de TI e Política de Segurança de TI;
- Manter os recursos de TI alinhados e adequados ao Planejamento Estratégico da autarquia;
- Pesquisar e avaliar continuamente processos de segurança para a infra-estrutura de TI;
- Avaliar softwares, soluções, ferramentas e hardwares que possam contribuir para o alto desempenho das diversas áreas da autarquia;
- Mantida a instalação de Link dedicado (não acessa a nuvem da internet) entre a SPPREV e a IMESP para acesso aos sistemas SIGEPREV e GED, gerando alta disponibilidade, contingência de links e Segurança da Informação. Ao longo de 2012 este link dedicado impediu a queda do sistema SIGEPREV, garantindo maior produtividade às áreas fins, na concessão e processamento das pensões e aposentadorias

-Projeto de modernização das tecnologias utilizadas na autarquia:

- Modernização dos equipamentos e software de Backup;
- Modernização continuada do parque de máquinas;
- Modernização e ampliação dos monitoramentos da infraestrutura lógica e física.

-Projeto de Maturidade e Qualidade nos processos de Gestão de TI seguindo as metodologias COBIT e ITIL, juntamente com auditorias periódicas para averiguação da adesão aos procedimentos.

-Capacitação e treinamento dos técnicos de suporte, Help-Desk e Service-Desk.

-Implantação de sistemas e recursos de controles e monitoramentos on-line real-time. **Objetivo:** garantir segurança, alta performance e alta disponibilidade para a estrutura de TI - SPPREV, que conta com:

Parque de máquinas	720 computadores
Usuários de rede	680
Redes de Dados	15: 1 Sede e 14 Regionais. São monitoradas e gerenciadas à distância.
CPD	68 servidores: 28 físicos e 30 virtuais - Backup diário de 700Gb.
Telefonia	700 ramais: 100 digitais e 600 analógicos.

Relacionamento com o Segurado

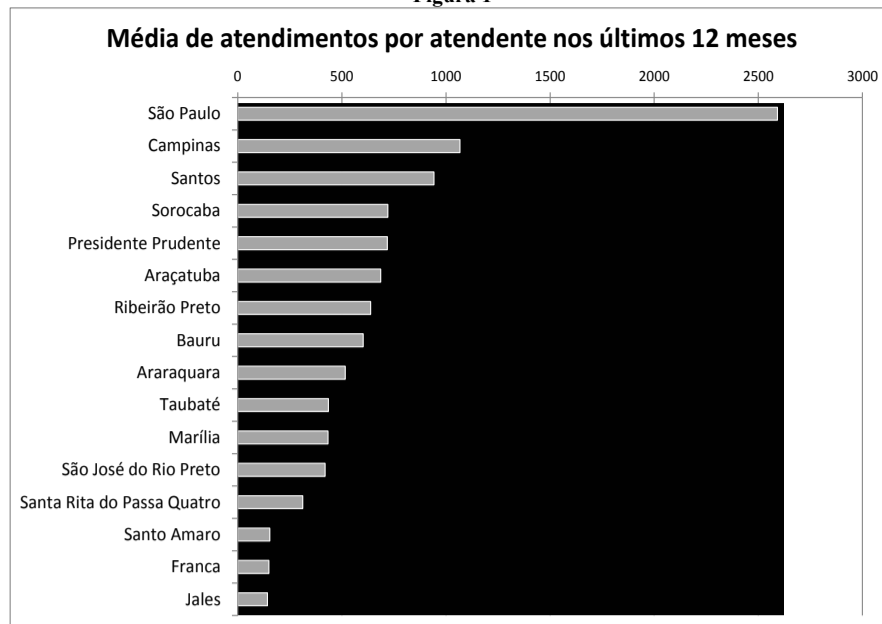
Ampliação do número de escritórios regionais. Estudo finalizado em setembro de 2012 contemplou o encerramento das atividades dos escritórios regionais de Jales e Santa Rita do Passa Quatro; abertura dos escritórios em São José dos Campos, a ser executada em janeiro de 2013, Botucatu, Piracicaba, Guarulhos, Santo André e Osasco a serem executadas até 2015. Como resultado, as seguintes informações foram obtidas:

Percentual de Beneficiários Geolocalizados no Estado de São Paulo

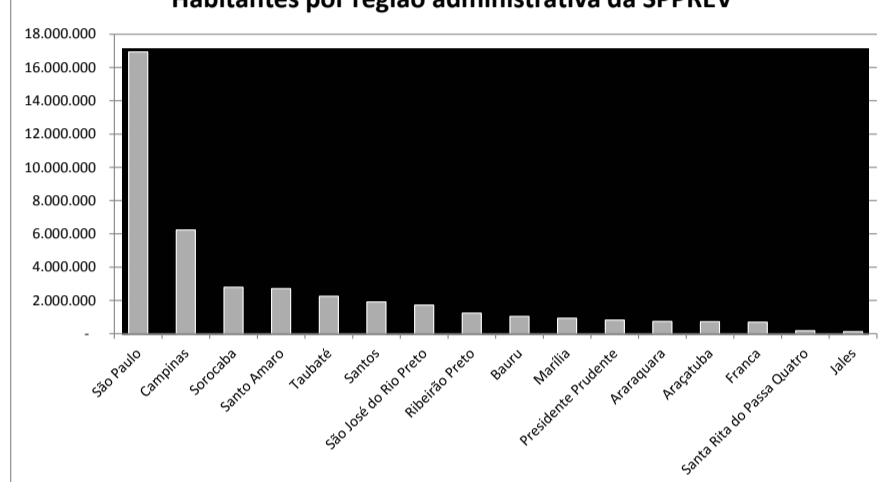
Região	Beneficiários (% Base SP)	Atendimentos	Habitantes	Média	Ação Necessária
São Paulo	39,0%	49.243	16.942.004	2.592	-aumento de atendentes para 25; -abertura de Guarulhos, Osasco e Santo André.
Campinas	13,9%	3.200	6.251.037	1.067	abertura de Piracicaba
Sorocaba	8,6%	2.163	2.804.662	721	abertura de Botucatu
Taubaté	6,4%	1.741	2.264.400	435	abertura S. José dos Campos
Santos	5,7%	2.827	1.929.930	942	-
SJdo Rio Preto	5,0%	1.675	1.729.629	419	Incorporação Jales
Bauru	3,9%	1.805	1.053.864	602	-
Ribeirão Preto	3,5%	1.915	1.249.091	638	-
Marília	3,0%	1.733	944.593	433	-
Presidente Prudente	2,4%	2.155	833.336	718	aumento de atendentes para 4
Araçatuba	2,1%	1.371	736.081	686	aumento de atendentes para 3
Araraquara	2,1%	1.548	757.939	516	incorporação Stª Rita
Santo Amaro	1,8%	614	2.721.732	154	-
Franca	1,5%	596	706.476	149	-
Stª Rita do Passa Quatro	0,8%	623	197.823	312	Encerramento das atividades
Jales	0,4%	284	144.965	142	-

Dados dos últimos 12 Meses

Figura 1



Habitantes por região administrativa da SPPREV



Promoção de treinamento e integração entre o atendimento presencial sede e interior com as áreas de benefícios

- Objetivo:** busca da excelência no atendimento prestado aos participantes do regime próprio.
- Ações -** foram promovidos: - Encontros: com a finalidade de treinamentos dos atendentes presenciais da sede e das regionais, estes últimos por meio de videoconferência, com a Diretoria de Benefícios Servidores Civis que disponibilizou instrutores da Gerência de Pensões e da Gerência de Aposentadoria, bem com a Diretoria de Benefícios Militares, que contribuiu com instrutores da Gerência de Pensões.
- Treinamento presencial (01) com todos os atendentes do quadro permanente da autarquia, contando com a presença de Técnicos em Gestão Previdenciária dos escritórios regionais, em dezembro.

Atendimento Presencial - Sede

As atividades a seguir, foram realizadas no ano de 2012 pela Supervisão de Atendimento Presencial e Call Center, reduzindo as tarefas a serem executadas nas áreas de benefícios:

- Digitalização:
 - requerimentos de manutenção de aposentadoria; atendimento de todos os processos de ações judiciais de aposentadorias e da Emenda Constitucional 70/2012; digitalização e abertura de fluxos dos documentos provenientes do correio em D+1, agilizando o atendimento aos solicitantes pela área fim.
- Fluxos de Revisão de Pensão e alteração de dados cadastrais de aposentados;
- Cumprimento da Portaria SPPREV 164/2012 que exige a digitalização no atendimento de todos os processos de revisão de aposentadoria;
- Criação de novas subdivisões no sistema de triagem para atendimento;
- Implantação de relatório semanal de atendimento para áreas fins;

-Atendimento Presencial - Regionais

As seguintes atividades foram realizadas em 2012 pela Supervisão de Atendimento Regional:

- Digitalização
 - recadastramento de Pensionista Militar; protocolos de exigência dos processos de concessão de aposentadoria; início da digitalização de requerimentos de manutenção de aposentadoria e no atendimento de todos os processos de Ações Judiciais de Aposentadoria e da Emenda Constitucional 70/2012.
- Cumprimento da portaria SPPREV 164/2012 que exige a digitalização no atendimento de todos os processos de revisão de aposentadoria;
- Mudança de procedimento para digitalização de RG e CPF em mesma folha, visando à sustentabilidade;
- Criação de planilha online para organização e abertura de chamados relacionados à digitalização.

Implantação de novos relatórios:

- Relatório semanal de atendimento para áreas fins;
- Relatório de Ocorrências dos Postos, com a intenção de identificar e registrar ocorrências atípicas nos Postos de Atendimento;
- Produção de relatório diário de assinaturas pendentes por posto de atendimento;
- Implantação do opinômetro nos postos da SPPREV localizados no Poupatempo;
- Conscientização sobre o uso do opinômetro pelos servidores através da comparação do relatório de atendimento com o relatório do opinômetro.

Melhorias na estrutura dos escritórios regionais:

- Desativação dos Postos: Jales e Santa Rita do Passa Quatro;
- Mudança do Posto: de Sorocaba para o novo prédio da SEFAZ;
- Instalação: a) plataforma elevatória em São José do Rio Preto; b) ar condicionado nos Postos de Santos, Marília e Presidente Prudente; c) do totem da SPPREV nos Postos Regionais;
- Regularização: "Projeto Transparência" nos postos;
- Troca das impressoras: multi-funcionais em todos os postos.

Tele Atendimento - as atividades foram realizadas em 2012 pela Supervisão de Atendimento Presencial e Call Center:

1. Transferência automática pelo estabelecimento de um link direto entre o Call Center IDORT e SPPREV, agilizando o atendimento aos beneficiários da SPPREV;
2. Implantação da pesquisa de satisfação com a emissão de um relatório detalhado e a possibilidade de monitorar as gravações dos atendimentos;
3. Implantação de planilha semanal de ocorrências;
4. Treinamentos de capacitação;
5. Implantação de mensagens automáticas na URA de acordo com o CPF do requerente,
6. Início do projeto da nova URA,
7. Respostas de solicitações do Call Center através do Fale Conosco (email). *Início previsto:abr/2013;*
8. Possibilidade de requerimentos iniciados no próprio Call Center.

Ações Futuras

Metas programadas para implantação em 2013:

1. Planejar e estruturar a implantação da Certificação ISO 9001 nos processos de concessão de pensões e aposentadorias;
2. Implantar respostas de solicitações recebidas pelo CALL CENTER através do "Fale Conosco" (por e-mail);
3. Implantação do projeto Disaster Recovery Plan – SPPREV, que permitirá a continuidade do negócio da Autarquia em situações especiais (problemas de vazamento de gás ou incêndio na região da Sede, falta de abastecimento de energia elétrica ou água, problemas estruturais do edifício) que impedem a execução das atividades na Sede. Em imóvel adequado será instalado um CPD, infraestrutura e equipamentos de TI que suportarão parte das atividades essenciais das diretorias, assessorias e presidência e ainda uma área destinada ao atendimento de pensionistas e aposentados com aproximadamente 12 guichês;
4. Instalação de Posto de Atendimento na cidade de São José dos Campos, em janeiro de 2013, e nas cidades de Botucatu, Piracicaba, Guarulhos, Santo André e Osasco a serem executadas até 2015, assim como postos nos órgãos com grandes concentrações de servidores.
5. Aquisição de sede própria, sem ônus para o erário público, por meio de alienação de imóvel transferido à SPPREV pelo Decreto Estadual nº 57.181/2012, mediante permuta por área construída no local, desonerando a SPPREV das despesas com aluguel.
6. Contratação, por meio de pregão eletrônico, de serviços técnicos especializados de instituição financeira com vistas à estruturação, constituição, administração e colocação no mercado de capitais, de cotas de um Fundo de Investimento Imobiliário destinado à gestão de patrimônio imobiliário da SPPREV, transferido pelo Decreto Estadual nº 57.181/2012, visando a sua rentabilidade e liquidez com a finalidade precípua de destinar recursos ao Fundo Previdenciário.
7. Iniciar tratativas com vistas à operacionalização da transferência do processamento da folha de pagamento dos inativos do Tribunal de Contas do Estado, órgãos do Poder Judiciário e do Poder Legislativo e Universidades.

5. Instituto de Pagamentos Especiais do Estado de São Paulo – IPESP**5.1-Diretoria de Gestão Patrimonial e Financeira - atividades realizadas em 2012:**

- *Administração dos pagamentos:* a) Recursos próprios: Advogados e Serventias; b) Recursos repassados pela SEFAZ: CASEM, ex-Vereadores, Economistas e os Inativos do antigo IPESP.
- *Repasse do valor correspondente aos Inativos para a SPPREV.*
- *Execução orçamentária* relativa aos contratos terceirizados das carteiras e realização dos desembolsos para posterior ressarcimento, conforme a Lei 14.016 de 2010, artigo 12-I e II.
- *Contratos:* manteve os existentes, e realizou novos contratos para a manutenção e desempenho das atividades inerentes à finalidade do IPESP.
- *Alteração orçamentária* para complemento e cumprimento das obrigações. Em alguns casos a liberação inicial não foi suficiente, principalmente à parte de pessoal, tanto ativo com recursos próprios como inativo com recursos da SEFAZ, sendo este último o responsável pela insuficiência financeira.
- *Elaboração das propostas orçamentárias* do IPESP, Carteira dos Advogados de São Paulo e das Serventias Notariais e de Registro.
- *Acompanhamento dos relatórios* contábeis, financeiros e gerenciais gerados pelo sistema MJDS, específicos para as carteiras autônomas.
- *Participação das reuniões mensais* com o Conselho da Carteira dos Advogados de São Paulo e das Serventias Notariais e de Registro para a prestação de contas e apresentação da posição financeira atualizada.
- *Acompanhamento da elaboração das Reservas Matemáticas* da Carteira dos Advogados de São Paulo e da Carteira de Previdência das Serventias Notariais e de Registro.
- *Transferência mensal* para as respectivas contas dos valores repassados pela SEFAZ, referente às taxas de mandatos da Carteira dos Advogados de São Paulo e emolumentos da Carteira de Previdência das Serventias Notariais e de Registro, e as importâncias correspondentes aos reembolsos das referidas Carteiras para o IPESP, conforme a Lei 14.016 de 2010, artigo 12- I e II.

Pagamento de Precatórios

O IPESP efetuou o primeiro depósito, no montante de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), de uma série 05 (cinco) depósitos anuais, em conta especial, aberta exclusivamente para pagamento de precatórios da Carteira das Serventias Notariais e de Registro.

Auditoria Contábil

Contratação de auditoria externa para examinar as demonstrações contábeis e financeiras das Carteiras de Previdência dos Advogados e das Serventias, em obediência às Leis nºs 13.549/09 e 14.016/10.

Política de Investimentos

Os saldos dos investimentos nas duas Carteiras totalizaram:
Advogados: R\$ 1.302.092.556,34 em 31/12/2012, com rentabilidade acumulada de 11,27% no ano de 2012, ou IPCA + 5,13%.
Serventias: R\$ 464.119.046,16 em 31/12/2012, com rentabilidade acumulada de 10,23% no ano de 2012, ou IPCA + 5,46%.

Mudança da sede

Em novembro foi concluída a mudança para uma nova sede do IPESP, contando com uma estrutura apropriada para atender as necessidades das Carteiras: Predial e de Previdência dos Advogados de São Paulo e das Serventias Notariais e de Registro, respeitados os princípios da economicidade e eficiência. A nova sede abrigará os serviços médicos e de atendimento presencial, inerentes à gestão das carteiras em liquidação, nos termos das Leis n.ºs 13.549/2009 e 14.016/2010.

5.2. Atendimento ao Público**5.2.1 Implantação da Ouvidoria**

- Criação de um canal de comunicação permanente entre a Instituição e os usuários das Carteiras Predial e de Previdência dos Advogados e das Serventias.

5.2.2 Serviços de Tele Atendimento e Atendimento Presencial

Contratação de empresas especializadas para os serviços de teleatendimento (*call center*) e atendimento presencial para informar o seguinte público:

- Carteira Predial: cerca de 4.000 mutuários
- Carteira das Serventias: aproximadamente 10.000 usuários
- Carteira dos Advogados: aproximadamente 21.000 usuários

5.3. Carteira Predial - atividades realizadas:

-Amortização e/ou quitação por sinistros junto a Cia de Seguros, atualização de dados cadastrais, revisão de prestações contratuais de financiamento de imóveis, transferência de titularidade do financiamento para contratos adimplentes e em vigência, acordo para prestações contratuais em atraso, cobranças administrativas, cancelamento de hipotecas em favor do IPESP, liquidação antecipada do financiamento, autorização de outorga de escrituras para contratos liquidados e subsídios para fins judiciais.

Iniciado o processo de contratação dos serviços para implantação dos procedimentos destinados à reorganização da Carteira Predial, dando continuidade ao projeto contratado no exercício de 2010, em que a FIPECAFI realizou o levantamento da situação e propôs melhorias dos processos da mencionada Carteira. Este trabalho foi consubstanciado no relatório denominado "Reorganização da Carteira Predial – Ações Desenvolvidas e Resultados Obtidos".

Repasse à Secretaria da Fazenda: R\$ 26.019.102,53 (vinte e seis milhões, noventa e dois mil, cento e dois reais e cinquenta e três centavos), recursos oriundos do Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS). Com a implantação dos procedimentos inerentes à reorganização da Carteira Predial o montante a recuperar do FCVS, em valores aproximados, será de R\$ 570 milhões, incluindo R\$ 363,7 milhões, prontos para transformação em CVS (créditos disponíveis para utilização) e R\$ 206,3 milhões, passíveis de recuperação por meio de recursos e habilitações.

Destques em 2012**5.4. Diretoria de Gestão das Carteiras Autônomas – destacam-se seguintes atividades:**

-Controle de pagamento de participantes ativos da Carteira de Previdência dos Advogados de SP e da Carteira de Previdência da Carteira das Serventias Notariais e de Registro.

-Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de auditoria atuarial e auditoria dos benefícios concedidos pela Carteira de Previdência das Serventias até 30 de junho de 2011, de acordo com o disposto na Lei nº 14.016/10. Isso representa aproximadamente 650 benefícios novos no período e, aproximadamente, 5.800 benefícios em manutenção, em processos físicos.

-Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de auditoria atuarial e auditoria dos benefícios concedidos entre 01/01/2010 a 30 /06/ 2011 pela Carteira de Previdência dos Advogados de São Paulo, de acordo com o disposto na Lei nº 13.549/09. Isso representa 300 benefícios novos no período e, aproximadamente, 4.100 benefícios em manutenção, em processos físicos.

5.5 Patrimônio Imobiliário

Laudos de avaliação conforme Decreto Estadual nº 12.400/2006 para quitação antecipada de financiamentos imobiliários nos seguintes bairros da Capital:

Jd. Maria Luiza; Vl. Matilde; Alto de Santana; Aclimação; Rio Pequeno; Bela Vista; São Miguel Paulista; Cambuci; Pinheiros e Santo Amaro

Laudos de avaliação conforme Decreto Estadual nº 12.400/2006 para quitação antecipada de financiamentos imobiliários nas seguintes cidades do interior:

Guaira; Nova Granada; Pereira Barreto; Estrela do Oeste; Limeira; Rio Claro; Atibaia; Bragança Paulista; Itapeverica da Serra e Estrela D' Oeste.

Qualificação / Reintegração:

Interior: Indaiatuba; Presidente Wenceslau; São Vicente; Franco da Rocha; Amparo.
Capital: Cidade A.E. Carvalho.

Processo de Retificação de Área:

Interior: Sorocaba; Itapuã, Rio Claro; Sertãozinho, São Jose do Rio Preto; Itu.

Prefeitura: Solicitação de documentos, Retirada de documentação, verificação da situação do imóvel:

Interior: Marília; Andradina; Ribeirão Preto; Barretos.

6. Companhia Paulista de Securitização - CPSEC

A Companhia tem por objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Estado de São Paulo, originários de créditos tributários e não-tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais, relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação- ICMS, bem como a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão de valores mobiliários, tais como debêntures, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios.

Em 1º de março de 2012, a Companhia registrou a escritura particular da primeira emissão de debêntures simples, da espécie com garantia real, e celebrou com o Estado de São Paulo o Instrumento particular de contrato de promessa de cessão de direitos creditórios e outras avenças, por meio do qual adquiriu direitos creditórios originários do Programa de Parcelamento Incentivado do ICMS (PPI do ICMS) no montante de R\$ 2.079.840.969.

A distribuição pública das debêntures com garantia real foi realizada em duas etapas: a primeira aconteceu em 13 de abril de 2012, por meio da coleta de manifestações de interesse junto a investidores (processo de bookbuilding), com a distribuição pública das debêntures à taxa de juros de 2,90% a.a., a ser acrescido à taxa DI; e a segunda em 27 de abril de 2012, quando então ocorreu a liquidação financeira com a captação no mercado de capitais de R\$ 611.447.677.

A cessão dos direitos creditórios firmado com o Estado foi liquidada de duas formas: (i) uma parte, no valor de R\$ 1.153.752.571, por meio da subscrição pelo Estado da primeira emissão privada de debêntures subordinadas da Companhia; e (ii) outra parte, no valor de R\$ 926.088.398 em moeda corrente.

A partir da integralização das debêntures com garantia real, da subscrição das debêntures subordinadas e da celebração com o Estado dos termos de cessão de direitos creditórios, bem como da cessão fiduciária dos direitos creditórios ao agente fiduciário, a Companhia entrou em fase operacional.

7 – Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo – SP-PREVCOM

Com a publicação da Lei nº 14.653, em 23 de dezembro de 2011, foi instituído o Regime de Previdência Complementar no âmbito do Estado de São Paulo, destinado exclusivamente aos servidores públicos estaduais. Na mesma ocasião, foi fixado um limite máximo para o pagamento de benefícios previdenciários dos servidores admitidos a partir dessa data, assim como autorizada a criação da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo – SP-PREVCOM, órgão responsável pela administração do novo regime.

-Atividades Realizadas: *Relativas à implantação* da Fundação e do novo Regime Previdenciário do Estado:

- Publicação do Decreto nº 57.785, em 11 de fevereiro de 2012, que aprovou o Estatuto Social da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo - SP-PREVCOM e o quadro de pessoal inicial da Fundação

No dia 23 de março, houve a expedição da autorização de funcionamento da SP-PREVCOM pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, órgão regulador e fiscalizador do regime de previdência complementar vinculado ao Ministério da Previdência Social – MPS.

Em seguida, foram realizados vários atos administrativos visando à implantação da SP-PREVCOM, assim como a aprovação dos Regulamentos dos Planos de Benefícios Complementares da SP-PREVCOM pela PREVIC, o que significa o efetivo início de funcionamento da Fundação. Destacam-se:

1. Publicação do Decreto que nomeou os membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da SP-PREVCOM, em 24 de março de 2012;
2. Nomeação e posse da Diretoria Executiva, em 03 de abril de 2012;
3. Contratação da Consultoria Jurídica, em 18 de junho de 2012;
4. Publicação da Deliberação da Diretoria Executiva nº 1, contendo as *Normas Gerais para a Contratação de Aquisição de Bens e Serviços para a Atividade-fim da SP-PREVCOM*, em 28 de julho de 2012, conforme estabelecido pelo artigo 19 da Lei nº 14.653/11;
5. Contratação da empresa de software responsável pelo desenvolvimento do sistema que operacionalizará os planos de benefícios complementares da SP-PREVCOM em 03/08 /2012;
6. Contratação da Consultoria Atuarial responsável pela confecção dos Regulamentos dos Planos de Benefícios Complementares da SP-PREVCOM, em 15 de agosto de 2012;
7. Cerca de 40 palestras para Unidades de Recursos Humanos da Administração direta e de autarquias e fundações do Estado, bem como para grupos de servidores estaduais, para esclarecer dúvidas sobre o novo regime;
8. Disponibilização de simulador no *website* da SP-PREVCOM para facilitar o entendimento acerca das contribuições e benefícios do regime de previdência complementar;

9. Envio dos Regulamentos dos Planos de Benefícios Complementares Regime Geral e Regime Próprio para análise da PREVIC;
10. Início dos estudos e tratativas para confecção dos Regulamentos dos Planos de Benefícios Complementares destinados exclusivamente a:
 - a) Universidades
 - b) Poder Judiciário e Legislativo
 - c) Servidores de municípios que venham, porventura, a assinar um Convênio de Adesão à SP-PREVCOM
11. Aprovação pelo Conselho Deliberativo dos Regimentos Internos do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal, em 14 de novembro de 2012;
12. Aprovação pelo Conselho Deliberativo do Regimento Interno da Diretoria Executiva, em 28 de novembro de 2012;
13. Publicação do Decreto 58.711, de 14 de dezembro de 2012, delegando poderes para assinatura do Convênio de Adesão entre o Estado de São Paulo e a SP-PREVCOM;
14. Processo seletivo para contratação de cobertura para benefícios de risco (invalidez e morte).

Com a proximidade do início de funcionamento da SP-PREVCOM, surgiram novas necessidades estruturais e foram adotadas as seguintes medidas:

-Publicação do Decreto que alterou o quadro de pessoal da SP-PREVCOM. *Objetivo:* reforçar as áreas de Relacionamento Institucional e de Seguridade, responsáveis pelo atendimento aos futuros participantes e aos demais órgãos do governo, em 07 de novembro de 2012;

-Mudança para uma nova sede da SP-PREVCOM. *Objetivo:* permitir melhores condições de trabalho aos funcionários e de atendimento aos participantes e órgãos do governo, bem como a realização de cursos e seminários de Educação Financeira e Previdenciária, conforme previsto no artigo 23 da Lei nº 14.653/11, em 15/11/2012.

A SP-PREVCOM aguarda apenas a aprovação oficial dos Regulamentos dos Planos de Benefícios da SP-PREVCOM por parte da PREVIC, prevista para janeiro de 2013 para dar início à:

- Assinatura do Convênio de Adesão com a SP-PREVCOM;
- Campanha de Adesão junto a Unidades de Recursos Humanos e participantes;
- Distribuição de material informativo e publicitário;
- Inscrições nos planos de benefícios complementares;
- Arrecadação de contribuições para o regime de previdência complementar.

- Marco jurídico-institucional e regulatório para a atuação produtiva da iniciativa privada;
- Capacidade de inovação nas esferas pública e privada;
- Modelo de desenvolvimento regional ajustado às potencialidades e oportunidades de cada território, inclusive tendo em conta as peculiaridades das regiões metropolitanas e dos grupos de planejamento Sudoeste, Vale Histórico e Leste Mogiana;
- Sustentabilidade ambiental das políticas e resiliência para enfrentar, inclusive, os efeitos da mudança climática;
- Intensificação da gestão para resultados mediante mecanismos de contratualização e estímulo ao desenvolvimento organizacional;
- Qualidade de prestação dos serviços públicos, mediante o aperfeiçoamento do atendimento unificado ao cidadão, a valorização dos recursos humanos, a progressão da base tecnológica, a criação de novos métodos e ferramentas de gestão e maior articulação intragovernamental.

O presente documento está organizado segundo os programas inseridos no PPA 2012-2015, constituindo-se em relatório do ano de 2012 apresentando os indicadores associados às principais ações governamentais previstas no referido Plano Plurianual.

1301-Programa Geração e Transferência de Conhecimento e Tecnologias para o Agronegócio

Objetivo: Gerar e transferir conhecimentos relacionados à segurança alimentar, à sustentabilidade agroambiental, à organização do espaço rural e periurbano, à bioenergia e aos produtos e processos estratégicos, permitindo o crescimento da produtividade e da competitividade do agronegócio paulista, das oportunidades de novos negócios, da geração de emprego e renda e da inclusão social.

Geração do conhecimento: no ano de 2012 estiveram em execução na Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA) 1.535 pesquisas, destacando-se as participações dos grupos proteína animal (23,8% do total), hortícolas e agronegócios especiais (19,2% do total) e bens de capital e informações dos agronegócios (17,4% do total).

Tabela 1- Geração do conhecimento, APTA, número de pesquisas executadas no ano de 2012

Grupos	Ano 2012
Agroexportação	251
Grãos e Fibras	109
Proteína Animal	365
Hortícolas e Agronegócios Especiais	295
Desenvolvimento Regional	25
Bens de Capital e Informações	267
Políticas Públicas	223
Total	1.535

Fonte: APTA

Transferência de tecnologia: além das atividades de pesquisa, é uma preocupação permanente dos Institutos de Pesquisa vinculados à APTA (Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios). Em 2012 essas instituições ampliaram sua inserção no meio produtivo e acadêmico, incrementando a divulgação dos resultados das pesquisas realizadas em seus Centros de Pesquisa no meio científico e diretamente aos produtores, através de publicações, participação de pesquisadores em eventos técnicos e científicos, dias de campo, dias temáticos, *workshops*, inserções na mídia e da formação de recursos humanos, e também através de quatro cursos de pós-graduação em nível de Mestrado e um em nível de Doutorado, de participação em bancas, e orientações a estagiários, graduandos e pós-graduandos.

Serviços prioritários APTA destacam-se: Disponibilização diária dos avanços tecnológicos em meio digital, por meio dos sites institucionais, dando agilidade à transferência dos resultados de pesquisa a toda sociedade, com mecanismos onde os usuários podem esclarecer dúvidas e resolver problemas específicos diretamente com os pesquisadores especialistas nas diversas áreas.

Ações de transferência do conhecimento:
 Foram realizadas cerca de **335 mil** análises laboratoriais em 2012.
 As análises laboratoriais são essenciais para aumentar o padrão de qualidade tanto dos processos produtivos, quanto dos produtos obtidos. Esses serviços especializados prestados abrangem uma ampla gama de diagnoses, cobrindo desde insumos da produção rural até análises de alimentos prontos para o consumo final.

Tabela 2- Transferência do conhecimento, APTA, executado 2012

Item	2012
Análises laboratoriais (n°)	334.756
Sementes Básicas (kg)	185.423
Atendimentos eletrônicos (n°)	1.952.291
Atendimentos Técnicos (n°)	693.406
Atendimentos Diretos (n°)	632.412
Pessoas Treinadas (n°)	60.994

Fonte: APTA

Produção: **185 mil kg** de sementes básicas foram produzidas em 2012, destinadas à multiplicação comercial para o atendimento da demanda dos agricultores. Esses materiais levam à obtenção de altas produtividades nas lavouras, associadas a ganhos de qualidade na produção final.
Atendimentos técnicos: **693 mil** em 2012, dos quais **632 mil** referem-se a atendimentos diretos e **61 mil** a pessoas treinadas. Os acessos às informações via internet atingiram **1,95 milhões**.

O número mais atual da publicação “Indicadores de Ciência Tecnologia e Inovação em São Paulo” foi lançado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) em meados de 2011. No capítulo 10 (CT&I no setor agrícola no Estado de São Paulo), entre os diversos indicadores analisados, são apresentadas medidas dos impactos da pesquisa agrícola paulista, mostrando valores entre 12,8 a 20,4 para o produto marginal do estoque de pesquisas no período 1995-2006. Portanto, cada R\$ 1 adicional aplicado em pesquisa agropecuária no Estado de São Paulo acrescenta, em média, R\$ 17,00, no valor da produção da agricultura paulista. As estimativas da taxa interna de retorno dos recursos aplicados em pesquisa agropecuária em São Paulo no período 1981-2006 variaram entre 16,9% e 26,0%, com média de 22,2% ao ano, já descontada a inflação.

Os recursos aplicados continuamente pelo Governo do Estado de São Paulo nos Institutos de Pesquisa da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, coordenados pela APTA, vêm mantendo o Estado no posto de principal produtor agrícola nacional, maior exportador de mercadorias do agronegócio e detentor dos níveis mais elevados de produtividade total de fatores. Os impactos dos contínuos aumentos de produtividade e eficiência na produção agrícola, propiciados pela pesquisa agropecuária, beneficiam todos os setores da economia paulista, gerando empregos, renda e diminuindo desigualdades.

Indicadores de impactos do Programa 1301: Calculados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA-APTA) – mostram que o valor da produção agropecuária do Estado de São Paulo (lavouras e explorações animais) atingirá R\$ 56,0 bilhões em 2012, com aumento de mais de 15% em relação a 2010, ano-base do índice. O valor das exportações do agronegócio paulista, superior a US\$ 22,0 bilhões em 2012, apresentou crescimento de cerca de 9% quando comparado ao ano-base (2010=100).

Artigo publicado no jornal O Estado de São Paulo, com dados da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), mostrou que no início da segunda década do século XXI o preço real de uma cesta de produtos da agropecuária (item alimentação) na cidade de São Paulo, mesmo com os aumentos recentes, era inferior a 30% do nível observado em meados da década de 1970. Ou seja, caso o preço atual da cesta fosse igual ao de dezembro de 1974, os consumidores pagariam três vezes mais pela mesma quantidade de alimentos. Essa queda acentuada no preço real dos alimentos é atribuída pelos autores, basicamente, ao sucesso da pesquisa agropecuária, embora reconheçam que outros fatores contribuíram.

Secretaria de Agricultura e Abastecimento

Demonstrativo de Despesas

R\$ mil

	2011	2012	variação 12/11
1-Administração Direta	809.704,8	943.197,8	16,5%
Pessoal	564.787,2	696.285,1	23,3%
funcionários ativos	303.812,9	373.107,9	22,8%
inativos e pensionistas	0,7	-	-
obrigação patronal/insuf financeira	260.973,6	323.177,1	23,8%
Custeio	174.491,6	156.763,6	-10,2%
Investimento	70.426,1	90.149,1	28,0%
2- Entidades Vinculadas	566,0	1.104,8	95,2%
Codasp	566,0	1.104,8	95,2%
pessoal e custeio	566,0	1.104,8	95,2%
Total da Despesa (1+2)	810.270,8	944.302,5	16,54%

Número de Funcionários

	2011	2012	12/11
Secretaria	6.180	5.686	(8,0)%
Ativos	6.180	5.686	(8,0)%
Codasp	510	513	0,6%
Ativos	463	466	0,6%
Inativos/ Pensionistas	47	47	0,0%
Total da Pasta	6.690	6.199	(7,3)%

I - Atividades

O Plano Plurianual - PPA 2012-2015 do Governo do Estado de São Paulo especifica como diretrizes: Estado promotor do desenvolvimento humano com qualidade de vida; Estado indutor do desenvolvimento econômico comprometido com as futuras gerações; Estado integrador do desenvolvimento regional e metropolitano; e Estado criador de valor público pela excelência da gestão.

Em consonância com essas diretrizes, os Programas para a Agricultura Paulista atuarão focados no sentido da concretização de uma sociedade democrática, plural, economicamente avançada, cada vez mais justa e empenhada em proporcionar igualdade de oportunidades aos seus integrantes.

Dos quinze objetivos estratégicos discriminados pelo Governo do Estado de São Paulo para o PPA 2012-2015, as Ações dos Programas vinculados à Secretaria de Agricultura e Abastecimento contemplam:

- Formação e atração do capital intelectual no Estado para fomento da sociedade do conhecimento e do empreendedorismo;
- Fomento à capacidade produtiva nos setores estratégicos da economia, com geração de empregos qualificados e elevação do patamar econômico das cadeias de geração de valor;

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**SECRETARIA DA FAZENDA****COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA****CONTADORIA GERAL DO ESTADO****BALANÇO GERAL****CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2012****1 - NOTAS E QUADROS EXPLICATIVOS****APRESENTAÇÃO**

O presente documento apresenta os resultados alcançados pelo Governo do Estado de São Paulo no exercício de 2012, constituindo-se o **BALANÇO GERAL DO ESTADO** na Prestação de Contas do Excelentíssimo Senhor Governador, a ser enviado à Assembleia Legislativa em cumprimento ao disposto no Artigo 47, Inciso IX, da Constituição Estadual.

O **BALANÇO GERAL DO ESTADO** relativo ao exercício de 2012 encontra-se de pleno acordo com as normas de direito financeiro estabelecidas pela Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, as diretrizes fixadas pela Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, e as disposições gerais contidas no Decreto Estadual n.º 58.535, de 9 de novembro de 2012, relativas às normas do encerramento da execução orçamentária e financeira das Administrações Direta e Indireta.

As demonstrações contábeis são constituídas dos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, Demonstrações das Variações Patrimoniais e Anexos, assim como das Notas e Quadros Explicativos. Nesses Balanços retratamos a execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, abrangendo os órgãos da Administração Direta dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo, Ministério Público e da Defensoria Pública do Estado, Autarquias, inclusive Universidades, Fundações e Empresas ou Sociedades de Economia Mista Dependentes.

Os dados para a elaboração do **BALANÇO GERAL DO ESTADO** foram obtidos da escrituração efetuada pelos órgãos e entidades das Administrações Direta e Indireta no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM/SP, implantado no Estado de São Paulo pelo Decreto n.º 40.566, de 21 de dezembro de 1995, respeitando-se o plano de contas único instituído de acordo com as normas contábeis aplicáveis ao setor público emanadas pela Lei Federal n.º 4.320/64 e pela Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Registramos por oportuno que o plano de contas do SIAFEM/SP contempla também as classificações e os procedimentos estipulados na Portaria do Ministério da Previdência Social n.º 916/2003, aplicável ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores, e nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, expedidas com base no § 2º, do artigo 50 da LRF, que dispõe que a edição de normas gerais para consolidação das contas públicas cabe ao órgão central de contabilidade da União, enquanto não implantado o Conselho de Gestão Fiscal, de que trata o artigo 67 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

No que se refere aos critérios contábeis, relacionamos a seguir aqueles que nortearam a execução orçamentária, financeira e patrimonial do Estado:

- para fins de apuração dos resultados contábeis, o exercício financeiro coincide com o ano civil, e o regime contábil adotado é o misto, com as receitas contabilizadas pelo regime de caixa e as despesas pelo regime de competência;
- o plano de contas do SIAFEM/SP está ajustado ao plano de contas da previdência e com a constituição, em setembro de 2007, da São Paulo Previdência - SPPREV, entidade gestora do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos e do Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de São Paulo, as despesas com aposentadorias, reformas e pensões passaram a compor o grupo Outras Despesas Correntes enquanto no grupo Pessoal e Encargos Sociais, dos órgãos e entidades da Administração Direta e Autárquica do Estado, passaram a ser registradas as despesas com obrigações patronais, constituídas pela contribuição patronal correspondente ao dobro da contribuição do servidor ativo e pela cobertura da insuficiência financeira da previdência;
- para a identificação dos valores que resultam em despesa de um órgão e receita de outro, utilizam-se códigos específicos para as receitas, denominadas intra-orçamentárias, e modalidade de aplicação "91" para as despesas intra-orçamentárias, como ocorre com as operações da previdência estadual e de integralização de capital social das empresas dependentes;
- vinculação das despesas de subscrição de ações das empresas contempladas no Orçamento Fiscal aos programas e ações aprovados no Orçamento de Investimentos das Empresas Não Dependentes, por meio de registros em contas de controle do sistema compensado, observando-se roteiro específico de procedimentos no SIAFEM/SP;
- utilização, no exercício, do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior para concessão de créditos suplementares, nos termos do inciso I, § 1º, do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320/64;
- as despesas empenhadas e não pagas até 31 de dezembro foram inscritas em restos a pagar, distinguindo-se as processadas das não processadas. Os restos a pagar não processados foram inscritos observando-se a capacidade financeira necessária à sua efetiva cobertura, destacando-se que o Governo do Estado já atende anualmente a restrição imposta pelo artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal e não apenas nos últimos dois quadrimestres do último ano de mandato;
- a contrapartida do cancelamento da obrigação inscrita em restos a pagar, que figurou no Balanço Orçamentário como receita orçamentária até julho de 2012, passou a ser registrada como variação patrimonial aumentativa e tratada como receita extra-orçamentária a partir de agosto de 2012, em atenção ao recomendado pelo Tribunal de Contas do Estado;

- o saldo positivo da arrecadação dos recursos próprios e vinculados é transferido ao exercício seguinte com o mecanismo do diferimento, com vistas à manutenção do equilíbrio orçamentário entre essas receitas e despesas. O procedimento de diferimento da receita envolve registro contábil desse valor em conta do passivo pendente e tem como contrapartida conta redutora desse efeito no passivo com a finalidade de preservar o resultado econômico;
- as Disponibilidades do Ativo Financeiro do Balanço Patrimonial estão segregadas por fonte de recursos: Tesouro, Vinculadas Estaduais, Fundos Especiais de Despesa, Recursos Próprios, Vinculadas Federais e Operações de Crédito;
- os registros dos valores dos Balanços apresentam-se em termos nominais, exceto em relação à posição de 31 de dezembro de 2012 da dívida ativa, precatórios e dívidas interna e externa que são corrigidas conforme determinam os correspondentes dispositivos legais e contratuais;
- em cumprimento à recomendação do Tribunal de Contas do Estado e à necessidade de adequação dos procedimentos contábeis patrimoniais, com vistas à transição para as novas normas de contabilidade aplicadas ao setor público, foi instituída provisão sobre os valores inscritos na dívida ativa, registrados à conta redutora 122820101 – Ajustes de Perdas da Dívida Ativa, retratando-se assim de forma mais realista o impacto no Balanço Patrimonial;
- os ativos mobiliários e imobiliários dos órgãos da Administração Direta e Autárquica são registrados pelo seu valor de aquisição, sem depreciação, e sua reavaliação é efetuada quando da baixa por meio de alienação, doação etc. Essa prática difere nas Fundações, Empresas e Sociedades de Economia Mista, que depreciam e amortizam seus ativos;
- a participação patrimonial nas empresas e sociedades de economia mista é reconhecida pelo método da equivalência patrimonial, que consiste em atualizar o valor do investimento com a aplicação da porcentagem da participação no capital social sobre o patrimônio líquido de cada empresa.

Feitas as considerações iniciais, apresentamos na sequência os Quadros e Notas Explicativas do BALANÇO GERAL DO ESTADO do exercício de 2012.

1 ORÇAMENTO DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2012

O Orçamento do Estado para o exercício de 2012, aprovado pela Lei n.º 14.675, de 28 de dezembro de 2011, elaborado segundo os preceitos técnico-formais estabelecidos na Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, com as diretrizes fixadas pela Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, e de normas posteriores regulamentadoras da matéria, orçou a receita e fixou a despesa em iguais montantes de R\$ 156.698.055.050,00 (cento e cinquenta e seis bilhões, seiscentos e noventa e oito milhões, cinquenta e cinco mil e cinquenta reais), aglutinando, obediente ao princípio inserto no § 5º do artigo 165 da Constituição Federal e § 4º do artigo 174 da Constituição Estadual, as dotações atribuídas às Administrações Direta e Indireta.

1.1 RECEITA TOTAL ORÇADA

Observadas as categorias econômicas e segundo as suas fontes, a receita total foi orçada consoante os valores a seguir:

LEI N.º 14.675, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011

RECEITA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
POR CATEGORIA ECONÔMICA E FONTE

	R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1 – RECEITAS DO TESOURO DO ESTADO	147.230.873.963
1.1 – RECEITAS CORRENTES	142.582.631.663
Receita Tributária	122.227.896.358
Receita de Contribuições	9.104.010
Receita Patrimonial	3.879.788.615
Receita Agropecuária	7.945.300
Receita Industrial	2.371.380
Receita de Serviços	296.411.000
Transferências Correntes	12.622.122.449
Outras Receitas Correntes	3.536.992.551
1.2 – RECEITAS DE CAPITAL	4.648.242.300
Operações de Crédito	3.876.499.240
Alienação de Bens	393.145.430
Amortização de Empréstimos	100
Transferências de Capital	378.597.410
Outras Receitas de Capital	120
2 – RECEITAS DE ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	25.774.090.284
2.1 – RECEITAS CORRENTES	25.585.599.254
2.2 – RECEITAS DE CAPITAL	188.491.030
3 – RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	-16.306.909.197
3.1 – RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	-16.306.909.187
3.2 – RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL	-10
RECEITA TOTAL	156.698.055.050

1.2 DESPESA TOTAL FIXADA

A despesa total fixada, no mesmo valor da receita total, apresenta a seguinte distribuição entre os órgãos orçamentários:

LEI N.º 14.675, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011

DESPESA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL POR ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO

R\$ 1,00

ÓRGÃO	TESOURO DO ESTADO	OUTRAS FONTES	TOTAL
FISCAL	89.107.602.150	46.798.359.268	135.905.961.418
Assembleia Legislativa	801.080.072	1.128.170	802.208.242
Tribunal de Contas do Estado	519.124.496	3.948.800	523.073.296
Tribunal de Justiça	5.699.912.062	1.175.447.040	6.875.359.102
Tribunal de Justiça Militar	44.169.646	1.257.820	45.427.466
Secretaria da Educação	20.218.328.463	2.121.049.470	22.339.377.933
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia	10.232.399.045	1.382.532.354	11.614.931.399
Secretaria da Cultura	664.027.078	173.028.620	837.055.698
Secretaria de Agricultura e Abastecimento	821.452.568	110.370.729	931.823.297
Secretaria de Logística e Transportes	2.206.490.825	2.975.744.762	5.182.235.587
Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania	243.353.785	163.637.810	406.991.595
Secretaria da Segurança Pública	13.763.203.147	89.441.120	13.852.644.267
Secretaria da Fazenda	3.057.359.740	98.632.079	3.155.991.819
Administração Geral do Estado	15.941.650.398	33.074.317.966	49.015.968.364
Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho	201.575.230	1.129.280	202.704.510
Secretaria da Habitação	1.187.228.153	155.682.761	1.342.910.914
Secretaria do Meio Ambiente	484.495.189	330.972.837	815.468.026
Ministério Público	1.527.749.738	4.528.480	1.532.278.218
Casa Civil	345.691.449	17.340.659	363.032.108
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional	393.216.786	16.497.010	409.713.796
Secretaria dos Transportes Metropolitanos	4.129.839.923	3.230.244.331	7.360.084.254
Secretaria da Administração Penitenciária	2.787.815.039	115.962.700	2.903.777.739
Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos	782.535.881	454.249.081	1.236.784.962
Procuradoria Geral do Estado	1.077.562.649	100.547.150	1.178.109.799
Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude	150.722.457	32.337.630	183.060.087
Defensoria Pública do Estado	64.679.398	494.463.560	559.142.958
Secretaria de Gestão Pública	1.247.500.081	384.680.369	1.632.180.450
Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência	50.091.274	0	50.091.274
Secretaria do Desenvolvimento Metropolitano	121.772.331	3.674.560	125.446.891
Secretaria de Energia	41.334.058	84.610.190	125.944.248
Secretaria de Turismo	291.241.189	901.930	292.143.119
Reserva de Contingência	10.000.000	0	10.000.000
SEGURIDADE SOCIAL	11.999.566.605	8.792.527.027	20.792.093.632
Secretaria da Saúde	10.140.502.522	4.519.397.450	14.659.899.972
Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania	963.858.014	109.390	963.967.404
Secretaria da Segurança Pública	1.743.032	163.117.230	164.860.262
Secretaria da Fazenda	33.799.008	19.793.594.534	19.827.393.542
Secretaria de Desenvolvimento Social	751.955.318	346.860	752.302.178
Secretaria de Gestão Pública	107.708.711	622.870.760	730.579.471
(Transferência Intragov. p/ Regimes Próprios de Previdência dos Serv. Públicos e dos Militares)	0	-16.306.909.197	-16.306.909.197
TOTAL	101.107.168.755	55.590.886.295	156.698.055.050

1.3 DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS

O Orçamento de Investimentos das Empresas, não computadas as entidades cuja programação consta integralmente do Orçamento Fiscal, foi fixado em R\$ 10.834.627.812,00 (dez bilhões, oitocentos e trinta e quatro milhões, seiscentos e vinte e sete mil e oitocentos e doze reais) contemplando as seguintes Fontes de Financiamento e Órgãos Orçamentários:

LEI N.º 14.675, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011

FONTES DE FINANCIAMENTO E DESPESA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO POR ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO

R\$ 1,00

FONTE DE FINANCIAMENTO	VALOR
Tesouro do Estado	5.489.214.812
Operações de Crédito	1.408.429.000
Próprios	1.261.530.000
Outras Fontes	2.675.454.000
TOTAL	10.834.627.812

R\$ 1,00

ÓRGÃO	VALOR
Secretaria de Agricultura e Abastecimento	4.291.000
Secretaria de Logística e Transportes	1.588.701.000
Secretaria da Fazenda	318.583.000
Secretaria da Habitação	1.527.795.000
Casa Civil	33.951.000
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional	2.994.000
Secretaria dos Transportes Metropolitanos	5.038.702.812
Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos	2.009.123.000
Secretaria da Gestão Pública	67.601.000
Secretaria de Energia	242.886.000
TOTAL	10.834.627.812

1.4 EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO

O equilíbrio orçamentário é obtido com a consolidação dos dados das Administrações Direta e Indireta, uma vez que as receitas correspondentes às transferências para autarquias, fundações e empresas dependentes são orçadas na Administração Direta e as dotações das despesas custeadas com esses recursos são alocadas nas respectivas entidades. Os repasses dos recursos financeiros da Administração Direta à Administração Indireta, são registrados nas contas interferenciais de variações ativas.

Cabe registrar também que as informações dos demonstrativos da execução orçamentária da Lei n.º 14.675, de 28 de dezembro de 2011, referem-se aos registros das movimentações acumuladas das contas contábeis, observadas as Normas Técnicas Próprias da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

TIPO DE ADMINISTRAÇÃO	RECEITA	DESPESA
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	147.230.873.963	130.742.304.549
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	26.837.003.337	43.325.572.751
Autarquias	23.301.156.754	36.831.495.894
Fundações	977.678.860	3.281.248.159
Empresas Dependentes	2.558.167.723	3.212.828.698
TOTAL	174.067.877.300	174.067.877.300

1.5 CRÉDITOS ADICIONAIS

Com base na autorização contida no artigo 8º, da Lei nº 14.675/11 e observadas as disposições legais pertinentes, durante o exercício de 2012, foram abertos Créditos Adicionais no montante de R\$ 6.653.076.783 correspondendo a 3,82% da despesa total fixada.

CRÉDITOS AUTORIZADOS	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA				CONSOLIDADO
		AUTARQUIAS	FUNDAÇÕES	EMPRESAS DEPENDENTES	TOTAL	
DOTAÇÃO INICIAL	130.742.304.549	36.831.495.894	3.281.248.159	3.212.828.698	43.325.572.751	174.067.877.300
CRÉDITOS ADICIONAIS	1.940.591.772	4.347.616.574	321.262.195	43.606.242	4.712.485.011	6.653.076.783
Suplementação Decretada	6.952.525.270	4.247.783.006	156.255.067	227.507.006	4.631.545.079	11.584.070.349
Redução Decretada	-7.023.269.482	-3.586.166.060	-90.437.785	-233.042.649	-3.909.646.494	-10.932.915.976
Suplementação Automática	1.911.625.840	3.245.804.572	255.350.113	49.141.885	3.550.296.570	5.461.922.410
Créditos Concedidos por Superávit Financeiro	130.000.000	410.000.000	0	0	410.000.000	540.000.000
Alterações Internas Supletivas	4.386.968.740	2.909.071.778	387.787.753	468.999.977	3.765.859.508	8.152.828.248
Alterações Internas Redutivas	-4.417.258.596	-2.878.876.722	-387.692.953	-468.999.977	-3.735.569.652	-8.152.828.248
DOTAÇÃO ATUALIZADA	132.682.896.321	41.179.112.468	3.602.510.354	3.256.434.940	48.038.057.762	180.720.954.083

2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2012

Consoante o disposto no artigo 102 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, o BALANÇO ORÇAMENTÁRIO tem por objetivo demonstrar o comportamento da receita e da despesa, face, respectivamente, à sua previsão e fixação, em confronto com a execução, dando a conhecer o RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO EXERCÍCIO.

A execução orçamentária consolidada de 2012, sintetizada no quadro a seguir, evidencia que as receitas arrecadadas alcançaram a cifra de R\$ 172.866.153.793 e as despesas realizadas R\$ 173.106.698.940.

O confronto desses valores reflete o resultado orçamentário, que se traduz num déficit de R\$ 240.545.147, correspondente ao diferencial de -0,14% entre a receita arrecadada e a despesa executada.

Importante destacar que na avaliação do resultado orçamentário de 2012 deve ser observado que foram utilizados no ano saldos obtidos em exercícios anteriores, no montante de R\$ 539.999.572, incorporados ao orçamento por meio de créditos suplementares concedidos e cobertos com o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial, nos termos do inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

RECEITA	VALOR	%	DESPESA	VALOR	%
RECEITAS CORRENTES	170.088.603.931	98,26	DESPESAS CORRENTES	156.162.935.936	90,21
Receita Tributária	121.781.362.214	70,35	Pessoal e Encargos Sociais	40.618.850.958	23,46
Receita de Contribuições	4.393.179.087	2,54	Pessoal e Encargos Sociais Intra-Orçamentárias	17.359.454.947	10,03
Receita de Contribuições Intra-Orçamentárias	17.359.453.032	10,03	Juros e Encargos da Dívida	7.701.378.207	4,45
Receita Patrimonial	5.604.671.280	3,24	Outras Despesas Correntes	90.402.377.811	52,22
Receita Agropecuária	22.815.216	0,01	Outras Despesas Correntes Intra-Orçamentárias	80.874.013	0,05
Receita Industrial	182.165.603	0,11	DESPESAS DE CAPITAL	16.943.763.004	9,79
Receita de Serviços	2.506.763.075	1,45	Investimentos	8.101.099.083	4,68
Receita de Serviços Intra-Orçamentárias	80.373.279	0,05	Inversões Financeiras	3.197.012.316	1,85
Transferências Correntes	12.899.894.870	7,45	Inversões Financeiras Intra-Orçamentárias	862.755.899	0,50
Outras Receitas Correntes	5.257.423.626	3,04	Amortização da Dívida	4.782.895.706	2,76
Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	502.650	0,00	TOTAL DA DESPESA	173.106.698.940	100,00
RECEITAS DE CAPITAL	2.777.549.862	1,60			
Operações de Crédito	790.014.014	0,46			
Alienação de Bens	1.026.105.332	0,59			
Amortização de Empréstimos	12.408.691	0,01			
Transferências de Capital	62.828.189	0,04			
Outras Receitas de Capital	23.437.738	0,01			
Outras Receitas de Capital Intra-Orçamentárias	862.755.899	0,50			
TOTAL DA RECEITA	172.866.153.793	99,86			
DÉFICIT	240.545.147	0,14			
TOTAL	173.106.698.940	100,00	TOTAL	173.106.698.940	100,00
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	539.999.572				
SUPERÁVIT FINANCEIRO	539.999.572				

Como o superávit financeiro de exercícios anteriores constitui disponibilidade para efetiva utilização porém não é receita do exercício em referência, o resultado orçamentário de 2012, se consideradas somente as despesas realizadas com as receitas arrecadadas no próprio ano, foi superavitário em R\$ 299.454.425.

RECEITA	VALOR	DESPESA	VALOR
TOTAL RECEITA ARRECADADA	172.866.153.793	TOTAL DESPESA REALIZADA	173.106.698.940
		(-) DESPESA REALIZADA COM CRÉDITOS POR SUPERÁVIT FINANCEIRO	-539.999.572
		TOTAL DESPESA REALIZADA COM RECEITA ARRECADADA EM 2012	172.566.699.368
		TOTAL RECEITA ARRECADADA (-) TOTAL DESPESA REALIZADA COM RECEITA ARRECADADA EM 2012	299.454.425

O demonstrativo a seguir compara a realização da receita e a execução da despesa orçamentária, compreendendo os exercícios de 2011 e 2012.

RECEITA	2011	2012	2012/2011 (%)	DESPESA	2011	2012	2012/2011 (%)
RECEITAS CORRENTES	156.768.808.930	170.088.603.931	8,50	DESPESAS CORRENTES	140.642.804.503	156.162.935.936	11,04
Receita Tributária	113.543.019.738	121.781.362.214	7,26	Pessoal e Encargos Sociais	37.034.944.037	40.618.850.958	9,68
Receita de Contribuições	3.759.444.272	4.393.179.087	16,86	Pessoal e Encargos Sociais Intra-Orçamentárias	14.381.542.551	17.359.454.947	20,71
Receita de Contribuições Intra-Orçamentárias	14.381.539.569	17.359.453.032	20,71	Juros e Encargos da Dívida	7.100.955.822	7.701.378.207	8,46
Receita Patrimonial	4.381.311.542	5.604.671.280	27,92	Outras Despesas Correntes	82.050.385.667	90.402.377.811	10,18
Receita Agropecuária	25.090.691	22.815.216	-9,07	Outras Despesas Correntes Intra-Orçamentárias	74.976.426	80.874.013	7,87
Receita Industrial	166.536.595	182.165.603	9,38	DESPESAS DE CAPITAL	19.306.983.685	16.943.763.004	-12,24
Receita de Serviços	2.600.181.155	2.506.763.075	-3,59	Investimentos	9.684.420.890	8.101.099.083	-16,35
Receita de Serviços Intra-Orçamentárias	72.405.544	80.373.279	11,00	Inversões Financeiras	4.463.985.929	3.197.012.316	-28,38
Transferências Correntes	13.024.113.488	12.899.894.870	-0,95	Inversões Financeiras Intra-Orçamentárias	1.020.634.468	862.755.899	-15,47
Outras Receitas Correntes	4.812.592.473	5.257.423.626	9,24	Amortização da Dívida	4.137.942.398	4.782.895.706	15,59
Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	2.573.863	502.650	-80,47				
RECEITAS DE CAPITAL	2.457.014.603	2.777.549.862	13,05				
Operações de Crédito	1.196.759.419	790.014.014	-33,99				
Alienação de Bens	49.467.584	1.026.105.332	1974,30				
Amortização de Empréstimos	5.030.571	12.408.691	146,67				
Transferências de Capital	129.256.780	62.828.189	-51,39				
Outras Receitas de Capital	55.865.780	23.437.738	-58,05				
Outras Receitas de Capital Intra-Orçamentárias	1.020.634.468	862.755.899	-15,47				
TOTAL DA RECEITA	159.225.823.532	172.866.153.793	8,57	TOTAL DA DESPESA	159.949.788.188	173.106.698.940	8,23

2.1 EXECUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

A Receita Orçamentária no exercício de 2012, incluídas as Intra-Orçamentárias, alcançou o montante de R\$ 172.866.153.793, resultando em arrecadação inferior à previsão em R\$ 1.201.723.507, ou seja, -0,69%.

MOVIMENTAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	CONSOLIDADO
RECEITA PREVISTA	147.230.873.963	26.837.003.337	174.067.877.300
RECEITA REALIZADA	144.355.222.167	28.510.931.626	172.866.153.793
DIFERENÇA	-2.875.651.796	1.673.928.289	-1.201.723.507

Na realização da Receita Orçamentária a Administração Direta participou com 83,51%, cabendo à Administração Indireta a complementação de 16,49%.

RECEITA	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	CONSOLIDADO
RECEITAS CORRENTES	142.502.272.785	27.586.331.146	170.088.603.931
RECEITAS DE CAPITAL	1.852.949.382	924.600.481	2.777.549.863
TOTAL	144.355.222.167	28.510.931.626	172.866.153.793

Os quadros a seguir demonstram o desempenho da receita das Administrações Direta e Indireta. As variações ocorridas dentro de cada categoria econômica e fonte de recursos estão evidenciadas no confronto entre os valores previstos e realizados.

RECEITA PREVISTA X RECEITA REALIZADA - CONSOLIDADO 1/3									
ESPECIFICAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO DIRETA			ADMINISTRAÇÃO INDIRETA			TOTAL		
	Prevista	Realizada	Diferença	Prevista	Realizada	Diferença	Prevista	Realizada	Diferença
1 - RECEITAS CORRENTES	142.582.631.663	142.502.272.785	-80.358.878	25.585.599.251	27.586.331.146	2.000.731.895	168.168.230.914	170.088.603.931	1.920.373.017
11 - RECEITA TRIBUTARIA	122.227.896.358	121.762.806.065	-465.090.293	56.899.810	18.556.149	-38.343.661	122.284.796.168	121.781.362.214	-503.433.954
111 - IMPOSTOS	118.261.479.498	117.957.673.534	-303.805.964	0	0	0	118.261.479.498	117.957.673.534	-303.805.964
1112 - IMPOSTOS SOBRE O PATRIMONIO E A RENDA	11.844.929.671	12.668.706.949	823.777.278	0	0	0	11.844.929.671	12.668.706.949	823.777.278
1113 - IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	106.416.549.827	105.288.966.585	-1.127.583.242	0	0	0	106.416.549.827	105.288.966.585	-1.127.583.242
112 - TAXAS	3.966.411.860	3.805.123.841	-161.288.019	56.899.810	18.556.149	-38.343.661	4.023.311.670	3.823.679.990	-199.631.680
1121 - TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	7.440.000	7.268.794	-171.206	56.899.810	18.556.149	-38.343.661	64.339.810	25.824.943	-38.514.867
1122 - TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	3.958.971.860	3.797.855.047	-161.116.813	0	0	0	3.958.971.860	3.797.855.047	-161.116.813
113 - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	5.000	8.690	3.690	0	0	0	5.000	8.690	3.690
1130 - ARRECADADA PELO ESTADO	5.000	8.690	3.690	0	0	0	5.000	8.690	3.690
12 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	9.104.010	15.813.881	6.709.871	4.112.070.727	4.377.365.206	265.294.479	4.121.174.737	4.393.179.087	272.004.350
121 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	9.104.010	15.813.881	6.709.871	4.112.070.727	4.377.365.206	265.294.479	4.121.174.737	4.393.179.087	272.004.350
1210 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	9.104.010	15.813.881	6.709.871	4.112.070.727	4.377.365.206	265.294.479	4.121.174.737	4.393.179.087	272.004.350
72 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTARIA	0	0	0	16.192.200.982	17.359.453.032	1.167.252.050	16.192.200.982	17.359.453.032	1.167.252.050
721 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTARIAS	0	0	0	16.192.200.982	17.359.453.032	1.167.252.050	16.192.200.982	17.359.453.032	1.167.252.050
7210 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	0	0	0	16.192.200.982	17.359.453.032	1.167.252.050	16.192.200.982	17.359.453.032	1.167.252.050
13 - RECEITA PATRIMONIAL	3.879.788.615	3.890.337.750	10.549.135	1.308.699.419	1.714.333.531	405.634.112	5.188.488.034	5.604.671.280	416.183.246
131 - RECEITAS IMOBILIÁRIAS	11.609.192	7.549.771	-4.059.421	77.293.610	52.456.421	-24.837.189	88.902.802	60.006.192	-28.896.610
1311 - ALUGUEIS	9.941.351	6.967.955	-2.973.396	65.293.610	39.011.908	-26.281.702	75.234.961	45.979.863	-29.255.098
1312 - ARRENDAMENTOS	655.341	232.766	-422.575	12.000.000	13.444.513	1.444.513	12.655.341	13.677.279	1.021.938
1319 - OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS	1.012.500	349.050	-663.450	0	0	0	1.012.500	349.050	-663.450
132 - RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	2.704.954.063	2.790.784.183	85.830.120	653.405.779	1.080.792.255	427.386.476	3.358.359.842	3.871.576.438	513.216.596
1321 - JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	337.483.500	419.335.830	81.852.330	0	0	0	337.483.500	419.335.830	81.852.330
1322 - DIVIDENDOS	25.501.100	267.722.213	242.221.113	243.310	1.314.953	1.071.643	25.744.410	269.037.166	243.292.756
1325 - REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCÁRIOS	2.341.969.463	2.103.726.140	-238.243.323	647.441.479	1.073.586.688	426.145.209	2.989.410.942	3.177.312.828	187.901.886
1328 - REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO RPPS	0	0	0	5.720.990	5.890.614	169.624	5.720.990	5.890.614	169.624
133 - RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	573.360.100	0	-573.360.100	578.000.010	581.084.855	3.084.845	1.151.360.110	581.084.855	-570.275.255
1331 - RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES - SERVIÇO	0	0	0	2.640.000	1.295.455	-1.344.545	2.640.000	1.295.455	-1.344.545
1339 - OUTRAS RECEITAS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	573.360.100	0	-573.360.100	575.360.010	579.789.399	4.429.389	1.148.720.110	579.789.399	-568.930.711
139 - OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	589.865.260	1.092.003.796	502.138.536	20	0	-20	589.865.260	1.092.003.796	502.138.516
1390 - OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	589.865.260	1.092.003.796	502.138.536	20	0	-20	589.865.260	1.092.003.796	502.138.516
14 - RECEITA AGROPECUÁRIA	7.945.300	5.810.678	-2.134.622	21.888.100	17.004.539	-4.883.561	29.833.400	22.815.216	-7.018.184
141 - RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	5.998.680	3.352.919	-2.645.761	20.478.240	15.256.287	-5.221.953	26.476.920	18.609.206	-7.867.714
1410 - RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	5.998.680	3.352.919	-2.645.761	20.478.240	15.256.287	-5.221.953	26.476.920	18.609.206	-7.867.714
142 - RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	1.946.510	2.457.024	510.514	109.860	477.318	367.458	2.056.370	2.934.343	877.973
1420 - RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	1.946.510	2.457.024	510.514	109.860	477.318	367.458	2.056.370	2.934.343	877.973
149 - OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	110	735	625	1.300.000	1.270.934	-29.066	1.300.110	1.271.668	-28.442
1490 - OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	110	735	625	1.300.000	1.270.934	-29.066	1.300.110	1.271.668	-28.442
15 - RECEITA INDUSTRIAL	2.371.380	2.108.526	-262.854	208.650.690	180.057.078	-28.593.612	211.022.070	182.165.603	-28.856.467
152 - RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	2.371.270	2.108.526	-262.744	208.650.690	180.057.078	-28.593.612	211.021.960	182.165.603	-28.856.357
1520 - RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	2.371.270	2.108.526	-262.744	208.650.690	180.057.078	-28.593.612	211.021.960	182.165.603	-28.856.357
159 - OUTRAS RECEITAS INDUSTRIAIS	110	0	-110	0	0	0	110	0	-110
1590 - OUTRAS RECEITAS INDUSTRIAIS	110	0	-110	0	0	0	110	0	-110

2.1.1.1 RECEITA TRIBUTÁRIA

A Receita Tributária, que se constitui na mais importante fonte de recursos para a formação da Receita Orçamentária do Estado, atingiu na sua realização R\$ 121.781.362.214, representando 71,60% da sua Categoria Econômica e 70,45% da Receita Total.

Na composição da Receita Tributária, as rubricas mais significativas foram:

a) o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, principal fonte de arrecadação de tributos do Estado, respondeu pelo ingresso de R\$ 105.288.966.585 equivalendo a 86,46%;

b) a arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, incluída a proveniente do Programa de Parcelamento de Débitos – PPD, atingiu R\$ 11.403.656.959, correspondendo a 9,36%; e

c) as taxas, classificadas em Taxas pelo Poder de Polícia e Taxas pela Prestação de Serviços, cuja arrecadação totalizou R\$ 3.823.679.990, representando 3,14%.

RECEITA TRIBUTÁRIA	VALOR	%
IMPOSTOS	117.957.673.534	96,86
IPVA	11.403.656.959	9,36
Parte do Estado	4.561.462.784	
Parte dos Municípios	5.701.828.480	
Parte Fundeb	1.140.365.695	
ITCMD	1.265.049.990	1,04
Parte do Estado	1.012.039.992	
Parte Fundeb	253.009.998	
ICMS	105.288.966.585	86,46
Parte do Estado	63.173.381.596	
Parte dos Municípios	26.322.239.590	
Parte Fundeb	15.793.345.399	
Taxas	3.823.679.990	3,14
▪ Administração Direta	3.805.123.841	
▪ Administração Indireta	18.556.149	
Contribuições de Melhoria	8.690	0,00
TOTAL	121.781.362.214	100,00

2.1.1.2 RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES

Principal fonte de recursos da Administração Indireta, a Receita de Contribuições atingiu o montante de R\$ 21.752.632.119, participando com 12,79% da Categoria Econômica. Deste grupo evidenciam-se as Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio Intra-Orçamentárias, com R\$ 17.359.453.033, representando 79,80%, e as Contribuições de Servidores (Ativos, Inativos e Pensionistas) no montante de R\$ 3.462.256.991, com participação de 15,92%.

RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	VALOR	%
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	4.393.179.086	20,20
CONTRIBUIÇÕES S/ RECEITA DE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS – ADM. DIRETA	1.562.763	0,01
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO	3.462.256.991	15,92
Contribuições de Servidores - Ativo Civil	367	0,00
Contribuições Previdenciárias - Pensionista Civil	145.672.106	0,67
Contribuições de Servidores - Ativo Militar	362.819.242	1,67
Contribuições de Servidores - Inativo Militar	160.986.865	0,74
Contribuições Previdenciárias - Pensionista Militar	49.492.527	0,23
Contribuições de Servidores - Ativo Civil - SPPREV	2.340.684.970	10,76
Contribuições de Servidores - Inativo Civil - SPPREV	390.817.993	1,80
Outras Contribuições Previdenciárias	11.782.921	0,05
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	929.359.332	4,27
▪ Administração Direta	14.251.118	0,07
▪ Administração Indireta	915.108.214	4,21
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DO REG. PRÓPRIO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	17.359.453.033	79,80
Contribuições Patronais – Ativo Militar	725.638.485	3,34
Contribuições Previdenciárias em Regime de Parcelamento de Débito – SPPREV	11.068.632.726	50,88
Contribuições Patronais – Ativo Civil	4.671.619.864	21,48
Cobertura de Insuficiência Financeira do RPPS	893.561.958	4,11
TOTAL	21.752.632.119	100,00

2.1.1.3 RECEITA PATRIMONIAL

As Receitas Patrimoniais somaram R\$ 5.604.671.281 e participaram com 3,30% das Receitas Correntes. Desse grupo, evidenciam-se as Receitas de Valores Mobiliários com R\$ 3.871.576.438, representando 69,08% das Receitas Patrimoniais, seguida das Outras Receitas Patrimoniais, no montante de R\$ 1.092.003.796, correspondendo a 19,48% do total.

RECEITA PATRIMONIAL	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	%	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	%	TOTAL	%
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	7.549.771	0,13	52.456.421	0,94	60.006.192	1,07
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	2.790.784.183	49,79	1.080.792.255	19,28	3.871.576.438	69,08
Juros de Títulos de Renda	419.335.830	7,48	0	0,00	419.335.830	7,48
Dividendos	267.722.213	4,78	1.314.953	0,02	269.037.166	4,80
Remuneração de Depósitos Bancários	2.103.726.140	37,54	1.073.586.688	19,16	3.177.312.828	56,69
Remuneração dos Investimentos do RPPS	0	0,00	5.890.614	0,11	5.890.614	0,11
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	0	0,00	581.084.855	10,37	581.084.855	10,37
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	1.092.003.796	19,48	0	0,00	1.092.003.796	19,48
TOTAL	3.890.337.750	69,41	1.714.333.531	30,59	5.604.671.281	100,00

2.1.1.4 RECEITA AGROPECUÁRIA, INDUSTRIAL E DE SERVIÇOS

As receitas de origens diversas (Agropecuária, Industrial e de Serviços) somaram R\$ 2.792.117.173, representando apenas 1,64% das Receitas Correntes.

Nesse conjunto, fica evidenciado que a Receita de Serviços, no montante de R\$ 2.506.763.073, é a fonte de maior expressão, destacando-se nessa composição as rubricas Outros Serviços: R\$ 1.122.125.925 e Serviços de Transportes: R\$ 1.096.779.559. Como Receita de Serviços Intra-Orçamentárias, o valor arrecadado de R\$ 80.373.279, refere-se à Taxa de Administração – SPPREV.

DEMAIS RECEITAS	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	TOTAL
RECEITA AGROPECUÁRIA	5.810.678	17.004.539	22.815.217
RECEITA INDUSTRIAL	2.108.526	180.057.078	182.165.604
RECEITA DE SERVIÇOS	264.260.598	2.242.502.475	2.506.763.073
Serviços Comerciais	6.589.303	20.227.031	26.816.334
Serviços Financeiros	14.482.197	1.000.000	15.482.197
Serviços de Transportes	6.987.476	1.089.792.083	1.096.779.559
Serviços de Saúde	109.541	176.023.882	176.133.423
Serviços de Metrologia e Certificação	0	1.064.613	1.064.613
Serviços Administrativos	2.165.454	3.105.806	5.271.260
Serviços Educacionais	0	2.786.609	2.786.609
Serviços Agropecuários	19.489.444	0	19.489.444
Serviços Recreativos e Culturais	2.579.976	0	2.579.976
Serviços de Estudos e Pesquisas	0	8.488.032	8.488.032
Serviços de Fornecimento de Água	29.745.701	0	29.745.701
Outros Serviços	182.111.506	940.014.419	1.122.125.925
RECEITA DE SERVIÇOS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0	80.373.279	80.373.279
TOTAL	272.179.802	2.519.937.371	2.792.117.173

2.1.2 RECEITAS DE CAPITAL

As Receitas de Capital, cuja composição sintetizada observamos no quadro a seguir, totalizaram na sua realização R\$ 2.777.549.863 correspondendo a uma participação de 1,61% no total da Receita Orçamentária.

Nessa Categoria Econômica, destacam-se Alienação de Bens no valor de R\$ 1.026.105.332, representando 36,94%. Cumpre observar, nesse grupo, que o total da receita de Alienação de Bens Móveis é decorrente, basicamente, da Cessão de Direitos Creditórios originários de créditos do ICMS, objeto de parcelamentos administrativos e judiciais, à Companhia Paulista de Securitização – CPSEC, autorizada pela Lei nº 13.723, de 29 de setembro de 2009.

Merecem destaque, ainda, as seguintes fontes: Outras Receitas de Capital Intra-Orçamentárias no valor de R\$ 862.755.899 e Operações de Crédito no valor de R\$ 790.014.013, equivalentes, respectivamente, a 31,06% e 28,44%.

RECEITAS DE CAPITAL	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	%	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	%	TOTAL	%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	790.014.013	28,44	0	0,00	790.014.013	28,44
Operações de Crédito Internas	321.177.107	11,56	0	0,00	321.177.107	11,56
Operações de Crédito Externas	468.836.906	16,88	0	0,00	468.836.906	16,88
ALIENAÇÃO DE BENS	1.010.150.172	36,37	15.955.160	0,57	1.026.105.332	36,94
Alienação de Bens Móveis	935.037.160	33,66	1.601.814	0,06	936.638.974	33,72
Alienação de Bens Imóveis	75.113.012	2,70	14.353.346	0,52	89.466.358	3,22
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	11.620.206	0,42	788.485	0,03	12.408.691	0,45
Amortização de Empréstimos Concedidos a Municípios	11.620.206	0,42	788.485	0,03	12.408.691	0,45
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	41.164.990	1,48	21.663.199	0,78	62.828.189	2,26
Transferências do Exterior	1.491.415	0,05	103.500	0,00	1.594.915	0,06
Transferências de Convênios	39.673.575	1,43	21.559.699	0,78	61.233.274	2,20
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0	0,00	23.437.738	0,84	23.437.738	0,84
Outras Receitas	0	0,00	23.437.738	0,84	23.437.738	0,84
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0	0,00	862.755.899	31,06	862.755.899	31,06
Integralização do Capital Social	0	0,00	862.755.899	31,06	862.755.899	31,06
TOTAL	1.852.949.382	66,71	924.600.481	33,29	2.777.549.863	100,00

2.2 EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

A execução da Despesa Orçamentária atingiu a cifra de R\$ 173.106.698.940, incluídas as despesas intra-orçamentárias, representando 95,79% do total dos Créditos Autorizados, no valor de R\$ 180.720.954.083, valendo dizer que, na execução orçamentária, deixou-se de realizar R\$ 7.614.255.143, ou seja, 4,21% da despesa autorizada, resultado este definido como Economia Orçamentária.

MOVIMENTAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	CONSOLIDADO
CRÉDITOS AUTORIZADOS	132.682.896.321	48.038.057.762	180.720.954.083
DESPESA REALIZADA	127.800.972.804	45.305.726.136	173.106.698.940
ECONOMIA ORÇAMENTÁRIA	4.881.923.517	2.732.331.626	7.614.255.143

Nota: No item 1.5 deste relatório apresentamos, de forma detalhada, o demonstrativo dos Créditos Autorizados.

Na execução da Despesa Orçamentária a Administração Direta participou com 73,83%, cabendo à Administração Indireta a complementação de 26,17%.

DESPESA	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	CONSOLIDADO
DESPESAS CORRENTES	115.151.402.378	41.011.533.558	156.162.935.936
DESPESAS DE CAPITAL	12.649.570.426	4.294.192.578	16.943.763.004
TOTAL	127.800.972.804	45.305.726.136	173.106.698.940

Com relação à Distribuição de Receitas, cabem as observações que se seguem:

Nos termos do inciso IV e do parágrafo único do artigo 158 da Constituição Federal de 1988, 25% (vinte e cinco por cento) do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS pertencem aos Municípios.

De acordo com o que determina o inciso III do artigo 158 da Constituição Federal de 1988, 50% (cinquenta por cento) da receita do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA arrecadada pelos Estados deverão ser repassados aos respectivos municípios.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 159 - inciso II, determina que 10% (dez por cento) do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI arrecadado pela União sejam transferidos aos Estados e ao Distrito Federal, através do Fundo de Exportação. Do valor transferido pela União, 25% (vinte e cinco por cento) devem ser repassados/distribuídos pelos Estados aos seus respectivos municípios.

Além destes valores, são repassados aos municípios 25% (vinte e cinco por cento) do montante recebido pelo Estado, da União, a título de compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de recursos minerais, conforme estabelece o artigo 9º da Lei nº 7.990/89.

Realizam-se, ainda, transferências de valores concernentes a Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE, Multas por Infração à Legislação de Trânsito e Multas por Infração do Regulamento do PROCON.

2.8 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Os gastos com Pessoal e Encargos Sociais totalizaram R\$ 57.978.305.905, representando 33,49% do total das despesas realizadas no período.

Observa-se que o Poder Executivo respondeu por R\$ 49.015.510.588 (84,54%) desse dispêndio e os demais Poderes, que incluem o Judiciário, o Legislativo, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Estado, por R\$ 8.962.795.316 (15,46%).

Registramos que as despesas com Aposentadorias, Reformas e Pensões da São Paulo Previdência – SPPREV, entidade gestora do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos - RPPS e do Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de São Paulo – RPPM, são executadas no grupo Outras Despesas Correntes, de acordo com a Portaria MPS nº 916/03 e alterações, como demonstrado no tópico 2.2.2 – Despesa por Categoria Econômica, Grupo de Despesa e Elemento Econômico. Como Despesas com Pessoal e Encargos Sociais, são executadas as obrigações patronais (contribuição patronal e cobertura de insuficiência financeira) na modalidade de aplicação 91 - intra-orçamentárias. As obrigações patronais somadas às contribuições dos servidores compõem as receitas da SPPREV para a cobertura das despesas previdenciárias, como demonstradas no tópico 2.14 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS e do RPPM.

DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - CONSOLIDADO - 1/2

DISCRIMINAÇÃO	ADM. DIRETA	%	AUTARQUIAS	%	FUNDAÇÕES	%	EMPRESAS DEPENDENTES	%	TOTAL ADM. INDIRETA	%	TOTAL GERAL	%
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	46.282.836.497	79,83	9.592.270.418	16,54	1.107.966.834	1,91	995.232.156	1,72	11.695.469.408	20,17	57.978.305.905	100,00
3190 - APLICACOES DIRETAS	30.762.962.391	53,06	7.752.689.576	13,37	1.107.966.834	1,91	995.232.156	1,72	9.855.888.566	17,00	40.618.850.957	70,06
319001 - APOSENTADORIAS E REFORMAS	1.497.262.265	2,58	74.247.225	0,13	2.362.820	0,00	226.569	0,00	76.836.613	0,13	1.574.098.878	2,71
31900111 - INATIVOS-RPPS	0	0,00	18.677.806	0,03	0	0,00	0	0,00	18.677.806	0,03	18.677.806	0,03
31900114 - INATIVOS 13 SALARIO-RPPS	0	0,00	1.046.289	0,00	0	0,00	0	0,00	1.046.289	0,00	1.046.289	0,00
31900117 - INATIVOS-EMPRESAS	1.188.075.443	2,05	0	0,00	0	0,00	208.550	0,00	208.550	0,00	1.188.283.993	2,05
31900118 - 13 SALARIO/INATIVOS-EMPRESAS	84.957.325	0,15	0	0,00	0	0,00	18.019	0,00	18.019	0,00	84.975.344	0,15
31900119 - ATRASADOS-OUTROS PODERES/MINIST.PUBLICO	192.617.897	0,33	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	192.617.897	0,33
31900120 - REEMBOLSO DE FERIAS-OUTR.PODERES/MINIST.PUBL	20.074.330	0,03	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	20.074.330	0,03
31900121 - INATIVOS-CARTEIRAS EXTINTAS	0	0,00	1.381.409	0,00	0	0,00	0	0,00	1.381.409	0,00	1.381.409	0,00
31900122 - INATIVOS-DEC.JUDIC.-CART. PREV. ECONOMISTAS	0	0,00	989.423	0,00	0	0,00	0	0,00	989.423	0,00	989.423	0,00
31900124 - COMPLEMENTACAO DE APOSENTADORIA	10.543.584	0,02	49.114.273	0,08	2.192.633	0,00	0	0,00	51.306.906	0,09	61.850.491	0,11
31900125 - COMPLEMENTACAO DE APOSENTADORIA - 13ºSALARIO	993.685	0,00	3.038.026	0,01	170.187	0,00	0	0,00	3.208.213	0,01	4.201.898	0,01
319003 - PENSOES	59.824.696	0,10	6.774.505	0,01	6.842	0,00	0	0,00	6.781.347	0,01	66.606.043	0,11
31900311 - PENSIONISTAS-PODER EXECUTIVO-RPPS	38.257.658	0,07	3.086.056	0,01	0	0,00	0	0,00	3.086.056	0,01	41.343.714	0,07
31900315 - PENSIONISTAS 13 SALARIO-PODER EXECUTIVO-RPPS	0	0,00	1.639.343	0,00	0	0,00	0	0,00	1.639.343	0,00	1.639.343	0,00
31900319 - PENSIONISTAS-REVOLUCAO DE 1932	16.729.820	0,03	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	16.729.820	0,03
31900320 - PENSÃO A HANSENIANOS	2.971.649	0,01	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2.971.649	0,01
31900321 - PENSÃO JUDICIAL DE CARATER INDENIZATORIO	0	0,00	104.496	0,00	6.842	0,00	0	0,00	111.338	0,00	111.338	0,00
31900322 - PENSIONISTAS- DEC.JUDIC.-CARTEIRAS EXTINTAS	0	0,00	812.309	0,00	0	0,00	0	0,00	812.309	0,00	812.309	0,00
31900323 - PENSIONISTAS-DEC.JUDIC.-CART.PREV. ECONOMISTA	0	0,00	204.468	0,00	0	0,00	0	0,00	204.468	0,00	204.468	0,00
31900324 - PENSIONISTAS-CART. SERVID. MUNICIPAIS-CASEM	0	0,00	764.272	0,00	0	0,00	0	0,00	764.272	0,00	764.272	0,00
31900325 - COMPLEMENTACAO DE PENSÃO	1.712.300	0,00	151.394	0,00	0	0,00	0	0,00	151.394	0,00	1.863.694	0,00
31900326 - COMPLEMENTACAO DE PENSÃO - 13º SALARIO	153.270	0,00	12.167	0,00	0	0,00	0	0,00	12.167	0,00	165.437	0,00
319005 - OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	0	0,00	5.513	0,00	0	0,00	0	0,00	5.513	0,00	5.513	0,00
31900510 - BENEF.DA PREVIDENCIA SOCIAL	0	0,00	5.513	0,00	0	0,00	0	0,00	5.513	0,00	5.513	0,00
31900511 - BENEF.DA PREVIDENCIA SOCIAL-13 SALARIO	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
319008 - OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	0	0,00	0	0,00	3.256.764	0,01	0	0,00	3.256.764	0,01	3.256.764	0,01
31900820 - OUTRAS TRANSFERENCIAS-PESSOAL	0	0,00	0	0,00	3.256.764	0,01	0	0,00	3.256.764	0,01	3.256.764	0,01
319009 - SALARIO FAMILIA	559.899	0,00	165.075	0,00	0	0,00	0	0,00	165.075	0,00	724.974	0,00
31900901 - SALARIO FAMILIA-CIVIL	522.605	0,00	165.075	0,00	0	0,00	0	0,00	165.075	0,00	687.680	0,00
31900903 - SALARIO FAMILIA-INATIVOS DO EXECUTIVO	37.294	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	37.294	0,00
31900904 - SALARIO FAMILIA-INATIVOS OUTROS PODERES	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
319011 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	22.835.275.643	39,39	6.335.109.901	10,93	772.159.231	1,33	718.261.512	1,24	7.825.530.645	13,50	30.660.806.287	52,88
31901111 - PESSOAL CIVIL PAGO PELO DDPE	18.894.736.082	32,59	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	18.894.736.082	32,59
31901112 - PESSOAL CIVIL PAGO PELA UNIDADE	1.165.120.826	2,01	5.729.962.892	9,88	708.665.455	1,22	707.216.265	1,22	7.145.844.613	12,33	8.310.965.439	14,33
31901128 - PESSOAL CIVIL PAGO DDPE-13 SALARIO	1.549.777.767	2,67	3.911	0,00	0	0,00	0	0,00	3.911	0,00	1.549.781.678	2,67
31901129 - PESSOAL CIVIL PAGO PELA UNIDADE-13 SALARIO	61.692.730	0,11	394.388.363	0,68	51.232.216	0,09	11.045.247	0,02	456.665.827	0,79	518.358.557	0,89
31901130 - PESSOAL CIVIL PAGO PELO DDPE - 1/3 FERIAS	333.997.679	0,58	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	333.997.679	0,58
31901131 - PESSOAL CIVIL PAGO P/UNIDADE-1/3 FERIAS	10.215.605	0,02	156.756.311	0,27	12.261.560	0,02	0	0,00	169.017.871	0,29	179.233.476	0,31
31901133 - VENCITOS.ATRASADOS-OUTR.PODERES E MINIST.PUB	200.527.126	0,35	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	200.527.126	0,35
31901134 - REEMBOLSO DE FERIAS-OUT.PODERES E MINIST.PUB	267.624.098	0,46	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	267.624.098	0,46
31901136 - ABONO DE PERMANENCIA	351.583.729	0,61	53.998.423	0,09	0	0,00	0	0,00	53.998.423	0,09	405.582.153	0,70

DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - CONSOLIDADO - 2/2

DISCRIMINAÇÃO	ADM. DIRETA	%	AUTARQUIAS	%	FUNDAÇÕES	%	EMPRESAS DEPENDENTES	%	TOTAL ADM. INDIRETA	%	TOTAL GERAL	%
319012 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL MILITA	4.578.611.178	7,90	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	4.578.611.178	7,90
31901201 - VENCIM.E VANTAG.FIXAS-PESSOAL MILITAR	4.159.734.857	7,17	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	4.159.734.857	7,17
31901209 - PESSOAL MILITAR-13 SALARIO	310.608.235	0,54	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	310.608.235	0,54
31901210 - PESSOAL MILITAR-1/3 FERIAS	108.268.086	0,19	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	108.268.086	0,19
319013 - OBRIGACOES PATRONAIS	537.605.439	0,93	1.297.335.184	2,24	313.467.326	0,54	274.359.020	0,47	1.885.161.531	3,25	2.422.766.970	4,18
31901311 - OBRIGACOES PATRONAIS-INAT.E PENSIONISTAS	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
31901312 - OUTRAS CONTRIBUICOES DE PREV.SOCIAL	244.785.281	0,42	121.678.696	0,21	35.638.526	0,06	131.431.490	0,23	288.748.712	0,50	533.533.993	0,92
31901313 - FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVICO	21.874.948	0,04	367.204.684	0,63	57.730.793	0,10	61.699.359	0,11	486.634.835	0,84	508.509.783	0,88
31901318 - SALARIO FAMILIA CBPM	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
31901319 - OBRIG.PATRONAIS-INAT.E PENS.-13 SALARIO	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
31901320 - OUTRAS CONTRIB.PREV.SOCIAL-13 SALARIO	879	0,00	22.544.848	0,04	11.512.326	0,02	4.793.293	0,01	38.850.466	0,07	38.851.345	0,07
31901321 - FGTS-13 SALARIO	2.448	0,00	10.041.490	0,02	3.019.263	0,01	0	0,00	13.060.754	0,02	13.063.201	0,02
31901322 - PARCELAM.DE DEBITOS JUNTO A PREV.SOCIAL	40.739.602	0,07	8.025.879	0,01	67.233.612	0,12	6.331.541	0,01	81.591.031	0,14	122.330.633	0,21
31901323 - PREVIDENCIA SOCIAL/PESSOAL CLT	164.641.770	0,28	766.542.515	1,32	137.748.898	0,24	62.839.873	0,11	967.131.286	1,67	1.131.773.056	1,95
31901324 - PREVIDENCIA SOCIAL/PESSOAL COMISSIONADO	65.560.512	0,11	1.115.411	0,00	3.687	0,00	0	0,00	1.119.099	0,00	66.679.611	0,12
31901327 - ENC.PATRO.POR DEMISSAO DE SERVIDOR/EMPREGADO	0	0,00	181.662	0,00	580.221	0,00	7.263.466	0,01	8.025.349	0,01	8.025.349	0,01
319016 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	189.216.930	0,33	33.964.546	0,06	14.949.348	0,03	0	0,00	48.913.894	0,08	238.130.824	0,41
31901611 - VERBA HONORARIA	188.363.701	0,32	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	188.363.701	0,32
31901612 - VERBA HONORARIA-13 SALARIO	714.909	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	714.909	0,00
31901616 - DESPESAS EVENTUAIS DE PESSOAL CIVIL	138.320	0,00	33.964.546	0,06	14.949.348	0,03	0	0,00	48.913.894	0,08	49.052.214	0,08
319049 - AUXILIO TRANSPORTE	392.510.444	0,68	80.865	0,00	0	0,00	0	0,00	80.865	0,00	392.591.309	0,68
31904901 - AUXILIO TRANSPORTE	392.510.444	0,68	80.865	0,00	0	0,00	0	0,00	80.865	0,00	392.591.309	0,68
319094 - INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	672.095.897	1,16	5.006.761	0,01	1.764.503	0,00	2.385.054	0,00	9.156.318	0,02	681.252.215	1,18
31909412 - INDENIZ.POR DEMISSAO DE SERVID.OU EMPREG.	2.052.905	0,00	4.730.944	0,01	1.764.503	0,00	2.385.054	0,00	8.880.501	0,02	10.933.406	0,02
31909415 - INDENIZACAO POR ACIDENTE DE TRABALHO	148.534	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	148.534	0,00
31909416 - OUTRAS INDENIZACOES DE PESSOAL	669.894.458	1,16	275.817	0,00	0	0,00	0	0,00	275.817	0,00	670.170.275	1,16
3191 - APLICACOES DIRETAS-INTRA ORCAMENTARIA	15.519.874.106	26,77	1.839.580.842	3,17	0	0,00	0	0,00	1.839.580.842	3,17	17.359.454.947	29,94
319109 - SALARIO FAMILIA	1.916	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1.916	0,00
31910905 - CONTRIB RPPS EST P/SAL FAM SERV FALEC-L.96/7	1.916	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1.916	0,00
319113 - OBRIGACOES PATRONAIS	15.519.872.190	26,77	1.839.580.842	3,17	0	0,00	0	0,00	1.839.580.842	3,17	17.359.453.032	29,94
31911301 - CONTRIB PATRONAL-SAO PAULO PREVIDENCIA-SPPRE	4.872.778.333	8,40	524.480.015	0,90	0	0,00	0	0,00	524.480.015	0,90	5.397.258.347	9,31
31911302 - CONTRIB ESTADO P/COBERTURA INSUF FIN-SPPREV	33.754.567	0,06	859.807.391	1,48	0	0,00	0	0,00	859.807.391	1,48	893.561.958	1,54
31911303 - CONTRIB RPPS DO EST. P/PENSAO - LEI 96/72	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
31911304 - PARCELTO. DE DEBITOS JUNTO A PREV ESTADUAL.	10.613.339.290	18,31	455.293.436	0,79	0	0,00	0	0,00	455.293.436	0,79	11.068.632.726	19,09

DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - POR PODERES - 1/2

DISCRIMINAÇÃO	EXECUTIVO	%	LEGISLATIVO	%	JUDICIÁRIO	%	MINISTÉRIO PÚBLICO	%	DEFENSORIA PÚBLICA	%	TOTAL GERAL	%
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	49.015.510.588	84,54	1.086.137.584	1,87	6.334.847.549	10,93	1.365.775.035	2,36	176.035.149	0,30	57.978.305.905	100,00
3190 - APLICACOES DIRETAS	33.562.002.494	57,89	790.586.506	1,36	4.930.835.057	8,50	1.180.627.028	2,04	154.799.872	0,27	40.618.850.957	70,06
319001 - APOSENTADORIAS E REFORMAS	1.361.406.651	2,35	1.962.981	0,00	109.686.973	0,19	101.042.273	0,17	0	0,00	1.574.098.878	2,71
31900111 - INATIVOS-RPPS	18.677.806	0,03	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	18.677.806	0,03
31900114 - INATIVOS 13 SALARIO-RPPS	1.046.289	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1.046.289	0,00
31900117 - INATIVOS-EMPRESAS	1.188.283.993	2,05	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1.188.283.993	2,05
31900118 - 13 SALARIO/INATIVOS-EMPRESAS	84.975.344	0,15	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	84.975.344	0,15
31900119 - ATRASADOS-OUTROS PODERES/MINIST.PUBLICO	0	0,00	1.962.981	0,00	94.397.974	0,16	96.256.942	0,17	0	0,00	192.617.897	0,33
31900120 - REEMBOLSO DE FERIAS-OUTR.PODERES/MINIST.PUBL.	0	0,00	0	0,00	15.289.000	0,03	4.785.330	0,01	0	0,00	20.074.330	0,03
31900121 - INATIVOS-CARTEIRAS EXTINTAS	1.381.409	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1.381.409	0,00
31900122 - INATIVOS-DEC.JUDIC.-CART. PREV. ECONOMISTAS	989.423	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	989.423	0,00
31900124 - COMPLEMENTACAO DE APOSENTADORIA	61.850.491	0,11	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	61.850.491	0,11
31900125 - COMPLEMENTACAO DE APOSENTADORIA - 13ºSALARIO	4.201.898	0,01	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	4.201.898	0,01
319003 - PENSOES	66.606.043	0,11	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	66.606.043	0,11
31900311 - PENSIONISTAS-PODER EXECUTIVO-RPPS	41.343.714	0,07	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	41.343.714	0,07
31900315 - PENSIONISTAS 13 SALARIO-PODER EXECUTIVO-RPPS	1.639.343	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1.639.343	0,00
31900319 - PENSIONISTAS-REVOLUCAO DE 1932	16.729.820	0,03	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	16.729.820	0,03
31900320 - PENSAO A HANSENIANOS	2.971.649	0,01	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2.971.649	0,01
31900321 - PENSAO JUDICIAL DE CARATER INDENIZATORIO	111.338	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	111.338	0,00
31900322 - PENSIONISTAS- DEC.JUDIC.-CARTEIRAS EXTINTAS	812.309	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	812.309	0,00
31900323 - PENSIONISTAS-DEC.JUDIC.-CART. PREV. ECONOMISTA	204.468	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	204.468	0,00
31900324 - PENSIONISTAS-CART. SERVID. MUNICIPAIS-CASEM	764.272	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	764.272	0,00
31900325 - COMPLEMENTACAO DE PENSAO	1.863.694	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1.863.694	0,00
31900326 - COMPLEMENTACAO DE PENSAO - 13º SALARIO	165.437	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	165.437	0,00
319005 - OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	5.513	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	5.513	0,00
31900510 - BENEF.DA PREVIDENCIA SOCIAL	5.513	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	5.513	0,00
31900511 - BENEF.DA PREVIDENCIA SOCIAL-13 SALARIO	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
319008 - OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	3.256.764	0,01	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	3.256.764	0,01
31900820 - OUTRAS TRANSFERENCIAS-PESSOAL	3.256.764	0,01	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	3.256.764	0,01
319009 - SALARIO FAMILIA	724.974	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	724.974	0,00
31900901 - SALARIO FAMILIA-CIVIL	687.680	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	687.680	0,00
31900903 - SALARIO FAMILIA-INATIVOS DO EXECUTIVO	37.294	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	37.294	0,00
31900904 - SALARIO FAMILIA-INATIVOS OUTROS PODERES	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
319011 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	24.619.187.612	42,46	709.129.058	1,22	4.109.534.472	7,09	1.069.780.036	1,85	153.175.110	0,26	30.660.806.287	52,88
31901111 - PESSOAL CIVIL PAGO PELO DDPE	14.680.015.366	25,32	631.981.673	1,09	2.798.926.538	4,83	738.675.416	1,27	45.137.089	0,08	18.894.736.082	32,59
31901112 - PESSOAL CIVIL PAGO PELA UNIDADE	7.526.961.950	12,98	0	0,00	687.898.596	1,19	0	0,00	96.104.893	0,17	8.310.965.439	14,33
31901128 - PESSOAL CIVIL PAGO DDPE-13 SALARIO	1.201.624.915	2,07	49.793.682	0,09	235.898.381	0,41	61.482.574	0,11	982.125	0,00	1.549.781.678	2,6

2.9 DEMONSTRATIVO DAS SENTENÇAS JUDICIAIS

O quadro abaixo demonstra a execução orçamentária das despesas com sentenças judiciais e obrigações de pequeno valor da Administração Direta, Autarquias, exceto Universidades, e Fundações, como segue:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA + AUTARQUIAS + FUNDAÇÕES			
ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	LIQUIDADO
Regime Especial de Precatórios (*)	1.725.688.986	1.725.688.986	1.725.688.986
Obrigações de Pequeno Valor	500.000.000	393.518.340	391.696.473
Demais Sentenças Judiciais	0	6.990.450	3.086.913
TOTAL	2.225.688.986	2.126.197.776	2.120.472.373

FONTE: SIAFEM/SP

(*) Dotação alocada na Unidade Orçamentária Regime Especial de Precatórios, da Administração Geral do Estado, criada pelo Decreto nº 56.200, de 15 de setembro de 2010

No consolidado, a dotação das sentenças judiciais e obrigações de pequeno valor totalizou R\$ 2.312.488.986, sendo R\$ 2.225.688.986 alocados no orçamento de 2012 da Administração Direta, Autarquias e Fundações, e R\$ 86.800.000 nas Universidades e Empresas Dependentes. A liquidação dessas despesas totalizou R\$ 2.253.542.233 no exercício.

CONSOLIDADO			
DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	LIQUIDADO
Administração Direta + Autarquias + Fundações	2.225.688.986	2.126.197.776	2.120.472.373
Universidades e Empresas Dependentes	86.800.000	133.496.040	133.069.860
TOTAL	2.312.488.986	2.259.693.816	2.253.542.233

FONTE: SIAFEM/SP

No exercício de 2012, os **pagamentos de precatórios** e de obrigações de pequeno valor totalizaram R\$ 2.592.580.764, como demonstrado na tabela abaixo:

**DEMONSTRATIVO DOS PAGAMENTOS
EXERCÍCIO DE 2012**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Precatórios (*)	-25.654.395
Administração Direta	-26.345.634
Administração Indireta (Autarquias e Fundações)	691.239
Obrigações de Pequeno Valor	331.409.847
Administração Direta	308.984.839
Administração Indireta (Autarquias e Fundações)	22.425.008
Regime Especial de Pagamento de Precatórios	2.286.825.312
Prioridade	1.155.730.710
Ordem Crescente de Valor	629.612.958
Ordem Cronológica	377.979.265
2ª e 15ª Região do Tribunal Regional do Trabalho	123.502.379
TOTAL	2.592.580.764

FONTE: Procuradoria Geral do Estado e Tribunal de Justiça

(*) O valor de devoluções de precatórios superou o valor de mandados de sequestros e bloqueios judiciais

O Regime Especial de Pagamento de Precatórios, estabelecido pela Emenda Constitucional nº 62, de 09 de dezembro de 2009, que altera o artigo 100 da Constituição Federal e acrescenta o artigo 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, entrou em vigor em 1º de janeiro de 2010. A adesão do Governo do Estado de São Paulo à nova sistemática foi oficializada pelo Decreto nº 55.300, de 30 de dezembro de 2009, e de acordo com as novas regras, foram depositados mensalmente, no último dia útil e em contas especiais criadas para esse fim pelo Tribunal de Justiça, 1/12 (um doze) avos do valor correspondente a 1,5% (um e meio por cento) da Receita Corrente Líquida apurada no segundo mês anterior ao mês do depósito.

Para o exercício de 2012, o Estado de São Paulo fez a opção de destinar **50% do total devido para o pagamento de precatórios em ordem cronológica, 3% em ordem única e crescente de valor e 47% por meio de leilão**, nos termos do Decreto nº 57.658, de 21 de dezembro de 2011.

No entanto, como a realização de leilões demandava prazo adicional para sua implementação e considerando que a liquidação de precatórios, em ordem crescente de valor, constitui medida de justiça social, que prioriza o pagamento dos credores que sejam titulares de precatórios de menores valores, o Governo do Estado editou o Decreto nº 58.298, de 14 de agosto de 2012, destinando o montante de recursos depositados de 1º de janeiro a 30 de junho 2012, de leilão para a ordem única e crescente de valor.

Finalmente, em dezembro de 2012, considerando ser necessário dar efetiva utilização aos recursos acumulados em conta do Tribunal de Justiça, com o propósito de pagar precatórios fazendo-os chegar às mãos dos respectivos credores, no menor prazo possível, o Estado editou o Decreto nº 58.719, de 17 de dezembro de 2012, para que os recursos depositados de 1º de julho a 31 de dezembro de 2012, para pagamento por meio de leilão, fossem também destinados ao pagamento em ordem única e crescente de valor por precatório.

**REGIME ESPECIAL DE PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS
DEPÓSITOS EFETUADOS NO EXERCÍCIO DE 2012**

MÊS / 2012	UG 030051 ORDEM CRONOLÓGICA	UG 030052 ORDEM CRESCENTE	UG 030054 LEILÃO	TOTAL DOS DEPÓSITOS
Janeiro	66.962.621	4.017.757	62.944.864	133.925.242
Fevereiro	66.645.890	3.998.753	62.647.137	133.291.780
Março	68.990.407	4.139.424	64.850.982	137.980.813
Abril	68.772.459	4.126.348	64.646.111	137.544.918
Mai	69.009.215	4.140.553	64.868.662	138.018.430
Junho (*)	69.501.106	389.458.862	-319.957.756	139.002.212
Julho	69.896.229	4.193.774	65.702.455	139.792.457
Agosto	70.328.131	4.219.688	66.108.443	140.656.261
Setembro	70.866.406	4.251.984	66.614.422	141.732.812
Outubro	71.503.683	4.290.221	67.213.462	143.007.366
Novembro	71.823.948	4.309.437	67.514.512	143.647.897
Dezembro (**)	72.685.957	405.839.250	-333.153.293	145.371.914
TOTAL	836.986.051	836.986.051	0	1.673.972.102

(*) Recursos depositados de 1º de janeiro a 30 de junho de 2012, correspondentes a 47% e destinados ao pagamento por meio de leilão, transferidos para pagamento em ordem única e crescente de valor do precatório, de acordo com o disposto no Decreto nº 58.298, de 14 de agosto de 2012

(**) Recursos depositados de 1º de julho a 31 de dezembro de 2012, correspondentes a 47% e destinados ao pagamento por meio de leilão, transferidos para pagamento em ordem única e crescente de valor do precatório, de acordo com o disposto no Decreto nº 58.719, de 17 de dezembro de 2012

2.10 DEMONSTRATIVO DA SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES DAS EMPRESAS

Os quadros a seguir demonstram os valores relativos à subscrição de ações das empresas dependentes e não dependentes, ocorridas no exercício, com a discriminação da funcional programática, fonte de recursos, dotação inicial, dotação atual e despesa liquidada.

I – EMPRESAS DEPENDENTES

CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DAS EMPRESAS DEPENDENTES					
Funcional Programática	NOME	Fonte de Recursos	Dotação Inicial	Dotação Atual	Liquidado
04127000118550000	SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES DA EMLASA	TESOURO-DOT.INICIAL E CRED.SUPLEMENTAR	5.000.000	3.289.598	3.289.598
04127000118550000	SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES DA EMLASA	OP.CRED.E CONTRIB.DO EXTERIOR-DOT.INIC.CR.SU	20	20	0
18542000118540000	SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES DA CETESB	TESOURO-DOT.INICIAL E CRED.SUPLEMENTAR	10	0	0
19572000118520000	SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES DO IPT	TESOURO-DOT.INICIAL E CRED.SUPLEMENTAR	10.000.000	9.991.457	9.991.457
19572000118520000	SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES DO IPT	OP.CRED.E CONTRIB.DO EXTERIOR-DOT.INIC.CR.SU	20	20	0
23695000123020000	SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES DA CPETUR	TESOURO-DOT.INICIAL E CRED.SUPLEMENTAR	10	0	0
26783000118560000	SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES DA CPTM	TESOURO-DOT.INICIAL E CRED.SUPLEMENTAR	1.000.000.000	834.497.017	834.313.975
26783000118560000	SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES DA CPTM	OP.CRED.E CONTRIB.DO EXTERIOR-DOT.INIC.CR.SU	47.912.993	47.912.993	15.160.869
TOTAL			1.062.913.053	895.691.105	862.755.899

II – EMPRESAS NÃO DEPENDENTES

CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DAS EMPRESAS NÃO DEPENDENTES					
Funcional Programática	NOME	Fonte de Recursos	Dotação Inicial	Dotação Atual	Liquidado
04122000116010000	SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES DA CPOS	TESOURO-DOT.INICIAL E CRED.SUPLEMENTAR	1.000	1.000	0
04126000116840000	SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES DA PRODESP	TESOURO-DOT.INICIAL E CRED.SUPLEMENTAR	1.000	0	0
16482000116820000	SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES DA CDHU	TESOURO-DOT.INICIAL E CRED.SUPLEMENTAR	533.000.000	591.996.023	591.996.023
17512000116050000	SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES DA SABESP	TESOURO-DOT.INICIAL E CRED.SUPLEMENTAR	1.000	1.000	0
20606000114110000	SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES DA CODASP	TESOURO-DOT.INICIAL E CRED.SUPLEMENTAR	1.000	0	0
23694000114390000	SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES DA COSESP	TESOURO-DOT.INICIAL E CRED.SUPLEMENTAR	1.000	0	0
23694000119270000	SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES CIA.PAULISTA DE PARCERIAS	TESOURO-DOT.INICIAL E CRED.SUPLEMENTAR	1.000	0	0
23694000122660000	SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES DA DESENVOLVE SP	TESOURO-DOT.INICIAL E CRED.SUPLEMENTAR	1.000	0	0
23694000122660000	SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES DA DESENVOLVE SP	OP.CRED.E CONTRIB.DO EXTERIOR-DOT.INIC.CR.SU	2.000.000	2.000.000	0
23694000123000000	SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES CIA.PAULISTA SECURITIZAÇÃO	TESOURO-DOT.INICIAL E CRED.SUPLEMENTAR	1.000	0	0
24662000115650000	SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES DA IMESP	TESOURO-DOT.INICIAL E CRED.SUPLEMENTAR	1.000	1.000	0
25752000116200000	SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES DA CESP	TESOURO-DOT.INICIAL E CRED.SUPLEMENTAR	1.000	0	0
25752000116210000	SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES DA EMAE	TESOURO-DOT.INICIAL E CRED.SUPLEMENTAR	35.000.000	35.000.000	35.000.000
26453000116930000	SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES DA EMTU	TESOURO-DOT.INICIAL E CRED.SUPLEMENTAR	133.000.000	78.626.689	78.626.689
26453000116930000	SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES DA EMTU	OP.CRED.E CONTRIB.DO EXTERIOR-DOT.INIC.CR.SU	1.000.000	1.000.000	0
26453000116950000	SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES DO METRO	TESOURO-DOT.INICIAL E CRED.SUPLEMENTAR	2.000.000.000	1.545.402.493	1.545.297.979
26453000116950000	SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES DO METRO	OP.CRED.E CONTRIB.DO EXTERIOR-DOT.INIC.CR.SU	1.635.203.812	1.635.203.812	723.718.088
26782000116790000	SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES DA DERSA	TESOURO-DOT.INICIAL E CRED.SUPLEMENTAR	450.000.000	0	0
26782000116790000	SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES DA DERSA	OP.CRED.E CONTRIB.DO EXTERIOR-DOT.INIC.CR.SU	650.001.000	650.001.000	0
26784000122650000	SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES - CIA DOCAS SÃO SEBASTIÃO	TESOURO-DOT.INICIAL E CRED.SUPLEMENTAR	50.000.000	0	0
TOTAL			5.489.214.812	4.539.233.017	2.974.638.779

Consoante se verifica no demonstrativo a seguir, das receitas arrecadadas, corresponderam ao FUNDEB R\$ 24.519.983.923, sendo R\$ 17.935.967.611 da parcela dos impostos e das transferências quota-parte Estado e R\$ 6.584.016.313 da quota-parte Municípios.

ALÍNEA	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	ESTADO	MUNICÍPIO	FUNDEB		
					TOTAL	ESTADO	MUNICÍPIO
ICMS							
111.302	IMP.S/OP.REL.CIRC.MERC.PREST.SERV.TRANSP.COM.	105.288.966.585	78.966.726.995	26.322.239.590	21.057.793.317	15.793.345.399	5.264.447.918
191.142	MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS	726.671.214	545.003.410	181.667.803	145.334.243	109.000.682	36.333.561
191.315	MULTAS E JUROS DE MORA: DIVIDA ATIVA DO ICMS	333.375.756	250.031.817	83.343.939	66.675.076	50.006.288	16.668.788
191.950	MULTAS POR AUTO DE INFRAÇÃO REG.ICMS	242.447.047	181.835.286	60.611.762	48.489.410	36.367.057	12.122.352
193.115	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS	430.068.535	322.551.402	107.517.134	86.013.645	64.510.218	21.503.427
199.001	PROGRAMA DE PARCELAMENTO INCENTIVADO DO ICMS	162.059.434	121.544.576	40.514.859	32.411.887	24.308.915	8.102.972
199.009	OUTRAS RECEITAS - ICMS NÃO INSCRITO-ACRESC.FINANC.	394.724.431	296.043.323	98.681.108	78.944.886	59.208.665	19.736.222
SUBTOTAL I		107.578.313.002	80.683.736.808	26.894.576.194	21.515.662.463	16.136.747.224	5.378.915.239
IPVA							
111.205	IMP. SOBRE A PROP.DE VEICULOS AUTOMOTORES	11.403.656.959	5.701.828.480	5.701.828.480	2.280.731.392	1.140.365.696	1.140.365.696
191.141	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPVA	199.779	99.889	99.889	39.956	19.978	19.978
191.314	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA-IPVA	73.028	36.514	36.514	14.606	7.303	7.303
193.114	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPVA	222.889.849	111.444.925	111.444.925	44.577.970	22.288.985	22.288.985
SUBTOTAL II		11.626.819.615	5.813.409.808	5.813.409.808	2.325.363.923	1.162.681.962	1.162.681.962
ITCMD							
111.207	IMP.S/TRANSM.C.MORTIS E DOACAO BENS/DIREITOS	1.265.049.990	1,265.049.990	0	253.009.998	253.009.998	0
191.120	MULTAS E JUROS DE MORA DO ITCMD	191.345.486	191.345.486	0	38.269.097	38.269.097	0
191.320	MULTAS E JUROS DE MORA: DIVIDA ATIVA DO ITCMD	4.261.055	4.261.055	0	852.211	852.211	0
193.120	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ITCMD	2.695.737	2.695.737	0	539.147	539.147	0
199.099	OUTRAS RECEITAS - ACRESC.FINANC.DO PARCEL.ITCMD	8.048.279	8.048.279	0	1.609.656	1.609.656	0
SUBTOTAL III		1.471.400.545	1,471.400.545	0	294.280.109	294.280.109	0
TOTAL IMPOSTOS ESTADUAIS (SUBTOTAL I + II + III)		120.676.533.163	87.968.547.161	32.707.986.002	24.135.306.495	17.593.709.295	6.541.597.200
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO							
172.101	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO – FPE	619.556.073	619.556.073	0	123.911.215	123.911.215	0
172.101	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO – IPI	848.382.243	636.286.682	212.095.561	169.676.449	127.257.336	42.419.112
172.136	TRANSF. FINANC.DO ICMS - DESONERAÇÃO LC 87/96	455.448.825	455.448.825	0	91.089.765	91.089.765	0
SUBTOTAL IV		1.923.387.140	1,711.291.580	212.095.561	384.677.428	342.258.316	42.419.112
TOTAL IMPOSTOS ESTADUAIS E TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO		122.599.920.304	89.679.838.741	32.920.081.563	24.519.983.923	17.935.967.611	6.584.016.313

Os recursos do exercício de 2012 referentes aos Impostos Estaduais foram integralmente depositados a favor do FUNDEB, conforme conciliação efetuada entre os valores devidos e os valores financeiros repassados de acordo com o disposto no artigo 3º da Portaria Conjunta STN/FNDE nº 3, de 22 de novembro de 2010: dos repasses financeiros, de R\$ 24.442.518.929 (coluna C), devem ser deduzidos os depósitos de R\$ 437.826.802 referentes às receitas de 2011 (coluna D) e somados os depósitos de R\$ 130.614.368 efetuados em 2013 e referentes às receitas de 2012 (coluna E), cujo resultado totaliza R\$ 24.135.306.495 (coluna B).

**DEMONSTRATIVO DOS REPASSES DOS IMPOSTOS ESTADUAIS AO FUNDEB
EXERCÍCIO DE 2012**

Impostos Estaduais	Total Receita Estado + Municípios (A)	Total Devido ao FUNDEB (20%) (B = A * 20%)	Repastes Financeiros		
			Total Repassado ao FUNDEB no Exercício de 2012 (C)	Receitas Referentes a 2011 e Repassados ao FUNDEB em 2012 (D)	Receitas Referentes a 2012 e Repassados ao FUNDEB em 2013 (E)
ICMS	107.578.313.002	21.515.662.463	21.791.126.654	390.659.689	115.194.075
IPVA	11.626.819.615	2.325.363.923	2.358.677.084	37.826.894	6.724.659
ITCMD	1.471.400.545	294.280.109	292.715.191	9.340.220	8.695.633
TOTAL	120.676.533.163	24.135.306.495	24.442.518.929	437.826.802	130.614.368

3 RESULTADO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Esse demonstrativo apresenta, de forma sintética, os saldos disponíveis do exercício anterior, as receitas orçamentárias e os ingressos extra-orçamentários, assim como as despesas orçamentárias, os pagamentos extra-orçamentários e os saldos disponíveis para o exercício seguinte.

A composição do Resultado Financeiro e a Disponibilidade por Fonte de Recursos, ao final do exercício de 2012, é a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	CONSOLIDADO
DISPONÍVEL INICIAL	23.846.886.507	9.101.260.380	32.948.146.887
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	144.355.222.167	28.510.931.626	172.866.153.793
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS PAGAS	-129.045.227.072	-45.030.564.601	-174.075.791.673
MOVIMENTO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	-16.510.854.852	16.307.848.078	-203.006.773
DISPONÍVEL ATUAL	22.646.026.751	8.889.475.483	31.535.502.234

FONTE DE RECURSOS	DISPONÍVEL
TESOURO DO ESTADO	19.907.130.237
VINCULADOS ESTADUAIS	819.707.517
VINCULADOS - FUNDO ESPECIAL DE DESPESA	2.272.446.302
REC. PROPRIOS - ADMINISTRACAO INDIRETA	4.295.988.169
VINCULADOS FEDERAIS	3.459.571.171
OPERACOES DE CREDITO	780.658.837
TOTAL	31.535.502.234

Os quadros a seguir demonstram o fluxo financeiro dos Órgãos da Administração Direta, que envolvem os três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), o Ministério Público e a Defensoria Pública do Estado, assim como da Administração Indireta (Autarquias, Fundações e Empresas Dependentes).

FLUXO FINANCEIRO POR TIPO DE ADMINISTRAÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	AUTARQUIAS	FUNDAÇÕES	EMPRESAS DEPENDENTES	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	TOTAL
DISPONÍVEL INICIAL	23.846.886.507	7.565.644.678	1.356.654.066	178.961.636	9.101.260.380	32.948.146.887
111111- CAIXA	738.144	57.889	635.049	919.797	1.612.735	2.350.878
111112- BANCOS CONTA MOVIMENTO	1.719.427.084	121.718.023	13.041.207	17.041.877	151.801.107	1.871.228.191
111113- APLICACOES FINANCEIRAS	22.099.573.012	6.701.952.901	1.342.975.877	138.969.391	8.183.898.169	30.283.471.181
111116- DISPONIBILIDADE EM TRANSITO	26.840.116	741.915.865	1.932	12.602.205	754.520.002	781.360.118
111118- OPERACOES ESPECIAIS	10.120	0	0	0	0	10.120
111119- DISPONIBILIDADE-OPERACOES ESPECIFICAS	292.526	0	0	9.428.367	9.428.367	9.720.892
111122- DISP.NO EXTERIOR - BCO CONTA MOVIMENTO	5.506	0	0	0	0	5.506
RECEITAS ARRECADADAS	144.355.222.167	25.349.037.311	927.969.982	2.233.924.333	28.510.931.626	172.866.153.793
201- ICMS	105.288.966.585	0	0	0	0	105.288.966.585
202- IPVA	11.403.656.959	0	0	0	0	11.403.656.959
203- OUTRAS RECEITAS CORRENTES	25.809.649.241	7.861.517.308	917.624.916	1.366.859.961	10.146.002.185	35.955.651.426
204- RECEITA CORRENTE - INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0	17.440.328.961	0	0	17.440.328.961	17.440.328.961
205- RECEITA DE CAPITAL	1.852.949.382	47.191.043	10.345.066	4.308.473	61.844.582	1.914.793.964
206- RECEITA DE CAPITAL - INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0	0	0	862.755.899	862.755.899	862.755.899
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS PAGAS - DO EXERCÍCIO	-115.681.937.470	-31.565.507.931	-3.007.947.470	-2.382.574.354	-36.956.029.755	-152.637.967.224
3331- PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-42.489.534.496	-4.944.790.158	-1.074.216.568	-958.916.306	-6.977.923.032	-49.467.457.528
3332- JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	-7.082.570.932	-27.934.586	0	0	-27.934.586	-7.110.505.518
3333- OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-57.811.533.336	-24.721.221.550	-1.907.108.042	-1.014.024.376	-27.642.353.968	-85.453.887.304
3344- INVESTIMENTOS	-1.914.797.998	-1.728.535.920	-23.958.811	-409.627.826	-2.162.122.557	-4.076.920.555
3345- INVERSOES FINANCEIRAS	-2.022.281.052	-75.322.722	-2.664.048	-5.847	-77.992.617	-2.100.273.669
3346- AMORTIZACAO DE DIVIDA	-4.361.219.656	-67.702.995	0	0	-67.702.995	-4.428.922.651
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS PAGAS - EXERCÍCIOS ANTERIORES	-13.363.289.602	-7.251.018.446	-195.823.025	-627.693.376	-8.074.534.847	-21.437.824.449
TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS PAGAS	-129.045.227.072	-38.816.526.377	-3.203.770.495	-3.010.267.729	-45.030.564.601	-174.075.791.673
MOVIMENTO EXTRAORÇAMENTÁRIO	-16.510.854.852	13.280.921.587	2.269.598.248	757.328.242	16.307.848.078	-203.006.773
DISPONÍVEL ATUAL	22.646.026.751	7.379.077.199	1.350.451.801	159.946.483	8.889.475.483	31.535.502.234
911111- CAIXA	79.474	10.881	567.164	981.207	1.559.252	1.638.726
911112- BANCO CONTA MOVIMENTO	1.831.343.342	438.707.262	13.047.862	24.723.243	476.478.366	2.307.821.707
911113- APLICACOES FINANCEIRAS	20.739.150.142	6.378.193.311	1.336.810.316	116.932.906	7.831.936.534	28.571.086.675
911116- DISPONIBILIDADE EM TRANSITO	64.832.843	562.165.745	26.459	17.049.430	579.241.634	644.074.477
911118- OPERACOES ESPECIAIS	133.483	0	0	0	0	133.483
911119- DISPONIBILIDADE-OPERACOES ESPECIFICAS	418.149	0	0	259.697	259.697	677.846
911122- DISP. NO EXTERIOR - BCO CONTA MOVIMENTO	10.069.319	0	0	0	0	10.069.319

FLUXO FINANCEIRO POR PODERES

ESPECIFICAÇÃO	EXECUTIVO	LEGISLATIVO	JUDICIÁRIO	MINISTÉRIO PÚBLICO	DEFENSORIA PÚBLICA	TOTAL
DISPONÍVEL INICIAL	30.508.389.831	127.452.884	2.148.813.578	90.471.291	73.019.302	32.948.146.887
111111- CAIXA	2.350.878	0	0	0	0	2.350.878
111112- BANCOS CONTA MOVIMENTO	1.706.386.142	96.189.174	10.657.936	54.755.593	3.239.345	1.871.228.191
111113- APLICACOES FINANCEIRAS	28.008.556.174	31.263.710	2.138.155.642	35.715.698	69.779.957	30.283.471.181
111116- DISPONIBILIDADE EM TRANSITO	781.360.118	0	0	0	0	781.360.118
111118- OPERACOES ESPECIAIS	10.120	0	0	0	0	10.120
111119- DISPONIBILIDADE-OPERACOES ESPECIFICAS	9.720.892	0	0	0	0	9.720.892
111122- DISP.NO EXTERIOR - BCO CONTA MOVIMENTO	5.506	0	0	0	0	5.506
RECEITAS ARRECADADAS	170.563.794.124	114.307.219	2.009.065.808	156.758.177	22.228.465	172.866.153.793
201- ICMS	105.288.966.585	0	0	0	0	105.288.966.585
202- IPVA	11.403.656.959	0	0	0	0	11.403.656.959
203- OUTRAS RECEITAS CORRENTES	33.656.410.944	114.307.219	2.006.622.223	156.697.959	21.613.082	35.955.651.426
204- RECEITA CORRENTE - INTRA-ORÇAMENTÁRIA	17.440.328.961	0	0	0	0	17.440.328.961
205- RECEITA DE CAPITAL	1.911.674.776	0	2.443.586	60.218	615.384	1.914.793.964
206- RECEITA DE CAPITAL - INTRA-ORÇAMENTÁRIA	862.755.899	0	0	0	0	862.755.899
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS PAGAS - DO EXERCÍCIO	-142.690.897.665	-1.173.417.508	-6.914.300.298	-1.373.981.018	-485.370.735	-152.637.967.224
3331- PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-41.179.238.375	-1.018.549.098	-5.839.222.358	-1.266.712.225	-163.735.471	-49.467.457.528
3332- JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	-7.110.505.518	0	0	0	0	-7.110.505.518
3333- OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-83.891.827.320	-151.671.198	-995.978.250	-97.492.662	-316.917.874	-85.453.887.304
3344- INVESTIMENTOS	-3.981.928.768	-3.197.212	-79.099.690	-7.977.496	-4.717.390	-4.076.920.555
3345- INVERSOES FINANCEIRAS	-2.098.475.034	0	0	-1.798.635	0	-2.100.273.669
3346- AMORTIZACAO DE DIVIDA	-4.428.922.651	0	0	0	0	-4.428.922.651
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS PAGAS - EXERCÍCIOS ANTERIORES	-20.613.192.360	-95.114.098	-487.637.307	-180.132.948	-61.747.735	-21.437.824.449
TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTARIAS PAGAS	-163.304.090.025	-1.268.531.606	-7.401.937.606	-1.554.113.966	-547.118.469	-174.075.791.673
MOVIMENTO EXTRAORÇAMENTÁRIO	-8.466.096.799	1.179.989.837	5.113.729.311	1.392.245.614	577.125.263	-203.006.773
DISPONÍVEL ATUAL	29.301.997.131	153.218.334	1.869.671.092	85.361.116	125.254.561	31.535.502.234
911111- CAIXA	1.638.726	0	0	0	0	1.638.726
911112- BANCO CONTA MOVIMENTO	2.111.557.255	116.569.397	13.696.227	65.731.594	267.235	2.307.821.707
911113- APLICACOES FINANCEIRAS	26.533.846.025	36.648.937	1.855.974.865	19.629.522	124.987.327	28.571.086.675
911116- DISPONIBILIDADE EM TRANSITO	644.074.477	0	0	0	0	644.074.477
911118- OPERACOES ESPECIAIS	133.483	0	0	0	0	133.483
911119- DISPONIBILIDADE-OPERACOES ESPECIFICAS	677.846	0	0	0	0	677.846
911122- DISP. NO EXTERIOR - BCO CONTA MOVIMENTO	10.069.319	0	0	0	0	10.069.319

4 INVESTIMENTOS - PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA DO ESTADO

Integra o presente relatório o Demonstrativo da Participação Acionária do Estado nas Empresas Controladas, cujo total evidencia, em valores nominais, a participação do Estado sobre o Patrimônio Líquido de cada empresa, tomando-se como base o percentual de participação no Capital Social Integralizado e apurado no final do exercício de 2012.

Os ajustes dos investimentos nas empresas em que o Estado detém o controle acionário foram efetuados mediante a utilização do MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL, que consiste no cálculo da participação percentual do mesmo sobre o Patrimônio Líquido de cada uma delas, considerando apenas a parte integralizada do capital.

Cumpra destacar que referidos ajustes foram efetuados com base nas informações fornecidas pelas próprias empresas de participação acionária do Estado nos seus respectivos Capitais Sociais, nos exercícios de 2011 e de 2012.

O quadro a seguir demonstra os valores decorrentes da avaliação dos investimentos ajustados que, em 2012, geraram um acréscimo na posição da equivalência patrimonial de R\$ 2.160.461.924.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL
AJUSTE POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL
EXERCÍCIO DE 2012

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL			
AJUSTE POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL			
Empresas	Decréscimo [5.2.3.6.3.00.00]	Acréscimo [6.2.3.6.3.00.00]	Resultado
Majoritárias	675.640.464	3.071.634.141	2.395.993.677
Minoritárias	235.886.522	354.769	(235.531.753)
TOTAL DA EQUIVALÊNCIA	911.526.986	3.071.988.910	2.160.461.924

A participação acionária do Estado, em 31 de dezembro de 2012, totalizou R\$ 44.621.965.369.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
DEMONSTRATIVO DA PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DO ESTADO
EXERCÍCIO DE 2012

DEMONSTRATIVO DO GRUPO 141	
INVESTIMENTOS – PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA	
Participações Acionárias - Alcançadas pela Equivalência Patrimonial	44.317.173.087
Participações Acionárias - Não alcançadas pela Equivalência Patrimonial	304.792.282
TOTAL DO GRUPO 141	44.621.965.369

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
INVESTIMENTOS - PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA
EXERCÍCIO DE 2012

DEMONSTRATIVO DA PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NAS EMPRESAS CONTROLADAS					
ALCANÇADAS PELO CÁLCULO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL					
EMPRESAS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	ADIANTAMENTO P/ FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (-) ADIANTAMENTO	PARTICIPAÇÃO %	SALDO DO INVESTIMENTO PELA EQUIVALÊNCIA
DESENVOLVE SP	1.033.458.111	0	1.033.458.111	99,99800000	1.033.437.442
CDHU	8.483.582.301	898.300.000	7.585.282.301	99,99931925	7.585.230.665
CESP	10.515.779.012	0	10.515.779.012	35,98000000	3.783.577.288
CETESB	501.374.000	2.400.000	498.974.000	99,998733836	498.967.682
CODASP	95.588.320	0	95.588.320	99,99993250	95.588.255
COESP	206.170.866	0	206.170.866	94,73080583	195.307.323
CPOS	75.539.235	0	75.539.235	99,97610000	75.521.181
CPETUR	-664.582	0	-664.582	99,00000000	-657.936
CPP	1.156.415.029	0	1.156.415.029	99,99999870	1.156.415.014
CPSEC	249.149.624	0	249.149.624	99,97000000	249.074.879
CPTM	7.876.869.218	4.347.928.415	3.528.940.803	99,99745000	3.528.850.815
DERSA	1.741.103.758	0	1.741.103.758	99,99000000	1.740.929.647
DOCAS	41.869.496	39.764.546	2.104.950	98,96000000	2.083.059
EMAE	779.780.491	0	779.780.491	38,99000000	304.036.413
EMPLASA	38.315.214	8.335.629	29.979.585	99,99978803	29.979.522
EMTU	430.244.451	0	430.244.451	99,99000000	430.201.427
IMESP	271.745.012	0	271.745.012	99,99712000	271.737.186
IPT	156.034.970	24.493.182	131.541.788	99,99995700	131.541.732
METRÔ	17.498.163.580	0	17.498.163.580	96,56732000	16.897.507.618
PRODESP	409.228.100	18.922.800	390.305.300	99,6316005562	388.867.417
SABESP	11.776.714.000	0	11.776.714.000	50,26000000	5.918.976.456
TOTAL	66.336.460.206	5.340.144.571	57.996.315.635	/ / / / / / / /	44.317.173.087

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA FAZENDA

COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

CONTADORIA GERAL DO ESTADO

BALANÇO GERAL

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2012

2 - DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS

ORÇAMENTÁRIO

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
CONSOLIDADO COM AS EMPRESAS DEPENDENTES

ANEXO Nº 12
EM R\$.

RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	PREVISÃO R\$	EXECUÇÃO R\$	DIFERENÇAS R\$	TÍTULOS	FIXAÇÃO R\$	EXECUÇÃO R\$	DIFERENÇAS R\$
RECEITAS CORRENTES	168.168.230.914,00	170.088.603.930,81	-1.920.373.016,81				
Receita Tributária	122.284.796.168,00	121.781.362.213,62	503.433.954,38				
Receita de Contribuições	4.121.174.737,00	4.393.179.086,65	-272.004.349,65	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS			
Rec.de Contribuições-Intra-orçamentária	16.192.200.982,00	17.359.453.031,50	-1.167.252.049,50	E SUPLEMENTARES	180.180.954.083,00	172.566.699.368,66	7.614.254.714,34
Receita Patrimonial	5.188.488.034,00	5.604.671.280,26	-416.183.246,26	CRÉDITOS P/ SUPERÁVIT FINANCEIRO	540.000.000,00	539.999.571,51	428,49
Receita Agropecuária	29.833.400,00	22.815.216,31	7.018.183,69				
Receita Industrial	211.022.070,00	182.165.603,09	28.856.466,91				
Receita de Serviços	2.670.283.992,00	2.506.763.074,72	163.520.917,28				
Receita de Serviços - Intra-orçamentária	108.475.001,00	80.373.279,07	28.101.721,93				
Transferências Correntes	12.984.747.216,00	12.899.894.869,96	84.852.346,04				
Outras Receitas Correntes	4.370.976.110,00	5.257.423.625,52	-886.447.515,52				
Outras Receitas Correntes - Intra-orçamentária	6.233.204,00	502.650,11	5.730.553,89				
RECEITAS DE CAPITAL ORÇAMENT/INTRA-ORÇAMENT.	5.899.646.386,00	2.777.549.862,62	3.122.096.523,38				
SOMA	174.067.877.300,00	172.866.153.793,43	1.201.723.506,57	SOMA	180.720.954.083,00	173.106.698.940,17	7.614.255.142,83
DÉFICITS	6.653.076.783,00	240.545.146,74	6.412.531.636,26	SUPERÁVITS	0,00	0,00	0,00
TOTAL	180.720.954.083,00	173.106.698.940,17	7.614.255.142,83	TOTAL	180.720.954.083,00	173.106.698.940,17	7.614.255.142,83

CONTADORIA GERAL DO ESTADO, em 15 de abril de 2013

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS
CONSOLIDADO COM AS EMPRESAS DEPENDENTES

ANEXO Nº 1
EM R\$.

RECEITA				DESPESA					
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	
RECEITAS CORRENTES					DESPESAS CORRENTES				
Receita Tributária	121.781.362.213,62	70,35			Pessoal e Encargos Sociais	40.618.850.957,20	23,46		
Receita de Contribuições	4.393.179.086,65	2,54			Pessoal e Enc. Soc. - Intra-Orçament.	17.359.454.947,42	10,03		
Rec. de Contribuições Intra-orçamentária	17.359.453.031,50	10,03			Juros e Encargos da Dívida	7.701.378.207,13	4,45		
Receita Patrimonial	5.604.671.280,26	3,24			Outras Despesas Correntes	90.402.377.811,17	52,22		
Receita Agropecuária	22.815.216,31	0,00			Outras Despesas Correntes - Intra-Orçament.	80.874.013,26	0,05	156.162.935.936,18	90,20
Receita Industrial	182.165.603,09	0,11							
Receita de Serviços	2.506.763.074,72	1,45			SUPERÁVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE			13.925.667.994,63	8,04
Receita de Serviços-Intra-orçamentária	80.373.279,07	0,05			TOTAL			170.088.603.930,81	98,26
Transferências Correntes	12.899.894.869,96	7,45							
Outras Receitas Correntes	5.257.423.625,52	3,04							
Outras Receitas Correntes - Intra-orçamentária	502.650,11	0,00							
TOTAL			170.088.603.930,81	98,26					
SUPERÁVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE									
			13.925.667.994,63	8,04					
RECEITAS DE CAPITAL					DESPESAS DE CAPITAL				
Operações de Crédito	790.014.013,61	0,46			Investimentos	8.101.099.083,06	4,68		
Alienação de Bens	1.026.105.332,48	0,59			Inversões Financeiras	3.197.012.316,13	1,85		
Amortização de Empréstimos	12.408.690,59	0,01			Inversões Financ. - Intra-Orçament.	862.755.899,01	0,50		
Transferências de Capital	62.828.188,89	0,04			Amortização da Dívida Interna/Externa	4.782.895.705,79	2,76	16.943.763.003,99	9,79
Outras Receitas de Capital	23.437.738,04	0,01							
Outras Rec.de Cap.- Intra-orçament.	862.755.899,01	0,50	2.777.549.862,62	1,60					
DÉFICIT			240.545.146,74	0,15					
TOTAL			16.943.763.003,99	9,80	TOTAL			16.943.763.003,99	9,80

RESUMO	RECEITA	%	DESPESA	%
RECEITAS E DESPESAS CORRENTES	170.088.603.930,81	98,26	156.162.935.936,18	90,21
RECEITAS E DESPESAS DE CAPITAL	2.777.549.862,62	1,60	16.943.763.003,99	9,79
SUPERÁVIT/DÉFICIT	240.545.146,74	0,14	0,00	0,00
TOTAIS	173.106.698.940,17	100,00	173.106.698.940,17	100,00

CONTADORIA GERAL DO ESTADO, em 15 de abril de 2013

CONTADORIA GERAL DO ESTADO
CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012
CRÉDITOS AUTORIZADOS - ORÇAMENTÁRIOS E ADICIONAIS
CONSOLIDADO

ÓRGÃOS	CRÉDITOS AUTORIZADOS DESTINADOS AO EXERCÍCIO	
01000	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	812.101.294,00
02000	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	530.817.589,00
03000	TRIBUNAL DE JUSTICA	7.862.752.570,00
06000	TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	45.427.466,00
08000	SECRETARIA DA EDUCACAO	22.676.796.144,00
08046	FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	122.134.120,00
09000	SECRETARIA DA SAUDE	13.850.001.185,00
09045	FUND.PARA O REM.POPULAR CHOPIN T.LIMA-FURP	210.559.121,00
09046	FUNDACAO ONCOCENTRO DE SAO PAULO	8.719.869,00
09047	FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	69.086.889,00
09055	SUPERINTENDENCIA DE CONTROLE ENDEMIAS-SUCEN	67.169.951,00
09056	HOSPITAL DAS CLINICAS FAC. MEDICINA RIB PRET	376.578.223,00
09057	HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	1.014.594.858,00
09059	HOSP.CLINICAS FAC.MEDICINA DE BOTUCATU-HCFMB	46.885.936,00
10000	SEC.DESENV. ECONOMICO, CIENCIA E TECNOLOGIA	339.836.653,00
10047	FUNDACAO AMPARO PESQUISA EST.SAO PAULO-FAPES	1.200.565.281,00
10058	UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	5.371.817.292,00
10059	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	2.226.785.136,00
10061	UNIVERSIDADE EST PAUL.JULIO MESQ.FILHO- UNES	2.194.373.997,00
10063	CENTRO EST.EDUC.TECNOLOG.PAULA SOUZA-CEETEPS	1.379.889.523,00
10065	FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	66.655.855,00
10066	FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRET	60.949.835,00
10067	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO-JUCES	2.000.000,00
10091	INST.PESQUISAS TECN.EST.DE S.P.S/A-IPT	187.724.391,00
12000	SECRETARIA DA CULTURA	684.393.630,00
12045	FUND.PADRE ANCHIETA-CENTRO PAUL.RADIO-TV EDU	192.083.236,00
12046	FUNDACAO MEMORIAL DA AMERICA LATINA	15.954.088,00
13000	SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	998.986.187,00
16000	SECRETARIA DE LOGISTICA E TRANSPORTES	925.471.494,00
16055	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	4.330.277.285,00
16056	DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAES	137.863.983,00
16057	AG.REGUL.SERV.PUBL.DELEG.TRANS.P.E.S.P.-ARTES	321.656.000,00
17000	SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	154.745.354,00
17046	FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCO	61.720.221,00
17047	FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	65.158.281,00
17048	FUND.CTO.AT.SOCIOEDUC.ADOLESC.-FUND.CASA S.P	1.003.358.372,00
17055	INST.MED.SOCIAL CRIMINOLOGIA DE SP-IMESC	19.851.808,00
17056	INST.DE PESOS E MEDIDAS EST.SP - IPEM	124.922.580,00
18000	SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	14.426.664.719,00
18058	CAIXA BENEFICENTE DA POLICIA MILITAR	189.151.954,00
20000	SECRETARIA DA FAZENDA	3.251.803.419,00
20058	INST.DE PAGAMENTOS ESPECIAIS DE S.P.- IPESP	56.831.908,00
20060	CART.PREVIDENCIA DOS ECONOMISTAS DE SAO PAUL	9.650,00
20065	SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	21.343.637.104,00
21000	ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO	49.257.880.369,00
23000	SEC.DO EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO	133.299.241,00
23055	SUPERINT.TRAB.ARTESANAL COMUNID.-SUTACO	4.405.158,00
25000	SECRETARIA DA HABITACAO	1.306.592.493,00

CONTADORIA GERAL DO ESTADO
CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012
CRÉDITOS AUTORIZADOS - ORÇAMENTÁRIOS E ADICIONAIS
CONSOLIDADO

ÓRGÃOS	CRÉDITOS AUTORIZADOS DESTINADOS AO EXERCÍCIO	
26000	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	303.722.910,00
26045	FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	142.204.513,00
26046	FUNDACAO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO	36.411.473,00
26097	CETESB-COMPANHIA AMBIENTAL DO EST.DE S.PAULO	382.877.846,00
27000	MINISTERIO PUBLICO	1.557.090.261,00
28000	CASA CIVIL	390.042.908,00
29000	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENV.REGIONAL	691.510.805,00
29045	FUNDACAO PREFEITO FARIA LIMA-CEPAM	31.104.056,00
29048	FUND.SISTEMA EST.DE ANALISE DE DADOS-SEADE	46.213.075,00
35000	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	944.420.290,00
37000	SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	5.069.117.175,00
37092	CIA.PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS-CPTM	2.631.149.118,00
38000	SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	2.867.003.890,00
38045	FUND.PROF.DR.MANOEL PEDRO PIMENTEL-FUNAP	55.700.232,00
39000	SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HIDRICOS	455.806.333,00
39055	DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	890.688.737,00
40000	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	1.057.293.842,00
41000	SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	171.471.631,00
42000	DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO	609.139.295,00
44000	SECRETARIA DE GESTAO PUBLICA	847.249.452,00
44047	FUNDAÇÃO DESENVOLV.ADMINISTRATIVO - FUNDAP	341.537.527,00
44058	INSTITUTO ASSISTENCIA MED.SER.PUBLICO-IAMSPE	851.280.492,00
47000	SECR.EST.DIREITOS PESSOA COM DEFICIENCIA	50.033.796,00
48000	SECR. DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO	71.436.470,00
48055	AGENCIA METROPOLITANA BAIXADA SANTISTA-AGEM	4.805.505,00
48056	AGENCIA METROPOLITANA DE CAMPINAS-AGEMCAMP	6.719.608,00
48090	EMP.PAULISTA PLANEJ.METROPOLITANO S.A-EMPLAS	45.461.704,00
49000	SECRETARIA DE ENERGIA	46.955.552,00
49055	AG.REGULADORA SANEAM.ENERGIA EST.S.P.-ARSESP	89.310.090,00
50000	SECRETARIA DE TURISMO	293.031.904,00
50090	COMPANHIA PAULISTA EVENTOS E TURISMO-CPETUR	9.221.881,00
TOTAL GERAL		180.720.954.083,00

CONTADORIA GERAL DO ESTADO, EM 15 de Abril de 2013

CONTADORIA GERAL DO ESTADO
CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012
RESUMO GERAL DA RECEITA
CONSOLIDADO

ANEXO 2
FOLHA 1

CÓDIGO DA RECEITA	ESPECIFICAÇÃO	ALÍNEAS E SUBALÍNEAS	RUBRICAS	FONTES	CATEGORIA ECONÔMICA
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES				152.648.274.970,13
1100.00.00	RECEITA TRIBUTARIA			121.781.362.213,62	
1110.00.00	IMPOSTOS		117.957.673.533,71		
1112.00.00	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMONIO E A RENDA	12.668.706.949,09			
1112.05.00	IMP. SOBRE A PROP.DE VEICULOS AUTOMOTORES	11.403.656.959,25			
1112.05.51	IPVA-PARTE DO ESTADO	4.561.309.042,50			
1112.05.52	IPVA-PARTE DOS MUNICIPIOS	5.701.636.303,11			
1112.05.54	IPVA-PARTE FUNDEB	1.140.327.260,62			
1112.05.61	IPVA-PPD-PARTE DO ESTADO	153.741,21			
1112.05.62	IPVA-PPD-PARTE DOS MUNICIPIOS	192.176,51			
1112.05.64	IPVA-PPD-PARTE FUNDEB	38.435,30			
1112.07.00	IMP.S/TRANSM.C.MORTIS E DOACAO BENS/DIREITOS	1.265.049.989,84			
1112.07.51	ITCMD-PARTE DO ESTADO	1.012.039.991,87			
1112.07.54	ITCMD-PARTE DO FUNDEB	253.009.997,97			
1113.00.00	IMPOSTOS SOBRE A PRODUCAO E A CIRCULACAO	105.288.966.584,62			
1113.02.00	IMP.S/OP.REL.CIRC.MERC.PREST.SERV.TRANSP.COM	105.288.966.584,62			
1113.02.51	ICMS-PARTE DO ESTADO	63.173.381.595,77			
1113.02.52	ICMS-PARTE DOS MUNICIPIOS	26.322.239.589,90			
1113.02.54	ICMS-PARTE FUNDEB	15.793.345.398,95			
1120.00.00	TAXAS		3.823.679.990,25		
1121.00.00	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	25.824.942,90			
1121.26.00	TAXA DE PUBLICIDADE COMERCIAL	3.805,96			
1121.26.01	TAXA DE PUBLICIDADE COMERCIAL	3.805,96			
1121.36.00	TAXA APREENSAO,DEPOSITO/LIBERACAO DE ANIMAIS	15.674,00			
1121.36.01	TAXA APREENSAO,DEPOSITO/LIBERACAO DE ANIMAIS	15.674,00			
1121.37.00	TAXA DE REGULACAO DE SERV.DE GAS CANALIZADO	7.724.611,47			
1121.37.01	TAXA DE REGULACAO DE SERV.DE GAS CANALIZADO	7.724.611,47			
1121.99.00	OUTRAS TAXAS PELO EXERC.DO PODER DE POLICIA	18.080.851,47			
1121.99.01	TAXA DE FISCALIZACAO DE SERVS.DIVS-TABELA"B"	7.268.794,00			
1121.99.02	TAXA TCRF DOS PREST.SERV.DE SANEAM.BASICO	10.812.057,47			
1122.00.00	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	3.797.855.047,35			
1122.08.00	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS	676.995.069,49			
1122.08.01	EMOL.E CUSTAS QUE CONST.RENDA DO ESTADO JUDI	443.532.646,03			
1122.08.02	REEMB.DESP.COND.OF.JUST.,JUST.GRATUITA-JUDIC	73.919.590,88			
1122.08.03	TX.JUD.INCID.S/SERV.PUBL.DE NATUREZA FORENSE	159.542.832,58			
1122.29.00	EMOLUMENTOS E CUSTAS EXTRAJUDICIAIS	658.290.142,91			
1122.29.01	EMOLUM.E CUSTAS Q.CONST.RENDA EST.-EXTRAJUDI	128.367.310,59			
1122.29.02	TAXA CONTR.FUNDO ASSIST.JUDIC.-EXTRAJUDICIAI	478.562.102,07			
1122.29.03	REEMB.DESP.COND.OF.JUST.REF.JUST.GRAT-EXTRA	51.360.730,25			
1122.99.00	OUTRAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	2.462.569.834,95			
1122.99.01	TAXAS DOS SERVICOS DE TRANSITO-DET-TABELA C	2.383.795.543,35			
1122.99.03	TAXA DE SERVICOS DIVERSOS - TABELA A	8.995.473,05			
1122.99.04	FUNDO INCENT.A SEG.PUBL.FISP-SEC.SEG.PUBL.	2.167.081,97			
1122.99.05	TXS.EMOL.DA JUNTA COM.-REG.COMERC.E AFINS	46.295.535,68			
1122.99.06	1% EMOL.DEVIDOS STA CASA MISER.ATOS EXTRAJUD	11.930.155,22			
1122.99.07	FUNDO DE ATUALIZACAO TECNOL.DA SEC.DA FAZEND	9.386.045,68			
1130.00.00	CONTRIBUICAO DE MELHORIA		8.689,66		
1130.00.00	ARRECADADA PELO ESTADO	8.689,66			

CONTADORIA GERAL DO ESTADO
CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012
RESUMO GERAL DA RECEITA
CONSOLIDADO

ANEXO 2
FOLHA 2

CÓDIGO DA RECEITA	ESPECIFICAÇÃO	ALÍNEAS E SUBALÍNEAS	RUBRICAS	FONTES	CATEGORIA ECONÔMICA
1130.99.00	OUTRAS CONTRIBUICOES DE MELHORIA	8.689,66			
1130.99.01	OUTRAS CONTRIBUICOES DE MELHORIA	8.689,66			
1200.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUICOES			4.393.179.086,65	
1210.00.00	CONTRIBUICOES SOCIAIS		4.393.179.086,65		
1210.00.00	CONTRIBUICOES SOCIAIS	4.393.179.086,65			
1210.18.00	CONTRIB.S/REC.DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	1.562.763,28			
1210.18.05	CONTRIB.S/ RECEITA DE LOTERIA INSTANTANEA	1.562.763,28			
1210.29.00	CONTRIB. P/ REG.PROPRIO DE PREV. SERV.PUBLIC	3.462.256.991,57			
1210.29.01	CONTRIB. PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL	366,92			
1210.29.08	CONTRIBUICAO DE SERVIDOR - ATIVO MILITAR	362.819.242,42			
1210.29.10	CONTRIBUICAO DE SERVIDOR - INATIVO MILITAR	160.986.864,83			
1210.29.12	CONTRIBUICOES DE PENSIONISTA MILITAR	49.492.527,45			
1210.29.20	CONTR.PENSIONISTA P/REG.PROPR.PREV.- P.EXEC.	109.406.729,01			
1210.29.21	CONTR.PENSIONISTA P/REG.PROPR.PREV.- P.LEGIS	6.042.523,93			
1210.29.22	CONTR.PENSIONISTA P/REG.PROPR.PREV.- P.JUDIC	25.993.496,96			
1210.29.23	CONTR.PENSIONISTA P/REG.PROPR.PREV.- MIN.PUB	4.229.356,37			
1210.29.51	CONTRIB.SERV. ATIVO CIVIL-PODER LEGIS. SPPRE	42.350.096,11			
1210.29.52	CONTRIB.SERV.ATIVO CIVIL - PODER JUD.SPPREV	397.498.506,84			
1210.29.53	CONTRIB.SERV.ATIVO CIVIL- MIN.PUBLICO SPPREV	88.230.350,92			
1210.29.54	CONTRIB DE SERV ATIVO CIVIL-EXEC DIR-SPPREV	1.534.873.331,85			
1210.29.55	CONTRIB.SERV.ATIVO CIVIL-PODER EXE.IND.SPPRE	262.240.007,25			
1210.29.56	CONTRIB.SERV.ATIVO AFASTADO-SPPREV	4.875.038,95			
1210.29.57	CONTRIB.SERV.ATIVO CIVIL-DEFENS.PUBL-SPPREV	10.617.638,28			
1210.29.61	CONTRIB.SERV.INATIVO CIVIL - P.LEGIS.-SPPREV	18.504.666,29			
1210.29.62	CONTRIB.SERV.INATIVO CIVIL-PODER JUD.-SPPREV	78.373.985,77			
1210.29.63	CONTRIB.SERV.INATIVO CIVIL-MIN.PUBLICO SPPRE	20.582.887,16			
1210.29.64	CONTRIB.SERV.INATIVO DO EXEC.DIRETA-SPPREV	164.597.658,97			
1210.29.65	CONTRIB.SERV.INATIVO DO EXEC.INDIRETA-SPPRE	108.690.285,50			
1210.29.66	CONTRIB.SERV.INATIVO CIVIL-DEFENS.PUBL.SPPRE	68.509,28			
1210.29.99	OUTRAS CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS	11.782.920,51			
1210.99.00	OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	929.359.331,80			
1210.99.01	CONTRIBUICOES FACULTATIVAS	5.995,64			
1210.99.02	CONTRIBUICOES FACULTATIVAS DOS AGREGADOS	75.449.569,43			
1210.99.03	CONTR.P/ASSIST.MEDICA.HOSPITALAR E ODONTOLOG	157.537.979,18			
1210.99.04	CONTRIBUICOES FACULTATIVAS - INATIVO	681.944,92			
1210.99.06	CONTRIBUICOES FACULTATIVAS - SERVIDORES CLT	2.922.524,91			
1210.99.07	CONTRIBUIC. FACULTAT. AGREGADOS-SERVID. CLT	1.920.365,02			
1210.99.11	CONTRIBUICOES OBRIGATORIAS	619.081.001,86			
1210.99.12	CONTRIB.SOBRE A COMPLEMEN.DE APOSENT.E PENSE	14.251.117,84			
1210.99.90	OUTRAS CONTR.PREV.-INSUFIC.FINANC-SPPREV	57.508.833,00			
1300.00.00	RECEITA PATRIMONIAL			5.604.671.280,26	
1310.00.00	RECEITAS IMOBILIARIAS		60.006.191,77		
1311.00.00	ALUGUEIS	45.979.862,94			
1311.99.00	OUTRAS RECEITAS DE ALUGUEIS	45.979.862,94			
1311.99.01	OUTRAS RECEITAS DE ALUGUEIS DO ESTADO	45.979.862,94			
1312.00.00	ARRENDAMENTOS	13.677.279,13			
1312.01.00	ARRENDAMENTOS	13.677.279,13			
1312.01.01	OUTROS ARRENDAMENTOS DO ESTADO	13.677.279,13			
1319.00.00	OUTRAS RECEITAS IMOBILIARIAS	349.049,70			

CONTADORIA GERAL DO ESTADO
CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012
RESUMO GERAL DA RECEITA
CONSOLIDADO

ANEXO 2
FOLHA 3

CÓDIGO DA RECEITA	ESPECIFICAÇÃO	ALÍNEAS E SUBALÍNEAS	RUBRICAS	FONTES	CATEGORIA ECONÔMICA
1319.01.00	OUTRAS RECEITAS IMOBILIARIAS	349.049,70			
1319.01.01	OUTRAS RECEITAS IMOBILIARIAS DO ESTADO	349.049,70			
1320.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS		3.871.576.437,68		
1321.00.00	JUROS DE TITULOS DE RENDA	419.335.830,01			
1321.99.00	OUTROS JUROS DE TITULOS DE RENDA	419.335.830,01			
1321.99.01	JUROS DE CAPITAL PROPRIO - SABESP	290.850.548,60			
1321.99.03	JUROS DE CAPITAL PROPRIO - CTEEP	11.748.721,26			
1321.99.04	OUTROS JUROS DE CAPITAL PROPRIO	121.183,86			
1321.99.06	JUROS DE CAPITAL PROPRIO - IMESP	15.231.561,34			
1321.99.07	JUROS DE CAPITAL PROPRIO - PRODESP	10.262.067,49			
1321.99.08	JUROS DE CAPITAL PROPRIO - CPP	32.362.349,36			
1321.99.09	JUROS DE CAPITAL PROPRIO - CESP	36.945.825,26			
1321.99.11	JUROS DE CAPITAL PROPRIO - NCD/AFESP	21.813.572,84			
1322.00.00	DIVIDENDOS	269.037.165,52			
1322.01.00	DIVIDENDOS	269.037.165,52			
1322.01.01	OUTROS DIVIDENDOS DO ESTADO	1.310.348,83			
1322.01.02	DIVIDENDOS DAS ACOES DA CESP	144.046.143,12			
1322.01.03	DIVIDENDOS DAS ACOES DA CPFL	8.549,10			
1322.01.04	DIVIDENDOS DAS ACOES DA IMESP	94.767.270,60			
1322.01.09	DIVIDENDOS DAS ACOES DA CTEEP	21.323.161,83			
1322.01.12	DIVIDENDOS DAS ACOES DA NCD/AFESP	7.581.692,04			
1325.00.00	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	3.177.312.828,35			
1325.01.00	REC.DE REMUNER.DE DEP.BANC.- APLIC.FINANCEIR	3.177.312.828,35			
1325.01.01	FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO - FIF - TES	2.771.695.839,82			
1325.01.03	REMUNERACAO DEP.BANC.REC.VINCULADOS-FUNDES	21.691.786,69			
1325.01.05	REMUNERACAO DEP.BANC.REC.VINCULADOS-FUNDESP	64.029.487,44			
1325.01.06	OUTRAS APLICACOES FINANCEIRAS	57.647.745,35			
1325.01.07	REMUNERACAO DEP. BANC RECUR. VINC. FUNDEB	262.247.969,05			
1328.00.00	REMUNERACAO DOS INVESTIMENTOS DO RPPS	5.890.613,80			
1328.10.00	REMUNERACAO DOS INVESTIMENTOS	5.890.613,80			
1328.10.01	REMUNER.DOS INVEST.DO RPPS EM RENDA FIXA	5.890.613,80			
1330.00.00	RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES		581.084.854,85		
1331.00.00	RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES - SERVICO	1.295.455,48			
1331.03.00	REC. OUTORGA P/EXPLOR. SERV. ENERGIA ELETRICA DO ESTADO	1.295.455,48			
1331.03.01	DO ESTADO	1.295.455,48			
1339.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CONCESSOES E PERMISSOES	579.789.399,37			
1339.01.00	OUTRAS RECEITAS DE CONCESSOES E PERMISSOES DO ESTADO	579.789.399,37			
1339.01.01	DO ESTADO	228.978.733,37			
1339.01.02	RECOLHIMENTO DE ONUS FIXO - DER	290.810.666,00			
1339.01.04	RECOLHIMENTO DE ONUS FIXO-RECEBIVEIS -CPP-DE	60.000.000,00			
1390.00.00	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS		1.092.003.795,96		
1390.00.00	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	1.092.003.795,96			
1390.99.00	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	1.092.003.795,96			
1390.99.01	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	1.092.003.795,96			
1400.00.00	RECEITA AGROPECUARIA			22.815.216,31	
1410.00.00	RECEITA DA PRODUCAO VEGETAL		18.609.205,55		
1410.00.00	RECEITA DA PRODUCAO VEGETAL	18.609.205,55			
1410.01.00	RECEITA DA PRODUCAO VEGETAL	18.609.205,55			

CONTADORIA GERAL DO ESTADO
CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012
RESUMO GERAL DA RECEITA
CONSOLIDADO

ANEXO 2
FOLHA 4

CÓDIGO DA RECEITA	ESPECIFICAÇÃO	ALÍNEAS E SUBALÍNEAS	RUBRICAS	FONTES	CATEGORIA ECONÔMICA
1410.01.01	RECEITAS DA PRODUCAO VEGETAL DO ESTADO	18.609.205,55			
1420.00.00	RECEITA DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS		2.934.342,51		
1420.00.00	RECEITA DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS	2.934.342,51			
1420.01.00	RECEITA DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS	2.934.342,51			
1420.01.01	REC.DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS DO ESTADO	2.934.342,51			
1490.00.00	OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS		1.271.668,25		
1490.00.00	OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS	1.271.668,25			
1490.01.00	OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS	1.271.668,25			
1490.01.01	OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS DO ESTADO	1.271.668,25			
1500.00.00	RECEITA INDUSTRIAL			182.165.603,09	
1520.00.00	RECEITA DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO		182.165.603,09		
1520.00.00	RECEITA DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	182.165.603,09			
1520.21.00	REC. INDUST.PROD.FARMACEUTICOS E VETERINARIO	67.771,69			
1520.21.01	RECEITAS: PROD.FARMACEUT/VETERINAR.DO ESTADO	67.771,69			
1520.29.00	RECEITA DA INDUSTRIA EDITORIAL E GRAFICA	1.200.233,15			
1520.29.01	RECEITAS: IND. EDITORIAL E GRAFICA DO ESTADO	1.200.233,15			
1520.99.00	OUTRAS REC.DA IND.DE TRANSFORMACAO	180.897.598,25			
1520.99.01	OUTRAS RECEITAS: INDUSTR.TRANSFORM. DO ESTAD	180.897.598,25			
1600.00.00	RECEITA DE SERVICOS			2.506.763.074,72	
1600.00.00	RECEITA DE SERVICOS		2.506.763.074,72		
1600.00.00	RECEITA DE SERVICOS	2.506.763.074,72			
1600.01.00	SERVICOS COMERCIAIS	26.816.334,47			
1600.01.99	OUTROS SERVICOS COMERCIAIS	26.816.334,47			
1600.02.00	SERVICOS FINANCEIROS	15.482.197,25			
1600.02.01	SERVICOS DE JUROS DE EMPRESTIMOS	1.083.300,37			
1600.02.03	SERVICOS FINANCEIROS DO FCVS	14.398.896,88			
1600.03.00	SERVICOS DE TRANSPORTE	1.096.779.559,29			
1600.03.01	SERVICOS DE TRANSPORTE RODOVIARIO	102.745.071,94			
1600.03.02	SERVICOS DE TRANSPORTE FERROVIARIO	987.047.011,21			
1600.03.03	SERVICOS DE TRANSPORTE HIDROVIARIO	6.987.476,14			
1600.05.00	SERVICOS DE SAUDE	176.133.423,85			
1600.05.01	SERVICOS HOSPITALARES	3.805.959,29			
1600.05.02	SERV.REGIST.ANAL/CONTR.PROD.SUJ.A NOR.VIG.SA	88.763,50			
1600.05.99	OUTROS SERVICOS DE SAUDE	172.238.701,06			
1600.11.00	SERVICOS DE METROLOGIA E CERTIFICACAO	1.064.612,56			
1600.11.99	OUTROS SERVICOS DE METROLOGIA E CERTIFICACAO	1.064.612,56			
1600.13.00	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	5.271.260,13			
1600.13.01	SERVICOS DE INSCRICAO EM CONCURSOS PUBLICOS	1.079.760,96			
1600.13.02	SERVICOS DE VENDA DE EDITAIS	105.340,32			
1600.13.07	SERV.DE FOTOCOPIAS E/OU COPIAS HELIOGRAFICAS	2.672.153,99			
1600.13.99	OUTROS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	1.414.004,86			
1600.16.00	SERVICOS EDUCACIONAIS	2.786.609,28			
1600.16.01	RECEITA DE SERVICOS EDUCACIONAIS DO ESTADO	2.786.609,28			
1600.17.00	SERVICOS AGROPECUARIOS	19.489.443,72			
1600.17.01	RECEITAS DE SERVICOS AGROPECUARIOS DO ESTADO	19.489.443,72			
1600.19.00	SERVICOS RECREATIVOS E CULTURAIIS	2.579.976,04			
1600.19.01	REC: SERVICOS RECREATIVOS/CULTURAIIS DO ESTAD	2.579.976,04			
1600.22.00	SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	8.488.032,49			

CONTADORIA GERAL DO ESTADO
CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012
RESUMO GERAL DA RECEITA
CONSOLIDADO

ANEXO 2
FOLHA 5

CÓDIGO DA RECEITA	ESPECIFICAÇÃO	ALÍNEAS E SUBALÍNEAS	RUBRICAS	FONTES	CATEGORIA ECONÔMICA
1600.22.01	SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS DO ESTADO	8.488.032,49			
1600.26.00	SERVICOS DE FORNECIMENTO DE AGUA	29.745.700,55			
1600.26.01	FIN.ACOES C/REC.COBR.P/USO DA AGUA	29.745.700,55			
1600.99.00	OUTROS SERVICOS	1.122.125.925,09			
1600.99.01	OUTROS SERVICOS DO ESTADO	1.009.645.520,95			
1600.99.04	LICENCA DE INSTALACAO E FUNCIONAMENTO	112.006.283,65			
1600.99.09	SERVICO PUBLICO JUDICIARIO - EXTRAJUDICIAIS	474.120,49			
1700.00.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES			12.899.894.869,96	
1720.00.00	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		12.664.773.410,98		
1721.00.00	TRANSFERENCIAS DA UNIAO	12.664.104.405,98			
1721.01.00	PARTICIPACAO NA RECEITA DA UNIAO	6.336.542.620,05			
1721.01.04	TRANSF.DO IMPOSTO SOBRE A RENDA RET.NA FONTE	4.663.906.405,40			
1721.01.13	CTA-PTE CONTR.INTERV.DOMINIO ECONOMICO - CID	153.502.643,82			
1721.01.32	CTA-PTE IMP.OP.CRED.CAMB.SEG.TIT.VAL.MOB.OUR	27.707,42			
1721.01.51	FPE:COTA-PARTE FUNDO PARTICIPACAO DOS ESTADO	495.644.858,03			
1721.01.54	COTA PTE DO FDO DE PARTIC DOS EST-PTE FUNDEB	123.911.214,51			
1721.01.61	COTA PARTE DO IPI - PARTE DO ESTADO	509.029.345,76			
1721.01.62	COTA-PARTE DO IPI - PARTE DOS MUNICIPIOS	212.095.560,75			
1721.01.64	COTA PARTE DO IPI - PARTE DO FUNDEB	127.257.336,42			
1721.01.72	COTA PARTE DA CIDE - PARTE DOS MUNICIPIOS	51.167.547,94			
1721.22.00	TRANSF.COMPENS.FINANC.P/EXPLORACAO REC.NATUR	196.578.130,35			
1721.22.11	COTA-PTE: COMPENS.FINAN. DE RECURSOS HIDRICO	95.338.608,23			
1721.22.20	COTA-PTE: COMPENS.FINANC. REC.MINERAIS - CFE	15.649.567,86			
1721.22.30	COTA-PTE ROYALTIES: COMP.FINANC.PROD.PETROLE	85.589.954,26			
1721.33.00	TRANSF.DE RECURS.DO SUS-REPASSE FUNDO A FUND	3.772.235.484,74			
1721.33.02	TRANSF.DE REC.SUS-REPASSE FUNDO A FUNDO	1.282.361.480,50			
1721.33.03	TRANSF.REC.SUS-REPASSE FUNDO-FUNDO-GEST.MUNI	2.489.874.004,24			
1721.35.00	TRANSF.REC.DO FDO.NAC DO DESENV.DA EDUC.FNDE	1.782.895.469,00			
1721.35.01	TRANSFERENCIA DO SALARIO EDUCACAO - 2/3	1.579.257.243,78			
1721.35.02	TRANSF.DIRETAS DO FNDE REF.AO PDDE	73.216.614,26			
1721.35.03	TRANSF.DIR.DO FNDE: PROG.NAC.ALIM.ESC. - PNA	130.421.610,96			
1721.36.00	TRANSF.FINANC. DO ICMS - DESONERACAO LC 87/9	455.448.825,00			
1721.36.51	TRANSF.FINANC.ICMS-DESONERACAO-LC 87/96	364.359.060,00			
1721.36.54	TRANSF.FINANC.ICMS-DESONERACAO - PARTE FUNDE	91.089.765,00			
1721.99.00	OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	120.403.876,84			
1721.99.02	DEMAIS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	120.403.876,84			
1722.00.00	TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	669.005,00			
1722.99.00	OUTRAS TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	669.005,00			
1722.99.02	DEMAIS TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	669.005,00			
1730.00.00	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS		14.081.053,38		
1730.01.00	DOACOES DE INSTITUICOES DIVERSAS	14.081.053,38			
1730.01.01	DOACOES DE INSTITUICOES DIVERSAS AO ESTADO	13.999.572,00			
1730.02.00	DEMAIS TRANSF.DE INSTIT. PRIVADAS AO ESTADO	81.481,38			
1730.02.01	DEMAIS TRANSF.DE INSTITUICOES PRIVADAS	81.481,38			
1740.00.00	TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR		69.400,00		
1740.00.01	DOACOES DO EXTERIOR	69.400,00			
1740.02.00	OUTRAS TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR	69.400,00			

CONTADORIA GERAL DO ESTADO
CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012
RESUMO GERAL DA RECEITA
CONSOLIDADO

ANEXO 2
FOLHA 6

CÓDIGO DA RECEITA	ESPECIFICAÇÃO	ALÍNEAS E SUBALÍNEAS	RUBRICAS	FONTES	CATEGORIA ECONÔMICA
1740.02.01	OUTRAS TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR	69.400,00			
1750.00.00	TRANSFERENCIAS DE PESSOAS		3.370,00		
1750.00.00	TRANSFERENCIAS DE PESSOAS	3.370,00			
1750.01.00	DOACOES DE PESSOAS FISICAS	3.370,00			
1750.01.01	DOACOES DE PESSOAS FISICAS	3.370,00			
1760.00.00	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS		220.967.635,60		
1761.00.00	TRANSF.DE CONVENIOS DA UNIAO E SUAS ENTIDADE	193.422.083,13			
1761.99.00	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	193.422.083,13			
1761.99.01	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	193.422.083,13			
1762.00.00	TRANSF.CONVENIOS DO ESTADO E SUAS ENTIDADES	18.267.052,89			
1762.02.00	TRANSFERENCIAS CONVENIO DOS ESTADOS	12.194.140,14			
1762.02.01	TRANSFERENCIAS A PROGRAMAS DE EDUCACAO	12.194.140,14			
1762.99.00	OUTRAS TRANSFERENCIAS CONVENIOS DOS ESTADOS	6.072.912,75			
1762.99.01	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS ESTADO	6.072.912,75			
1764.00.00	TRANSF.CONVENIOS DE INSTITUICOES PRIVADAS	9.278.499,58			
1764.01.00	TRANSF.DE CONVENIOS DE INSTITUICOES PRIVADAS	9.278.499,58			
1764.01.01	TRANSF. DE CONVENIOS DE INSTITUICOES PRIVADA	9.278.499,58			
1900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES			5.257.423.625,52	
1910.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA		2.279.521.489,99		
1911.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	918.216.478,31			
1911.20.00	MULTAS E JUROS DE MORA DO ITCMD	191.345.485,61			
1911.20.51	MULTAS E JUROS DE MORA DO ITCMD-ESTADO	153.076.388,49			
1911.20.54	MULTAS E JUROS DE MORA DO ITCMD-FUNDEB	38.269.097,12			
1911.41.00	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPVA	199.778,85			
1911.41.51	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPVA - ESTADO	79.911,53			
1911.41.52	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPVA - MUNICIPIOS	99.889,43			
1911.41.54	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPVA - FUNDEB	19.977,89			
1911.42.00	MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS	726.671.213,85			
1911.42.51	MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS - ESTADO	345.960.524,22			
1911.42.52	MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS - MUNICIPIOS	144.150.218,43			
1911.42.54	MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS - FUNDEB	86.490.131,05			
1911.42.61	MULTAS E JUROS MORA S/PPI-ICM/ICMS-PTE ESTAD	90.042.204,09			
1911.42.62	MULTAS E JUROS DE MORA S/PPI-ICM/ICMS PTE MU	37.517.585,04			
1911.42.64	MULTAS/JUROS MORA S/PPI-ICM/ICMS-PTE FUNDEB	22.510.551,02			
1912.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUICOES	38.144,72			
1912.29.00	MULTA E JRS MORA DA CONTRIB. DO SERV. P/ RPP	34.229,10			
1912.29.02	MULTAS/JRS MORA DA CONTR.D/SERV.P/RPPS-SPPRE	34.229,10			
1912.33.00	MULTAS/JUROS S/CONTR.CONCURSOS DE PROGNOSTIC	3.915,62			
1912.33.04	MULTAS/JUROS MORA CONTRIB REC LOT. DE NUMERO	3.915,62			
1913.00.00	MULTAS E JRS.MORA DA DIV.ATIVA DOS TRIBUTOS	338.792.603,53			
1913.14.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA-IPVA	73.028,23			
1913.14.51	JUROS DE MORA S/IPVA INSC.-PTE DO ESTADO	26.047,26			
1913.14.52	JUROS DE MORA S/IPVA INSC.-PTE DOS MUNICIPIO	32.559,08			
1913.14.54	JUROS DE MORA S/IPVA INSC.-PTE DO FUNDEB	6.511,82			
1913.14.61	MULTAS JUROS MORA DIV.ATIVA IPVA PPD P.ESTAD	3.164,03			
1913.14.62	MULTAS JUROS MORA DIV.ATIVA IPVA PPD P.MUNIC	3.955,03			
1913.14.64	MULTAS JUROS MORA DIV.ATIVA IPVA PPD FUNDEB	791,01			
1913.15.00	MULTAS E JUROS DE MORA: DIVIDA ATIVA DO ICMS	333.375.756,00			

CONTADORIA GERAL DO ESTADO
CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012
RESUMO GERAL DA RECEITA
CONSOLIDADO

ANEXO 2
FOLHA 7

CÓDIGO DA RECEITA	ESPECIFICAÇÃO	ALÍNEAS E SUBALÍNEAS	RUBRICAS	FONTES	CATEGORIA ECONÔMICA
1913.15.51	JUROS DE MORA SOBRE ICMS INSCRITO: PTE ESTAD	200.025.528,54			
1913.15.52	JUROS DE MORA S/ICMS INSCRITO: PTE MUNICIPIO	83.343.939,00			
1913.15.54	JUROS DE MORA S/ICMS INSC:FUNDEB	50.006.288,46			
1913.16.00	MULTAS/JURS/MORA DIV.ATIVA CUSTAS JUDICIAIS	1.082.561,92			
1913.16.01	MULTAS/JURS/MORA DIV.ATIVA CUSTAS JUDICIAIS	1.082.561,92			
1913.20.00	MULTAS E JUROS DE MORA: DIVIDA ATIVA DO ITCM	4.261.054,73			
1913.20.51	JUROS DE MORA S/ITCMD INSC.PTE.DO ESTADO	3.408.843,78			
1913.20.54	JUROS DE MORA S/ITCMD INSC.PTE.DO FUNDEB	852.210,95			
1913.99.00	MULTAS/JURS.MORA DIVIDA ATIVA OUTROS TRIBUTOS	202,65			
1913.99.01	EMOLUMENTOS E CUSTAS	202,65			
1914.00.00	MULTA/JUROS MORA DA DIV.ATIVA DAS CONTRIBUIC	4.166,05			
1914.04.00	MULTAS/JUROS MORA DIV.ATIVA CONTR.PREV.P/RGP	4.166,05			
1914.04.15	MULT/JRS MORA DIV.ATIV.CONTR.PREV.ORG.P.PUBL	4.166,05			
1919.00.00	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	1.022.470.097,38			
1919.32.00	MULTA DECORR.DE SENTENCA PENAL CONDENATORIA	5.155.190,09			
1919.32.01	MULTA DECORR.DE SENTENCA PENAL CONDENATORIA	5.155.190,09			
1919.35.00	MULTAS POR DANOS AO MEIO AMBIENTE	22.929.210,93			
1919.35.01	MULTAS DA GETESB-FUMACA PRETA	10.612.086,72			
1919.35.03	MULTAS POR DANOS AO MEIO AMBIENTE	8,00			
1919.35.04	MULTAS DA GETESB-CONTROLE DAS INDUSTRIAS	12.317.116,21			
1919.50.00	MULTAS POR AUTO DE INFRACAO	994.385.696,36			
1919.50.01	MULTAS POR INFRACAO DO REG.-DIV.DEP.DO ESTAD	36.371.876,20			
1919.50.02	MULTAS POR INFRACAO DO REGULAMENTO - DETRAN	191.701.786,85			
1919.50.03	FDO.NAC.SEG.EDUC.TRANS.-FUNSET-5% MULT.TRANS	10.208.778,74			
1919.50.04	MULTAS P/INFRACAO LEG.TRANS.-MUNIC.CONVENIAD	1.977.597,93			
1919.50.05	FDO NAC.SEG.ED.TRANS-FUNSET-5% MUN.CONVENIAD	205.594,26			
1919.50.06	MULTAS P/FALTA REG.TRANSF.VEICULO-M.AVERBACA	121.939,47			
1919.50.07	MULTAS P/INFR.REGUL.-MULT.EM ESTR.RODAGEM-DER	403.487.098,86			
1919.50.08	FDO NAC.SEG.EDUC.TRANS.- FUNSET - 5% - DER	103.042.807,87			
1919.50.09	MULTAS P/INFR.REG.- CONVENIO ENTRE DER/DERSA	1.622,48			
1919.50.10	FDO NAC.SEG.EDUC.TRANS.-FUNSET- 5% DER/DERSA	1.071.404,01			
1919.50.11	MULTAS P/INFR.REG.MUN.CONV.-DEF.CONS.- PROCO	1.228,92			
1919.50.12	MULTAS P/INFR.REG.MUN.CONV-PTE MUNICIP-PROCO	553,20			
1919.50.13	MULTAS P/INFR.REG.MUNIC.NAO CONVEN. - PROCON	6.846,30			
1919.50.14	MULTAS P/INFR.DO REGULAMENTO - DETRAN-RENAIN	2.354.608,58			
1919.50.15	MULTAS P/INFR.LEGISLACAO SECRET.TRANSF.METRO	1.384.905,20			
1919.50.51	MULTAS P/INFR.REG.ICMS - PARTE DO ESTADO	145.468.228,49			
1919.50.52	MULTAS P/INFR.REG.ICMS - PARTE DOS MUNICIPIO	60.611.761,87			
1919.50.54	MULTAS P/INFR.REG.ICMS - PARTE DO FUNDEB	36.367.057,13			
1920.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES		1.273.791.610,08		
1921.00.00	INDENIZACOES	2.184.293,85			
1921.99.00	OUTRAS INDENIZACOES	2.184.293,85			
1921.99.01	OUTRAS INDENIZACOES	2.184.293,85			
1922.00.00	RESTITUICOES	1.271.607.316,23			
1922.07.00	RECUPERACAO DE DESP.DE EXERCICIOS ANTERIORES	742.040.870,47			
1922.07.01	RECUPERACAO DE DESP.DE EXERCICIOS ANTERIORES	742.040.870,47			
1922.10.00	COMPENSACOES FINAN.ENTRE REG. GERAL E OS RPP	65.364.582,52			
1922.10.01	COMP.FINAN.ENTRE REG.GERAL/REG.PROP.PREV.SER	65.364.582,52			
1922.99.00	OUTRAS RESTITUICOES	464.201.863,24			

CONTADORIA GERAL DO ESTADO
CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012
RESUMO GERAL DA RECEITA
CONSOLIDADO

ANEXO 2
FOLHA 8

CÓDIGO DA RECEITA	ESPECIFICAÇÃO	ALÍNEAS E SUBALÍNEAS	RUBRICAS	FONTES	CATEGORIA ECONÔMICA
1922.99.02	DEMAIS RESTITUICOES DO ESTADO	159.499.321,18			
1922.99.04	VALE TRANSPORTE	5.699.486,06			
1922.99.05	ASSISTENCIA MEDICA	2.414.017,01			
1922.99.07	CESTA BASICA	370.819,13			
1922.99.09	VALE REFEICAO	789.383,48			
1922.99.10	REEMBOLSO DE SALARIOS:PROF. EST. PREST. SERV. MU	271.270.695,10			
1922.99.11	REEMBOLSO SALARIOS-SERV.QAE PRES.SERV.MUN.CO	7.290.718,96			
1922.99.12	RESSARCIMENTO CUSTOS SISTEMA MULTA RENAINF	6.590.837,00			
1922.99.13	RESTITUICAO DE CUSTOS OPER.DAS CONSIGNATARIA	10.276.585,32			
1930.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA		727.169.366,65		
1931.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	659.166.611,04			
1931.07.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS	3.453.363,85			
1931.07.01	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS	3.453.363,85			
1931.14.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPVA	222.889.849,11			
1931.14.51	IPVA EM ATRASO - PARTE DO ESTADO	89.129.564,60			
1931.14.52	IPVA EM ATRASO - PARTE DOS MUNICIPIOS	111.411.955,74			
1931.14.54	IPVA EM ATRASO - PARTE DO FUNDEB	22.282.391,15			
1931.14.61	IPVA EM ATRASO - PPD PARTE DO ESTADO	26.375,05			
1931.14.62	IPVA EM ATRASO - PPD - PARTE DOS MUNICIPIOS	32.968,81			
1931.14.64	IPVA EM ATRASO - PPD -PARTE DO FUNDEB	6.593,76			
1931.15.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS	430.068.535,46			
1931.15.51	ICMS EM ATRASO - PARTE DO ESTADO	194.390.155,34			
1931.15.52	ICMS EM ATRASO - PARTE DOS MUNICIPIOS	80.995.872,06			
1931.15.54	ICMS EM ATRASO - P.DO FUNDEB	48.597.460,82			
1931.15.61	ICMS INSCRITO-ACRESC.FINANC.: PARTE ESTADO	63.651.028,34			
1931.15.62	ICMS INSCRITO-ACRESC.FINANC.-PARTE MUNICIPIO	26.521.261,81			
1931.15.64	ICMS INSCRITO-ACRESC.FINANC.:P DO FUNDEB	15.912.757,09			
1931.20.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ITCMD	2.695.736,63			
1931.20.51	REC.DIV.ATIV.ITCMD -PARTE DO ESTADO	2.141.476,01			
1931.20.54	REC.DIV.ATIV.ITCMD -PARTE DO FUNDEB	535.369,00			
1931.20.61	ACRES.FINANC.PARCEL-ITCMD(INSCRITO)ESTADO	15.113,30			
1931.20.64	ACRES.FINANC.PARCEL-ITCMD(INSCRITO)-FUNDEB	3.778,32			
1931.99.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	59.125,99			
1931.99.03	EMOLUMENTOS E CUSTAS EXTRAJUDICIAIS	59.125,99			
1932.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA	68.002.755,61			
1932.01.00	REC.DIV.ATIVA DA CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	58.499,99			
1932.01.15	CONTR.SERV.ATIVO AFASTADO DOS ORGAOS PUBLICO	58.499,99			
1932.99.00	REC.DA DIVIDA ATIVA NAO-TRIBUT. DE OUTR.REC.	67.944.255,62			
1932.99.01	REC.DIV.ATIV.NTRIB.OUT.REC.-PRINCIPAL	55.784.589,13			
1932.99.03	MUNICIPIOS CONVENIADOS	2.014,12			
1932.99.04	MUNICIPIOS NAO CONVENIADOS	12.155.638,18			
1932.99.05	MUNICIPIOS CONVENIADOS - FUNDACAO PROCON	2.014,19			
1990.00.00	RECEITAS CORRENTES DIVERSAS		976.941.158,80		
1990.00.00	RECEITAS DIVERSAS	976.941.158,80			
1990.01.00	PROGRAMA DE PARCELAMENTO INCENTIVADO DO ICMS	162.059.434,12			
1990.01.51	PROG.PARC.INCENT.DO ICM/ICMS-PPI-PTE ESTADO	97.235.660,47			
1990.01.52	PROG.PARC.INCENT.DO ICM/ICMS-PPI-PTE MUNICIP	40.514.858,53			
1990.01.54	PROG.PARC.INCENT.DO ICM/ICMS-PPI-PTE FUNDEB	24.308.915,12			
1990.02.00	RECEITA DE ONUS DE SUCUMBENCIA ACOES JUDES.	72.700.323,34			

CONTADORIA GERAL DO ESTADO
CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012
RESUMO GERAL DA RECEITA
CONSOLIDADO

ANEXO 2
FOLHA 9

CÓDIGO DA RECEITA	ESPECIFICAÇÃO	ALÍNEAS E SUBALÍNEAS	RUBRICAS	FONTES	CATEGORIA ECONÔMICA
1990.02.01	RECEITA DE HONORARIOS DE ADVOGADOS	72.700.323,34			
1990.06.00	REC.DEC.N.APLIC.INC.FISC.EM PRJ.CULT.IND.CIN	951.801,51			
1990.06.01	REC.DEC.N.APLIC.INC.FISC.EM PRJ.CULT.IND.CIN	951.801,51			
1990.08.00	DEMAIS RECEITAS PARA O DESENV DO DESPORTO	1.055.212,40			
1990.08.01	COORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER - SELT	1.055.212,40			
1990.96.00	RECEITA DE VARIACAO CAMBIAL	1.109.772,93			
1990.96.01	RECEITA DE VARIACAO CAMBIAL DO ESTADO	1.109.772,93			
1990.99.00	OUTRAS RECEITAS	739.064.614,50			
1990.99.01	OUTRAS RECEITAS NAO DISCRIMINADAS DO ESTADO	297.972.952,04			
1990.99.02	OUTRAS RECEITAS EVENTUAIS	10.349.046,22			
1990.99.05	RENDA PROVENIENTE DO PARQUE ECOLOGICO - DAEE	169.802,45			
1990.99.07	FECOP-FDO ESTAD. PREVENCAO CONTROLE POLUICAO	466.774,00			
1990.99.08	FEHIDRO- FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HIDRICOS	5.571.938,50			
1990.99.09	RECEITA DE CUSTEIO - ENTIDADES CONSIGNATARIA	21.761.391,97			
1990.99.51	ICMS NAO INSCRITO-ACRESC.FINANC.:PARTE ESTAD	139.190.885,06			
1990.99.52	ICMS NAO INSCRITO-ACRESC.FIN.: PTE MUNICIPIO	57.996.202,11			
1990.99.54	ICMS NAO INSCRITO-ACR.FIN.P.FUNDEB	34.797.721,27			
1990.99.61	ACRESC.FINANC.DO PARCEL.-ITCMD-PTE DO ESTADO	6.438.622,85			
1990.99.64	ACRESC.FINANC.DO PARCEL.-ITCMD-PTE DO FUNDEB	1.609.655,71			
1990.99.71	ACRESC.FINANC.S/ PPI-ICM/ICMS- PTE DO ESTADO	97.643.773,39			
1990.99.72	ACRESC.FINANC.S/PPI DO ICM/ICMS-PPI-PTE MUNI	40.684.905,58			
1990.99.74	ACRESC.FINANC.S/PPI ICM/ICMS-PPI-PTE FUNDEB	24.410.943,35			
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL				1.914.793.963,61
2100.00.00	OPERACOES DE CREDITO			790.014.013,61	
2110.00.00	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS		321.177.107,13		
2114.00.00	OPERACOES CRED.INTERNAS - CONTRATUAIS	321.177.107,13			
2114.03.00	OPERAC.DE CREDITO INTER.P/PROGR.DE SANEAMENT	54.719,79			
2114.03.02	PL.METROP.MACR.DREN-CANAL.CORREG.ORATOR.-DAE	54.719,79			
2114.99.00	OUTRAS OPER.CRED.INT.CONTRATUAIS	321.122.387,34			
2114.99.06	PRESIDIOS	39.223.864,00			
2114.99.07	NOTA FISCAL ELETRONICA-SPED	5.898.523,34			
2114.99.08	METRO-LINH5-LILAS-TRCH L.TREZE/C.KLABIN BNDE	159.000.000,00			
2114.99.15	PROL.L.2-V.PRUD.-HOSP.CID.TIRADENTES-BNDES	117.000.000,00			
2120.00.00	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS		468.836.906,48		
2123.00.00	OPERACOES DE CRED.EXTERNAS CONTRATUAIS	468.836.906,48			
2123.03.00	OPERACOES CREDITO EXTERNAS P/PROG.SANEAMENTO	2.328.786,76			
2123.03.01	OPERACOES DE CRED.EXTERNAS P/PROG.SANEAMENT	72.720,36			
2123.03.03	PROGRAMA VARZEA DO TIETE - SSE/DAEE-BID	2.256.066,40			
2123.04.00	OPERACOES CREDITO EXTERNA-PROG.MEIO AMBIENTE	42.851.743,92			
2123.04.01	OPERACOES CRED. EXTERNAS P/PROG.MEIO AMBIEN	5.539.500,11			
2123.04.02	O.C.EXT.P/PROGR.M.AMB/PROJ.SERRA MAR-BID/CDH	31.190.039,89			
2123.04.03	OC.EXT.PROG.M.AMB/DES.R.SUST-MICROII-BIRD SM	863.865,11			
2123.04.04	PROJETO SERRA DO MAR - BID/SMA	5.258.338,81			
2123.99.00	OUTRAS OPERACOES CRED.EXTERNAS CONTRATUAIS	423.656.375,80			
2123.99.01	OUTRAS OP.CRED.EXTER.- CONTRATUAIS	55.287.021,32			
2123.99.02	OUTRAS OPER.CRED.REC.ESTR. VICINAIS BIRD	6.909.593,03			
2123.99.03	OUTRAS OP.CRED.RECUPERACAO ESTR.VICINAIS BID	20.062.746,31			

CONTADORIA GERAL DO ESTADO
CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012
RESUMO GERAL DA RECEITA
CONSOLIDADO

ANEXO 2
FOLHA 10

CÓDIGO DA RECEITA	ESPECIFICAÇÃO	ALÍNEAS E SUBALÍNEAS	RUBRICAS	FONTES	CATEGORIA ECONÔMICA
2123.99.06	OUTRAS OP.CRED.EXTERNAS CONTRATUAIS-REAGUA	951.650,70			
2123.99.11	OUT.OP.CRED.EXT.PROG.R.EST.VICINAIS.F.IV/BIR	10.881.179,16			
2123.99.12	OUTRAS OP.CRED.EXTER.CONTR/MAT.RODANTE E SIS	177.828.303,35			
2123.99.13	OUT.OC.EXT.CONTR/ PROJ.SUL DE TRENS-BID/METR	23.900.339,08			
2123.99.14	OUT.OC.EXT./CONTR-PROJ.SUL DE TRENS-BID/CPTM	11.954.378,07			
2123.99.15	OUT.OC.EX.CONTR/METR-LNH5-LIL-L.TREZE/C.KLAB	47.670.300,00			
2123.99.16	OUT.OC.EXT.CONTR/PROJ.MODERN.CPTM-LNH11-CORA	40.000.835,30			
2123.99.18	PROFISCO	11.261.968,94			
2123.99.20	RODOANEL MARIO COVAS- TRECHO NORTE- DERSA/BI	95.981,19			
2123.99.22	DESENV.RURAL SUSTENT.-MICROBACIAS II-BIRD-SA	1.880.839,35			
2123.99.23	OUT.OP.CRED EXT.EXPANSAO L.5-LILAS-METRO/BIR	14.971.240,00			
2200.00.00	ALIENACAO DE BENS			1.026.105.332,48	
2210.00.00	ALIENACAO DE BENS MOVEIS		936.638.974,20		
2219.00.00	ALIENACAO DE OUTROS BENS MOVEIS	936.638.974,20			
2219.02.00	VENDA DE OUTROS BENS PATRIMONIAIS DO ESTADO	936.638.974,20			
2219.02.01	VENDA DE OUTROS BENS PATRIMONIAIS DO ESTADO	10.550.575,34			
2219.02.03	CESSAO DE DIREITOS CREDITORIOS	926.088.398,86			
2220.00.00	ALIENACAO DE BENS IMOVEIS		89.466.358,28		
2229.00.00	ALIENACAO DE OUTROS BENS IMOVEIS	89.466.358,28			
2229.01.00	ALIENACAO DE OUTROS BENS IMOVEIS	89.466.358,28			
2229.01.01	ALIENACAO DE OUTROS BENS IMOVEIS	89.466.358,28			
2300.00.00	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS			12.408.690,59	
2300.00.00	AMORTIZACAO DE EMPR. CONCEDIDOS A MUNICIPIOS		12.408.690,59		
2300.00.00	AMORTIZACAO DE EMPR. CONCEDIDOS A MUNICIPIOS	12.408.690,59			
2300.70.00	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS EM TITULOS	11.620.205,66			
2300.70.01	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS EM TITULOS	11.620.205,66			
2300.99.00	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS DIVERSOS	788.484,93			
2300.99.01	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS DIVERSOS	788.484,93			
2400.00.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL			62.828.188,89	
2440.00.00	TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR		1.594.914,70		
2440.00.00	OUTRAS TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR	1.594.914,70			
2440.01.00	OUTRAS TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR	1.594.914,70			
2440.01.01	OUTRAS TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR	103.500,00			
2440.01.09	PROGR.DE EFICIENC.ENERGETICA DO EST.SAO PAUL	316.000,00			
2440.01.10	PROG.DESENVOLV.CAPACID.REGULATORIA-ARSESP-BI	1.175.414,70			
2470.00.00	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS		61.233.274,19		
2471.00.00	TRANSF.DE CONVENIOS DA UNIAO E SUAS ENTIDADE	60.064.257,07			
2471.01.00	TRANSF.CONVENIO DA UNIAO P/SIST.U.SAUDE-SUS	2.443.365,94			
2471.01.01	TRANSF.CONVENIO DA UNIAO P/SIST.U.SAUDE-SUS	2.443.365,94			
2471.99.00	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	57.620.891,13			
2471.99.01	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	57.620.891,13			
2472.00.00	TRANSF.CONVENIOS DO ESTADO E SUAS ENTIDADES	1.169.017,12			
2472.02.00	TRANSFERENCIAS DE CONVENIO DOS ESTADOS	1.169.017,12			
2472.02.01	TRANSFERENCIAS A PROGRAMAS DE EDUCACAO	1.169.017,12			
2500.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL			23.437.738,04	
2590.00.00	OUTRAS RECEITAS		23.437.738,04		
2590.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL DO ESTADO	23.437.738,04			
2590.01.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	23.437.738,04			

CONTADORIA GERAL DO ESTADO
CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012
RESUMO GERAL DA RECEITA
CONSOLIDADO

ANEXO 2
FOLHA 11

CÓDIGO DA RECEITA	ESPECIFICAÇÃO	ALÍNEAS E SUBALÍNEAS	RUBRICAS	FONTES	CATEGORIA ECONÔMICA
2590.01.01	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL DO ESTADO	23.437.738,04			
7000.00.00	RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇAMENTARIAS				17.440.328.960,68
7200.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES-INTRA-ORÇAMENTARIA			17.359.453.031,50	
7210.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTARIAS		17.359.453.031,50		
7210.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	17.359.453.031,50			
7210.29.00	CONTRIB.PREVIDENC.DO REG.PROPRIO - INTRA-ORÇ	17.359.453.031,50			
7210.29.02	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - ATIVO MILITAR	725.638.484,84			
7210.29.15	CONTR PREV EM REGIME DE PARCEL DE DEB-SPPREV	11.068.632.726,10			
7210.29.81	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS-ATIVO CIVIL-P.LEGISEL	84.700.192,22			
7210.29.82	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS-ATIVO CIVIL-P.JUDIC.	794.997.013,68			
7210.29.83	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS-ATIVO CIVIL-M.PUBLIC	176.460.701,84			
7210.29.84	CONTRIB.PATRONAL ATIVO CIVIL-EX DIRETA SPPREV	3.069.746.663,70			
7210.29.85	CONTRIB.PATRONAL ATIVO CIVIL-EX IND-SPPREV	524.480.014,51			
7210.29.86	CONTRIB.PATRON.ATIVO CIVIL-DEFEN.PUBL-SPPREV	21.235.276,56			
7210.29.91	COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA DO RPP	893.561.958,05			
7600.00.00	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTARIAS C/REC.DE SERVIC			80.373.279,07	
7600.00.00	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTARIAS C/REC.DE SERVIC		80.373.279,07		
7600.00.00	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTARIAS C/REC.DE SERVIC	80.373.279,07			
7600.13.00	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	80.373.279,07			
7600.13.01	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO - SPPREV	80.373.279,07			
7900.00.00	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTARIAS: OUTRAS REC.COR			502.650,11	
7920.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇ.INTRA-ORÇAMENTARIAS		502.650,11		
7922.00.00	RESTITUIÇÕES	502.650,11			
7922.99.00	OUTRAS RESTITUIÇÕES	502.650,11			
7922.99.13	RECUPERAÇÃO DE SALÁRIO FAMILIA - SPPREV	1.915,92			
7922.99.14	REEMBOLSO DE AUXÍLIO FUNERAL - SPPREV	500.734,19			
8000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL - INTRA-ORÇAMENTARIAS				862.755.899,01
8500.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL			862.755.899,01	
8520.00.00	INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL		862.755.899,01		
8521.00.00	INTEGRALIZAÇÃO COM RECURSOS DO TESOURO	847.595.030,25			
8521.01.00	INTEGRALIZAÇÃO COM RECURSOS DO TESOURO	847.595.030,25			
8521.01.01	INTEGRALIZAÇÃO COM RECURSOS DO TESOURO	847.595.030,25			
8522.00.00	INTEGRALIZAÇÃO COM RECURSOS DE OUTRAS FONTES	15.160.868,76			
8522.01.00	INTEGRALIZAÇÃO COM RECURSOS DE OUTRAS FONTES	15.160.868,76			
8522.01.01	INTEGRALIZAÇÃO COM RECURSOS DE OUTRAS FONTES	15.160.868,76			
RECEITA TOTAL					172.866.153.793,43

CONTADORIA GERAL DO ESTADO, EM 15 de Abril de 2013

CONTADORIA GERAL DO ESTADO
CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012
DEMONSTRATIVO DA DESPESA DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA DISCRIMINADA POR ELEMENTO
CONSOLIDADO

ANEXO 2
FOLHA 1

ÓRGÃO:-	01.000	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA			
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:-	01.001	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA			
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO		ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA	
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES			759.134.975,91	
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			621.118.227,10	
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS		464.065.515,51		
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL		395.639.245,30		
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS		68.426.270,21		
3.1.91.00	APLICACOES DIRETAS-INTRA ORÇAMENTARIA		157.052.711,59		
3.1.91.13	OBRIGACOES PATRONAIS		157.052.711,59		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			138.016.748,81	
3.3.50.00	TRANSF.A INST.PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		242.309,12		
3.3.50.41	CONTRIBUIÇÕES		242.309,12		
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS		137.224.476,21		
3.3.90.08	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS		276.936,76		
3.3.90.14	DIARIAS-CIVIL		121.003,28		
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO		2.040.108,45		
3.3.90.31	PREMIAÇÕES CULTURAIS ART.CIENT.DESPOR. OUTRA		42.000,00		
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		987,46		
3.3.90.35	SERVÍCIOS DE CONSULTORIA		89.330,00		
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA		74.121,08		
3.3.90.37	SERVÍCIOS DE LIMPEZA,VIGIL.E OUTROS-PES.JURID		2.850.393,88		
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA		70.305.909,13		
3.3.90.46	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO		18.553.206,02		
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS		9.907.777,24		
3.3.90.50	SERVÍCIOS DE UTILIDADE PÚBLICA		3.988.099,77		
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		1.377.194,38		
3.3.90.93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		26.632.775,65		
3.3.90.96	RESSARC.DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO		964.633,11		
3.3.91.00	APLICACOES DIRETAS-INTRA ORÇAMENTARIAS		549.963,48		
3.3.91.39	OUT SERV DE TERC-PJ INTRA ORÇAMENTARIAS		549.963,48		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			1.118.486,31	
4.4.00.00	INVESTIMENTOS			1.118.486,31	
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS		1.118.486,31		
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES		155.055,00		
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		963.431,31		
TOTAL				760.253.462,22	
ÓRGÃO:-	02.000	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO			
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:-	02.001	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO			
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO		ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA	
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES			515.399.995,20	
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			465.019.356,52	
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS		326.520.990,58		
3.1.90.01	APOSEN.DO RPPS,RESER.RENUM.E REF.DO MILITAR		1.962.981,00		
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL		313.489.812,38		
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS		7.756.288,00		
3.1.90.49	AUXÍLIO TRANSPORTE		3.311.909,20		

PATRIMONIAL

BALANÇO PATRIMONIAL ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

ATIVO			PASSIVO			EM R\$.
ATIVO FINANCEIRO			PASSIVO FINANCEIRO			
DISPONÍVEL			DÍVIDA FLUTUANTE			
DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL			Restos a Pagar do Exercício			9.228.960.878,09
Caixa	1.559.252,16		Serviço da Dívida a Pagar	1.824.775,36		
Bancos c/Movimento	476.478.365,76		Depósitos	<u>4.360.055.129,38</u>	13.590.840.782,83	
Aplicações Financeiras	7.831.936.533,60		EXIGÍVEL - ANEXO Nº 14-A			1.453.858.201,78
Recursos Vinculados	0,00		DIVERSOS - ANEXO Nº 14-A			<u>1.815.105.021,29</u>
Bancos c/Mov-Setoriais e Subsetoriais	<u>579.501.331,31</u>	8.889.475.482,83				16.859.804.005,90
DISPONÍVEL NO EXTERIOR		<u>0,00</u>				
		8.889.475.482,83				
REALIZÁVEL - ANEXO Nº 14-A		8.386.716.097,80				
DIVERSOS - ANEXO Nº 14-A		<u>430.886.466,23</u>				
		17.707.078.046,86				
ATIVO PERMANENTE			PASSIVO PERMANENTE			
BENS MÓVEIS - ANEXO Nº 14-B			DÍVIDA FUNDADA INTERNA			
BENS IMÓVEIS - ANEXO Nº 14-B			Em Títulos - Anexo nº 14-B			0,00
CRÉDITOS - ANEXO Nº 14-B			Por Contratos - Anexo nº 14-B			<u>7.224.404,06</u>
VALORES - ANEXO Nº 14-B			DÍVIDA FUNDADA EXTERNA			7.224.404,06
DEPRECIACÕES, AMORTIZAÇÕES, EXAUSTÕES			Por Contratos - Anexo nº 14-B			506.434.903,68
ANEXO Nº 14-B			DIVERSOS			
DIFERIDO - ANEXO Nº 14-B			Outras Obrigações do Estado			6.111.173.030,85
			Anexo nº 14-B			
			RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS			
			Receitas de Exercícios Futuros-Anexo nº 14-B			<u>0,00</u>
			SOMA DO PASSIVO REAL			23.484.636.344,49
SOMA DO ATIVO REAL						20.591.764.452,25
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo Real Descoberto			Ativo Real Líquido			
Soma						
			PASSIVO COMPENSADO			
ATIVO COMPENSADO			RESPONSABILIDADE POR TÍTULOS E			
RESPONSABILIDADE POR TÍTULOS E			VALORES - ANEXO Nº 14-D			6.471.722.429,10
VALORES - ANEXO Nº 14-D			APREENSÃO E ACOLH. DE BENS- ANEXO Nº 14D			0,66
APREENSÃO E ACOLH. DE BENS- ANEXO Nº 14D			COMODATO DE BENS - ANEXO Nº 14-D			149.764.146,34
COMODATO DE BENS - ANEXO Nº 14-D			GARANTIA DE VALORES-ANEXO Nº 14-D			2.012.469.465,72
GARANTIA DE VALORES-ANEXO Nº 14-D			DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS			4.594.751.963,33
DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS			ANEXO Nº 14-D			
ANEXO Nº 14-D			OUTRAS COMPENSAÇÕES			<u>271.797.498,61</u>
OUTRAS COMPENSAÇÕES			ANEXO Nº 14-D			<u>13.500.505.503,76</u>
ANEXO Nº 14-D						13.500.505.503,76
TOTAL			TOTAL			57.576.906.300,50

CONTADORIA GERAL DO ESTADO, em 15 de abril de 2013

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALÍTICAS DO ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

ATIVO FINANCEIRO			PASSIVO FINANCEIRO			ANEXO Nº 14-A EM R\$.
REALIZÁVEL			EXIGÍVEL			
Créditos a Receber			Obrigações de Curto Prazo			69.885.028,96
Devedores - Entidades e Agentes			Credores - Entidades e Agentes			407.136.669,03
Empréstimos e Financiamentos			Adiantamentos Recebidos			42.870.534,68
Adiantamentos Concedidos			Valores em Trânsito Exigíveis			891.307.720,57
Depósitos Realizáveis a Curto Prazo			Demais Obrigações Exigíveis			42.106.921,43
Contas Retif. Do Créd. em Circulação			Exigível a Longo Prazo			551.327,11
Valores em Trânsito Realizáveis						<u>1.453.858.201,78</u>
Valores pendentes a curto prazo						<u>1.453.858.201,78</u>
Creditos Realizáveis a Longo Prazo						
DIVERSOS			DIVERSOS			
Despesas Pendentes			Receitas Pendentes			<u>333.806,57</u>
IPESP			Outros Valores Pendentes			
Outras			Receita a Classificar			832.415.677,86
Valores Diferidos			Outras Contas			<u>982.355.536,86</u>
Custos de Produção a Apropriar						<u>1.814.771.214,72</u>
Outros Valores Pendentes						<u>1.815.105.021,29</u>
TOTAL			TOTAL			3.268.963.223,07

CONTADORIA GERAL DO ESTADO, em 15 de abril de 2013

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALÍTICAS DO ATIVO E PASSIVO PERMANENTE ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

ATIVO PERMANENTE			PASSIVO PERMANENTE			ANEXO Nº 14 - B
BENS MÓVEIS			DÍVIDA FUNDADA INTERNA			
Bens de Diversas Naturezas			Em Títulos			
Materiais a Classificar/Transito			Letras Financeiras do Tesouro do Estado			0,00
Estoques			DÍVIDA FUNDADA INTERNA			
			Por Contratos			<u>7.224.404,06</u>
						7.224.404,06
BENS IMÓVEIS			DÍVIDA FUNDADA EXTERNA			
Bens de Diversas Naturezas			Por Contratos			<u>506.434.903,68</u>
Bens Imóveis a Classificar						506.434.903,68
Bens Intangíveis						
			DIVERSOS			
			Precatórios e Sentenças Judiciais			2.363.247.302,14
			Obrigações Legais e Tributárias			1.287.501.463,05
			Provisões Matemáticas Previdenciárias			1.834.755.600,00
			Outras Obrigações do Estado			<u>625.668.665,66</u>
						6.111.173.030,85
			RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS			
			Receitas de Exercícios Futuros			<u>0,00</u>
						<u>0,00</u>
VALORES						
Ações de Sociedades de Economia Mista						
Outros Investimentos						
DEPRECIAÇÕES, AMORTIZAÇÕES, EXAUSTÕES						
DIFERIDO						
Despesas Pré-Operacionais						
Despesas de Reorganização						
Amortizações						
TOTAL			TOTAL			6.624.832.338,59

CONTADORIA GERAL DO ESTADO, em 15 de abril de 2013

**QUADRO DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALÍTICAS DO ATIVO E PASSIVO COMPENSADO
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**

ANEXO Nº 14-D
EM R\$.

ATIVO COMPENSADO			PASSIVO COMPENSADO	
RESPONSABILIDADE POR TÍTULOS E VALORES			TÍTULOS E VALORES SOB RESPONSABILIDADE	6.471.722.429,10
De Terceiros	5.825.133.998,79		BENS EM COMODATO	149.764.146,34
Com Terceiros	<u>646.588.430,31</u>	6.471.722.429,10	BENS APREENDIDOS E ACOLHIDOS	0,66
COMODATO DE BENS			VALORES EM GARANTIAS	2.012.469.465,72
Recebidos/Concedidos		149.764.146,34	DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	4.594.751.963,33
APREENSÃO E ACOLHIMENTO DE BENS			COMPENSAÇÕES DIVERSAS	<u>271.797.498,61</u>
Mercadorias		0,66		
GARANTIAS DE VALORES				
Garantias de Valores		2.012.469.465,72		
DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS				
De Terceiros	597.246.187,38			
Com Terceiros	3.716.237.020,83			
Convênios	281.034.263,59			
Outros Direitos	<u>234.491,53</u>	4.594.751.963,33		
OUTRAS COMPENSAÇÕES				
Concessão de auxílios, contrib. e subvenções		186.533.794,60		
Materiais em trânsito		<u>85.263.704,01</u>		
TOTAL		13.500.505.503,76	TOTAL	13.500.505.503,76

CONTADORIA GERAL DO ESTADO, em 15 de abril de 2013

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**

ANEXO Nº 15
EM R\$

VARIAÇÕES ATIVAS				VARIAÇÕES PASSIVAS			
RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
RECEITA ORÇAMENTÁRIA				DESPESA ORÇAMENTÁRIA			
Receitas Correntes				Despesas Correntes			
Receita Tributária	18.556.148,90			Pessoal e Encargos Sociais	11.695.469.407,99		
Receita de Contribuições	21.736.818.237,03			Juros e Encargos da Dívida Interna/externa	27.934.585,90		
Receita Patrimonial	1.714.333.530,63			Outras Despesas Correntes	<u>29.288.129.564,57</u>	<u>41.011.533.558,46</u>	
Receita Agropecuária	17.004.538,76			Despesas de Capital			
Receita Industrial	180.057.077,58			Investimentos	4.145.757.015,09		
Receita de Serviços	2.322.875.756,00			Inversões Financeiras	80.732.568,01		
Transferências Correntes	342.058.227,81			Amortização da Dívida Interna/Externa	<u>67.702.994,89</u>	<u>4.294.192.577,99</u>	<u>45.305.726.136,45</u>
Outras Receitas Correntes	<u>1.254.627.628,88</u>	27.586.331.145,59					
Receitas de Capital		<u>924.600.480,63</u>	<u>28.510.931.626,22</u>				
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS				MUTAÇÕES PATRIMONIAIS			
Incorporação de Ativos				Desincorporação de Ativos			
Aquisição de Bens	1.244.837.582,21			Alienação de Bens	10.149.591,27		
Incorporação de Créditos	0,00			Liquidação de Créditos	2.466.175,60		
Custo de Bens e Serviços	1.163.073.439,00			Custo de Bens e Serviços	99.087.591,87		
Receita Diferida	1.663.365.978,32			Retorno de Receita Diferida	1.970.770.736,27		
Outras Incorporações	<u>451.120,28</u>	<u>4.071.728.119,81</u>		Outras Desincorporações de Ativos	<u>0,00</u>	<u>2.082.474.095,01</u>	
Desincorporação de Passivos				Incorporação de Passivos			
Operações de Crédito em Contratos	66.900.595,22			Operações de Crédito em Contratos	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>2.082.474.095,01</u>
Outras Desincorporações de Passivos	<u>691.460.164,54</u>	<u>758.360.759,76</u>	<u>4.830.088.879,57</u>				
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Incorporação de Ativos				Desincorporação de Ativos			
Incorporação de Imóveis	20.265.982,75			Baixa de Bens Móveis e Imóveis	1.214.416.884,78		
Incorporação de Bens Móveis	835.828.550,15			Baixa de Títulos e Valores	279,00		
Incorporação de Títulos e Valores	11.825,00			Baixa de Direitos	<u>11.487.183.129,23</u>	12.701.600.293,01	
Incorporação de Direitos	1.035.615.256,43	<u>1.891.721.614,33</u>		Ajuste de Bens, Valores e Créditos		<u>57.361.505,26</u>	<u>12.758.961.798,27</u>
Ajuste de Bens, Valores e Créditos				Incorporação de Passivos			
Reavaliação de Bens	29.046.638,75			Incorporação de Obrigações	<u>3.935.472.817,61</u>	<u>3.935.472.817,61</u>	
Reavaliação de Títulos e Valores	8.614,79			Ajustes de Obrigações			
Ajuste de Créditos	10.957.300,65	<u>40.012.554,19</u>		Atualização de Obrigações Internas	197.235,44		
Desincorporação de Passivos		<u>4.915.191.657,93</u>		Atualização de Obrigações Externas	<u>131.730.059,76</u>	131.927.295,20	
Ajustes de Obrigações				Ajuste por Equivalência Patrimonial		0,00	
Atualização das Obrigações Internas	401.278,54			Transferências para a Administração Indireta		0,00	
Atualização das Obrigações Externas	<u>141.416.557,36</u>	141.817.835,90		Mutações Passivas Diversas		264.571.329,29	
Ajuste por Equivalência Patrimonial		0,00		Contas Especiais de Resultado		2.395.787.971,34	
Transferências da Administração Indireta		16.939.707.484,07		Transposição de Saldos		<u>0,00</u>	<u>6.727.759.413,44</u>
Mutações ativas Diversas		473.417.211,85					
Contas Especiais de Resultado		2.439.696.663,19					
Transposição de Saldos		<u>-259.647.135,65</u>	<u>26.581.917.885,81</u>				
TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS			59.922.938.391,60	TOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS			66.874.921.443,17
RESULTADO PATRIMONIAL				RESULTADO PATRIMONIAL			
Déficit Econômico		-6.951.983.051,57		Superávit Econômico			0,00
TOTAL			66.874.921.443,17	TOTAL			66.874.921.443,17

CONTADORIA GERAL DO ESTADO, em 15 de abril de 2013